

**GENTE DE GUERRA E
FRONTEIRA:**
ESTUDOS DE HISTÓRIA MILITAR
DO RIO GRANDE DO SUL

Paulo César Possamai

[Organizador]



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Antonio Cesar Gonçalves Borges

Vice-Reitor: Prof. Dr. Manoel Luiz Brenner de Moraes

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Prof. Dr. Luiz Ernani Gonçalves Ávila

Pró-Reitora de Graduação: Prof. Dra. Eliana Póvoas Brito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Manoel de Souza Maia

Pró-Reitor Administrativo: Eng. Francisco Carlos Gomes Luzzardi

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Ms. Élio Paulo Zonta

Pró-Reitor de Recursos Humanos: Admin. Roberta Trierweiler

Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Mario Renato Cardoso Amaral

Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Assistente Social Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues

Profa. Dra. Cristina Maria Rosa

Profa. Dra. Flavia Fontana Fernandes

Profa. Dra. Francisca Ferreira Michelin

Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski

Profa. Dra. Vera Lucia Bobrowsky

Prof. Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira

Prof. Dr. José Estevan Gaya

Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas

Prof. Dr. Vitor Hugo Borba Manzke

Prof. Dr. Volmar Geraldo da Silva Nunes

Prof. Dr. William Silva Barros



Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150

Fone/fax: (53) 3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Carlos Gilberto Costa da Silva

Gerência Operacional: João Henrique Bordin

Diagramação: Paulo Luiz Crizel Koschier

Impresso no Brasil

Edição: 2010

ISBN: 978-85-7192-763-6

Tiragem: 300 exemplares

Dados de catalogação na fonte:

Kênia Moreira Bernini CRB - 10/920

P856g Possamai, Paulo César

Gente de guerra e fronteira : estudos de história militar do Rio Grande do sul / Paulo César Possamai . – Pelotas : Ed. da UFPel, 2010.

250 p.

ISBN: 978-85-7192-763-6

1. Guerra. 2. Fronteira. 3. História militar. 4. Recrutamento. 5. História do Rio Grande do Sul. I. Título.

CDD 981.65

SUMÁRIO

- 05 **PREFÁCIO**
Vitor Izecksohn
- 13 **A GUARNIÇÃO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO**
Paulo Cesar Possamai
- 33 **UMA REVOLTA MILITAR E SOCIAL NO ALVORECER DO RIO GRANDE DO SUL**
Francisco das Neves Alves
- 53 **A DESTRUIÇÃO DO ESPAÇO MISSIONEIRO**
Tau Golin
- 67 **GUARDAS MILITARES IBÉRICAS NA FRONTEIRA PLATINA**
Fernando Camargo
- 81 **CABEDAIS MILITARES: OS RECURSOS SOCIAIS DOS POTENTADOS DA FRONTEIRA MERIDIONAL (1801-1845)**
Luís Augusto Farinatti
- 99 **A REVOLUÇÃO FARROUPILHA**
José Plínio Guimarães Fachel
- 111 **"TUDO ISTO É INDIADA CORONILHA (...) NÃO É COMO ESSA CUSCADA LÁ DA CORTE": O SERVIÇO MILITAR NA CAVALARIA E A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE RIO-GRANDENSE DURANTE A GUERRA DOS FARRAPOS**
José Iran Ribeiro
- 129 **A GUARDA NACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL NAS GUERRAS DO PRATA: 1850-1873**
André Fertig

- 157 A GUARDA NACIONAL SUL-RIO-GRANDENSE E A APLICAÇÃO DA LEI DE TERRAS: A EXPRESSÃO DE UMA POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO**
Cristiano Luís Christillino
- 175 VOLUNTÁRIOS NEGROS DA PÁTRIA: O RECRUTAMENTO DE ESCRAVOS E LIBERTOS NA GUERRA DO PARAGUAI**
Paulo Roberto Staudt Moreira
- 199 A GUERRA CONTRA O PARAGUAI. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: DA INSTAURAÇÃO À RESTAURAÇÃO HISTORIOGRÁFICA [1871-2002]**
Mário Maestri
- 231 TEATRALMENTE HERÓICOS: A PARTICIPAÇÃO DOS GAÚCHOS NA GUERRA DE CANUDOS**
Jacqueline Ahlert

PREFÁCIO

Vitor Izecksohn*

O papel dos militares ao longo da história brasileira vem sendo incorporado aos interesses de pesquisa de historiadores e cientistas sociais com muita força nos últimos dez anos. Longe da caracterização simplista, que enxergava as forças armadas como meros representantes dos grupos dominantes, a ênfase recai agora sobre a enorme diversidade de situações envolvendo a participação dos soldados na política e na sociedade, suas vivências, interesses, aspirações e conflitos. A recuperação das histórias de vida dos homens do povo incorporados à força ou por vontade própria às fileiras é um dos aspectos originais desse movimento, por relacioná-lo à circulação mais ampla vivenciada pelas populações dos diversos espaços territoriais que atualmente compõe o Brasil.

O trabalho organizado pelo professor Paulo Possamai apresenta uma importante contribuição ao alargamento do campo desses estudos, discutindo diversos aspectos da questão a partir da realidade de uma região central aos assuntos bélicos. Os textos desta coletânea apresentam uma síntese da produção histórica recente sobre os militares no Rio Grande do Sul. As contribuições aqui expostas são produzidas por docentes vinculados a universidades públicas gaúchas ou a centros de investigação, com pesquisas consolidadas no campo em destaque. Os artigos que seguem associam os estudos militares a uma perspectiva multidisciplinar, incluindo influências da imagética, da história cultural, da genealogia e dos estudos sobre escravidão, entre outras colaborações renovadoras. Essa variedade temática contribui para retirar o assunto do casulo disciplinar ao qual ele foi geralmente relegado, especialmente quando considerado apenas pelo prisma da narrativa dos sucessos bélicos e da expansão territorial - que são aqui substituídos por abordagens diversificadas, mais preocupadas em anotar os significados políticos e culturais das ações históricas do que em reforçar uma visão mitificada da coragem e bravura como elementos fundamentais da organização social sul-rio-grandense.

Região intensamente vinculada às atividades de expansão e defesa, o desenho atual da antiga Província de São Pedro surgiu do encontro das políticas expansionistas portuguesas com as necessidades de reprodução de

* Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

clãs familiares, cuja origem pode ser encontrada na migração de famílias e agregados provenientes de diversas regiões constituintes do Império ultramarino lusitano, além dos migrantes estrangeiros que ali se estabeleceriam após a independência. Ao longo do século XVIII os contatos desses contingentes heterogêneos de colonos com grupos indígenas já estabelecidos, com autoridades imperiais, com plantéis de escravos transplantados e com rivais provenientes das possessões espanholas foram pautados pelas frágeis lealdades de uma região fronteiriça, reforçando o papel da munificência real como fator de estabilização dos interesses em jogo. A Coroa alinhava, dessa forma, as intenções da monarquia portuguesa aos interesses de seus vassalos americanos. A forte correlação entre guerras e atividades pastoris cristalizou-se numa configuração relativamente desconhecida em outras regiões da América Portuguesa.

As primeiras duas décadas do século XIX conheceram uma expansão agressiva para o sul e para o oeste dos territórios originalmente incorporados à província. Essa dilatação decorreu das lutas contra interesses dos artiguistas, dos portenhos e dos índios missioneiros, cujos representantes paulatinamente cederam espaço ou foram incorporados aos esforços dos agentes da expansão Luso-brasileira. Esse movimento proporcionou às elites em formação oportunidades excepcionais para o recebimento de mercês na forma de títulos nobiliárquicos, reconhecimento de posses ou mesmo tolerância face ao desempenho de atividades ilegais, como o contrabando e o abigeato. Deve ser destacado, entretanto, que se a atividade guerreira foi central ao desenvolvimento da região, sua disseminação mostrou-se incapaz de proporcionar uma inclusão mais ampla a grande parte dos indivíduos envolvidos nesses esforços. Assim, longe de constituir-se como uma terra de promessa, como espaço aberto para que a coragem e o valor promovessem maior igualitarismo social, a região testemunhou o enraizamento de um padrão de desigualdade social, se não igual, pelo menos bastante semelhante ao das demais províncias do Império. Nesse espaço, escravos, índios e brancos pobres de vários matizes foram relegados a um segundo plano, crescentemente dependentes da proteção proporcionada pelos grupos dominantes nos campos e nas cidades.

Como nos mostram diversas das análises desta obra, a posição do soldado permaneceu subalternizada, mesmo ali onde se fazia mais necessário o uso intermitente da força. Para além das tradições associadas à bravura e a coragem em combate, a ocupação do território e sua defesa contra rivais internacionais demandaram uma série de sacrifícios de homens e mulheres

comuns, cujos serviços na guerra e no eito contribuíram poderosamente para o enraizamento de um imaginário igualitário poucas vezes confirmado pela realidade social. A posição subalterna dos soldados é destacada no artigo de Paulo Possamai, através da descrição detalhada da situação enfrentada pelas tropas que serviram na Colônia do Sacramento. As condições de vida da maioria dos soldados e de suas famílias, para lá enviados a fim de defender os instáveis limites meridionais do Império Lusitano, encontravam-se próximas da indigência. Os procedimentos, quase sempre forçados, através dos quais se fazia o recrutamento, evidenciavam essa injustiça. Destaca o autor que os soldados nascidos no Brasil foram muitas vezes vítimas do preconceito dos oficiais e administradores lusitanos, que desdenhavam da sua adaptação à vida militar. No fundo, a incapacidade não era inata, provindo antes de um cotidiano marcado por condições adversas, pelos salários regularmente atrasados, pelas péssimas vestimentas e serviços monótonos. Essa situação fornecia poucos incentivos para a permanência desses soldados na Colônia, decorrendo dessa circunstância as deserções frequentes, que minavam ainda mais a disciplina nas fileiras.

Essa mesma indigência era a marca das tropas servindo em postos de criação mais recente. O artigo de Francisco Alves das Neves detalha a insurreição dos Dragões sediados na cidade de Rio Grande, iniciado em cinco de janeiro de 1742. Este movimento demonstrou os limites da disciplina em relação a uma comunidade de soldados profissionais carente de quase tudo: de vestimenta a gêneros alimentícios. A situação dos Dragões numa região de fronteira enfatiza a situação precária à qual estavam relegados os soldados encarregados da manutenção da ordem nos domínios Luso-Brasileiros. A descrição demonstra a impossibilidade de isolar os Dragões do seu entorno, visto que a vila de Rio Grande constituía uma área de colonização militarizada, na qual civis e soldados padeciam dos mesmos males e necessidades de um povoamento limítrofe, pertencente a uma estrutura que provia muito mal seus postos avançados. O autor enfatiza a negociação que encerrou o movimento, durante a qual as demandas dos soldados foram parcialmente satisfeitas, sem o recurso a punições ou outros castigos. A aceitação ainda que parcial dessas demandas por parte das lideranças militares levou em conta o risco de mudança de lealdade, uma possibilidade que a Coroa portuguesa não poderia suportar.

A expansão dos limites Luso-Brasileiros atropelou alternativas de povoamento que se mostraram igualmente viáveis. Tau Golin descreve a guerra travada por portugueses e espanhóis contra as missões jesuíticas. O artigo delinea as desavenças entre os aliados ao mesmo tempo em que

esclarece sobre o papel desempenhado pelas divisões entre os caciques guaranis para o enfraquecimento da resistência. A destruição da organização missioneira, consequência direta das reformas empreendidas nos impérios coloniais ibéricos, encerrou o que o autor qualifica como a maior alternativa ao padrão de dominação colonial. Os sobreviventes teriam sido paulatinamente integrados a estruturas de exploração mais tradicionais, inseridos nas disputas entre interesses comerciais e agrários que dominariam a vida da província a partir de então.

A renovada estrutura do império colonial lusitano enfrentou o desafio da demarcação das fronteiras mal desenhadas pelos grandes acordos. Fernando Camargo situa o estabelecimento de Guardas de Fronteira no contexto da complementação do tratado de Santo Ildefonso, através do qual portugueses e espanhóis pretenderam regular os limites de seus impérios. Ressalta o autor a escassez permanente de soldados, que afligiu os luso-brasileiros, ao mesmo tempo em que lembra a importância das mesmas guardas como embrião de futuros núcleos urbanos que aprofundariam a vinculação entre guerras e fixação populacional nos anos seguintes.

Luis Augusto Farinatti discute o contexto expansionista da primeira metade do século XIX. Esse processo renovou as possibilidades de apropriação de recursos e de construção de carreiras militares na guerra e na conquista, destacando o papel da acumulação de cabedais militares através dos quais o sucesso militar e a apropriação de terras surgem como fatores imbricados – reforçando a capacidade gerencial de alguns grupos familiares sobre o restante da população. São alinhavados os fatores que permitiram a apropriação de terras e gado, sua redistribuição por uma rede de parentes e agregados e os elementos de prestígio que permitiram a formação desses cabedais militares ao longo da primeira metade do século XIX. Aos poucos esse padrão cedeu espaço ao fortalecimento de autoridades públicas, especialmente ao exército de linha, transformando as condições originais de concentração de poder. O autor chama a atenção para a assimetria do processo de ocupação dessas terras, destacando que os poucos egressos de famílias humildes que alcançaram posições de destaque não devem encobrir a reconstituição de fortes hierarquias sociais que abarcaram grande parte da população.

A expansão territorial, alavancada durante o período de permanência da família real portuguesa no Brasil, sofreu sérios reveses após a independência. A guerra Cisplatina (1825-28) e a subsequente perda da mesma província não

apenas contribuíram decisivamente para a queda do primeiro Imperador, como também geraram problemas que permanentemente assombrariam a política imperial nos planos interno e externo. A eclosão da Guerra Farroupilha, objeto do artigo de José Plínio Guimarães Fachel, relaciona-se ao deslocamento sofrido pela economia provincial nos primeiros anos da regência, conjuntura de profundas incertezas para os proprietários rurais que se ressentiam simultaneamente da centralização administrativa e da taxação abusiva do charque. Relaciona-se, também, ao enfraquecimento do poder aglutinador do centro político imperial, atingido por várias rebeliões provinciais e desprovido de um exército capaz de enfrentar simultaneamente os diversos desafios. Fachel destaca a polissemia associada ao termo Farroupilha, caracterizado como revolução, revolta e guerra. Ao fazê-lo demonstra que se os combates militares foram encerrados em março de 1845, o mesmo não se deu em relação à peleja semântica que segue inconclusa.

José Iran Ribeiro analisa outro lado da mesma contenda, centrando sua pesquisa nas forças legalistas, compostas por sul-rio-grandenses e outros brasileiros que lutaram contra a república separatista. Apoiado em extensa fonte documental, Ribeiro delinea o peso da arma de cavalaria para a formação da identidade militar sul-rio-grandense, destacando as diferenças culturais que reforçaram a visão do serviço cavalariano como arma “gaúcha” por excelência. São enfatizadas as diferenças entre os sul-rio-grandenses e os brasileiros provenientes de outras regiões, pejorativamente alcunhados de “baianos”. Por fim, o autor destaca a preponderância de cavalarianos entre os generais oriundos do Rio Grande.

No plano externo, a principal consequência da Guerra Cisplatina foi o surgimento de uma república uruguaia independente e instável, permanentemente ameaçada de satelitização pelas forças centripetas argentinas. Essa situação afetava os interesses dos brasileiros residentes naquela república que constantemente pressionaram o centro político do Império em favor dos seus próprios interesses. Essas questões levariam o governo imperial a intervir repetidamente no Uruguai nas décadas de 1850 e 1860. Essas ingerências e as alianças constituídas para efetivá-las, se constituíam nas principais questões da política internacional do Império, levando a eclosão da guerra do Paraguai e a uma renovada tensão com a emergente república argentina nas décadas finais do século XIX. A Guerra do Paraguai é, portanto, o assunto mais abordado na coletânea, com quatro artigos versando sobre o assunto, demonstrando sua posição como divisor de águas da política nacional no século XIX.

André Fertig analisa a participação da Guarda Nacional sul-rio-grandense nos conflitos platinos entre 1850-1873. Partindo da análise da documentação diplomática, Fertig demonstra como a província estabeleceu-se como nervo militar do Império no período posterior ao final da Farroupilha. Temos aqui uma listagem das mudanças nos objetivos da política diplomática imperial, partindo da manutenção da independência uruguaia até a conclusão da Guerra do Paraguai. No trajeto, é destacada a forte militarização da província e a importância associada à participação da Guarda Nacional como garantia de uma mobilização rápida e controlada. A incapacidade da Guarda para atuar dessa forma levou ao declínio da instituição no pós-guerra, quando seus postos de comando perderam espaço na estrutura defensiva da província. Como adendo, temos uma apreciação das dificuldades enfrentadas pelos comandantes, com uma interessante discussão sobre a situação do General Canabarro no contexto da crescente politização da milícia durante a invasão do oeste da província em 1865.

Cristiano Luis Christillino destaca a atuação da Guarda na Guerra no contexto de um renovado poder de apropriação fundiária, proporcionado pela implantação da Lei de Terras de 1850. O autor argumenta que a participação na guerra favoreceu os comandantes da milícia na aquisição e distribuição de terras fronteiriças. A participação na Guarda durante o grande conflito platino encontrar-se-ia fortemente relacionada aos padrões de acumulação agrária estabelecidos pela Lei de 1850. O artigo ressalta a posição da Guarda como arauto do poder local, seja através da apropriação fundiária, seja através das complicadas negociações envolvendo os comandantes e seus seguidores.

A mobilização para a Guerra do Paraguai enfrentou o desafio da questão escrava, um entrave natural aos esforços recrutadores. Paulo Staudt Moreira analisa a presença de escravos alforriados nas tropas brasileiras durante o conflito. São levantados casos tanto de alforrias condicionadas ao serviço militar como de fuga para as fileiras, dois casos nos quais os libertos encontraram no exército o “abrigo da farda.” Moreira avalia o peso do recrutamento de ex-cativos num exército em processo de ampliação, atendo-se, simultaneamente às consequências desse processo sobre as vidas dos veteranos. Através de pesquisa minuciosa em fontes cartoriais, o autor documenta os dramas sociais vividos por alguns veteranos na sua busca por respeito e cidadania nos anos posteriores ao final do conflito. Essas situações são emblemáticas do sentido contraditório do serviço militar naquele momento, quando os defensores da pátria não receberam o devido reconhecimento pelos serviços prestados nos campos de batalha. A

marginalização e a repressão policial constituíram as principais respostas dos poderes públicos aos dilemas causados pela re-integração dos veteranos à sociedade.

Mario Maestri considera as transformações enfrentadas pela historiografia do conflito ao longo de quatro décadas. O balanço bibliográfico recupera o trabalho de Julio José Chiavenatto para sustentar a visão da guerra como derrota de uma razão endógena latino-americana. Ao analisar algumas das contribuições dos últimos vinte anos, o faz pelo prisma da globalização e da terceirização, associando as novas interpretações às limitações metodológicas decorrentes do recuo do marxismo na academia brasileira. Enfim, Mario Maestri faz uma revisão da bibliografia da controversa Guerra do Paraguai de uma maneira que não deixará de suscitar novas controvérsias sobre o tema.

Com a proclamação da república, o Rio Grande do Sul manteve-se no epicentro do cenário militar brasileiro, primeiro devido à Revolução Federalista, que constituiu o principal desafio ao regime então nascente; posteriormente, com a contribuição do estado aos esforços empreendidos pelas forças republicanas para a destruição da cidade de Canudos, considerada uma afronta aos valores liberais e positivistas que pautavam o novo regime na década de 1890. Jacqueline Ahlert analisa a representação fotográfica dos soldados gaúchos naquele conflito. A autora discute como as fotos, em geral posadas, ressaltaram valores tradicionais como a bravura e a masculinidade dos soldados sem, contudo, registrar outros aspectos que certamente contradiriam os valores civilizatórios e progressistas que se quis associar àquela representação. A exclusão dos massacres e das degolas dos prisioneiros dos registros fotográficos chama atenção para a diminuta consideração demonstrada para com os vencidos, denotando uma lacuna que a autora não deixa passar em branco.

A listagem dos temas é ampla. O conteúdo bastante variado, mas alguns procedimentos metodológicos parecem comuns à maioria dos textos. Boa parte dos artigos executa um cruzamento da história militar com diversas abordagens da história social. Essa circunstância fica bastante evidente quando se observa o grande volume de análises centradas no cotidiano dos soldados, nas demandas da caserna e no convívio com as populações através dos arranjos familiares, das atividades comerciais e dos biscates que os soldados executavam para completar seus parcos e atrasados vencimentos. A coleção é heterogênea, mas pelo menos um ponto chave parece comum a quase todos os trabalhos: a demonstração de que as forças militares não constituíam um

coletivo isolado da sociedade; pelo contrário, estavam profundamente enraizadas nas hierarquias familiares, nos pactos de poder e mesmo nas necessidades de sobrevivência de agrupamentos marginalizados, destacando os desdobramentos dessa situação para a formação de uma sociedade militarizada, na qual os interesses Estatais e o empenho dos empreendedores particulares se combinaram na formação de identidades fortemente militarizadas.

O leitor dessas páginas se familiarizará com uma história que transcende os grandes feitos, pautando-se por tensões, lutas e valores que marcaram a transformação social sul-rio-grandense em mais de um século e meio de contendas. Os atores aqui não estão presos às estruturas, ainda que sejam influenciados pelas mesmas. Essas estruturas podem condicioná-los, mas existe um sem número de estratégias através das quais tentam, individual ou coletivamente, encontrar soluções para os dramas que os afligiam. Trata-se do contato com narrativas que valorizam a rica documentação encontrada nos arquivos locais, através do trabalho competente de pesquisadores conectados às transformações teórico-metodológicas empreendidas pela disciplina em anos recentes. O resultado é um mosaico bastante interessante sobre os papéis do recrutamento, do treinamento e da socialização dos indivíduos encarregados da defesa, da caracterização de suas redes de relações enfim, dos componentes que formaram essa “gente de guerra”.

A GUARNIÇÃO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Paulo César Possamai*

A fundação da Colônia do Sacramento na margem norte do Rio da Prata conjugava os interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro, interessados na retomada do intenso comércio com Buenos Aires existente na época da União Ibérica, assim como os da Coroa portuguesa, que desejava expandir seus domínios até o Rio da Prata. Os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da rede contrabandista eram os lusos. A relativa proximidade do Prata com os portos brasileiros e a facilidade da obtenção de escravos em suas feitorias na África foram os principais fatores da preponderância comercial dos luso-brasileiros em Buenos Aires durante a União Ibérica.¹

Essas vantagens levaram os portugueses a investir num entreposto no Prata.

D. Manuel Lobo tomou posse do governo do Rio de Janeiro em 9 de maio de 1679, dando logo início à preparação da expedição que viria a fundar uma fortaleza às margens do Rio da Prata. Em janeiro de 1680 D. Manuel Lobo fundou a fortaleza do Santíssimo Sacramento em frente às ilhas de São Gabriel. Contudo, a expedição não pôde resistir ao ataque combinado das forças coloniais espanholas e dos exércitos indígenas das missões jesuíticas, grupos para os quais a presença portuguesa no Prata constituía uma grande ameaça. A destruição de Sacramento, oito meses após sua fundação, levou o príncipe regente forçar a Coroa espanhola a restituir-lhe a posse do território, o que lhe foi concedido através do Tratado Provisional de 1681.

Foram bastante difíceis os primeiros anos que se seguiram ao restabelecimento dos portugueses em 1682, quando as restrições do governo de Buenos Aires, que procurava impedir o contrabando e a exploração do gado selvagem que abundava na campanha, se somaram à corrupção generalizada que marcou o governo de Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689). A situação melhorou consideravelmente sob as administrações de

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Pelotas. Este artigo sintetiza partes da minha tese de doutorado, publicada em 2006 pela Editora Livros do Brasil, de Lisboa, com o nome: *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*, e conta com acréscimos resultados de pesquisas posteriores à defesa da tese e a sua publicação.

¹ CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

Francisco Naper de Lencastre (1689-1699) e de seu sucessor, Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), com o incremento da política de povoamento e da exploração das riquezas pecuárias da região.

A Guerra da Sucessão Espanhola colocaria Portugal e Espanha em campos opostos na Europa, resultando no rompimento das hostilidades na América e no abandono de Colônia aos castelhanos em 1705. A guerra terminou com a assinatura dos tratados de Utrecht, nos quais Felipe V teve de fazer várias concessões a fim de obter o reconhecimento das nações européias à ascensão dos Bourbons ao trono espanhol. O tratado de paz com Portugal, assinado em 1715, assegurou aos portugueses a devolução do território da Colônia do Sacramento.

A partir de então, a Coroa portuguesa iniciou uma verdadeira política de povoamento na região, enviando sessenta casais da província de Trás-os-Montes em 1718 para dar início à agricultura e desenvolver a criação de gado, assim como garantir uma guarnição militar permanente. As constantes deserções dos soldados que serviam em Sacramento levaram o Conselho Ultramarino a defender o envio de casais, argumentando que “à experiência de tantos desertores será melhor que vão casais porque não é tão fácil largarem suas mulheres e filhos e irem viver em reino estranho”.² Logo os povoadores foram enquadrados no sistema militar, pois antes de chegar ao seu destino, a Coroa já enviara trezentas armas para a formação de “algumas companhias de ordenança dos mesmos casais que ajudem a defesa da dita praça”.³

Se os primeiros tempos ainda foram difíceis devido aos problemas de abastecimento que marcaram o governo de Manuel Gomes Barbosa (1716-1722), a situação mudaria com a chegada do seu sucessor. A junção do apoio decidido da Coroa à capacidade administrativa do governador Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749) foram os fatores responsáveis por um período de grande desenvolvimento que pode ser considerado como o apogeu da presença portuguesa no Rio da Prata.

Porém, a prosperidade dos habitantes da Colônia do Sacramento preocupava a Coroa espanhola, lesada pelo intenso contrabando, enquanto os colonos e os índios das missões conviviam a contragosto com a concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem. A tensão permanente, alimentada pelos frequentes conflitos com os espanhóis e indígenas na campanha,

² *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.21, ff. 344v-346.

³ *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. XXXIX, pp. 369-370.

chegaria ao auge em outubro de 1735, quando as tropas castelhanas apareceram em frente aos muros da Colônia do Sacramento, iniciando um sítio que duraria cerca de dois anos.

Embora os luso-brasileiros tenham conseguido impedir a conquista da fortaleza, o armistício de 1737 iniciou uma nova fase da história de Sacramento. Como bem observou Rego Monteiro, “terminou o período áureo da Colônia do Sacramento, jamais voltaram a ter seus arredores aquela riqueza de produção, que fazia dela a cobiça espanhola”.⁴ Mas, se o campo de bloqueio espanhol, ao invés de impedir, contribuiu para o desenvolvimento do contrabando entre os súditos de Portugal e Espanha, a limitação do uso da campanha ao pequeno espaço permitido pelo campo de bloqueio impediu a retomada da produção agrícola e pecuária por parte dos habitantes da Colônia do Sacramento, que tiveram que buscar o abastecimento entre os espanhóis.

A busca por gêneros alimentícios em Buenos Aires justificava a presença constante de embarcações portuguesas na cidade, que na maioria das vezes transportavam mercadorias de contrabando. Também era frequente a passagem de suprimentos através da guarnição responsável pela manutenção do campo de bloqueio. Segundo Fabrício Prado: “Tal momento marca uma inflexão da estratégia lusitana. A Colônia do Sacramento, a partir de então, assumia a constituição de um porto comercial sem um entorno agrícola e uma possível moeda de troca por territórios de Espanha”.⁵

Embora o Tratado de Madri, em 1750, estipulasse a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, ela jamais foi efetivada, sendo que o Tratado de El Pardo, de 1761, anulou o anterior. A guerra voltaria ao Prata como consequência do conflito europeu que opôs os Bourbons à maior parte das demais nações européias, entre as quais Portugal, resultando na capitulação de Colônia frente ao governador de Buenos Aires, em setembro de 1761. Pelo Tratado de Paris, assinado em fevereiro de 1763, a influência da Inglaterra, novamente líder vitoriosa de outra liga contra Espanha e França, obrigou a Coroa espanhola a devolver Colônia aos portugueses.

Entrementes, uma nova guerra entre Espanha e Portugal, desta vez sem a participação dos seus poderosos aliados europeus (respectivamente França e Grã-Bretanha), possibilitou a reconquista de Sacramento pelos castelhanos em

⁴ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 1, p. 331.

⁵ PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento, o extremo sul da América portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, p. 53.

1777. Sem a ajuda dos britânicos, cujos esforços estavam direcionados para o combate à Revolução Americana, os portugueses não puderam assegurar seu retorno ao Rio da Prata, sendo que o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em outubro do mesmo ano, manteve a Colônia do Sacramento em poder da Espanha, situação que seria ratificada pelo Tratado de El Pardo, assinado em março do ano seguinte.

Antes de tudo, a Colônia do Sacramento foi uma praça de guerra destinada a defender os interesses comerciais e territoriais da Coroa portuguesa no Rio da Prata. Devido a esta característica marcante, julgamos oportuno estudar as condições de vida dos militares que viveram nesse posto avançado do expansionismo lusitano no sul da América.

Normalmente, o alistamento dos oficiais destinados à guarnição de Sacramento fazia-se no Reino, enquanto os soldados poderiam também vir da metrópole ou do Rio de Janeiro, a cujo governo Colônia estava subordinada. Já em 1679, ao organizar a expedição que viria a fundar a Colônia do Sacramento, D. Manuel Lobo ordenou o recrutamento compulsório de quantos homens pôde capturar no Rio de Janeiro: operários, aprendizes, comerciantes, mendigos e mesmo os presos, aos quais foi concedido o perdão em troca do alistamento.⁶

Se houve violência no recrutamento, o príncipe regente tentou garantir a boa vontade dos recrutas, ordenando a D. Manuel Lobo que pagasse um mês de soldo adiantado aos oficiais e soldados, enquanto os efetivos da cavalaria deveriam receber dois meses adiantados.⁷ Contudo, o fundador não demorou a se queixar da “incapacidade da gente que trouxe do Rio de Janeiro”, soldados que, até então, “considerava maus só no militar os experimentei malíssimos em todas as suas ações”, o que não surpreende se nos lembrarmos da forma como foi feito o recrutamento. Reclamou ainda que, aproveitando-se da enfermidade que padecia, “os brasileiros se licenciaram tanto que desobedeciam a seus oficiais”. Segundo Lobo, os melhores soldados eram os reinóis,⁸ já que, com

⁶ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 1, p. 42.

⁷ Idem, vol. 2, p. 7.

⁸ Das quatro companhias que formavam a guarnição de Sacramento no tempo de D. Manuel Lobo, uma fora recrutada na metrópole, enquanto as outras foram formadas no Brasil. Cf. ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Universidade de Coimbra, 1973, p. 51.

poucas exceções, os brasileiros “iam muito pouco às faxinas⁹ e nelas trabalhavam o que queriam, que era muito pouco, e com aquela calma que no Brasil costumam fazer todas as coisas”.¹⁰

As queixas contra os soldados brasileiros são constantes na documentação pesquisada. O governador Sebastião da Veiga Cabral reclamou ao rei que, dos soldados que pedira ao Rio de Janeiro, “só doze eram capazes, e os mais inúteis, por despidos e descalços, e outros mulatos”. O preconceito de Veiga Cabral contra os soldados mestiços não deixou de ser severamente reprovado pela Coroa, que estranhou a atitude do governador, respondendo-lhe que “ainda que fossem mulatos, como destes se componha a maior parte do Brasil, e não haverem muitos outros de diferente qualidade, e neste Reino, em que podia haver muito maior escrúpulo, serviram muitos, e ocuparam postos”.¹¹

Em 1718, o governador Manuel Gomes Barbosa queixava-se ao vice-rei do Brasil que muitos dos seus soldados eram aleijados e doentes.¹² Escreveu também à Coroa sobre a grande quantidade de desertores que resultava da má qualidade da tropa, composta por soldados novos e “mulatos”, sendo em sua maioria “degredados, uns por ladrões e outros por vários crimes”. Por isso achava melhor que se fizesse o recrutamento em Portugal e nas ilhas. Mas ainda achou necessário acrescentar que os recrutas não deveriam desembarcar no Rio, “por não tomarem a língua da terra, que só desta sorte me parece não desertarão, por não saberem o viver do Brasil”.¹³

Segundo a opinião do governador Antônio Pedro de Vasconcelos, “o Brasil não tem gente para o recrutar, e a experiência mostra não serem os filhos daquele país mui próprios para a guerra”. O Conselho Ultramarino não deixou de dar razão ao governador, dizendo que nos brasileiros “se acha mais frouxidão e [são] menos sofrendores do trabalho”.¹⁴ Em 1764, o vice-rei Conde da Cunha pedia à Coroa que o recrutamento para as guerras no sul fosse feito

⁹ “FAXINA (Termo militar) Ramada em feixes que se lança nos fossos para os entulhar [...] Crescia a obra, como era de *Faxina* & terra. Jacinto Freire, 149. Cortara madeira & *Faxina* para o impedir. Monarch. Lusit. Tomo 4, p. 90”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra, 1712.

¹⁰ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 2, p. 33.

¹¹ ALMEIDA, Luís F. de. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*. Universidade de Coimbra, 1957, p. 560.

¹² MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 2, p. 67.

¹³ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 1, D. 40.

¹⁴ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.21, ff. 78-81v.

em Portugal, alegando que não queria “os cariocas, porque são moles e faltos de valor”. Também não serviam recrutas das outras capitânicas do Brasil, pois dizia que eles “não têm préstimo, pela sua excessiva preguiça e negação para a vida militar”.¹⁵

Em favor dos militares do Reino, contava o fato de que geralmente já tinham experiência militar antes de chegar aos domínios ultramarinos. José de Mirales, escrevendo sobre o ataque espanhol de 1735, escrevia que, face à cavalaria inimiga, composta por mil e duzentos soldados, os portugueses só contavam com cento e sessenta soldados, “porém quase todos estes, transmontanos, da Beira, de Entre Douro e Minho, já disciplinados, e bem instruídos na guerra passada, e tropas das ditas província de donde tinham vindo no ano de 1717 povoar a Colônia”.¹⁶

Em situação de perigo, quando o recrutamento era feito às pressas, mesmo os soldados do Reino eram depreciados, como em 1736, quando o Gomes Freire de Andrade queixou-se a Martinho de Mendonça que os navios recém-chegados da metrópole para o socorro de Colônia “trazem mui bisonha guarnição”.¹⁷ Pareceu-lhe, então, ser preciso acrescentar à expedição duas companhias de granadeiros¹⁸ e cem homens escolhidos dentre a guarnição do Rio de Janeiro.

Se atentarmos para a documentação, o que vemos é que o recrutamento compulsório de gente indesejável era o principal responsável pela baixa qualidade dos recrutas e não a sua terra de origem. Em 1732, o governador do Rio de Janeiro queixou-se de que Antônio Pedro Vasconcelos lhe devolveu o soldado Diogo de Faria, considerado pelo governador de Sacramento como de ânimo “ferino e matador”. Em resposta aos protestos enviados ao Conselho Ultramarino, Luís Vahia Monteiro respondeu

¹⁵ Apud MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009, p. 162.

¹⁶ MIRALES, José de. “História Militar do Brasil”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1900, vol. XXII, p. 95.

¹⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1911, v. II, p. 240.

¹⁸ A missão específica dos granadeiros era apoiar as ofensivas da infantaria, lançando granadas de mão. Surgiram como corpo separado na França no reinado de Luís XIV. “O cuidado particular na organização e no equipamento desses corpos de elite, a beleza dos uniformes e a presença dos soldados – cuja elevada estatura prometia um melhor alcance ao lançar as granadas – fizeram deles um elemento essencial dos exércitos do século XVIII”. CARDINI, *La Culture de La Guerre*. Paris: Gallimard, 1992, p. 152.

ironicamente que não mandaria mais “nem fracos porque não servem para o serviço, nem os de gênio matador, ainda que esse seja o ofício dos soldados”.¹⁹

A falta de apreço pelos soldados brasileiros ia mais além do que o simples preconceito dos oficiais e governadores, reinóis em sua maioria. O recrutamento compulsório que visava à obtenção da maior quantidade de homens possível no menor tempo, ao mesmo tempo em que tinha por objetivo livrar as cidades dos elementos indesejados, foi o principal elemento responsável pela baixa qualidade do soldado recrutado na América portuguesa.

Em Portugal, o sistema de recrutamento foi estabelecido pelo Regimento das Ordenanças de 1570, o qual regulamentava que toda a população masculina, dos 16 aos 60 anos, excetuando os privilegiados, estava enquadrada no regime de ordenanças, que tinha por principal função recrutar homens para as tropas de linha e tropas auxiliares.²⁰ Constituindo um dos suportes fundamentais da estruturação das relações de poder em nível local, essa organização subsistiu até a vitória do regime liberal, já no século XIX.²¹ Nos corpos de ordenança, os privilégios de uma patente militar não se traduziam em ganhos monetários, mas em prestígio e posição de comando. Para a Coroa, interessada em reduzir seus gastos com a administração, não era de todo inconveniente fornecer alguma parcela de poder em troca do serviço não remunerado.²²

Nos momentos de emergência, como durante o cerco espanhol de 1735 a Colônia, as autoridades perdiam os poucos escrúpulos que ainda tinham com relação ao recrutamento compulsório e fechavam os olhos às arbitrariedades executadas pelos recrutadores. Por isso muitos faziam questão de obter cargos de comando nas ordenanças. Romero Magalhães sintetizou o

¹⁹ *Arquivo Nacional*, cód. 83, vol. 4, f. 104v.

²⁰ GOUVEIA, António Camões Gouveia; MONTEIRO Nuno G. “A Milícia”, in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 4, p. 199.

²¹ COSTA, Fernando Dore. “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da Nação”. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 130, vol. XXX, 1995, p. 121.

²² SALGADO, Graça. (coord.). *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil colonial*. 2.^a Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 111.

poder de que estavam investidos com uma frase: “Fazer soldados, poder tremendo! Não os fazer, maior ainda”.²³

Henry Koster, um inglês que morou em Pernambuco em princípios do século XIX, viu “muitos rapazes serem levados para o serviço [militar] quando eram sustentáculos de suas famílias, sendo que outros, vivendo na ociosidade, foram protegidos pela defesa do capitão-mor”.²⁴ Assim Koster descrevia o período em que se ordenava o recrutamento: “É nessa ocasião que a tirania tem o seu esplendor, que o capricho e o arbítrio se aliam e que a mais injusta parcialidade prevalece, e se executa a mais intolerável opressão”.²⁵

O recrutamento compulsório também servia como uma maneira eficaz de desembaraçar-se de alguma pessoa inconveniente. Por provisão real de 30 de janeiro de 1738, José Inácio da Fonseca, cabo de esquadra dos dragões²⁶ do Rio Grande, conseguiu licença de um ano a fim de voltar a Portugal para resolver negócios pendentes. Queixava-se de que, indo de Lisboa para o Rio de Janeiro, “por companheiro de José Judice, com várias fazendas para o seu negócio, por algumas desavenças que houve entre um e outro, na matéria da sociedade, em o dia desta, lhe maquinou o malsiná-lo para soldado, e com efeito assim o conseguiu”.²⁷ Em 1742, Manuel Tavares da Silva, soldado dragão da mesma guarnição, representou ao Brigadeiro José da Silva Pais “que ele suplicante veio potenciosamente [sic] das Minas, por pessoa sua inimiga, que avilosamente [sic] lhe maquinou a destruí-lo”.²⁸

De fato, não era raro que algumas pessoas abusassem do poder que lhes fora conferido pelo sistema de ordenanças, a fim de se livrar de alguém que lhes fosse inconveniente ou que incomodasse a protegido seus. O governador interino de Minas Gerais escrevia ao governador do Rio de Janeiro, em 1736,

²³ Citado por: COSTA, Fernando Dore. Op. Cit., p. 121.

²⁴ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 11ª Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2002 p. 490.

²⁵ Idem, p. 489.

²⁶ Os dragões foram um corpo criado pelo *condottiere* Giovanni dei Medici em 1521 e era constituído de arcabuzeiros que se locomoviam a cavalo mas que frequentemente combatiam a pé. NEGRO, Piero del. *Guerra ed Eserciti da Macchiavelli a Napoleone*. Roma-Bari: Laterza, 2007, p. 26.

²⁷ *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Porto Alegre, 1977, v. 1, pp. 190-191.

²⁸ *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Porto Alegre, 1977, v. 1, p. 178.

que “os oficiais das milícias nada desejam tanto como estas prisões”,²⁹ referindo-se ao recrutamento forçado para a Colônia do Sacramento.

Como só em 1779 um decreto estabeleceu em dez anos a duração do serviço militar, antes dessa data, a incorporação ao exército era encarada como uma condenação perpétua, sentimento reforçado pelos autores militares, que se referem ao serviço militar como uma forma de “servidão”, ou mesmo de “escravidão”.³⁰ Em vista dessa situação, é natural que os homens procurassem por todos os meios evitar a conscrição.

A deserção era o principal meio de resistência encontrado pelos homens que haviam sido recrutados à força e que, uma vez engajados, se viam submetidos às mais difíceis privações, muitas vezes sem alimentação e vestuário suficientes e com seus soldos constantemente em atraso. Contudo, também não se pode esquecer do interesse de portugueses e espanhóis em fomentar a deserção nas tropas contrárias, uma vez que os desertores podiam servir de informantes sobre as atividades dos inimigos.³¹

De fato, a prática de aliciamento à deserção através do oferecimento de um prêmio pecuniário, comum nas guerras da península ibérica,³² também foi utilizada durante o sítio de Colônia, quando, em fins de 1735, o governador de Buenos Aires ofereceu terras e gado aos portugueses que passassem para o lado espanhol, enquanto que o governador de Colônia, por sua vez, oferecia cinquenta pesos em prata ao inimigo que desertasse, buscando refúgio entre os portugueses.³³ Mesmo em períodos de paz, o aliciamento era constante. Se o governador Vasconcelos queixava-se de que “Colônia era o viveiro da gente com que Sua Majestade Católica povoava as suas Índias”,³⁴ não deixava de

²⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1911, v. II, p. 374.

³⁰ COSTA, Fernando Dore. “Condicionantes sociais das práticas de recrutamento militar (1640-1820)”, in: *Separata das Actas do VII Colóquio “O Recrutamento Militar em Portugal”*, 1996, p. 13.

³¹ Temos vários exemplos da busca de “línguas”, como os portugueses se referiam aos informantes, na “Relação do princípio da Guerra de Colônia até a chegada da nau Conceição...” in: *Revista do IHGRS*, nº 99, 1945, pp. 41-51.

³² COSTA, Fernando Dore. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa, nº 149, vol. XXXIII, 1998 – 5º p. 976.

³³ SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, pp. 72-75.

³⁴ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.26, ff. 67-71v.

receber desertores, como aconteceu em 1741, quando se negou a extraditar alguns marinheiros espanhóis que buscaram refúgio em Sacramento.³⁵

Embora as dificuldades vividas pelo soldado no serviço militar e o aliciamento feito pelos inimigos fossem as principais causas da deserção, segundo o governador Vasconcelos, alguns desertores buscavam na fuga para o território espanhol um meio de se livrarem das dívidas feitas nos domínios portugueses, principalmente em Minas Gerais.³⁶ Também se deve levar em conta, nas tentativas de deserção, o desespero em não conseguir saldar as dívidas contraídas junto aos comerciantes que vendiam alimentos e mercadorias a prazo aos soldados durante os freqüentes períodos em que o pagamento dos soldos atrasava.

O endividamento era um fator a mais a ligar o soldado ao exército, pois, caso desse baixa sem ter pago o que devia, poderia ser preso por dívidas.³⁷ Este era do caso de Luís Vieira, soldado de Sacramento, preso pela inquisição em 1725, que declarou se sustentar com seu soldo e não ter “mais que os vestidos e roupa de seu uso”. Acrescentou ainda que devia “a um mercador chamado João Fernandes Jales setenta e um mil e quinhentos réis de dinheiro e fazenda que lhe dava nas ocasiões em que se lhe faltavam os soldos para efeito da sua sustentação”.³⁸ A mesma situação se verificava em outras partes da América portuguesa, como foi o caso dos dragões de Minas Gerais que: “ao receberem seus soldos parte significativa do montante ficava nas mãos dos comerciantes”.³⁹

Apesar da impossibilidade de conseguir deter a deserção, as autoridades coloniais procuraram de todas as maneiras dificultar essa prática. Segundo o regimento de 1716, caso parecesse necessário, o governador poderia ordenar uma “mostra seca”, cujo objetivo era verificar ausências desautorizadas dos oficiais e soldados.⁴⁰ Quando era constatada a falta de algum militar, o governador não hesitava em ordenar a sua busca, que não diferia da

³⁵ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 1, p. 343.

³⁶ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 1, D. 81.

³⁷ PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP, 1986, p. 82.

³⁸ NOVINSKY, Anita W. *Inquisição: Inventário de Bens Confiscados a Cristãos Novos*. Lisboa: Imprensa Nacional, s/d, pp. 180-181.

³⁹ COTTA, Francis Albert. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006, p. 46

⁴⁰ *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, 1977, vol. 1, p. 28.

perseguição a um criminoso ou mesmo de um escravo foragido. A cavalaria era então chamada a patrulhar a campanha em busca dos desertores.⁴¹

Manuel Félix Correia declarou, por ocasião da sua candidatura ao posto de capitão da cavalaria, que no decorrer de dez anos de serviço na guarnição da Colônia do Sacramento, aonde chegou em 1718, ajudou a reconduzir à praça mais de cem soldados que haviam tentado desertar para o Rio de Janeiro ou para a guarda espanhola de São João. Outro candidato ao mesmo posto, Domingos da Luz e Souza, declarou que, em 1724, andou dois dias e duas noites até encontrar um desertor, que conseguiu prender e reconduzir a Colônia.⁴²

Na teoria, os fugitivos que fossem apanhados estavam sujeitos a sofrer a pena capital, mas na prática a deserção era encarada com uma certa naturalidade, pois então ela ainda não estava associada aos conceitos de traição à pátria e desonra que surgiram no século XIX. Durante o Antigo Regime, a defesa da honra era uma preocupação constante da nobreza, que não podia ser cobrada dos soldados, homens recrutados à força,⁴³ que na maioria dos casos provinham das camadas marginalizadas da sociedade, uma vez que as monarquias buscavam evitar o recrutamento dos privilegiados e da força produtiva.⁴⁴

Devido a esses fatos, a pena capital raramente foi utilizada na punição dos desertores, que em geral eram condenados a castigos corporais, seguidos de um determinado tempo de trabalho forçado nas obras de fortificação.

O governador Manuel Gomes Barbosa reclamava, em julho de 1718, que a punição dos desertores era prejudicada pelo longo processo burocrático que o governador deveria seguir antes de punir um desertor. Os processos deveriam ser remetidos ao Rio de Janeiro, procedimento que causava muita demora na sua resolução, dada a longa distância e as poucas embarcações que então faziam a rota entre a Guanabara e o Rio da Prata. Até então, as punições se restringiam a um tronco e em grilhões, mas o governador se queixava de que os soldados preferiam o castigo a prestar guarda e trabalhar na construção das fortificações, por isso pedia à Coroa para que, junto com os dois sargentos-mores da praça, pudesse sentenciar os soldados acusados de deserção, desobediência e crimes que não merecessem a pena capital, mas

⁴¹ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 1, D. 97.

⁴² *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1934, vol. XLVI, pp. 2-3.

⁴³ COSTA, Fernando Dore. "O bom uso das paixões...". Op. cit., p. 979

⁴⁴ CARDINI, Franco. Op. Cit., p. 193.

somente a polé,⁴⁵ argumentando que “onde não havia castigo não havia obediência”. O Conselho Ultramarino deu parecer favorável ao pedido de Gomes Barbosa, autorizando-o inclusive a utilizar a polé, medida que também foi aprovada por D. João V.⁴⁶

Presos em grilhões, os desertores deveriam trabalhar na construção da fortaleza durante dois anos, enquanto os que, de algum modo, conseguissem fugir para Portugal, seriam condenados a dois anos de galés.⁴⁷ Entretanto, a ameaça do castigo não era suficiente para impedir a deserção, pois, em 1729, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos informava ao rei de que “era tal a ânsia de se verem fora todos que vendiam as próprias camisas para pagarem aos peões que os põem em São João”.⁴⁸ Embora alguns conseguissem escapar, tendo então seus bens leiloados em favor da Fazenda Real,⁴⁹ tudo indica que a maioria não conseguia fugir, pois, dois anos depois, o padre Diogo Soares escrevia que, nas obras de fortificação, “os presos e degredados, que também trabalham [são] inumeráveis”.⁵⁰

Se a fidalguia predominava no oficialato da infantaria e, sobretudo, da cavalaria, a carreira na artilharia estava aberta também a todos, já que, mais do que um bom nascimento, essa arma requeria especialização no serviço.⁵¹ Quando se intensificaram as pressões do novo governador de Buenos Aires para que os portugueses se mantivessem no limite do alcance do tiro de canhão, Vasconcelos escreveu ao rei pedindo-lhe novos artilheiros, pois os vinte e um com quem contava “são incapazes por velhos e estropiados; e o mesmo sucede aos seus oficiais”. Reforçava então à Coroa o pedido que fizera ao vice-rei para que lhe mandasse seis oficiais e cinquenta soldados de artilharia. Pedia a D. João V que ordenasse ao vice-rei o recrutamento compulsório de Diogo Pais, que servira anteriormente em Colônia como

⁴⁵ A polé era um instrumento de tortura que também era utilizado pela inquisição portuguesa. O tormento consistia em suspender o prisioneiro até o teto com os braços amarrados às costas e com ferros presos aos pés. A queda brusca que se seguia provocava forçosamente o deslocamento do ombro e o rompimento do braço ou de outro membro. Cf. LIPINER, Elias. *Terror e Linguagem, um dicionário da Santa Inquisição*. Lisboa: Circulo de Leitores, s/d, pp. 196-197.

⁴⁶ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.25, ff. 237-239.

⁴⁷ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.21, ff. 344v-346.

⁴⁸ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.26, ff. 67-71v.

⁴⁹ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 3, D. 263.

⁵⁰ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 2, p. 81.

⁵¹ OGG, D. *Europe of the Ancien Régime*. Glasgow: Fontana, 1965, p. 154.

ajudante de artilharia e que, após casar-se em Salvador, abandonara o serviço militar. Embora recomendasse o emprego da força, Vasconcelos aconselhava que se lhe desse, ou promettesse, a patente de capitão, a fim de que Diogo Pais fosse para Sacramento “com mais gosto”.⁵²

O governador Manuel Gomes Barbosa mostrou, já em 1718, conhecer a importância da cavalaria na região platina, dizendo que, em Colônia, era melhor um regimento de Dragões que um terço de infantaria, pois “quem tiver mais cavalaria será senhor da campanha, em razão da muita gente que há de retirar gado às escondidas”.⁵³ Seu sucessor, Antônio Pedro de Vasconcelos, antes mesmo de assumir o governo de Colônia em 1722, escrevia, do Rio de Janeiro, à Coroa dizendo “depender a conservação e aumento da dita Colônia de haver nela um corpo de cavalaria, reduzindo-se toda a sua guarnição a um regimento de Dragões de seiscentos homens”.⁵⁴ Embora, no mesmo ano, o rei passasse uma provisão ao governador do Rio de Janeiro, ordenando-lhe que desse o suporte financeiro necessário para que Antônio Pedro de Vasconcelos procedesse à criação de um regimento de Dragões em Sacramento, a medida não chegou a concretizar-se.⁵⁵

O regimento de Dragões de Colônia foi finalmente criado através de uma provisão régia em 1737. Deveria constituir-se de um corpo de cavaleiros cujo núcleo básico seria composto por uma companhia de Dragões de Minas Gerais, para o qual seguiriam oficiais recrutados na metrópole, sob a chefia do coronel Diogo Osório Cardoso. Segundo seus idealizadores, esse corpo deveria possuir uma grande mobilidade tática e capacidade de improvisação, devendo lutar como um corpo de infantaria se necessário.⁵⁶

Contudo, o estreito bloqueio espanhol que foi mantido até a conquista definitiva da fortaleza, em 1777, cortou a livre comunicação dos portugueses com a campanha, impedindo a aquisição dos cavalos e mesmo o acesso às pastagens necessárias para alimentá-los. Antônio Pedro de Vasconcelos sugeriu, então, que o regimento de Dragões recém-criado fosse transferido para o novo estabelecimento de Rio Grande, solução que foi aceita pelo

⁵² *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 3, D. 313.

⁵³ *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. LXXI, p. 31.

⁵⁴ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Arq. 1.1.21, ff. 78-81v.

⁵⁵ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 1, D. 73.

⁵⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, p. 92, nota 18.

General Gomes Freire de Andrade, que mandou embarcar os Dragões ao novo destino.⁵⁷

Particularmente exposta ao perigo de uma invasão, na Colônia do Sacramento também se criaram companhias de libertos. Em 1770, o negro forro João de Vitória solicitou ao rei D. José I, a confirmação da carta patente que lhe conferia o posto de capitão de uma das companhias dos homens pretos e forros da Colônia do Sacramento, vago por morte de Antônio Alves Pacheco. O governador informava que nomeara João de Vitória capitão “sem vencimento algum da Fazenda Real, pois, tendo-se empregado diuturnamente nas faxinas da fortificação, antes e depois da guerra na qual pospondo a vida ao real serviço deu provas de seu conhecido valor”.⁵⁸ Ainda não encontramos outra fonte que nos esclareça sobre a atuação das companhias de negros livres na Colônia do Sacramento, porém o documento acima analisado é claro em apontar a existência de mais de uma companhia de negros forros na dita praça.

As funções dos soldados da guarnição de Sacramento não se limitavam ao serviço militar propriamente dito, pois seu trabalho era constantemente requisitado para participar da construção de prédios públicos, especialmente das fortificações. Durante os primeiros anos do governo de Manuel Gomes Barbosa, as tarefas da reconstrução de Colônia foram prejudicadas pela falta de recursos. Em 1718, o governador pediu ao rei que olhasse pelos soldados que trabalhavam na construção de trincheiras, dois quartéis, dois armazéns, um corpo de guarda e nas casas do governador, do ferreiro e dos jesuítas, “sem se lhes dar um só real, que todas estas obras são feitas de pedra e barro, e no fim do que, digo-lhe, pagam do Rio de Janeiro com matá-los à fome”.⁵⁹

Como no passado, as fortificações de Colônia voltaram a ser construídas de terra e faxina, já que, além de serem os materiais mais baratos e fáceis de trabalhar, possuíam a importante vantagem de resistirem bem ao bombardeio inimigo, sofrendo menos com o impacto das balas de canhão que os muros de pedra.⁶⁰ Embora fosse mais fácil trabalhar a terra que a pedra, os trabalhos na fortificação seguiam a passo lento, devido ao aprovisionamento deficitário. Barbosa se queixava ao vice-rei que se “não me mandam dinheiro

⁵⁷ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 1, pp. 333-334.

⁵⁸ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 7, D. 604.

⁵⁹ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C 1, D. 38.

⁶⁰ KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 333.

para a fortificação que, sem este, mal se pode fazer; não tenho senão quatro oficiais de pedreiro, que são poucos para tanta obra que está para fazer”.⁶¹

Em 1730, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos informou à Coroa que as chuvas haviam espalhado a terra que se juntara para fazer uma trincheira, a qual, “nenhum respeito fazia na forma em que se achava, ainda aos mesmos naturais”.⁶² Por isso pediu ao governo que separasse doze mil cruzados da consignação de quarenta mil cruzados que a alfândega carioca destinava à construção das fortificações da cidade para melhorar o sistema defensivo de Colônia. Segundo o governador, “nenhum embaraço podia haver para ser efetivo o trabalho da muralha, podendo-se esperar do serrado dela não fosse tão continuada a deserção que por ora não se podia evitar”.⁶³

Os trabalhos de fortificação foram impulsionados pela chegada dos chamados “padres matemáticos”, jesuítas enviados pela Coroa com o objetivo de elaborar mapas da América portuguesa. Ao ter conhecimento da sua chegada ao Rio de Janeiro, Vasconcelos escreveu ao governador Luís Vahia Monteiro para que os enviasse a Colônia antes que adentrassem nos sertões, a fim de regularizar o desenho das fortificações.⁶⁴ Em outubro de 1730, os padres Diogo Soares e Domingos Capassi se deslocaram para Sacramento.⁶⁵

Em junho de 1731, o padre Diogo Soares informava ao rei que da nova fortificação só havia o desenho do terreno e lugar onde havia de se construir a muralha. Escrevia ainda que “nem o custo e a despesa poderá ser excessiva, porque a pedra é muita, a cal de Vossa Majestade, o salário dos índios limitado, os presos e degredados, que também trabalham, inumeráveis”. Até então a defesa da praça consistia em “quatro montões de terra, que aqui se acham já arruinados”, sobre os quais havia quatro barracas de couro e palha, que não garantiam a defesa, mas antes “servem sim para a contínua deserção da soldadesca, sem que o cuidado deste governador, que neste particular é excessivo, baste a impedi-la”.⁶⁶

Convém ressaltar que o objetivo das muralhas não se limitava assegurar a defesa da praça, pois também visava à garantia da manutenção da ordem

⁶¹ *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. LXXI, pp. 30-31.

⁶² *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.26, ff. 83-84v.

⁶³ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.26, ff. 147v.-151.

⁶⁴ *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. XLVI, pp. 134-135.

⁶⁵ ALMEIDA, André Ferrand de. *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projeto do Novo Atlas da América Portuguesa*. Lisboa: CNCDP, 2001, pp. 100-142.

⁶⁶ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 2, p. 80-82.

interna. Como vimos antes, entre os argumentos do governador Vasconcelos e do padre Diogo Soares para que a Coroa providenciasse a conclusão das obras fortificação, estava presente a expectativa de que cessasse a deserção. Coates salientou que as restrições à mobilidade faziam com que a sorte dos soldados se assemelhasse à dos degredados, obscurecendo assim ainda mais as distinções que pudessem restar entre fortaleza militar e cadeia.⁶⁷ De fato, a construção de muralhas facilitava aos oficiais o controle sobre as entradas e saídas do recinto fortificado.

Outra maneira de garantir a vigilância sobre os soldados era alojá-los em quartéis. Como os soldados solteiros tinham maior propensão à deserção, uma vez que nenhum vínculo familiar os prendia à Colônia do Sacramento, eles foram instalados em dois galpões construídos por ordem de Manuel Gomes Barbosa. Estes edifícios deveriam ser grandes estruturas onde não havia qualquer tipo de privacidade, onde um sargento ou um cabo que dormia com a soldadesca estava encarregado de impedir as saídas noturnas. Se os soldados que pernoitavam no alojamento estavam sujeitos a um controle severo, os que pudessem pagar tinham o direito de alugar uma casa, situação que levou os menos favorecidos a enviar uma petição a Lisboa para pedir a construção de quartéis em Sacramento.⁶⁸

Devido ao elevado custo de vida em Colônia, é provável que pouquíssimos soldados solteiros pudessem pagar um aluguel, tendo, pois, de contentarem-se com o alojamento comum. Já os oficiais e os soldados casados podiam construir a casa própria no terreno doado pelo governador. Porém, tudo indica que nos primeiros tempos nem todos conseguiram recursos para a construção, já que, em 1719, Gomes Barbosa registrava a existência de dezesseis ou dezessete barracas feitas com couros nas quais moravam os soldados casados pobres, enquanto os oficiais e outros soldados viviam em cinquenta e uma casas de pedra e barro.⁶⁹

Além de ser usada como mão-de-obra na construção das fortificações e dos alojamentos, a guarnição também foi chamada a participar das obras da igreja matriz, na qual os soldados trabalharam duas horas pela manhã e duas todas as tardes durante o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos.⁷⁰ A

⁶⁷ COATES, Timothy J. *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela Coroa no Império Português (1550-1755)*. Lisboa: CNCDP, 1998, p. 161.

⁶⁸ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 3, D. 249.

⁶⁹ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 1, D. 47.

⁷⁰ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.26, ff. 199-201.

intensa participação da soldadesca nas obras públicas era possível porque o serviço militar não exigia dedicação exclusiva. Fora o serviço de vigia, que deveria ser constante, o regimento do exército se limitava a exigir que, ao menos uma vez por semana deveriam acontecer exercícios militares e que “de tempo em tempo se distribuirá pólvora aos soldados, assim em guarnição, como em campanha, para ensiná-los a atirar”.⁷¹

Se, em fins do século XVII, durante o governo de D. Francisco Naper de Lencastre, a maioria dos soldados procurava garantir sua subsistência através da prática da agricultura,⁷² a situação não deve ter mudado muito no século seguinte. Em 1720, segundo o governador Manuel Gomes Barbosa, os militares foram os responsáveis pela maior parte da produção de trigo.⁷³ Porém, se os oficiais geralmente cultivavam suas terras através do trabalho escravo, além de provavelmente explorar o serviço de seus subordinados, a maioria dos soldados casados trabalhava no campo, onde, na maioria dos casos, só contava com a ajuda da sua família.

A triticultura não exigia trabalho durante todo o ano, mas somente durante o período da aragem e sementeira, que ia de fins de maio a julho e durante a colheita, realizada de dezembro a fevereiro,⁷⁴ possibilitando conciliar o trabalho na agricultura com o serviço militar, que em sua maior parte consistia na execução de rondas noturnas. O mesmo deveria passar-se na guarda espanhola do rio de São João, onde os portugueses iam comprar pão quando havia carestia de trigo em Colônia.⁷⁵

Era efetivamente necessário que os militares buscassem as mais variadas formas de suprir as suas necessidades, pois era muito comum que o pagamento dos soldos fosse efetuado com atrasos de meses e até mesmo anos. Em janeiro de 1718, o governador Manuel Gomes Barbosa informava que os soldados estavam com seus soldos atrasados em um ano e os pedreiros em um ano e dois meses.⁷⁶ No ano seguinte, o sargento-mor Manuel Botelho de Lacerda informava que a guarnição contava com poucos soldados, “por

⁷¹ *Regimento para o Exército*, Lisboa, 1708, § 60, § 62.

⁷² ALMEIDA, Luis F. de. *A Colônia do Sacramento...* Op. Cit. p. 65.

⁷³ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 1, D. 64.

⁷⁴ GELMAN, Jorge. “¿Gauchos o Campesinos?” in: *Anuário IEHS*. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, nº 2, 1987, p. 58.

⁷⁵ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 1, D. 76.

⁷⁶ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 1, D. 38.

haverem desertado para Buenos Aires parte deles, e estarem mal fardados e se lhe deverem onze meses dos seus socorros".⁷⁷

A falta de mantimentos e materiais era tão grande que os soldados e os casais tiveram de vender "as camisas para comprarem biscoitos aos castelhanos"⁷⁸ e quando já não tinham mais nada para vender "comiam ervas e funcho".⁷⁹ O número de soldados, então, não passava de cento e noventa e, como no Rio de Janeiro, pela falta de homens aptos, era difícil recrutar gente nova, o Conselho Ultramarino recomendou que fossem enviados de Lisboa duzentos soldados.⁸⁰ Também recomendava que o efetivo do Terço se mantivesse em trezentos homens⁸¹ e, em 1722, sugeriu que o mesmo fosse elevado para quinhentos.⁸²

Assim que assumiu o governo de Sacramento, em 1722, Antônio Pedro de Vasconcelos constatou que os soldos dos militares, assim como os dos artífices que trabalhavam no serviço real, estavam atrasados desde primeiro de maio de 1720. Chamou então os comerciantes e, com base no que fora ajustado com seus colegas no Rio de Janeiro, pediu-lhes que entregassem ao almoxarife o dinheiro que tinham em mãos, fazendo o mesmo com o que a partir de então entrasse. Com a soma recebida dos agentes comerciais, Vasconcelos pôde pagar mensalmente o valor referente a três meses de soldo atrasado, "por ser assim mais suave a quem me dá o dinheiro como também para não carregar de um salto a Fazenda Real do Rio de Janeiro com tão grande porção de dinheiro".⁸³

Porém, a mudança de governo no Rio de Janeiro, que deixou de pagar as letras de câmbio passadas pelo governador de Sacramento, levaram o governador Vasconcelos a apelar para o vice-rei, ainda em 1726, já que a guarnição estava com o soldo atrasado em dez meses.⁸⁴ Entretanto, tudo leva a crer que nem mesmo o apelo à autoridade vice-real ajudou a resolver a questão, pois, em seis de abril do ano seguinte, Vasconcelos voltou a escrever ao governador do Rio, informando-lhe que as dificuldades que se enfrentavam

⁷⁷ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.25, ff. 246v-248.

⁷⁸ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.25, ff. 294-295v.

⁷⁹ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 1, D. 38.

⁸⁰ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.25, ff. 246v-248.

⁸¹ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.25, ff. 296v.-298v.

⁸² *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.21, ff. 66-66v.

⁸³ *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, C. 1, D. 81.

⁸⁴ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 2, p. 77.

em Sacramento eram tantas que “soldados e paisanos vendiam até suas camisas para comprarem biscoitos”.⁸⁵

Se o atraso no pagamento dos soldos era uma situação bastante comum, ele podia trazer funestas consequências por ocasião de um ataque inimigo, como aconteceu no início do cerco espanhol em 1735, quando a guarnição, “aflita e cansada, sobre a queixa de mal paga, violentamente obedecia, e servia com repugnância”. A situação foi remediada pelo oferecimento ao governador de uma grande soma por parte dos comerciantes, entre os quais Simão Pereira de Sá relaciona Domingos Álvares Calheiros e José de Meira da Rocha. Certamente os comerciantes contavam em pedir posteriormente à Fazenda Real a devolução do dinheiro emprestado, pois como ainda observa Pereira de Sá, “sempre foram os vassalos ricos o tesouro mais seguro de seus príncipes”.⁸⁶

O cotidiano dos soldados era marcado por fortes tensões que não se originavam somente da brutalidade com que eram tratados, mas que também se ligavam aos constantes atrasos no soldo e na precariedade da distribuição de fardas e alimentos, assim como à dificuldade em receber um tratamento médico adequado. Essas tensões cotidianas desencadeavam um processo de reação, no qual a deserção era o meio mais utilizado. A tentativa de pôr fim a esse problema foi uma das principais razões que levaram a Coroa portuguesa a implementar uma decidida política de povoamento na Colônia do Sacramento, através do favorecimento da emigração de casais. Pretendia-se então escapar da dependência do recrutamento compulsório, apostando na lealdade de homens casados e donos de terras que, acreditava-se, seriam menos propensos a desertar buscando refúgio nos domínios espanhóis. Entretanto a política de povoamento nunca conseguiu. Porém, mesmo com a adoção de uma política de povoamento a população local nunca conseguiu suprir a demanda de soldados para a guarnição da Colônia do Sacramento, que continuou a depender da remessa de soldados do Brasil e do Reino.

⁸⁵ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 1, p. 196.

⁸⁶ SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 75.

UMA REVOLTA MILITAR E SOCIAL NO ALVORECER DO RIO GRANDE DO SUL

Francisco das Neves Alves*

Um clima inóspito, com verões escaldantes, úmidos e abafados e um inverno rigorosíssimo, com frio inclemente e chuvas constantes; um acesso marítimo dos mais dificultosos, que levaria o lugar a receber a pecha de barra diabólica; um horizonte estéril, que ficaria por muito tempo conhecido pelos constantes areais soltos, esvoaçantes e prontos a engolir o que estivesse pela frente; um sítio urbano muito rudimentar, cheio de precariedades e habitações as mais rústicas; um abandono quase que completo por parte das autoridades governamentais; a fome sempre muito próxima, tendo em vista os grandes obstáculos ao abastecimento; e os perigos iminentes num território em litígio, no qual o inimigo se avizinhava e poderia ser sentido quase que epidemicamente, gerando um dos originais medos coletivos dos primitivos sul-rio-grandenses. Era esse o ambiente vivenciado pela comunidade humana que esteve presente nas terras gaúchas à época do nascedouro do Rio Grande português, a partir da fundação do povoado em torno do Presídio Jesus-Maria-José. Diante de tamanhas agruras, as insatisfações aflorariam, surgindo pouco tempo depois, uma rebelião de cunho social e militar no alvorecer do Rio Grande do Sul.

A primeira metade do século XVIII caracterizou-se pela consolidação do processo de expansão europeia, visto que um dos pressupostos básicos para sustentação do sistema econômico, predominante à época, era a formação de um arcabouço colonial, ocorrendo a partir disso uma série de conflitos entre diversos países europeus. As antigas nações hegemônicas – Portugal e Espanha – passaram a perder força desde o fracasso da União Ibérica e esse espaço foi sendo preenchido por outras hegemonias como a holandesa, a francesa e a inglesa. Assim, tal centúria foi profundamente marcada por guerras entre os Estados europeus, demonstrando a busca pela preponderância continental e os confrontos advindos das disputas coloniais. Nessa época, almejando recuperar mercados perdidos com o fim do domínio espanhol, Portugal iria eleger como um dos alvos de sua atenção na América, a expansão em direção à região platina, fundando, em 1680, a Colônia do Sacramento. A nova possessão lusitana jamais foi aceita pelas autoridades hispânicas, gerando um clima de

* Professor da FURG. Doutor em História – PUCRS. Pós-Doutorado junto ao ICES – Portugal.

agitação e guerra nessa zona, sendo a colônia constantemente atacada, sitiada, invadida e destruída pelos espanhóis e, posteriormente, devolvida e reconstruída pelos portugueses para, mais adiante, reiniciar esse cíclico dilema.

A partir dos repetidos ataques à Colônia do Sacramento, passaram diversas autoridades lusas a elaborar planos e estudos no sentido de promover uma ocupação das terras mais meridionais do Brasil, no atual território do Rio Grande do Sul. Somavam-se às motivações militares, na meta de melhor defender-se as intenções lusitanas no Prata, os interesses econômicos na região, buscando-se aproveitar em maior escala as potencialidades ali existentes. Nesse sentido, após várias incursões a estas terras, a ocupação oficial portuguesa no Rio Grande do Sul se concretizaria em 1737, com a expedição do Brigadeiro José da Silva Paes, representando a síntese dos intentos lusos na zona, quer seja, o estratégico, constituindo-se um ponto de apoio à Colônia do Sacramento, e o econômico, com os primeiros passos em direção a um aprimoramento da exploração do gado ali existente.

Assim, a formação do Presídio Jesus-Maria-José significou mais um passo da expansão colonial portuguesa em direção ao sul. O interesse luso, além da exploração do abundante gado, utilizado mormente a partir da ação mineradora no centro da colônia, estava na manutenção da Colônia do Sacramento, posição de difícil defesa devido aos constantes ataques espanhóis e origem de acirradas disputas militares e diplomáticas entre as nações ibéricas. Esse processo estava ligado ao jogo de interesses na região platina, servindo aquela colônia como formidável entreposto para a prática do comércio ilícito, permitindo a entrada de produtos portugueses (e ingleses), nas possessões espanholas e a evasão de metais preciosos da Espanha, ferindo frontalmente o pacto colonial desse país. Transformava-se a Colônia do Sacramento, dessa forma, no pomo da discórdia, expressão que se transformou em verdadeiro chavão para designar as disputas entre portugueses e hispânicos.

O povoado formado no Rio Grande se constituiu no centro da dominação lusa nas terras gaúchas, estando ali localizada a representação da administração colonial através da Comandância Militar, ocupada, inicialmente, por Silva Paes e, mais tarde, por André Ribeiro Coutinho e Diogo Osório Cardoso. De modo praticamente simultâneo ao erguimento da povoação, tendo em vista a necessidade de montar-se um aparelho estratégico-defensivo, deu-se também a formação de um Regimento de Dragões na localidade. Os dragões consistiam tropas especiais que atuavam como cavalaria ou infantaria e foram originalmente enviados para servir na Colônia do Sacramento, situação

impraticável naquele momento, sendo então deslocados para o Rio Grande. O regimento teve sua gênese ainda com os dois primeiros comandantes militares, mas consolidaria sua organização com Diogo Osório Cardoso. Nessa linha, os dragões constituíam inicialmente um corpo de cavaleiros que, na intenção de seus organizadores, deveria possuir mobilidade tática e capacidade de improvisação, devendo ser capaz até de lutar como um corpo de infante.¹

A sobrevivência dos primeiros habitantes do Rio Grande, juntamente com a dos próprios soldados, foi extremamente penosa. As maiores dificuldades estavam vinculadas à necessidade de abastecimento externo da nova possessão, às constantes intempéries, ao acesso dificultoso e, muitas vezes, ao abandono por parte da Coroa. Nessa sociedade, viver o dia-a-dia já era uma “aventura”, a incapacidade das coisas com que contavam era notória, suas moradas não passavam de barracas de couro, ou de ranchos cobertos de santa-fé; e havia falta de tudo, de remédios, de igrejas, de tecidos, de cal, de pregos, de pedras, de ferro, de telhas, de madeira, de mulheres, de distrações, de moedas e de tijolos, além disso, o soldo das tropas nunca era pago em dia, e, às vezes, levava anos para chegar.² Tal penúria contrastava com as promessas iniciais da Coroa Portuguesa que garantira aos povoadores e soldados toda a infra-estrutura necessária a sua manutenção e, até mesmo, em alguns casos, a distribuição de terras, o que só se efetivaria concretamente no caso dos militares superiores.

A crescente insatisfação levaria a um clima de descontentamento no recente povoado, culminando com a deflagração de um movimento rebelde conhecido como Revolta dos Dragões, iniciado a 5 de janeiro de 1742. Nesse momento, no dizer do “primeiro historiador gaúcho”, esteve a nascente colônia em “apertado lance”, quando os soldados negaram obediência aos seus imediatos superiores, proclamando os oficiais dentre seus próprios quadros.³ Na descrição do comandante militar, Diogo Osório Cardoso, naquele dia, entre quatro e cinco da tarde, depois de rendida a guarda, juntou-se grande quantidade de soldados num capão de mato, junto à barra, e dali saindo tentaram aprisionar um cabo de esquadra que passava. Tal militar, a cavalo, fugiu e foi dar notícia ao comandante de que algo de anormal ocorria. Segundo

¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 91.

² CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 11.

³ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 4. ed. Petrópolis: Vozes/INL-MEC, 1978, p. 70.

o governante, todas as providências foram tomadas, como o reforço da guarda do Porto, o envio de oficiais e soldados para a praça de armas, a reunião dos paisanos armados, para defesa da autoridade, mas todas elas caíram no vácuo, uma vez que ninguém deu um tiro e os soldados imbuídos de dominar o motim fizeram causa comum com os seus companheiros.⁴

Nessa linha, os agentes promotores da sedição refletiram em seu ato a precária situação vivida pelo conjunto da população que apoiou o movimento. As principais reclamações dos soldados estavam ligadas aos atrasos de soldos, falta de fardamentos, precariedade de gêneros alimentícios, maus tratos de parte dos superiores, controle individual absoluto, castigos corporais e não cumprimento de promessas feitas anteriormente. As reivindicações dos rebeldes eram traduzidas através de representações por eles encaminhadas e que refletiam as penúrias pelas quais passava o jovem povoado. Ao promoverem a sedição, os rebeldes redigiram um documento ao comandante militar, o “Registro de representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso”,⁵ promovendo uma verdadeira exposição de motivos do movimento.

Dirigindo-se ao Coronel Governador, com o “mais profundo respeito”, os soldados dragões do Regimento e guarnição do estabelecimento, todos em um corpo, afirmavam não ser o seu ânimo usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de S. M. e suas reais ordens. Diziam também que veneravam e protestavam guardar, como obedientes e leais vassalos, a defesa da sua Coroa e Estado, até perder a própria vida, como já teriam demonstrado no estabelecimento desde seu princípio, apesar de estarem sofrendo, não só a falta de socorro e fardas, mas por muitas vezes a de pão de munição e outros inconvenientes que ordinariamente eram experimentados na criação de novas povoações. Assim, temerosos das possíveis e prováveis punições, os rebelados intentavam demonstrar que sua atitude fora lançada como um último recurso diante da situação lastimável em que viviam.

⁴ Citado por: CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul (Período Colonial)*. Porto Alegre: Globo, 1970. P, 119.

⁵ Citada por: QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*. Ed. da FURG, 1987, p. 169-171.

De acordo com os rebeldes, eles estavam obrigados da consternação das estreitas ordens e rigorosos castigos com que se achavam oprimidos, sem o desafoço de poderem sair dos portões para fora, sem a licença dos seus oficiais e com penas de prisão e severo castigo. Alegavam também que não poderiam ter cavalos e arreios seus, sendo dado por perdido e prendendo todo o que se achasse montado ao entardecer. Eram também submetidos à obrigação de às oito horas da noite se recolherem aos quartéis, quando eram fechadas as portas, das quais eram tiradas as chaves, além de serem submetidos à mostra pela manhã, ao entardecer e à meia noite. Acusavam ainda que as ordens eram severamente executadas por sargentos, com prisões e pancadas que os maltratavam, contrariamente às regras estabelecidas, bem como não era admitida a sua queixa contra o disposto no Regimento e nem a elaboração de algum outro requerimento que manifestasse suas insatisfações. Assim, uma das maiores queixas dos rebelados referia-se à severa disciplina e penalizações a que eram submetidos, tudo no sentido das autoridades governamentais buscarem evitar ao máximo qualquer possibilidade de deserção.

Segundo o “Registro de representação”, estava faltando pão de munição, pela pouca prevenção que houvera, de modo que se mandaram dar a cada soldado quinze espigas de milho para quinze dias e uma abóbora para outros tantos, sendo assegurado na frente do Regimento que, em chegando farinhas, se inteiraria tudo sem desconto, mas, apesar da promessa continuara faltando inteiramente. Destacava também que os militares, querendo encaminhar requerimento com tais reivindicações, não só não o foi admitido, como foram passadas ordens para se dar com um pau a morrer naquele que falasse nisso. Os dragões diziam ainda que se viam despidos e em suma miséria com a falta de pagamentos e fardas, impossibilitados para poderem continuar no serviço e que, quanto a isso também fizeram requerimento para que se mandasse pagar as fardas devidas, o que igualmente não foi admitido. Também não foi permitido que entrasse em requerimento o fato de ter sido usurpado o pão de munição de muitos soldados que se achavam destacados.

Queixavam-se os revoltosos que o Brigadeiro José da Silva Paes, quando no comandando do estabelecimento, concedera que alguns soldados dessem outros por si, que ficassem servindo no Rio Grande, diante do que eles poderiam ir servir nas suas praças, ao que não se dera cumprimento, e ficaram servindo uns e outros. Destacavam ainda que, da mesma sorte, tinham vindo do Rio de Janeiro alguns soldados, já com a praça, para ficarem no povoado sulino por outros que ali se achavam, e que deveriam ir servir no centro da colônia, havendo inclusive alguns despachos de Gomes Freire de Andrada, para que fossem remetidos outros para as suas praças, com a mesma obrigação

ou sem ela, o que também não fora deferido. A intenção dos militares era que pudessem, ainda que ocasionalmente, serem substituídos e retirados daquele território prenhe de intempéries e perigos, com o inimigo tão próximo.

A malversação de parte das autoridades também era denunciada pelos revoltosos, ao afirmarem que, tendo se remetido da Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro toda a previdência de dietas para o Hospital, elas foram desviadas para outras partes, faltando à assistência e caridade dos doentes, por cuja causa notoriamente padeciam misérias excessivas. Os constantes castigos constituíam mais um dos pontos de queixas dos militares, os quais destacavam que havendo suspeita de algum soldado querer desertar, sem prova legal, o passavam a pau pelos cabos-de-esquadra, na frente do Regimento, de onde iam para o Hospital, e depois os mantinham em rigorosas prisões e galés. Ficavam eles escandalizados também de serem maltratados com palavras injuriosas, acutilados, chegando alguns a ficar aleijados de mãos e pés, bem como serem afrontados, como o caso do soldado que, chamado à casa de um capitão, na qual, a portas fechadas, foi tão maltratado por dois mascarados, com sacos de areia e calabrotes, que teve de ser levado para o Hospital. Denunciavam que tais tratamentos teriam sido praticados apenas por razões particulares.

Nessa linha, os dragões afirmavam que se viam ultrajados, sem desaforo algum, passando excessivas misérias advindas da falta de vinte meses de soldos e três anos de fardas. Nessa linha, diziam-se desenganados, passando a acreditar que por outro caminho não seriam atendidos, de modo que haviam tomado a resolução de se separarem em um Corpo da Obediência do Governo de seus oficiais, elegendo entre si outros, e um comandante, tanto para continuar o serviço, assim de guardas e rondas para a defesa do estabelecimento, como para, debaixo da obediência deles, se evitarem roubos, violências e outros distúrbios que pudessem acontecer aos moradores, como até então se havia observado, sem alterar novidade alguma no que tocassem as faxinas e mais disposições pertencentes à jurisdição real. Declaravam que pretendiam manter tal situação até que lhes fossem satisfeitas inteiramente suas reivindicações quanto a soldos vencidos e fardas, além de que lhes fosse franqueado poderem andar nos seus cavalos, não só dentro da praça, mas fora dela, na forma que lhes era permitido pelas Novas Ordenanças.

Os militares almejavam ainda que pudessem ter canoas para pescar e buscar toda a mais conveniência nas vizinhanças da povoação, nos dias que fossem isentos de serviço, sem mais obrigação que a de dar parte e obediência a seus oficiais. Objetivavam que fossem isentados das mostras e de serem

recolhidos aos quartéis os que com seu procedimento não dessem ocasião a isso, praticando-se com eles o que se praticava nas mais praças do Brasil, de modo que pudessem suavizar outros descômodos que padeciam no jovem povoado. Reivindicavam que se desse cumprimento aos despachos de Silva Paes a respeito das licenças e das possíveis substituições, para que não desanimassem e para que pudessem servir com mais gosto. Pediam ainda para aqueles que constasse por certidão do cirurgião e dos seus oficiais, terem queixas graves para continuar o serviço e necessitassem de mais eficazes remédios dos que se achavam na povoação, pudessem ser remetidos ao Rio de Janeiro, antes que ficassem incuráveis, para ali tratarem da sua saúde, com obrigação de se restituírem à sua praça.

Os rebelados solicitavam também que os doentes do Hospital fossem assistidos com mais caridade e que não fossem desviadas para outra parte as dietas que se remetiam para tal fim como até então vinha acontecendo. Pretendiam ainda não ser castigados, como até aquele momento, pela leve presunção de quererem desertar, sem evidente prova. Por outro lado, em nome do Corpo, por crédito dele e honra da nação, requeriam e pediam que os que desertassem, roubassem, ferissem, causassem distúrbios e faltassem às suas obrigações, fossem logo punidos e castigados severamente, conforme a gravidade das suas culpas e as determinações das Novas Ordenanças. Nesse sentido, os rebeldes buscavam distinguir sua ação reivindicatória daquelas que pudessem ser enquadradas como efetivamente criminosas.

Finalmente, os dragões retomavam o argumento de que sua atitude constituía medida extrema e última alternativa diante das desgraças vivenciadas. Diziam que da resolução que tomaram foram obrigados pela miséria e consternação em que se achavam, diante do que, ainda que se atribuisse o nome de tumulto e levantamento, o que acreditavam que não o fosse, ou de excesso, lhes fosse concedido o perdão de todas as forças que se praticavam em semelhantes casos, para que em tempo algum pudessem ser castigados nem punidos, de modo que tivessem condições de, sem temor, restituir-se à obediência de seus oficiais e continuar no real serviço com mais gosto, zelo e honra com que desejavam empregar-se nele. O receio das mais severas punições fazia com que os rebeldes arrematassem seu Registro de representação quase que se desculpando pelos seus atos, pedindo o perdão e enfatizando que acima de tudo pretendiam continuar servindo à Coroa.

Mesmo rebelados e controlando as posições oficiais, os amotinados buscaram manter a rotina de vida e as funções públicas e militares do povoado em plena edificação. A partir da revolta, Diogo Osório Cardoso buscou

contornar a situação e, de modo a apaziguar os ânimos, prometeu aos sediciosos que seus intentos seriam levados em conta. O comandante militar chegou a intimar a população para que todos que possuíssem dinheiro repassassem à tesouraria real, caso contrário, os que se negassem seriam considerados rebeldes perante a Coroa. Dessa maneira, reuniu as tropas e, conclamando todos à pacificação, garantiu-lhes, *ad referendum* às autoridades centrais, que seriam totalmente atendidos em suas reivindicações, a não ser a referente à questão pecuniária, por não haver dinheiro suficiente naquele momento, além disso, ficava garantido também o perdão aos rebeldes.

Nessa ocasião, o governante manifestava-se dizendo que aceitava todas as condições apresentadas na proposta e representação que fizera o Corpo de Dragões que se achava separado, menos a de se pagar por inteiro, presentemente, tanto os soldados vencidos de vinte meses como os fardamentos, por não haver no estabelecimento a providência necessária, nem se acharem esses arbitrados. Diante disso, propunha-se a por na presença de Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão General da Capitania, no sentido de prover inteiramente as condições e isenções expressadas e confirmar o perdão que dava aos amotinados.⁶ Essa aceitação do comandante militar aos termos dos rebeldes só ocorreria tendo em vista a completa falta de alternativas para tomar outro tipo de providência.

Grande parte dos historiadores que abordou o tema considerou essa concessão do perdão como o fato que demarcaria o encerramento do evento rebelde, no entanto, ele prosseguiu. Apesar do arrefecimento de ânimos após a atitude de Diogo Osório Cardoso, no mês seguinte, o desembarque de Silva Paes, com a função de aplacar as manifestações rebeldes, iria demonstrar que ainda havia fagulhas da rebelião dentre as cinzas, uma vez que o Brigadeiro não trouxera nem os soldos nem os mantimentos devidos, reascendendo o movimento. Foi com dificuldades que Silva Paes negociou com os rebeldes que não pretendiam permitir que ele se afastasse, conseguindo, porém, garantir sua saída com a promessa de que iria à Santa Catarina obter recursos para satisfazer os rebelados. Em verdade, o Brigadeiro retirou-se para a Estância Real do Bojuru, esperando a chegada do barco que traria mantimentos e soldos. Mesmo após a entrada da embarcação, os rebeldes continuaram insatisfeitos, uma vez que só foi pago um terço do que lhes era devido. A intensificação da revolta tornou-se iminente, surgindo até a possibilidade, por parte de alguns de quebra de fidelidade e colocação dos serviços à disposição

⁶ Citada por: CESAR, 1970, p. 123.

da Espanha. A pacificação apenas ocorreria a partir do momento em que os líderes do motim aceitaram as promessas de que logo receberiam os atrasados, além de ficar-lhes garantido o completo perdão por parte das autoridades reais.

O fim da revolta deveu-se mormente à total falta de condições da Coroa Lusa de tomar providências mais enérgicas, esmagando os rebeldes, notadamente por tratar-se dos perigos e dos jogos de interesse envolvidos naquela região em litígio. A concessão do perdão aos rebeldes foi, entretanto, limitada a questões circunstanciais que visavam suavizar levemente o tratamento para com os soldados. Nesse sentido, a ratificação do perdão de Osório Cardoso, feita por Gomes Freire de Andrada chamava atenção para o fato de que aquele tipo de atitude jamais deveria se repetir, pois constituiria “mau exemplo” para os demais súditos, além disso, todas as concessões obtidas pelos amotinados foram circunscritas às condições e disponibilidades financeiras das autoridades centrais e à manutenção de determinadas formas de controle sobre os militares, visando, essencialmente, a redução dos riscos de deserção. Tais questões ficaram expressas no Registro da ratificação do perdão ao Corpo de Dragões,⁷ datada de 3 de abril de 1742.

O documento de perdão da lavra de Gomes Freire de Andrada, afirmava que, à conta que o Coronel Comandante do estabelecimento, Diogo Osório Cardoso, dava do atentado que o Corpo cometera e a representação que o mesmo fizera ao dito Coronel, mostravam a desordem e crime cometido, o que teria constituído um fato em que, não só desatendera às Ordenanças de S. M., negando obediência aos oficiais, elegendo entre si quem os governasse, mas usurpara o seu real poder e escurecera o crédito na Nação Portuguesa, que em inumeráveis ocasiões teria dado estimadíssimas provas de sua constância e fidelidade. Destacava ainda que a desordem fora executada antes dos militares haverem feito representação acerca das faltas e violências que padeciam, como seria a sua obrigação, e não por tão estranho meio como obrou para lhe dar a providência que necessitava. A autoridade pública intentava manter o rigor em sua manifestação, buscando apontar o movimento como um ato criminoso que deveria ser punido com rigor, pois, na sua concepção, os dragões não haviam seguido o caminho correto da reivindicação, entretanto, tal chance não fora dada aos militares, como eles mesmos afirmavam.

Apesar desse rigorismo inicial, o governante era conhecedor dos percalços que cercavam a região e da impossibilidade de rearranjar forças para garantir a defesa da guarnição. Desse modo, suavizaria seu discurso, explicando

⁷ Citado por QUEIROZ, p. 172-174.

que, atendendo à regularidade que se havia feito depois e à forma em que fora continuando o serviço, e a que o dito Coronel prometera, em nome de S. M., perdão do excesso obrado, Gomes Freire confirmava o dito perdão. Junto de tal absolvição iam junto algumas determinações, pelas quais, a autoridade pública, destacando que esqueceria a violência que se executara, esperava que dali em diante desse o Regimento tão repetidas provas de sua fidelidade, que destruísse o conceito que nas mais tropas se fizera de “tão feio acontecimento”. Mesmo com essa verdadeira anistia, contra a qual não tinha muito a fazer, Andrada não deixava de qualificar o ato rebelde como violento e que servira de mau exemplo aos demais militares.

Quanto às solicitações rebeldes, a autoridade governamental mandava primeiramente que se fizesse o pagamento, empenhando a sua palavra de que, logo que na Provedoria da Fazenda Real fosse entrando algum rendimento se iriam perfazendo os meses que restassem a dever, bem como ocorreria a promessa de envio de fardamentos e farinha. Permanecia a Coroa lusa no campo das promessas e a garantia de que se colocaria em dia o soldo em atraso ficaria condicionada às condições de arrecadação. No que tange a punições dos oficiais que pudessem ter cometido excessos no tratamento dos soldados, Gomes Freire ordenava que, na primeira embarcação, fosse remetido e preso um capitão, enquanto que um alferes seria mudado para o Reduto do Albardão, donde ficaria até contra-ordem. Garantia também que os dois soldados que haviam sido maltratados, por ordem daquele capitão, havendo a conveniência dos mesmos, poderiam retirar-se do Rio Grande.

Gomes Freire de Andrada permitiria ainda que, podendo algum soldado ter cavalo próprio, sela e arreios, sem ser de S. M., se servisse dele, não excedendo a saída de mais de uma légua a duas, sem mais armas que a sua espingarda, se fosse caçador, e para qualquer saída seria sempre com a licença dos seus oficiais. Garantia também que pudessem ter canoas e usar delas na forma que pediam, mas sem velas nas ditas embarcações, e as recolheriam na Guarda do Porto sob controle de sentinela. Mandava que aos soldados que o seu claro procedimento não desse causa ao aperto de tantas revistas, se permitisse o que pediam. Declarava que, havendo permissão sua para se recolher algum soldado, se cumprisse, como também os despachos que houvesse de soldado que tivesse dado outro por si, pudesse sair daquele povoado no extremo-sul. Mandava que se emendasse toda a desordem, se é que ela havia, nas dietas e Hospitais.

Determinava ainda o governante que não se procedesse a castigo grave

sem prova, por suspeita de deserção, pois caía a infâmia no soldado e sua família quando chegava a ser castigado pelo “abominável delito” de desertor. Finalmente, Andrada ordenava que em tudo se observasse a justiça e equidade, evitando tão grave proceder e mantendo-se a disciplina das tropas, para que dali em diante se visse eliminada a desordem, e que todos servissem conforme as reais intenções e Ordenanças de S. M. Apesar desse manifesto sentido de anistia e de concessão, a autoridade pública atendia apenas algumas das questões circunstanciais e não eliminava em maior escala as limitações impostas aos militares no jovem povoado, pois acima de tudo, permanecia a tentativa de eliminar possíveis intenções desertoras.

Terminava, assim – com um perdão concedido por razões circunstanciais e com as autoridades não abrindo mão do controle sobre seus subordinados – uma rebelião que não foi movida só por interesses dos militares e que contou, isto sim, com o apoio de boa parte dos novos povoadores, vinculados direta ou indiretamente com os soldados e passando pelo mesmo tipo de privação, constituindo-se portanto, além de um movimento de cunho militar, num acontecimento de significativo teor social. Aplacada a revolta, os dragões permaneceriam em suas funções estratégico-defensivas até os anos cinquenta, quando, a partir da nova conjuntura histórica advinda do Tratado de Madri e a conseqüente Guerra Guaranítica, o regimento seria deslocado para a localidade de Rio Pardo, a partir de onde teriam participação no processo de ampliação e integração das fronteiras sul-rio-grandenses, incorporando, inclusive, à sua própria denominação, como epíteto, o nome daquela comunidade, surgindo os *dragões do Rio Pardo*.

O cotidiano da Revolta dos Dragões seria refletido muito a contento na narrativa de dois náufragos que vieram dar à costa gaúcha bem no momento em que se desencadeava o movimento. Assim, a primeira versão sobre os tempos originais dos dragões nas terras gaúchas e, mais especificamente sobre o ato rebelde por eles empreendido em 1742, à exceção dos documentos oficiais lusos, deu-se através da obra *Uma viagem aos Mares do Sul (1740-1)* escrita pelo artilheiro John Bulkeley e pelo carpinteiro John Cummins. Era um verdadeiro diário de viagem, que retratou os acontecimentos ocorridos com os náufragos do navio britânico *Wager*, apresentando as desventuras por eles passadas desde a saída da Inglaterra, passando pelo naufrágio no extremo sul da América do Sul, a luta pela sobrevivência e a nova empreitada, num pequeno barco, em direção ao Brasil. Ao explicarem seus objetivos afirmavam que escreviam num estilo simples, “marítimo”, sem parciaisidades ou preconceitos ou ainda sem a pretensão de naturalistas, nem de homens de grande cultura, e sim, calcados fundamentalmente na “verdade”, buscando

prestar um testemunho “fiel” aos acontecimentos envolvendo o naufrágio.⁸

Após o sinistro, parte da tripulação embarcaria em pequena escuna e enfrentaria um sem número de entraves, como as avarias provocadas pelas constantes tempestades, o pouco espaço para a quantidade de homens, a insalubridade e a promiscuidade na embarcação, além da falta de motivação e da crônica carência de alimentos, pois as rações logo terminariam e a dieta passaria a compor-se do que estivesse disponível, como focas, cães, ratos, couro seco ou carne estragada. Tal quadro caótico levou a um grande número de mortos, cujos corpos eram abandonados ao longo do caminho. Foi nessa calamitosa e exasperadora contingência que ocorreu a chegada dos naufragos do *Wager* à costa do Rio Grande do Sul, na recém-fundada povoação, naquele momento agitada pela revolta. Entretanto, o comportamento até certo ponto ordeiro e a manutenção dos militares na execução de suas obrigações fizeram com que, num primeiro instante, os naufragos não chegassem a perceber o contexto de revolta que dominava a situação no Rio Grande.

A chegada dos naufragos na povoação lusa, após conseguirem vencer os naturais obstáculos que representava a passagem pela barra do Rio Grande, se daria no mesmo mês em que espocara a revolta. Recebidos na colônia, eles descreveram a hospitalidade de parte dos portugueses, afirmando que o comandante, os oficiais e o povo do lugar os receberam de uma maneira muito carinhosa e afável, enviando aos homens a bordo quatro quartos de carne e dois sacos de pão de farinha,⁹ provisões formidáveis, ainda mais para uma comunidade que sofria com a constante falta de mantimentos. Revelando o caráter litigioso na disputa do território, o administrador da povoação buscou esclarecer o real objetivo dos navegadores, bem como questionou sobre o modo como eles ali haviam chegado e a respeito do conhecimento dos mesmos acerca da costa meridional da América do Sul.¹⁰

⁸ Sobre tal narrativa, ver: ALVES, Francisco das Neves. A Revolta dos Dragões na visão dos naufragos do *Wager*. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG/SMC, 1995, p. 39-40. BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. 1973. v. 1. p. 219-222.; CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1981, p. 131-132.; e QUEIROZ, p. 72-74.

⁹ BULKELEY, John & CUMMINS, John. *Uma viagem aos Mares do Sul (1740-1)*. Rio de Janeiro: Cia. Brasil Editora, 1936, p. 148.

¹⁰ Narravam Bulkeley e Cummins, a respeito do contato com o Governador, que este procedera a um cuidadoso inquérito sobre as nossas atribuições, e sobre os motivos

O bom tratamento recebido no primeiro contanto com os lusos foi amplamente abordado no diário de viagem, destacando que o Governador oferecera tudo de que o “país” dispunha para aliviar os seus males, sendo os doentes enviados para o Hospital e arranjada guarida para os naufragos e tomados cuidados para que os tripulantes não sentissem falta de nada, além de terem sido informados a respeito de parte da sua frota original que se encontrava no Rio de Janeiro. O alívio era a característica essencial do relato de Bulkeley e Cummins naquele primeiro momento de permanência no Rio Grande, o qual surgira como verdadeiro “paraíso”, diante da situação de agruras até então vivenciada. Nesse sentido, afirmavam a respeito de sua chegada, que fazia cerca de nove meses que naufragaram no *Wager*, tempo durante o qual não acreditavam que mortal algum tivesse sofrido as misérias e dificuldades que eles encontraram; no entanto, o dia da chegada no Rio Grande poderia, ser chamado o “Dia da *Salvação*”, de modo que a sua lembrança deveria ser guardada com a máxima gratidão.¹¹

Até o final do mês de janeiro, os naufragos chamavam atenção para a “maravilhosa” mudança no regime da sua alimentação, pois viviam “do melhor que a terra produz”, tendo “fartura de tudo”. Segundo os narradores, o Governador declarou que eles eram muito mais bem-vindos chegando naquelas deploráveis condições, do que se tivessem vindo com todas as riquezas do mundo. Além disso, o governante garantiu que os marujos teriam tudo o que pudesse fornecer e que os despacharia para o Rio de Janeiro na primeira oportunidade, ordenando ao comandante que todos os desejos deles fossem imediatamente atendidos. Diante desse tratamento, os naufragos descreviam que naquele momento, julgavam-se “perfeitamente felizes”

que nos trouxeram a este porto, desconfiando um pouco que fôssemos inspetores da costa. Ele perguntou se havia a bordo algum mapa da costa, e, no caso contrário, como seria possível termos achado a barra, e aventurado num porto tão perigoso como este. Respondi que, quanto a mapas, não havia de nenhuma espécie que fosse; mas que eu tinha, na véspera, feito uma boa observação; que a nossa escuna era de muito pouco calado; que estivemos navegando com a sonda na mão; e que, na contingência em que nos encontramos, éramos forçados, de qualquer maneira, a nos aventurar. Que, se não tivéssemos visto a abertura antes da noite, teríamos sido compelidos a trazer a embarcação para a praia. Ele examinou-me também com respeito aos lugares que tínhamos aportado, desde o Cabo Santa Maria até este porto, e mais particularmente a respeito do Rio da Prata. Quando deu-se inteiramente por satisfeito, abraçou-nos, benzeu-se, a pensar da nossa salvação, que no seu dizer, foi um milagre. BULKELEY & CUMMINS, p. 148-149.

¹¹ BULKELEY & CUMMINS, p. 149.

desejando, sinceramente, que todos que tivessem sobrevivido à perda do navio, pudessem achar-se em boas condições como a deles.¹²

Tal situação iria alterar-se a partir de fevereiro. Os naufragos começaram a perceber a insatisfação da população, quando da chegada do Brigadeiro José da Silva Paes ao Rio Grande, pois, de acordo com eles, os soldados da guarnição, tendo seu salário com vinte meses de atraso, pensaram que o Brigadeiro tivesse vindo fazer o pagamento e, quando verificaram que não foi por isso, entraram em grande amotinação. Os tripulantes britânicos descreveram que somente a partir de 2 de fevereiro foi que eles se deram conta do real estado de coisas na povoação do Rio Grande, descrevendo que havia “grande murmuração” entre os soldados, que não permitiram que o Brigadeiro voltasse, como era sua intenção fazer, até que promettesse remeter o dinheiro, roupa e provisões, e providenciar para que todas as suas queixas fossem atendidas, só assim consentindo na sua partida. A partir de então, os naufragos se aperceberam da revolta que explodira pouco antes de sua chegada.¹³

Com o agravamento da crise no Rio Grande, os britânicos também passaram a sentir a penúria que sofria a população do local. Sobre a revolta, destacavam que os distúrbios no Rio Grande não eram úteis à sua causa, porque se ressentiam das suas conseqüências, já que a sua ração passara a ser tão diminuta que mal chegava para viver; ainda a respeito da falta de provisões, afirmavam que o povo estava, há vários dias, sem farinha, da qual faziam o pão. Diante da promessa do Governador de abastecer os naufragos com alimentos, também foi esse um fator de indignação de parte dos amotinados, tanto que, a procura por parte daqueles dos prometidos mantimentos provocou “nova murmuração entre os soldados”. Apesar disso, os ingleses receberam uma quantidade de pão suficiente para durar dez dias, porém, a eles foi mostrado o estoque de alimentos existente, o qual, considerando-se o número de pessoas a serem mantidas, era muito escasso, e não duraria mais de seis semanas, na base

¹² BULKELEY & CUMMINS, p. 150-151.

¹³ A respeito do reconhecimento das contingências de revolta vivida pela povoação, afirmavam: “Pensamos até aqui, que estivessem a postos os verdadeiros oficiais, mas verificamos o nosso engano. Algum tempo antes de chegarmos aqui, tinha havido uma insurreição ente os soldados. Seus projetos eram contra o Governador, mas por suas palavras e promessas de atender às reclamações, ele desviou da sua pessoa a tempestade que ameaçava, podendo assim continuar no seu posto. Os soldados destituíram o resto dos oficiais e os substituíram nos postos por indivíduos seus aliados, se bem que fossem, ultimamente, cidadãos civis. Mostravam-se imponentes, e não se diferenciavam no vestuário, dos verdadeiros oficiais”. BULKELEY & CUMMINS, p. 151-152.

da ração distribuída até então. O responsável pelo armazenamento dos gêneros alimentícios garantiu aos britânicos que eles estavam recebendo da mesma forma que os soldados, e que, quando chegassem mais mantimentos, o que esperava para breve, esta quota seria aumentada.¹⁴

Além das amplas dificuldades de abastecimento, um outro episódio narrado pelos tripulantes ingleses demonstrava que mais uma ordem de óbices era também enfrentada pela povoação fundada no Rio Grande, ou seja, os riscos representados por possíveis incursões dos espanhóis. A 17 de fevereiro, os naufragos descreviam a chegada de três marinheiros à guarnição, dizendo que pertenciam a um navio de provisões destinadas para este local, proveniente do Rio de Janeiro e que haviam partido de lá havia três meses, tendo ficado fora da barra, esperando uma oportunidade para entrar. Argumentaram ainda os três marujos desconhecidos que, como não havia água a bordo, foram obrigados a ancorar dez léguas ao sul do porto, sendo seu objetivo buscar um abastecimento de água, porém, devido ao vento, o navio os havia deixado, parecendo a eles que se deslocara para Santa Catarina. Segundo Bulkeley e Cummins, o Governador, não ficando satisfeito com a história, tomou-os por espíões, e como tal, prendeu-os, enviando homens à Santa Catarina para verificar a versão entabulada pelos três marinheiros aprisionados. As suspeitas da autoridade pública viriam a se confirmar, pois dois dias após sua chegada, os três marinheiros tentaram escapar em direção ao Rio da Prata, sendo, no entanto, novamente aprisionados.¹⁵

A partir do acirramento das dificuldades, a maior preocupação dos naufragos consistia em buscar meios de sair do Rio Grande. De acordo com esse intento, eles chegaram a oficializar suas solicitações a uma autoridade lusa da recém-fundada povoação, na qual informavam da precariedade de mantimentos. Além disso, os ingleses chamavam a atenção para o agravamento da convulsão que sacudia o povoado, declarando-se surpresos diante do fato de que aquela autoridade não via a mágoa dos habitantes e não ouvisse a “murmuração dos soldados”, por causa dos salários em atraso. Diante da possibilidade de um incremento nas manifestações de insatisfação, afirmavam

¹⁴ BULKELEY & CUMMINS. p. 152.

¹⁵ Assim os britânicos narraram a nova prisão dos possíveis espíões: “Ontem de noite, os três marinheiros que chegaram aqui tentaram fugir num dos barcos grandes, com mais cinco pessoas. Porém foram perseguidos e presos. Tinham a intenção de ir ao Rio da Prata, o vento estando, na ocasião, a seu favor. Isso mostra claramente que o Governador tinha razão em suspeitar deles. São agora prisioneiros na Casa da Guarda”. BULKELEY & CUMMINS, p. 153 e 155-156.

que se isso ocorresse, estariam eles muito “mal colocados”. No mesmo sentido, explicavam que o seu interlocutor deveria estar a par do roubo praticado no depósito e do descontentamento entre os soldados, o que deveria causar bastante apreensão, sem falar da repetição dos distúrbios, quando já não haveria “remédio possível”,¹⁶ razão pela qual eles renovavam e enfatizavam seu pedido de apoio para facilitar a sua saída da convulsionada povoação.

A 6 de março, os tripulantes britânicos noticiavam que fazia vários dias que o “povo estava agitado”, porque o navio não chegara, apesar do vento ter estado favorável havia mais de três semanas, de modo que a escassez de mantimentos em depósito, tornava-os receosos pelo futuro. Com o recrudescer da crise, os naufragos resolveram partir por terra, para o que tiveram o auxílio do Governador. Mais uma vez, os britânicos destacaram a cordialidade e o bom tratamento a eles dispensado por aquela autoridade lusa, a qual, muito a contento, traduzia em suas ações as já tradicionais e históricas relações de amizade – dependência, em outras palavras – de Portugal para com a Inglaterra. Segundo os marujos, o administrador público lhes dissera que, não obstante a falta de víveres no local, tinha tanta estima por um inglês, que, enquanto houvesse qualquer coisa para ele, os naufragos não haveriam de sentir falta.¹⁷

A idéia de partir por terra só foi abandonada tendo em vista que, a 19 de março, aportavam dois navios no Rio Grande, trazendo aos soldados, segundo a narrativa, não somente as provisões, mas também um perdão. Os naufragos descreveram que no dia seguinte chegava ao Rio Grande José da Silva Paes, no intuito de extinguir de vez a insurreição. No entanto, prossegue a narrativa, como a quantia trazida não cobria todo o valor dos soldos em atraso, a insatisfação persistiu e foi a muito custo que se obteve a pacificação da revolta, havendo, inclusive, ameaças de deserção e oferecimento de serviços à inimiga Espanha, encerrando-se o movimento rebelde somente graças à atitude de seu líder que resolveu aceitar o pagamento de parte do soldo devido, bem como o perdão da Coroa Lusa, no que foi seguido pelo restante dos amotinados.¹⁸ Só depois desses eventos, puderam os ingleses abandonar as

¹⁶ BULKELEY & CUMMINS, p. 157-158.

¹⁷ BULKELEY & CUMMINS, p. 158-159.

¹⁸ Sobre estes fatos, Bulkeley e Cummins relatam: “No dia 20, chegou o Brigadeiro. Pôs em fila todos os soldados, e leu a eles o perdão. Informou-os de que o dinheiro tinha chegado, porém somente a terça parte do soldo em atraso, sendo que o restante estava a caminho. O dinheiro que tinha recebido seria pago imediatamente, se quisessem aceitar. Todos, porém, de uma só voz, bradaram ‘Ou tudo ou nada!’ e grande confusão

terras gaúchas, deslocando-se para o Rio de Janeiro e, depois, para Portugal e Inglaterra.

A obra escrita pelos náufragos do *Wager* teve um significado especial para a descrição sobre os primeiros tempos da vida do jovem povoado luso em terras sul-rio-grandenses, bem como a respeito da Revolta dos Dragões. Expressando a versão do “testemunho ocular” dos fatos, Bulkeley e Cummins chamaram atenção para episódios não transcritos nos documentos oficiais e que, futuramente, viriam a ser “apagados” do discurso da historiografia oficial. Nesse sentido, os navegantes destacaram o fato de que a rebelião não fora gerada apenas pela insatisfação dos militares e sim pelo conjunto da população, afligida pelos mesmos males, afirmando, textualmente, que o “povo” estava agitado. Além disso, Bulkeley e Cummins fizeram referência à continuidade do movimento, mesmo após a concessão do perdão e a chegada de Silva Paes, citando, inclusive, um recrudescimento da sedição, apontando até mesmo para a possibilidade aventada da deserção e colocação de forças a serviço do inimigo, elementos constitutivos estes que foram totalmente excluídos nas versões entabuladas pelos representantes daquele discurso historiográfico.

A historiografia oficial se utilizaria em larga escala do papel exercido pelos dragões, localizando-os nos mais decisivos embates entre luso-brasileiros e hispânicos. Essa versão apresentou os militares como heróis, movidos unicamente por um espírito patriótico, calcado num altruísmo, verdadeiros mitos que estariam à frente de seu próprio tempo. Diante desse contexto, torna-se importante, não a negação da real participação dos dragões nos eventos militares que marcaram a formação das fronteiras gaúchas, mas, isto

reinou em seguida. Alguns eram de opinião a passar ao lado do rei da Espanha, outros começaram a mudar de idéia, e preferiram receber parte do dinheiro. A maioria, porém, insiste em receber o total. Para acalmar essa confusão, o comandante empregou os seus maiores esforços. Davam-lhe mais atenção que ao Brigadeiro, ou mesmo ao Governador. Disseram ao comandante que só eram soldados, quando perceberiam soldo do Rei, e que, todos que fossem pelo Rei, levantassem a mão! ‘É, exclamaram, o nosso comandante, por isso confiamos em que responderá para nós. O que fizer garantiremos com a vida’. Ouvindo isto o comandante entregou o comando, e pondo ao ombro a carabina, foi tomar, na fila, o lugar de um soldado raso, dizendo: ‘Uma vez que o Rei foi tão generoso em perdoar, é dever aceitar!’ O Brigadeiro ficou tão satisfeito com o procedimento do comandante que correu para ele, e, tomando-o nos braços, abraçou-o com grande entusiasmo. O resto da tropa seguiu o exemplo do ex-comandante, devolvendo os postos aos verdadeiros oficiais. Assim terminaram hoje a sedição e a confusão que reinavam havia algum tempo, tudo voltando à tranquilidade, à disciplina e à ordem”. BULKELEY & CUMMINS, p. 160.

sim, ressaltar que eles foram movidos por interesses profissionais e pessoais ligados às possibilidades de ascensão social, seja dos oficiais de alta patente, futuros proprietários de terra e representantes de parte da oligarquia rio-grandense, seja dos soldados, os quais atuaram em busca de melhores condições de vida e que, gradualmente, se vinculariam aqueles oligarcas nas tradicionais relações de clientelismo que marcaram a história rio-grandense-do-sul.¹⁹

Tal perspectiva historiográfica aplicaria uma visão reducionista acerca da Revolta dos Dragões, intentando destacá-la como um movimento de natureza exclusivamente militar. Apesar de reconhecer o sentido do espírito reivindicatório dos rebeldes, o discurso historiográfico oficial deixou de fazer referência ao fato de que a insatisfação tomava conta da sociedade como um todo, afinal, para os articuladores dessa construção discursiva não era interessante o destaque a uma sedição de cunho social marcando a gênese da história gaúcha. Na mesma linha, a grande ênfase foi à manutenção da ordem por parte dos rebelados, os quais teriam se lançado à luta, mas não abandonado seu papel social. Segundo essa concepção a rebelião teria terminado com a emissão do perdão de parte das autoridades governamentais

¹⁹ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O mito do dragão gaúcho*. Rio Grande: FURG, 2004. Dentre os trabalhos que construíram uma visão mítica e heróica para os dragões, destacam-se: PORTO, Aurélio. O Regimento de Dragões do Rio Pardo na expansão geográfica do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. III e IV trimestres, ano VI. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1926, p. 605-634; PORTO, Aurélio. Os Dragões de Rio Pardo. *A Federação*. Porto Alegre: 26 jul. 1928, p. 3; OSÓRIO, Fernando Luiz. *Sangue e alma do Rio Grande*. Porto Alegre: Globo, 1937; OSÓRIO, Fernando Luiz. A formação dos dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937, v. 2. p. 173-184.; OSÓRIO, Fernando Luiz. Legenda dos Dragões. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 32. Porto Alegre: IHGRGS, 1928, p. 557-565; BORGES FORTES, João. O levante dos dragões do Rio Grande em 1742. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 74. 2º trimestre, ano XIX. Porto Alegre: Globo, 1939, p. 217-223; SPALDING, Walter. Os dragões do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. 4º trimestre, ano XVI. Porto Alegre: Globo, 1936, p. 219-236.; SPALDING, Walter. A Revolta dos Dragões do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937, v. 2, p.137-165; e ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *Dragões de Rio Pardo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Ministério da Guerra, 1954.

e os acontecimentos posteriores à chegada de Silva Paes, inclusive com o recrudescimento da revolta e até uma possível ameaça de deserção e passagem para o lado da coroa espanhola, foram simplesmente suprimidas desse tipo de narrativa. Essa visão distorcida iria contribuir profundamente para que, em termos de conhecimento geral, ou do senso comum, pouco se soubesse acerca do movimento ocorrido no nascedouro do Rio Grande do Sul, relegando-o a um papel secundário, ou, por vezes, quase que levando a um esquecimento da Revolta dos Dragões.

A DESTRUIÇÃO DO ESPAÇO MISSIONEIRO

*Tau Golin**

O paradigma metodológico deste texto apreende a Província Jesuítica do Paraguai, que ocupou extenso território do atual Rio Grande do Sul, como a mais consistente alternativa social, através da aliança entre padres e indígenas, ao modelo colonial europeu vigente na América. Nos séculos XVII e XVIII, no espaço missioneiro se realizou uma consistente experiência de organização social, cujos pressupostos marcaram as gerações futuras, além de integrarem utopias posteriores.

Quando os cabildos rebeldes situados a oriente do rio Uruguai, caciques de Misiones e jesuítas contestaram cláusulas do Tratado de Madri (1750), as cortes ibéricas, no extremo, consideraram a possibilidade de que se estava gestando o embrião de um “estado” autônomo. A deflagração da Guerra Guaranítica (1753-1756), com o levante dos índios rebeldes contra os demarcadores e exércitos de Espanha e Portugal, consagrou o espectro autonomista. Ato contínuo, Lisboa e Madri, depois de vencerem a guerra, desencadearam o processo de destruição do projeto missioneiro, consolidado em um século e meio.

Uma sociedade de matiz alternativo, baseada na propriedade do povo, abriu espaço ao modo de vida colonial, com o território passando à propriedade privada. Com isso, os indígenas perderam as suas riquezas milenares e ampliaram o destino da população de excluídos.

No período colonial, a Província Jesuítica do Paraguai significou a primeira aliança entre os padres, como representantes da geopolítica espanhola, e os morubixabas nativos da América. Uma ampla bibliografia, apesar de sua não unanimidade, difundiu a organização das Missões, demografia, ocupação territorial, arquitetura, produção e relações sociais. No geral, pode-se dizer que a sociedade missioneira representou a primeira alternativa americana ao modelo colonial ibérico. Por óbvio, a tendência a uma autonomia relativa, as concepções dos diferentes povos dentro da província, e as fricções com as sociedades adjacentes, atingiu um ponto de conflito quando

* Tau Golin é doutor em História e jornalista. Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Faculdade de Artes e Comunicação e do Mestrado em História na Universidade de Passo Fundo, RS, Brasil

o Tratado de Madri de 1750 mexeu no seu território, operando negativamente em sua noção de espacialidade.

A crise que adveio representou o crepúsculo da Província Jesuítica do Paraguai.

Representado pela *Guerra Guaranítica* foi, possivelmente, o tema mais trágico da história missioneira, tanto pelas ações bélicas como pelas suas consequências, as quais determinaram gradativamente o fim da experiência, acabando com as propriedades dos povos e lançando milhares de indígenas à condição de subalternos na sociedade colonial.

Neste texto, consideraremos as esferas geopolíticas e, predominantemente, os aspectos militares da *Guerra Guaranítica*, em especial a expedição militar das tropas luso-espanholas coloniais contra os índios guaranis das Reduções Jesuíticas¹ entre 1753 e 1756. O teatro principal da guerra esteve circunscrito na fronteira sudeste da província, no espaço dos Sete Povos existentes no atual território brasileiro do Rio Grande do Sul. Com operações em 1753, 1754 e 1756, os guaranis rebeldes foram derrotados completamente após a morte de Sepé Tiaraju e da batalha de Caiboaté. As tropas ibéricas elaboraram dois planos de guerra, um executado parcialmente em 1754 e, o outro, vitorioso, em 1756.

O choque de interesses entre as Missões e a união das duas colônias reuniu elementos complexos, a exemplo dos interesses indígenas, jesuíticos, lusitanos e espanhóis. As próprias alianças jesuítico-guarani e ibérica tiveram interesses e contradições internas, em muitos casos insólúveis.

Militarmente, os Sete Povos, auxiliados por índios de outras reduções, não tinham um exército organizado capaz de unificar todas as suas milícias. No momento da guerra, a inexistência dessa unidade foi motivada por *cizânias* internas. A impotência guarani consubstanciou-se pela desarticulação entre as instâncias até então harmônicas dos povos: padres, cabildos e caciques. Mesmo

¹ As Reduções foram fundadas pelos padres jesuítas com jurisdição em territórios que hoje pertencem ao Paraguai, Argentina, Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e norte da República Oriental do Uruguai. Para uma definição de linha de tempo, pode-se fixar o período missioneiro entre os anos de 1609 a 1767. No século XVIII, ficaram consolidados em 30 Povos principais, diversos povoados e capelas. Apesar da autonomia de cada Povo, dirigidos por seus cabildos, órgãos de administração e justiça - em que combinava o sistema colonial com o caciquismo milenar -, estavam sincronizados sistemicamente.

que os índios tivessem um exército formal e hierarquizado, seria muito difícil vencer militarmente as tropas ibéricas deslocadas da Europa e da América colonial para combatê-los.

A fragilidade dos Sete Povos resultou das posições antagônicas de padres, caciques e índios frente às determinações do *Tratado de Madri*, de 13 de janeiro de 1750, assinado entre os reis D. Fernando VI (Espanha) e D. João V (Portugal).² Este Tratado, na sua amplitude, abolia a linha meridiana de Tordesilhas, de 7 de julho de 1497, a escritura de Saragoça, de 22 de abril de 1599, e do Tratado de Utrech, de 6 de fevereiro de 1715. A decisão conveniada em Madri alimentava uma nova paz entre as coroas ibéricas, redefinindo, também, os direitos coloniais na América, e estabelecia novas raias de fronteira.

A parte mais polêmica do Tratado de Madri, a qual resultou na *Guerra Guaranítica*, circunscreveu-se às normas de troca entre a Colônia do Santíssimo Sacramento e os Sete Povos; o primeiro, um enclave português localizado no estuário do rio da Prata e fundado em 1680; o segundo, os Sete Povos, ocupando quase três quintos do atual estado do Rio Grande do Sul, com suas cidades, estâncias, lavouras e ervais. Portugal abria mão da Colônia e da navegação na Bacia do Prata, recebendo, em contrapartida, o território missioneiro.

Desde o primeiro momento, ainda nas conversações entre os reinos, a Companhia de Jesus colocou-se abertamente contra a assinatura do Tratado nos aspectos referentes aos territórios indígenas. A morte do rei português, D. João V, ainda em 1750, atrasou os preparativos de sua execução, principalmente pela disputa política na formação do novo gabinete. Coroado D. José I, este substituiu o ministro Alexandre de Gusmão, o articulador do Tratado, por Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras e que receberia, mais tarde, o título de marquês de Pombal. O novo ministro condenara a atuação da antiga diplomacia, principalmente no que tange à entrega da Colônia do Sacramento e, o mais grave, a franquia exclusiva da navegação no Rio da Prata à Espanha.

No jogo geopolítico mundial, havia um interesse subterrâneo da Inglaterra na Bacia do Prata, em cuja movimentação diplomática o Tratado de Madri fora visto como integrante, especialmente pelos vínculos do ministro espanhol José de Carvajal y Lancaster, descendente dos Lancáster ingleses.

² O Tratado de Madri foi assinado por D. João V, mas, em razão da morte do signatário, foi regulamentado e executado, em parte, pelo seu filho e sucessor D. José I.

Esses fatores alimentaram um certo otimismo dos jesuítas, que acreditaram ser possível revogar os artigos que tratavam da troca dos Sete Povos pela Colônia do Sacramento, reduto que era a causa de tantos conflitos e sacrifícios de gerações de guaranis, os quais, desde a sua fundação, haviam concorrido com contingentes para quatro guerras, geralmente para as tropas de assalto, com cifras consideráveis de mortos. O jesuíta Francisco Rábago, conselheiro do rei espanhol, recebeu cartas e dossiês da Província Jesuítica do Paraguai, e era o articulador direto da posição dos padres na intimidade do monarca. As reduções de fronteira foram os mais eficientes instrumentos de contenção do avanço português. A Companhia de Jesus esperava o reconhecimento desse grande trabalho no interior da geopolítica colonial.

No entanto, o gabinete de Pombal resolveu cumprir o Tratado, tomando diversas medidas consideradas *secretíssimas*. Mesmo assim, somente em setembro de 1751, a equipe de demarcadores partiu de Lisboa, chegando em fins de outubro no Rio de Janeiro. Era formada por engenheiros, astrônomos, geógrafos e cartógrafos do reino e contratados em Gênova, Veneza, Suíça, Novara (Itália), França e Alemanha. Traziam o que havia de mais moderno em equipamentos, especialmente comprados na Inglaterra.

Para executar os trabalhos de demarcação da nova fronteira no Sul e no Oeste (*Expedição do Sul*), as coroas nomearam dois *comissários*. Portugal indicou Gomes Freire de Andrada (1685-1763), governador do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, cuja jurisdição abrangia as terras meridionais. E a Espanha, o marquês de Valdelirios (Gaspar de Munive León Garabito Tello y Espinosa - 1711-1793). Como *comissários principais*, coordenariam as *três partidas demarcadoras*, formadas por ambas as partes, as quais fixariam a nova divisa entre as duas coroas, do litoral atlântico, atual Castillos, na contemporânea República do Uruguai, até o Mato Grosso. Caberia exclusivamente aos dois a cerimônia de troca, com a formalidade de mútua entrega da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos, conforme dispositivos diplomáticos.

Em 19 de fevereiro de 1752, Gomes Freire navegou do Rio de Janeiro em direção à Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), seguindo as embarcações que vinha despachando desde 14 de janeiro. Valdelirios também partira de Cádiz, na Espanha, para o encontro que deveria acontecer em Castillos Grande. Atracou primeiro em Buenos Aires, depois atravessou o Rio da Prata e, de Montevidéu, prosseguiu para as conferências na costa atlântica.

Gomes Freire desembarcou em Imbituba, marchou para Laguna, passou para Garopaba em uma canoa, e seguiu, pelo caminho do litoral

(Planície costeira), para a vila de Rio Grande (atual cidade homônima), chegando somente em 7 de abril. Ali juntou o seu exército, formado pelas companhias de cavalaria (dragões), infantaria e artilharia, com fuzileiros, granadeiros e artilheiros, oriundas do Rio de Janeiro, Santos, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em um primeiro momento, essa força militar objetivava escoltar os demarcadores. De agosto a dezembro, os comissários permaneceram em Castillos, onde fixaram os primeiros marcos de mármore vindos da Europa, constituíram as *três partidas demarcadoras*, e realizaram as conferências de ajuste dos dispositivos do Tratado de Limites. Além das disputas geopolíticas, puderam praticar bailes em plena campanha, com minuetos, contradanças e trocas de presentes. Em um dos saraus mais concorridos, para deleite dos comissários, um jogo de soldados mascarados apresentou-se “com os corpos nus e pintados de índios, com saiotes e cocares de penas de várias cores”, registrou o engenheiro-cartógrafo José Custódio de Sá e Faria (1710-1792), em seu *Diário*.

Os missionários (índios guaranis *cristianizados*), nesse momento, já estavam informados da junção das comissões demarcadoras no sul de seu território. Até então, o único conflito tinha sido provocado pelos minuanos, que arrearam a cavalcada dos castelhanos. Valdelírios socorreu-se do apoio dos dragões rio-grandenses para recuperá-la. Porém, o fechamento, pelos guaranis, da fronteira meridional das Reduções aos demarcadores, assumiria uma dimensão maior e, evidentemente, trágica.

Em fevereiro de 1753, a Primeira Partida Demarcadora foi interceptada pelos índios de São Miguel em Santa Tecla (Bagé, RS), os quais afirmaram que ela não poderia passar adiante sem autorização do cabildo miguelista.³ Inferiorizados militarmente e sem função de guerra, os membros dessa *partida* retiraram-se para a Colônia do Sacramento e Buenos Aires, onde se encontravam, respectivamente, Gomes Freire e Valdelírios. Enquanto as tropas luso-brasileiras acantonavam-se na fortaleza portuguesa, os contingentes castelhanos aquartelavam-se em Arraial de Veras.

Todavia, essa rebeldia dos miguelistas ainda não se configurava como sublevação. Gomes Freire e Valdelírios aguardavam a missão do padre Luís Altamirano, nomeado *comissário* pela *Companhia de Jesus* para acalmar os caciques

³ A *primeira partida* era comandada pelo coronel Francisco Antônio Cardoso (Portugal) e Juan de Echavarria (Espanha). Estava encarregada da fixação da linha fronteira de Castillos Grande às cabeceiras do rio Ibicuí e, deste, pelo seu curso, até o rio Uruguai.

e coordenar a evacuação dos Sete Povos. No processo de execução dessa missão, uma subvenção monárquica para auxiliar a mudança ganhou a versão de uma venda dos *Povos* pelos padres. Consequentemente, Altamirano teve de fugir de São Tomé para Buenos Aires para não ser morto pelos índios que foram ao seu encontro. Com exceção de São Borja, por motivos táticos, os outros seis cabildos missioneiros escreveram ao governador de Buenos Aires, José de Andonaegui (1680-1761), argumentando sobre seus direitos sobre a terra, os trabalhos prestados à coroa espanhola e o desejo de permanecerem em suas terras e cidades.

Mesmo contrária ao Tratado de Madri e diante da disposição das Coroas em executá-lo, a Companhia de Jesus decidiu colaborar com a evacuação dos Sete Povos, procurando transferir os seus 30 mil habitantes para as terras ocidentais do rio Uruguai, hoje Argentina e Paraguai. Os curas valeram-se da “obediência” de alguns alferes e corregedores do cabildo indígena. Todavia, a tomada de posição levou a um conflito sem precedentes. As autoridades dos jesuítas e, em especial, dos cabildos foram seriamente abaladas, ressurgindo novamente o caciquismo como principal referência hierárquica. Conflagradas internamente, as Missões dividiram-se entre caciques “fiéis” aos padres e “rebeldes”. As inúmeras tentativas de prisão desses caciques, ordenadas pelos curas e executadas por autoridades cabildantes, aumentaram a *cizânia* entre as “famílias extensas”, como teria oportunidade de escrever o padre Escandón. Reconhecendo não ter mais autoridade sobre os índios dos Sete Povos, o provincial do Paraguai, padre José de Barreda, renunciou seus direitos jurisdicionais aos territórios orientais do rio Uruguai, transferindo-os para o governador de Buenos Aires, José de Andonaegui, e ao bispo de Buenos Aires.

Em junho de 1753, Gomes Freire, Valdelirios e Andonaegui concluíram as conferências da Ilha de Martin Garcia, no Rio da Prata, onde estabeleceram o *primeiro plano de guerra* contra as Missões. Possuía 10 artigos principais e quatro *separados*. O exército espanhol atacaria as Missões a partir de São Tomé, invadindo São Borja; o português ingressaria no território missioneiro por Rio Pardo, atravessaria o Jacuí, e acometeria Santo Ângelo.⁴

⁴ Ainda durante a fase demarcatória e de preparação do primeiro plano de guerra, a fortaleza de Jesus-Maria-José do Rio Pardo, guarnecida apenas pela vanguarda de “bandeirantes” e dragões, recebeu duas investidas dos guaranis, nas quais participaram caciques e índios de Santo Ângelo.

No entanto, quando a totalidade do exército português já havia transposto Rio Pardo e se encontrava no Passo do Jacuí, teve que suspender a sua marcha em consequência das insuperáveis dificuldades enfrentadas pelo exército espanhol. Perto do rio Daymal, a tropa castelhana foi atacada pelos índios, os quais sofreram um revés de 230 mortos e 72 prisioneiros. Todavia, em que pese essa primeira vitória, os comandados do governador de Buenos Aires não puderam ir às Missões, pois já estavam debilitados pelos problemas enfrentados durante a marcha. Ficara “imerso” na grande enchente de 1754, que resultara na “mortandade da cavallhada” pela falta de pastos e pela ingestão da “grama chamada mio-mio” (tóxica), escrevera Andonaegui. Em razão desses percalços, como comandante principal da Expedição - Gomes Freire era o auxiliar -, ordenou a junção das tropas nas cabeceiras do rio Negro, para, unidas, “irem evacuar os Sete Povos”. Essa nova estratégia constituiria o *segundo plano de guerra* dos exércitos ibéricos coligados.

Entretanto, antes de suspender a marcha da expedição luso-brasileira, em novembro de 1754, Gomes Freire assinou uma trégua unilateral com os cabildos e caciques, estendendo a fronteira portuguesa até o rio Jacuí. Como lembrei em meu livro *A guerra guaranítica*,⁵ o general português acordou com os Povos de Santo Ângelo, São Luís, São Lourenço, São Miguel e São João, cujas cláusulas básicas foram estabelecidas pelos dois primeiros. A *convenção* assinada com os guaranis, na leitura de Pombal, além de novas conquistas territoriais para Portugal nos remotos rincões da América, representava a prova definitiva da sedição missioneira. Os índios negavam a condição de súditos e suas comitivas de caciques se apresentavam como delegações independentes, a exemplo de um “estado autônomo”.

Durante a *primeira campanha* contra os índios apareceram mais nitidamente as contradições e disputas entre os principais comandantes. Valdelirios e Andonaegui, do lado espanhol, atritavam-se continuamente. O marquês instava o general-governador de Buenos Aires a fazer a evacuação a qualquer custo. Gomes Freire, por sua vez, seguindo orientação das *cartas secretíssimas* de Pombal, reafirmava seguidamente os dispositivos do *Tratado* e das *Conferências* entre os Comissários: os Sete Povos só seriam recebidos livres da presença indígena, ou seja, evacuados. Em seu território se constituiria uma nova província portuguesa, a qual já tinha, inclusive, governador nomeado, Luís de Bivar, e casais destinados para povoá-la, centenas deles açorianos.

⁵ GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica*. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, [1998] 2004.

Além disso, Portugal desconfiava da existência da urdidura de uma manobra espanhola, através da qual articulava intencionalmente no sentido de receber a Colônia do Sacramento, deixando Gomes Freire com a tarefa exclusiva de evacuar os Sete Povos.

Com tais problemas, findou o ano de 1754, registrando os conflitos armados na fortaleza do Rio Pardo e no rio Daymal, além de escaramuças esparsas, em especial nas águas e nas margens do rio Jacuí.

Em 1755, os dois exércitos ibéricos foram reorganizados, recuperando-se a cavallada e o trem de guerra, para a *segunda campanha*. Depois de meses de preparação contra os missioneiros, os aliados formaram a mais poderosa coalizão militar colonial. Sob o comando de Gomes Freire estavam mais de 1.600 homens. O trem de guerra possuía canhões, granadas de mão, metralhas, espingardas, pistolas, lanças, etc., armamentos eficientes para a artilharia, infantaria e dragões da cavalaria, além de contar com uma vanguarda de aproximadamente 200 aventureiros, que, em outras palavras, eram bandeirantes, os especialistas no sertão, no dizer de Gomes Freire. Acompanhava o exército um comboio de 73 carretas, 6.000 cavalos e mais de mil cabeças de gado para alimentação. Além do contingente regular, havia a presença de particulares na tropa portuguesa, geralmente comerciantes e peões contratados, e em torno de 200 escravos.

O exército espanhol possuía uma composição diferente. Não era predominantemente uma tropa regular, mas formada por uma maioria de “paisanos”, ou seja, uma gauchada sanguinária, cuja barbárie ficaria conhecida em Caiboaté. Algumas companhias espanholas eram subvencionadas por latifundiários e formadas por indivíduos de Santa Fé e Corrientes, além de outros “desclassificados” de Buenos Aires e Montevideú. A participação de “particulares” na campanha contra os índios fora alimentada pela fantasia sobre a enorme riqueza e a suposta existência de tesouros nas Missões, além do conhecimento concreto da extensão de suas fazendas, povoadas com milhares de cabeças de gados.

O interesse latifundiário e das duas coroas se expressou numa cláusula do “Acordo da Ilha de Martin Garcia”, no qual se estabeleceu o direito de saque. Com a tomada das Missões pela força, “se [re]partirão pela metade, como interesse comum de uma guerra comum”. O conteúdo da ata foi comunicado por Gomes Freire à corte, com a seguinte explicação: “tomando-se os Povos pela força das armas seria igualmente dividida a presa, o que trará utilidade grande aos vassalos de Sua Majestade”. Ou seja, a guerra era o

elemento mobilizador do interesse ibérico. Expressava a única via legal e concreta de espólio dos indígenas.

De um total de 1.670 homens, 71,85% do exército castelhano era constituído por “milicianos a soldo”, os blandengues. Apenas 470 eram militares regulares, 28,85%. Quinhentos peões tomavam conta de duzentas carretas, 7.000 cavalos, 800 mulas e 6.000 vacas para abate.

A imagem de todo este comboio movimentando-se pela campanha não deixava de ser impressionante e causador de comoção entre os índios e padres.

Os guaranis foram avisados pelos índios guenoas - com quem alguns caciques guaranis rebeldes tentaram constituir uma aliança, na qual entrariam também os minuanos - sobre a concentração daquele poderoso exército, formado pelas tropas inimigas, nas cabeceiras do rio Negro. De certa forma, acreditavam na trégua assinada com Gomes Freire e no sucesso diplomático da Companhia de Jesus na Europa para revogar os artigos do Tratado que ordenavam a evacuação.

Em 1755, os missioneiros haviam conseguido recuperar a produção e não possuíam, além da observação de fronteira, qualquer plano militar de defesa. Até esse momento, uma outra arma fazia mais estragos que o chumbo, o estanho e o aço das espadas: a varíola, cuja epidemia começara sua expansão macabra a partir dos contatos no ano anterior com gentes de todas as partes reunidas na expedição luso-castelhana. O Pacto do Jacuí, a retirada castelhana do rio Daymal, as divergências entre os aliados e certo otimismo quanto à eficiência da diplomacia jesuítica na Europa, haviam desmobilizado as Reduções para a guerra. Além disso, as feridas produzidas internamente pelas desavenças entre caciques “obedientes” e “rebeldes” ainda não tinham cicatrizado.

A marcha dos exércitos coloniais coligados em direção a Santa Tecla, sede da estância de São Miguel, no atual município de Bagé, provocou uma rápida cavalcada de Sepé Tiaraju,⁶ à frente de algumas dezenas de índios. A tropa ibérica, conforme o *segundo plano*, para conduzir o seu pesado trem de guerra, usaria a “estrada das Missões”. Chamada também de “Caminho dos Índios”, era traçada, quase em todo o seu trajeto, entre as nascentes dos rios afluentes das bacias do Uruguai e do Jacuí. Percorrendo o território mais

⁶ A participação de Sepé Tiaraju na Guerra Guaranítica, especialmente no ataque à fortaleza de *Jesus-Maria-José do Rio Pardo* (fevereiro de 1754) e na campanha de 1756, encontra-se In: GOLIN, Tau. *Sepé Tiaraju*. Porto Alegre, Tchê!, 1985.

elevado do Rio Grande do Sul, no Planalto, ramificava para São Miguel e Santo Ângelo, e seguia pelo Caminho do Meio até atingir os Pinheirais na região de Vacaria.

Os guaranis fronteiriços iniciaram a retirada de seus bens e adotaram as táticas de terra arrasada e guerra de movimento. Os campos eram queimados para que os animais do invasor não encontrassem pastos. As roças devastadas, quando não podiam retirar a produção. Os gados levados para o norte, ou escondidos em fundões, fora da rota inimiga. Exceto a execução de duas pequenas partidas de blandengues, os índios não conseguiam impor baixas mais significativas. Alguns peões e escravos foram mortos após serem atraídos por animais colocados à distância. Quando iam carneá-los, eram emboscados pelos guaranis.

A tática de Sepé Tiaraju previa a adoção de movimentos de guerrilha em campo aberto para atrair o exército luso-espanhol à estrada do Monte Grande - também chamado de Mato Grande ou Boca do Monte -, que é a atual subida da serra entre os municípios de Santa Maria e São Martinho, no Rio Grande do Sul, Brasil.

No entanto, a tragédia guarani foi selada no mês de fevereiro de 1756. No entardecer do dia 7, Sepé Tiaraju foi morto às margens da sanga da Bica, nas imediações da atual rodoviária da cidade de São Gabriel, RS, Brasil.⁷ Praticamente todos os comandantes e diaristas da Expedição registraram sua morte. E todos coincidem na descrição de que foi lanceado por um peão do exército português, após o seu cavalo ter rodado numa toca; preso, foi torturado e, depois, abatido com tiro de pistola pelo governador de Montevideu, José Joaquim Viana (1718-1773). Esse processo de morte é dedutível da documentação. Manoel da Silva Neves, secretário de Gomes Freire, escreveu no diário de campanha que, “ficando morto sete [índios] e o grande capitão Sapé, maior general que eles tinham, o qual matou o dito governador, [e] lhe mandou separar a cabeça do corpo”. Conforme o padre jesuíta Tadeu Henis (1714-1769), que acompanhava os guaranis, antes de decepá-lo, “o queimaram com pólvora... e o martirizaram de outras maneiras”.

Três dias após a morte de Sepé, os guaranis sofreram a sua mais devastadora derrota. O corregedor de Concepción, D. Nicolau Neenguiru, no

⁷ Depois de décadas de debates, o poder público construiu um monumento alusivo a morte de Sepé no local estimado pelo general Ptolomeu de Assis Brasil, autor de *Batalha de Caiboaté*.

comando dos índios que chegavam dos povos, na tentativa de conter o inimigo, não prosseguiu com o plano de Tiaraju de esperar os invasores entrincheirando-se no Monte Grande. Improvisadamente posicionou suas tropas na coxilha de Caiboaté (distrito do município gabrielense), tentando ganhar tempo para que chegassem novas companhias de combatentes das Reduções.

Deflagrado o combate, os guaranis foram dizimados em apenas uma hora e quinze minutos, numa das maiores carnificinas da época colonial. As testemunhas deixaram cifras desencontradas. O general dos exércitos coloniais, José de Andonaegui, registrou 1.511 mortos e 154 prisioneiros. José Custódio de Sá e Faria, auxiliar-geral de Gomes Freire, apontou 1.500 mortos e 154 prisioneiros. José Joaquim Viana afirmou que os “mortos passam de 1.200”. Nessa parte, seu diário praticamente coincide com o do capitão Francisco Graell (1700-1775). No relatório de Gomes Freire, consta também “mais de 1.200 mortos e 150 prisioneiros”. Esses números divergem de outro documento de Gomes Freire. No *Diário da Partida...* consta que “matamos 1.723 pessoas, aprisionamos 127, e só 326 escaparam”.

Essas cifras são minimizadas pelos jesuítas. O padre Henis registrou quase 600 mortos, 150 prisioneiros, fugindo os demais, de um total de 1.300. O jesuíta Juan de Escandón (1696-1772) apontou quase 400 mortos e mais de 100 prisioneiros. Bernhard Nusdorffer (1686-1762), Superior Provincial, escreveu em seu *relatório* que “passam de 1.000 os índios mortos”.

Conforme a documentação da época, o comando luso-espanhol perdeu o controle sobre a *gauchada*, responsabilizada, em parte, pela “mortandade”. Esses “paisanos” e “blandengues” prosseguiram com as execuções após os índios terem sido completamente derrotados. Sá e Faria observou em seu *Diário que* “os portugueses e espanhóis de Buenos Aires deram quartel a muitos” - ou seja, aceitavam a rendição -, “porém os correntinos e santafesinos a nenhum. [...] Fazia grande compaixão a multidão de mortos”. O padre Henis, espécie de capelão dos guaranis, coincide nessa observação: “Finalmente, com dificuldade, o general suspendeu a matança. Não é glória para os espanhóis”, embora “peleassem contra 1.300, que não tinham senão arcos, flechas, fundas e lanças somente, que não sofrem a disciplina, nem conhecem capitães, senão no nome”.

A chacina de Caiboaté foi comemorada pelos colonizadores com festas e missas em Buenos Aires, Colônia do Sacramento, Montevidéu e Rio Grande.

Essa tragédia abriu as Missões para os exércitos de Andonaegui e Gomes Freire, acontecendo apenas algumas refregas pelo caminho. A resistência do Monte Grande não ocorreu. Sua estrada foi praticamente reconstruída pelos ibéricos, trabalho duríssimo que provocou algumas deserções nos exércitos. Os índios continuaram matando soldados desgarrados e desertores. Apenas no rio Chureibi, próximo a São Miguel, os guaranis, comandados por um tal de Paraguaio, fortificaram-se na margem oposta. Acossados pela artilharia e granadeiros, e atacados pela infantaria, debandaram.

Em maio de 1756, os exércitos ibéricos coligados entraram nas Reduções. Grande parte de sua população já havia se embranchado nos matos. A casa dos padres de São Miguel ardia em chamas, cujo incêndio foi contigo com dificuldade.

Depois das celebrações e dos rituais de subjugação dos missioneiros derrotados, deu-se início a tentativa de evacuação dos Sete Povos, missão do exército espanhol e dos padres da Companhia de Jesus. Gomes Freire se alojou no Povo de Santo Ângelo, para esperar a conclusão do traslado dos índios para a margem ocidental do rio Uruguai. Permaneceu nela de junho de 1756 a março de 1757, sem que os espanhóis obtivessem sucesso na mudança indígena. Sequer a disciplina imposta por Pedro de Ceballos (1715-1778), comandante-governador substituto de Andonaegui, conseguiu obter resultados. Os guaranis tinham se espalhado pelo território e aqueles caciques que passaram com a sua gente para o outro lado do Uruguai, acabavam retornando. Centenas deles eram literalmente levados ao encontro dos cavalos castelhanos, numa situação dramática reveladora de um dos mais trágicos êxodos da história colonial.

Diante desse impasse, Gomes Freire comunicou a Ceballos e Valdelirios que se retiraria para Rio Pardo, onde aguardaria a evacuação, para depois prosseguir com a demarcação da fronteira e realizar a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos. A truculência e a barbárie espanhola provocaram uma grande migração de guaranis, os quais, após acordos secretos com Freire, acompanharam o exército português. Ceballos tentou sustar essa migração, porém os luso-brasileiros davam guarida às famílias guaranis, auxiliavam na alimentação e na transposição dos rios.

Gomes Freire seguia orientação de Pombal de que os índios cumpriam uma função estratégica na povoação do território através da miscigenação.

A guerra, o traslado das famílias indígenas e as divergências dos comissários demarcadores sobre diversos percursos da fronteira levou a anulação do Tratado de Madri pelo Convênio do Pardo (12.02.1761). Um inquérito e a posterior expulsão dos jesuítas, em 1769, entregou a administração dos Povos aos funcionários públicos. Conforme Saint-Hilaire, “como só se enviassem, para governar as Missões, protegidos dos vice-reis de Buenos Aires” interessados em “assegurar fortuna”, as Missões entraram “em decadência. Desfizeram-se do sistema dos jesuítas; os índios foram explorados de todas as maneiras” e, ato contínuo, “foram se dispersando.” Sob gestão espanhola, os “brancos se misturaram com eles, apoderaram-se de suas terras e lhes assimilaram os vícios e doenças destruidores”.⁸

A destruição do projeto missioneiro terminou com uma sociedade alternativa, baseada na propriedade do povo, dissolvendo o seu patrimônio e território no sistema colonial europeu, alicerçado na concentração particular da terra, da acumulação privada, e na formação de multidões de excluídos de suas riquezas milenares.

⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, [1821] 2002, pp. 331-332.

GUARDAS MILITARES IBÉRICAS NA FRONTEIRA PLATINA

Fernando Camargo*

As guardas militares portuguesas e espanholas ao longo da fronteira colonial entre os dois estados ibéricos, ao sul e ao leste do rio Uruguai constituem elemento relevante para a compreensão do sistema e das práticas geopolíticas adotadas na região, na segunda metade do século XVIII. Esse texto tem a intenção de trazer novas inquirições e algumas respostas em torno ao tema das guardas, em especial a que tange ao tamanho e tipo da força militar que as compunham, às funções políticas e sociais que exerciam e à sua localização.

As guardas eram pequenos postos avançados, quando muito protegidos por paus-a-pique ou por paliçadas de madeira, cujas construções variavam, quanto aos materiais utilizados, de acordo com a importância, o terreno e os recursos disponíveis no local. As suas guarnições também sofriam significativas variações em termos de número de efetivos, de acordo com o valor estratégico atribuído à sua posição.

As primeiras guardas remontam ao início do processo de ocupação europeia do espaço sul-americano, mas a sua multiplicação e importância cresceram após a conclusão do Tratado Definitivo de 1778.

El siglo XVIII ha sido definido por historiadores como el momento de militarización de la frontera, porque afirman que se introdujeron en la campaña bonaerense cuatro recursos estratégicos típicos de la política de Fronteras españolas en América: el fuerte, la misión, el ejército regular de frontera y el poblado defensivo.¹

Tratar do tema do tamanho e tipo das guardas permite retomar velhas questões historiográficas, as quais, como o devido tempo, passaram a compor discussões paralelas acerca da tipificação do mito do gaúcho, em seus contornos mais belicosos. Em outras palavras, definir como se configurava o luso-brasileiro militar de fronteira parece, ao menos para alguns autores, definir

* Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

¹ NÉSPOLO, Eugenia Alicia. 'La "Frontera" Bonaerense en el siglo XVIII un espacio políticamente concertado: fuertes, vecinos, milicias y autoridades civiles-militares'. In: *Mundo Agrario*. Revista de estudios rurales. N° 13. La Plata: Centro de Estudios Histórico Rurales - Universidad Nacional de La Plata, segundo semestre de 2006

como seria o gaúcho militarizado e belicoso, primeiro defensor das fronteiras brasileiras.

A localização das guardas pode abrir outras frentes de trabalho, mais vinculadas ao métier dos arqueólogos e dos geógrafos que trabalhem com temas cartográficos, em torno à exploração dos sítios em si, o que permitiria trazer à tona cultura material que, por seu turno, poderia melhorar nosso conhecimento sobre as próprias condições de vida na sociedade colonial de fronteira, bem como, ao mapeamento da fronteira e sua melhor visualização com propósitos acadêmicos e também didáticos.

Finalmente, no referente às funções das guardas, elas serviam a dois propósitos considerados estratégicos pelas administrações portuguesa e espanhola: de um lado a criação de um fato jurídico que pudesse, posteriormente, ser utilizado em eventuais negociações diplomáticas; por outro lado, a constituição de uma balança equilibrada na correlação de forças regionais em toda a franja fronteiriça.

O fato jurídico era necessário para poder, posteriormente, abordar temas relativos à posse mansa de territórios, prática já ensaiada no direito das nações que passou a vigorar após os tratados de Ralstaat e Utrecht que puseram fim à longa e debilitante Guerra da Sucessão Espanhola e que foi consagrada no contexto ibérico pelo Tratado de 1750 (dito de Madrid), sob o princípio jurídico do *Uti Possidetis*.

Inúmeras vezes a mera existência de uma guarda de fronteira, ou mais, o simples fato de alguma força militar circular por determinada região com periodicidade estabelecida permitiu que essa ou aquela nação abrisse um procedimento burocrático exaustivo e completo, com o argumento de que possuíam (fosse pela guarda fosse pela fiscalização do território com patrulhas moveis) era igualmente depositários de incontestável direito utipossidetario na aérea.

Quando o assunto era a balança de poder entre as monarquias confinantes, a questão que mais exigiu medidas e contramedidas diplomáticas foram as dos efetivos e do armamento dos postos e guarnições de fronteira. Quando um dos lados fazia menção às guardas dos vizinhos, costumava avaliar a capacidade de ação dessa unidade em comparação à guarda oposta mais próxima e desta observação sacar conclusões sobre quem estava melhor ou pior e, obviamente, sempre que um lado estava pior reclamava disso aos seus

superiores hierárquicos ou, em casos mais raros, às autoridades equivalentes do outro lado da fronteira.

Achando-se postadas as nossas Guardas de S. João do Erval, e S.m Jozé da Coxilha, mandei estabelecer sobre esta, a proporcionada distancia daquelas, outra guarda denominada de S.to Antonio, na inteligencia de serem as que bastarão para confrontar com as dos Espanhoes, e conter os seus ambiciosos designios.²

Outros interesses também estimularam a utilização de guardas nas fronteiras, como, por exemplo, o combate ao contrabando e a dissuasão de incursões de grupos sociais marginalizados no esquema da sociedade colonial, como índios e gauchos, arreadores ilegais ou salteadores.

1778: seus antecedentes e seu papel da profusão de guardas

O tratado de Madri, de 1750, marcou o encerramento de toda uma fase nas questões de limites entre Portugal e Espanha no continente americano. No período anterior, a questão fronteiriça fora normatizada pelos artigos do Tratado de Tordesilhas, de 1494, anterior, inclusive, às primeiras incursões oficialmente reconhecidas de portugueses em território americano.

Tordesilhas era muito mais um acordo sistêmico do que um pacto de definição clara de limites territoriais. O interesse repousava no estabelecimento de esferas de influência que pudessem dirimir, naquele momento, maiores tensões entre as três principais monarquias ibéricas e seus respectivos súditos.

O escasso conhecimento geográfico impedia a busca de soluções diferentes da escolhida, ou seja, a definição de uma linha meridiana como separação entre possessões. A própria localização exata, no espaço geográfico real, na época, da dita linha enfrentava problemas de definição mais precisa.

Com o tratado de 1750 passou-se a buscar uma nova base de procedimentos para definição dos limites territoriais ibéricos na América do Sul. Primeiro pela identificação, em gabinete, a partir do conhecimento disponível, de possíveis marcos geográficos locais, mais relacionado ao relevo e à hidrografia de que a linhas imaginárias. Outra novidade do Tratado de Madri foi o estabelecimento de partidas de demarcação, que deveriam verificar, in

² Torre do Tombo (Lisboa). Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 915 (Caixa nº 3, 1778 a 1796). "Nº 8".

loco, os pontos referenciais dos limites estabelecidos no acordo e assentar, naqueles pontos, marcos de pedra de ambas as nações.

De fato, algumas partidas demarcadoras chegaram a iniciar suas atividades, algumas conjugadas com operações militares, como a que foi levada a cabo para submeter guaranis revoltados da margem esquerda do rio Uruguai.

Na contenda política entre as nações ibéricas, entretanto, o Tratado de Madri não representou o fim das disputas de fronteiras e limites. A desconfiança mútua, reforçada por mais de cinco séculos de enfrentamento, na Europa e na América, impediu que os termos do acordo fossem levados a cabo integralmente.

Em 12 de fevereiro de 1761, foi firmado um novo acordo, que definiu, simplesmente, a anulação do de Madri, suspendendo as demarcações decorrentes deste último. Não duraria nem dois anos o novo acordo, anulado pelo ataque e conquista do governador de Buenos Aires, Pedro Cevallos, sobre a Colônia, em 1762.

Em 1763 foi assinado o Tratado de Paris, o qual se situava no contexto do final da Guerra dos Sete Anos e promoveu a devolução de Colônia do Sacramento aos portugueses.

Menos ainda durou esse último trato, pois Cevallos, sustentado por discordâncias na interpretação do Tratado de Paris, avançou sobre a Vila de Rio Grande, conquistando-a naquele mesmo ano. Este foi o momento em que as partes meridionais do Brasil estiveram mais ameaçadas de serem perdidas pelos portugueses.

A reação portuguesa culminou com a retomada da vila de Rio Grande, em 1776. Entretanto, uma nova invasão de Cevallos, dessa vez com um desembarque na localidade de Canasvieiras, resultou na conquista espanhola da Ilha de Santa Catarina. Em uma investida coordenada a essa, Colônia do Sacramento foi de novo e, dessa vez, de forma definitiva, incorporada à Espanha.

A partir dessas duas conquistas, a intenção de Cevallos, era realizar uma nova invasão do Rio Grande, por mar e terra. Tal operação chegou a ser iniciada, mas quando já se preparavam as forças beligerantes para o que poderia ter sido um dos maiores conflitos da história colonial, entre as metrópoles ibéricas, chegaram as notícias do armistício.

Iniciava-se, nas relações das nações vizinhas no Prata, um período de paz que durou cerca de 24 anos, a partir do Tratado de Preliminar de Paz e de Limites, de 1º de outubro de 1777. Este foi confirmado e aperfeiçoado pelo Tratado de Amizade, Garantia e Comércio, de 11 de março de 1778.

O Tratado Definitivo de 1778, elaborado a partir do acordo preliminar de 1777, seguia as linhas gerais do Tratado de Madri, com alguns ajustes decorrentes dos últimos conflitos, especialmente os mais recentemente acontecidos na fronteira do Rio Grande de São Pedro com o Vice-Reino do Rio da Prata. A paz garantida pelo Tratado de Santo Ildefonso foi bastante duradoura, se comparada ao período anterior desde a Guerra da Restauração. Em linhas gerais, na parte mais meridional da disputada divisa ibérica, Santo Ildefonso previa que à Espanha caberia a Colônia do Sacramento e toda a Banda Oriental do Uruguai, incluindo o território das Missões Orientais. Portugal, por sua vez, garantia sua soberania sobre o Rio Grande e adjacências, passando o limite fronteiriço pelo rio Jacuí e, quando esse rio faz sua curva de quase 90°, pelo caminho seco entre os galhos do mesmo Jacuí e do Ibicuí. Alguns ajustes foram feitos também nas divisas de Mato Grosso e do Amazonas.

A exemplo do Tratado de 1750, porém, deveriam ser designadas partidas demarcadoras que conduzissem a averiguação pessoal das divisas e definissem os pontos onde deveriam ser erigidos os marcos designativos de soberania de cada uma das duas nações.

Tal como sucedera com o Tratado de Madri, tampouco as novas partidas demarcadoras obtiveram êxito em atingir consensos sobre a maioria dos pontos pelos quais se devia estabelecer a linha demarcatória. Foram décadas de tentativas infrutíferas de negociação pelas partes, porém, dessa vez, a diferença estava no fato de que a falta de concordância entre as partidas de ambas as nações não serviu de pretexto para novos confrontos militares.

A partir de 1778 deu-se início a uma política de policiamento fronteiriço ostensivo, caracterizado pela instalação de guardas, ou postos avançados, com efetivo mínimo cuja finalidade era o estabelecimento unilateral de marcos, à revelia das partidas, como se ambas as partes não acreditassem no sucesso das demarcações e pretendessem garantir, de forma particular, seu espaço de domínio.

Em resulta dos Officios que dirigi ao Vice Rey do Rio da Prata nas datas de 10 de Julho, 4, e 7 de Setembro, e 26 de Novembro do anno proximo precedente, como participei a V. Ex.^a nos meus Officios anteriores, tornando-se inuteis, e infructuosos todos os esforços, com que intentei obrigado á convenção de fazer

evacuar os Postos estabelecidos na Fronteira do Rio Grande; pondo-lhe a vista a execução proposta em o referido Officio de 10 de Julho, para á imitação do que practicase com as suas Guardas, reduzir-se aquela Frontr.³ ao estado em que se achavão ambas as naçoens no anno de 1777, fazendo eu tão bem retirar as Portuguezas.³

A expansão colonialista espanhola na qual se insere a criação de guardas de fronteira, na segunda metade do século XVIII, também precisa ser verificada na ótica da “projetitis” do governo esclarecido de Carlos III, especialmente sob a influência da ilustração, sob a influência de ministros como Galvez, Aranda, Campomanes, Floridablanca, Wall e Grimaldi.⁴

A criação de povoados e guardas tomou corpo não apenas nas fronteiras platinas entre as monarquias ibéricas, mas também nas demais fronteiras do império colonial hispânico. Talvez o melhor exemplo esteja no expansionismo texano e californiano do mesmo período.

No espaço platino, porém, diferentemente da América do Norte, a tarefa foi depositada nos ombros dos oficiais demarcadores dos tratados de limites. A experiência povoadora e guarnecedora platina foi, então, incentivada pela atuação de indivíduos como Gonzalo de Doblaz, Diego de Alvear e Felix de Azara.

Este último, lembrado pela fundação de fortins, guardas e povoados por toda a extensão da fronteira meridional, sob orientação ilustrada e terceiro-carlista, a exemplo de Batoví (atualmente cidade de São Gabriel) demonstrava-se sempre preocupado com o estado das guardas e sua manutenção.

Recevi el oficio de VS. De 15 del presente en que con referencia al que me traslada del Exmo- S.or virrey para la refaccion dela Goa-. De San Joseph, me manifiesta que à su efecto dispongo pase à ella el capataz mayor Dn Franco Otero con algunos peones à su composición, y que en caso de ser considerable le ordene forme el presupuesto. El qe incluo enterará à VS de suas costos y estado actual.

En quanto a que Otero atienda à dicha obra podrá hacerlo desde aqui sin qe por eso se altere su presupuesto, pues me hace falta para las obras que estoy haciendo, y en ocasiones dará sus galopes à ver y disponer lo que ocurra, pues tiene a Valentin Barrios Ayudante de capataz muy fiel, e, inteligente en el modo

³ Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros, Caixa 3, maço sob nº 3. Officio do Vice-Rei do Brasil para Luiz Pinto de Souza, ministro português, em 11 de novembro de 1796.

⁴ SHAW, Carlos Martínez. El siglo de las luces - Las bases intelectuales del reformismo. Madrid: Temas de Hoy, 1996, p. 10.

de construir esta clase de edificios segun havisto hacerlo en las las goas-. De San Antonio y Santa Rosa.
Dios g.de a VS. ms a.s
Villa de San Gabriel de Batovi, 31 de enero de 1801.
Felix de Azara
S.or Gov.or de la Plaza de Montev.o Dn Jph de Bustamente y Guerra⁵

Azara teria inclusive treinado, a exemplo do citado capataz Francisco Otero, alguns mestres-de-obras especializados, como o também referido Valentin Barrios.

Ao longo da última década do século XVIII a situação passou a sofrer alterações significativas. A estabilidade nas fronteiras platinas, aliadas a fenômenos que a um só tempo vincularam interesses luso-hispânicos, como o advento da Revolução Francesa de 1789, a Campanha do Rossilhão, os falecimentos de Carlos III na Espanha e de José I em Portugal, com o consequentes imobilismos de Carlos IV e a Viradeira de D. Maria I (ademais de serem primos e consogros), somados a outros fatores e, especialmente, à falta de recursos daqueles estados, conduziram a um lento processo de degradação das guardas de fronteira.

El Comand.te de la Guardia del Cerro Largo D.n Lazaro Gomez me avisa en Oficie de 11 del corriente haverse acabado de arruinar las havitaciones y cosinas de la Tropa de la de S.n Jose su dependiente, lo qual hago presentar à V.E. para su superior resolucion.⁶

A situação dos efetivos das guardas portuguesas pode fornecer uma pista sobre a situação equivalente no lado espanhol da fronteira, principalmente considerando a premissa de que havia um esforço pelo equilíbrio de forças (inclusive por uma questão primordial de economia) na área.

⁵ Archivo General de la Nación (Buenos Aires). División Colonial. Guerra y Marina. Sala IX. Topográfico 24-3-6. Expediente 39.

⁶ Archivo General de la Nación (Buenos Aires). División Colonial. Guerra y Marina. Sala IX. Topográfico 24-3-6. Expediente 39.

Villa de S. Pedro. do R ^o Grd.e. 1 ^o de Mço de 1796	1 ^a Goarda do Albardão	2 ^a Goarda de Tahim	3 ^a Volante e ^p agoa desde a boca do Arroyo gr. ^e até a costa do Salço	4 ^a do Passo do Arroyo Grande	5 ^a Goarda gr. ^e de S. João do Erval	6 ^a de Santo Antonio da Coxilha	7 ^a de São Joze da Coxilha	Total de todas as praças
Sargento Mayor					1			1
Capitains				1			1	2
Ajudante					1			1
Tenentes		1			2		1	4
Alferes			1		2		1	4
Capellão					1			1
Sargentos				1	1			2
Forrieis			1		2			3
Cabos d'Esquadra	1	1		1	8	1	2	14
Tambores					1		1	2
Soldados	5	10	8	27	50	18	45	163
Ajud. ^{es} de Sirurgião					1		1	2
Patrão e marinheiros			8					8
Peains da Cavallada				1	2			3
Total de cada goarda	6	12	18	31	72	20	51	210

Esse “mappa”⁷ reflete também a escassez de efetivos naquele momento, considerando os números que participariam posteriormente, na fase platina da Guerra de 1801, percebe-se que não ocorreu alteração significativa nos números, os quais começarão a avultar somente a partir da década de 1820, como mostram as operações da Guerra Cisplatina (ou de Independência

⁷ Torre do Tombo (Lisboa). Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 915 (Caixa nº 3, 1778 a 1796). “Mappa das Goardas de Cavalaria e Artr^a que guarnesse a Fronteira”.

do Uruguai). Isso reforça a tese da “economia”, na medida em que, somente no conflito de 1763-1777 e depois no de 1825-1828 é que ocorreu um real incremento de efetivo.

Os mesmos conflitos referidos apontam para uma realidade semelhante (inclusive em números de indivíduos) no lado espanhol (depois uruguaio). De qualquer modo, chama a atenção de que 210 indivíduos, entre oficiais e soldados, estivessem a cargo do policiamento da fronteira em 1796.

As guardas também tinham função policial, além da militar. Destinavam-se a monitorar o contrabando (conter seria uma expressão inadequada para o caso) e servir de pouso para viajantes. Também eram posições de onde poderiam partir ações ofensivas contra as toldeiras de índios e mestiços pampeanos que habitavam a região e que, mesmo pela pressão da colonização europeia, passaram de caçadores de criaturas naturais desses ecossistemas, a caçadores do gado chimarrão e então, pela lógica dos estados coloniais e seus súditos, ladrões de gado e invasores de fazendas.

Os toldos não eram muito diferentes das guardas maiores em termos numéricos, mas possuíam uma mobilidade que somente o sistema de guardas e suas respectivas patrulhas permitiam observar e, quando possível, intervir.

O contrabando também andava próximo aos toldos (quando não das próprias guardas) e as guardas, ao menos hipoteticamente, deveriam promover a repressão ao contrabando. Contudo, não seria demasiado arriscado supor que as próprias guardas possam ter se transformado em espaços privilegiados de transposição de mercadorias e de negociação de propinas.

Fis estabelecer uma Guarda [...] e finalmente por haver na immediações da dita paragem huma estrada franca por donde os Contrabandistas, e facinorozos, principalmente Espanhoes, transitavão com escandalo frequentissimamente [...] ⁸

Muitas guardas, por outro lado, estimularam o estabelecimento de núcleos urbanos que, futuramente, constituiriam as bases de algumas cidades da atual fronteira entre Brasil e Uruguai, em geral mesclas de falas, tradições culturais e tipos humanos diferentes.

Existe uma tarefa em aberto quando se aborda o tema da localização geográfica das guardas. Mesmo porque, de tal definição depende o grau de

⁸ Torre do Tombo (Lisboa). Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 915 (Caixa nº 3, 1778 a 1796).

importância que possa ter a afirmação do parágrafo anterior, acerca da origem de muitas urbes fronteiriças.

O Telégrafo Mercantil, numa das suas edições de 1801, no afã de repassar aos buenairenses informações variadas sobre o andamento do conflito com os portugueses, publicou a localização latitudinal e longitudinal dos povos, guardas e vilas que os espanhóis mantinham na fronteira. A parte dedicada às guardas pode ser observada no Quadro abaixo:

Quadro I

	Latitud Austral	Longitud Oriental
Santa Teresa	33-57-02	04-46-00
San Miguel	33-42-00	04-45-15
Ariedondo	32-36-18	04-52-41
San Antonio	32-20-41	04-51-08
Melo	32-23-50	04-06-09
San Joseph	31-56-06	04-31-07
Santa Rosa	31-29-46	04-32-34
Santa Tecla	31-17-00	04-06-12
Tarquerembo	30-56-52	03-53-04
Mbatobi	30-33-49	03-36-06
San Martin	29-33-47	04-22-07

Fonte: Telégrafo mercantil: rural, político-económico e historiógrafo del Río de la Plata⁹

Se considerarmos o meridiano de Paris, com relação ao de Greenwich, temos um diferença de 2°, 20', 14", a Oeste, portanto a ser diminuída do meridiano inglês para padrões contemporâneos e considerando o que o Telégrafo Mercantil publica como cabeçalho para essa matéria, ou seja:

ESTADO QUE MANIFESTA LAS LATITUDES Y LONGITUDES de todas las Guardias, Fortines, Parroquias, y Pueblos de Indios del Obispado de Buenos Ayres, tomando por primer meridiano el que pasa por esta Capital, que está 60 gs. 37 ms. 15 segs. al Occidente del de Paris, obserbadas ultimamente por los demarcadores de Limites entre estos dominios y los del Brasil.¹⁰

Disso resulta que, conforme as informações de 1801, o Meridiano de Buenos Aires ficaria a 58°, 17', 01" do Observatório Real de Greenwich.

⁹ Biblioteca Nacional (Buenos Aires). Tomo VII, p. 156, 20 de junho de 1802.

¹⁰ ¹⁰ Biblioteca Nacional (Buenos Aires). Tomo VII, p. 156, 20 de junho de 1802.

Conquanto os graus estão corretos, os minutos e os segundos não conferem com informação hodierna¹¹ em até cinco minutos,¹² resultando numa diferença que pode alcançar cerca de seis quilômetros. Tendo por bastante conhecido os nomes de San Martin (São Martinho da Serra), Santa Tecla (Bagé) e Mbatobí (São Gabriel) e usando o mesmo sistema para alcançar numérica e geograficamente as coordenadas citadas no Telégrafo para essas localidades, chega-se a algumas conclusões interessantes.

As coordenadas de San Martin encontram-se cerca de 2,5 Km ao Sul do centro da atual cidade de São Martinho da Serra e dentro da franja de possibilidade de erro longitudinal. As coordenadas de Santa Tecla ficam praticamente no atual pórtico de entrada da cidade de Bagé e cerca de 7,5 Km ao Sul do sítio atribuído ao Forte de Santa Tecla. As coordenadas de Mbatobí ficam a cerca de 70 Km a Sudoeste da cidade de São Gabriel.

Esses dados permitem antever algumas considerações em estudos mais técnicos e detalhados em torno ao tema das guardas do tipo: 1) que nem sempre as coordenadas latitudinais, apesar da maior facilidade de observação que tinham até meados do séc. XVIII eram precisas; 2) que alguns sítios mudaram sua posição por diferentes motivos, o que talvez seja o caso de Santa Tecla, primeiro forte, depois guarda (o primeiro destruído em 1776); que alguns locais são meramente homônimos, como aponta o caso de Mbatobí. Óbvio que isso além de inúmeras outras variáveis que precisam ser levadas em conta nessa questão da localização das guardas.

O Ministério do Exterior português, no final do séc. XVIII foi encarregado de fazer uma razão documentada sobre a situação das demarcações do Tratado Definitivo de 1778. Disso derivou a peça documental “Dificuldades que ocorrerão na demarcação dos Tratados entre as duas Coroas no anno precedente e novas questões na Fronteira do Rio Grande do Sul”, localizado na Torre do Tombo.

Toda extensão da Fronteira contada desde a gorada do Albardão na Costa do Mar athe a margem do Camacuã aonde deve findar, tem 52 Legoa devedidas pela manera seg.te Do Sul pa o Norte 7 desde a goarda do Albardão athe a do Taym: desta segue mais 3 ½ no mesmo rumo athe a Costa do Salço. Atravessa depois no de Oeste a Lagoa Merim em distancia de 3 Legoa athe a goarda volante da boca do Arroyo grd.e Desta goarda a 4ª do passo do Arroyo grde há 6 Legoa no rumo de Noroeste. Desta á 7ª de S. Joze, e ultima da Frontra há 5 ½

¹¹ Com a utilização do *Google Earth*, por exemplo.

¹² Mesmo tentando atribuir pontos distintos da cidade como referência para o marco zero, como o Cabildo, a Casa Rosada, La Boca e outros.

no rumo de Nornoroeste . Desta á 1ª da Frontra do R.o Pardo há 10 Legoa no rumo de Oesnoroeste. Patrulhando ambas o terreno que medea entre as duas.¹³

Mais adiante, no mesmo documento, aparecem indícios indicativos das posições de algumas guardas espanholas. Esse contraponto é muito importante para definir o grau de aproximação do material obtido no telégrafo mercantil. A ver:

10ª - A 4ª Goarda Port. do Passo do Arroyo grd.e está distante da 1ª Espa de Arredondo 8 ½ Legoa, ficando-lhe a Sodoeste esta goarda e tem a 2ª Espanhola denominada de S.to Antonio ao Este na distancia de 4 Legoa; sendo esta goarda conhecida pelo nome de Quilombo. Esta mesma goarda do Quiolombo fica a 5 Legoa de distancia da nossa 5ª goarda do Erval no rumo ou deressão de Sueste.

11ª – A 3ª Goarda Espanhola de S. Joze está colocada n'hum a forq.ta do Jgoarão Chico a 3 Legoa distante da 6ª Goarda Portug. de S.to Antonio da Coxilha, ficando-lhe aquela quaze a Susudoeste.

12ª – A 4ª Goarda Espanh. de S.ta Roza está colocada entre vertentes do Rio Jagoarão a 4 Legoa distante da Portug. de S. Joze na direção de Noroeste, seguindesse quaze na mesma direcção o Forte Espanhoal de S.ta Tecla, o qual dista da nossa goarda sobreditta de S. Joze 13 Legoa.

13ª Alem das 4 Goardas Espanholas de q. se acaba de tratar; tem elles mais a Goarda sentral a q. chamão grd.e situada nas faldas do Serro Largo na margem meridional do Rio Taquary que desagua na Lagoa Merim. Esta goarda grande dista da nossa grande de S. João do Erval, que hé a que lhe fica mais proxima 16 a 17 Legoa, tendo de atravessar o Rio Jagoarão, e alguns pequenos Arroyos, vertentes do Rio Taquary.¹⁴

Veja-se o exemplo de uma possível intersecção dos dois documentos, com vistas a melhores posicionamentos.

A Guarda de Melo (provavelmente o que os portugueses chamam de Serro Largo) está dentro da franja de erro longitudinal e dos 2,5 Km de erro latitudinal esperados, tornando-se, portanto, excelente exemplo de localização. Se a portuguesa fica a 6 ou 7 léguas, tendo de atravessar o Rio Jaguarão e alguns arroios, supondo que seja uma légua marítima, ou “légua de 20 ao grau” (cerca de 5,55 Km), a preferida pelos astrónomos demarcadores, pois, em geral tinham formação em escolas de marinha temos com uma aproximação

¹³ Torre do Tombo (Lisboa). Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 915 (Caixa nº 3, 1778 a 1796). “Mappa das Goardas de Cavalaria e Artra que guarnesse a Fronteira”.

¹⁴ Torre do Tombo (Lisboa). Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 915 (Caixa nº 3, 1778 a 1796). “Mappa das Goardas de Cavalaria e Artra que guarnesse a Fronteira”. Texto explicativo anexo ao “Mappa”.

surpreendente, na direção Nordeste a cidade de Herval, o que certamente não se trata de coincidência.

O certo é que no tocante ao posicionamento das guardas, ainda existe uma grande tarefa pela frente, trabalho que demanda ser interdisciplinar e implicará em varreduras de arquivos espanhóis, portugueses, brasileiros, argentinos e uruguaios, acompanhado de verificações in loco e levantamentos e escavações. Mas é um trabalho que precisa ser encaminhado, para a melhor compreensão da pressão geopolítica na fronteira dos estados coloniais ibéricos e suas distintas e multifacetárias implicações no provir da região.

CABEDAIS MILITARES: OS RECURSOS SOCIAIS DOS POTENTADOS DA FRONTEIRA MERIDIONAL (1801-1845)

Luís Augusto Farinatti*

Em 20 de janeiro de 1865, seis importantes oficiais da Guarda Nacional de Quaraí e Livramento, na fronteira do Brasil com o Uruguai, firmaram uma representação contra o Brigadeiro David Canabarro.¹ Nesse documento, alegavam ter sido afastados de seus postos por meios espúrios, indicando haver objetivo do Brigadeiro em favorecer os membros de sua “parcialidade”, em um conflito que envolvia tanto as eleições quanto o recrutamento militar. Deixemos de lado os meandros da contenda e atentemos para a forma pela qual três desses oficiais se fizeram representar. Além de elencar serviços prestados ao Império, os irmãos Severino, Feliciano e Antônio Mancio Ribeiro de Almeida fizeram questão de explicitar que eram “filhos do finado Marechal do Exército Bento Manoel Ribeiro”.² Não há dúvidas de que acreditavam que, mesmo depois de transcorrida uma década do falecimento de seu pai, a evocação de seu nome contribuiria para alcançarem seus objetivos.

Essa verdadeira herança imaterial fora incorporada ao tesouro familiar em meio século de atuação do Marechal Bento Manoel e de seus parentes na estremadura meridional do Brasil. Trata-se da primeira metade do século XIX, que contemplou o rompimento das ordens coloniais e a emergência conflituosa de diferentes projetos estatais. Busco, aqui, investigar tanto o papel da elite guerreira da fronteira, naquele período, quanto nas próprias formas de imbricação da guerra com a sociedade, a economia e a política. Para tanto, utilizo como guia de navegação a própria trajetória do Marechal Bento Manoel.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este artigo resume parte do capítulo 4 de meu livro “Confinos Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)”, e agrega resultados de pesquisa que desenvolvo atualmente.

¹ “Aviso do Ministério da Justiça, B-1, 113, 19.08.1865. AHRs” In: FERTIG, André. *Clientelismo Político em Tempos Belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, Tese de Doutorado, 2003, p. 365-367.

² Idem, p. 366.

Valor e inconstância

O Marechal Bento Manoel Ribeiro é o anti-herói preferido da historiografia de matiz regionalista, e também de parte da literatura e da tele-dramaturgia, quando buscam compor narrativas sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845). O fato de ter trocado de lado três vezes durante a contenda o habilitava para desempenhar esse papel. Bento Manoel começou ao lado dos revoltosos, sendo uma das principais lideranças do movimento que derrubou o presidente da província, Antônio Fernandes Braga, em 20 de setembro de 1835. Assim como Bento Gonçalves da Silva, ele também havia sido afastado por Braga de um dos comandos da fronteira, possivelmente por influência do General Sebastião Barreto.³

No ano seguinte, ocorreu a nomeação de Antônio de Araújo Ribeiro, aliado político de Bento Manoel, para a presidência da província. A maioria dos líderes do movimento revoltoso não aceitou essa nomeação, mantendo e radicalizando a revolta. Bento Manoel, contudo, acompanhado por outros oficiais, colocou-se ao lado do novo presidente, passando a comandar a defesa da legalidade. Em 1837, uma nova mudança no cargo de presidente do Rio Grande do Sul, onde novamente se colocou um inimigo político no cargo, fez Bento Manoel romper com o Império e voltar às hostes Farroupilhas. Este talvez tenha sido o mais impactante de seus movimentos, despertando a fúria de membros do governo e da oposição, na Corte. Ele tornou-se, então, um dos generais da República Rio-Grandense. Porém, a história de sua participação na revolta não acaba aqui e não há monotonia no acompanhamento da trajetória de alguém como Bento Manoel, nem mesmo em uma resenha factual como a que estou traçando neste momento. Em 1839, ele decidiu abandonar o conflito, alegando que precisava cuidar de seus interesses particulares. Partiu, então, para um exílio no Uruguai.

Em 1842, o Barão de Caxias partia da Corte para o sul, em busca de por fim a um conflito que já se arrastava por tempo demais. Afinal, aquela era uma zona de fronteira onde os perigos estrangeiros erguiam nuvens tenebrosas no horizonte do Império. Viajava com o prestígio de vitórias contra movimentos sediciosos em outros confins do Brasil, e tinha a recomendação de não chamar Bento Manoel para nenhum posto importante. Todavia, mal

³ LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

chegou ao Rio Grande e o Barão tratou de aliciar Bento Manoel, entregando-o o comando de uma das duas divisões que promoveriam o avanço sobre o território de atuação dos farroupilhas.

Bento Manoel saíra da guerra como prestigiado paladino imperial, ainda que, alguns anos depois, seu filho lamentasse que a traição ao Império, em 1837, tenha impedido que ele pudesse almejar um título de nobreza.⁴ De qualquer modo, como vimos na demanda assinada por seus filhos, em 1865, seu prestígio parece mesmo ter ultrapassado seu falecimento, ocorrido em 1855. Entre tantas perguntas que podem ser suscitadas por essa trajetória, detenho-me aqui na que é, talvez, a mais evidente: como alguém podia trocar três vezes de lado em meio a uma guerra e ser sempre recebido com concessão de postos de comando e honrarias? Qual o segredo para se tornar, em um mesmo conflito, General Republicano e Marechal do Império? ⁵

Certamente, o caso de Bento Manoel é excepcional. Porém, os fatores que lhe possibilitaram essas manobras dizem respeito a uma circunstância histórica e à construção de atributos e recursos que eram comuns a muitos dos comandantes militares em atuação no sul do Brasil, na primeira metade do Oitocentos. Eles podem nos revelar muito sobre as formas como a guerra se erigia em fator de hierarquização social, naqueles confins.

A carreira da fronteira

Nas duas primeiras décadas do século XIX, os luso-brasileiros sediados no Rio Grande de São Pedro avançaram para oeste e sul. Esses movimentos combinaram agressivas ações militares com saques às possessões inimigas, arreadas de gado e instalação de estabelecimentos pecuários.⁶ Eles resultaram na incorporação de uma vasta área dantes pertencente aos povoados missioneiros. Entrementes, ocorria uma renhida disputa entre forças que possuíam diferentes projetos estatais - como era o caso, entre outros, dos

⁴ SÁ BRITO, Francisco de. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Reprodução Fac-similada da edição original (1950). Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, s/d.

⁵ A habilidade guerreira de Bento Manoel gerou memórias que a atribuíram, tempos depois, inclusive, a pactos com forças mágicas. A construção dessas memórias é um outro campo de estudo. A via explicativa que adoto, aqui, porém, é bem mais prosaica.

⁶ OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 1990, (Dissertação de Mestrado). GOLIN, Tau. *Fronteira*. Vol.s. I e II. Porto Alegre: L&PM, 2002 (vol I) e 2004 (vol. II).

partidários de Artigas, do Cabildo de Buenos Aires e do próprio Império Português. Nesse contexto, indígenas charrua e minuano e, principalmente, os guaranis missioneiros desempenharam importante papel.

No que tange às áreas do extremo oeste, zona de atuação principal de Bento Manoel, foi nesse contexto que se consolidou a ocupação e domínio luso-brasileiros no território dos Sete Povos Orientais das Missões (entre o Rio Uruguai, a noroeste e o Ibicuí, ao sul), como também nas áreas onde dantes haviam estado as estâncias de exploração de gado pertencentes a esses povos, ao sul do rio Ibicuí. Após a independência definitiva da República Oriental do Uruguai (1828), restou também a presença de propriedades, alianças e interesses brasileiros no norte daquele país.⁷ Formou-se uma grande zona de fronteira atravessada por mercadorias, relações sociais e sujeitos pertencentes aos mais diversos estratos sociais, que elaboravam formas de manejar o fato de que havia um limite nacional de permeio à região onde tocavam seus interesses.⁸ Ao mesmo tempo, a apropriação desse enorme conjunto de meios de produção, e sua conversão em economia pecuária, foi decisivo na expansão da produção charqueadora, no leste do Rio Grande do Sul.

Esse contexto abriu a possibilidade de apropriação de recursos e construção de carreiras na guerra e na conquista. Bento Manoel Ribeiro, singelo furriel de milícias em 1811, originário de uma família com poucos recursos, engajou-se em todas as campanhas daqueles anos conturbados e, em 1823, era nomeado Coronel e já havia ocupado o posto de Comandante da Fronteira. Como se sabe, a estrutura militar do Império Português naquelas décadas, mantida pelo Império do Brasil durante o Primeiro Reinado, implicava na combinação do exército de 1.^a linha com forças milicianas. Estas últimas seriam substituídas pela Guarda Nacional a partir de 1831, em um processo cuja aplicação nem sempre foi pacífica. Assim como as Milícias, os efetivos da Guarda Nacional eram forças não-profissionais compostas por moradores locais, mas tinham por tarefa principal resguardar a ordem social e a segurança interna. Uma das grandes diferenças da Guarda Nacional em

⁷ SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJO, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

⁸ THOMPSON FLORES, Mariana e FARINATTI, Luis Augusto. "A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEIZ, Flávio (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

relação às antigas forças de 2.^a linha era que ela não estaria subordinada ao exército de primeira linha. As autoridades civis ganhavam espaço em sua organização e gerenciamento. Porém, como função secundária elas deveriam, também, auxiliar o exército em suas funções, todas as vezes que isso fosse necessário.⁹ Esta última disposição fez com que, no grave contexto de endemia bélica do sul, essas forças fossem empregadas efetivamente na defesa do território contra ameaças externas, assumindo grande relevância em atividades de guerra.

Aqui, porém, é importante fazer uma ressalva. Não há dúvida de que a guerra podia abrir oportunidades de ascensão social para alguns indivíduos que estivessem dispostos a “enfrentar a aventura” de engajar-se nas tropas que iam às contendidas de fronteira. Os casos do Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro e do Barão de Serro Largo (General José de Abreu), são ilustrativos dessa situação. Porém, esse fato não deve incentivar a miragem da fronteira em guerra como uma terra da promessa, com espaço aberto para que a “coragem” e o “valor” promovessem um maior igualitarismo social. Ao contrário, nas terras conquistadas durante as primeiras décadas do século XIX, luso-brasileiros, guaranis egressos das Missões, espanhóis-platinos, escravos negros e libertos foram protagonistas da reconstrução e uma hierarquia social fortemente desigual, que tinha um de seus principais referentes no mundo português e brasileiro de onde haviam partido os conquistadores. Se existiam os que haviam conseguido utilizar a situação de guerra e a apropriação de novas áreas para fazer parte do pequeno círculo dos afortunados, também havia gente como o Brigadeiro Olivério Ortiz e o Coronel José Antônio Martins, que partiram de uma posição social elevada nas áreas antigas para se manterem como quadros de elite na Fronteira. Para além deles, espalhava-se uma vasta malha de combatentes e famílias de posseiros que se estenderam pelo pampa em uma condição subalterna.

De qualquer modo, nesse contexto, a atuação dos comandantes militares locais teve um alcance muito estendido. De um lado, ela implicou na instituição de uma esfera de poder que envolvia diretamente os temas do recrutamento, do aprovisionamento de montarias e do fornecimento de gêneros para as tropas em campanha. Em um mundo que, como já se disse tantas vezes, padecia de verdadeira endemia bélica, essas pautas estavam longe de ter um caráter fortuito.

⁹ RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço os Chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

Esses poderes militares sobre as áreas da fronteira estenderam-se para diversas esferas sociais. Pelo menos ao longo da primeira metade do século XIX, eles constituíram setores de mando que não foram completamente derogados pelos poderes civis que iam se instalando, como as câmaras de vereadores e os juizados de paz e de direito. Ao contrário, muitas vezes consistiram, na prática, em órgãos e espaços concorrentes com eles.

De outra parte, o fato de que o processo de apropriação de uma quantidade enorme de recursos materiais (terras, animais, fontes de água e energia) se deu pelos mecanismos da conquista e do apossamento, dotaram os comandantes militares de uma posição muito favorável no controle desses fluxos econômicos. A apropriação, circulação, concentração e redistribuição desses recursos materiais se fazia tanto por meios mercantis quanto (e, em um primeiro momento, principalmente) por mecanismos fora do mercado. Era o caso do apossamento de terras, da reivindicação e recebimento de sesmarias e outras formas de doação fundiária por parte das autoridades, das arreadas de gado, da distribuição de bens tomados aos inimigos. Em todos esses casos, os comandantes militares encontravam-se em um lugar nodal.

Contudo, essa posição favorável tinha sua contra-face na necessidade de bem desempenhar as funções da guerra, da mediação local de conflitos, da manutenção da ordem e da comunicação daquele mundo com os poderes imperiais. O que estava na base dessa configuração de duplo sentido era uma forma de administrar e organizar a expansão do império português, baseada, genericamente, na reciprocidade vertical entre os súditos e a Coroa. Ela estava consubstanciada, entre outros fatores, no prêmio dos serviços com a concessão de mercês.

Cabedais Militares

Nas últimas décadas, diversos especialistas tem apontado a centralidade das relações de dom e contra-dom na própria estruturação do Antigo Regime português.¹⁰ Genericamente, podemos dizer que elas assumiriam, entre outros aspectos, a forma de prestação de serviços pelos súditos, que colocariam suas fazendas, carreiras, malhas de dependentes, por vezes mesmo o risco de suas vidas, em atividades que trariam proveito para a Coroa. Essa lealdade era

¹⁰ Entre outros: HESPAÑA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal – século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

recompensada com a concessão de mercês, que podiam envolver desde cargos, favores e honrarias até recursos materiais, como a doação de terras em sesmarias, por exemplo. Muitos têm sido os trabalhos que apontam a vigência dessas práticas e valores não apenas no Reino, mas nos mais diferentes confins do Império Português e, assim, também na América Lusa.¹¹ Elas certamente sofreram modificações ao longo do período, e tanto mais a partir da época pombalina. Porém, em diversas partes do Império, muito dessa lógica seguia sendo importante na orientação das ações dos sujeitos, mesmo em fins do século XVIII. Ela, sem dúvida, esteve presente nos avanços territoriais, nos combates e alianças com indígenas e nas contendas contra as forças hispano-coloniais, no sul da América. Sobretudo, as práticas de apropriação e redistribuição de recursos a partir da conquista foi um fator estruturante de uma hierarquia social desigual e assente em preceitos do Antigo Regime, conforme tem mostrado trabalhos recentes sobre o século XVIII no Rio Grande.¹²

No período tratado aqui, as primeiras décadas do Oitocentos, no contexto da conquista e apropriação das áreas extremas das Fronteiras de Rio Pardo e Rio Grande, havia elementos daquela cultura política e econômica que seguiam sendo reiterados. É certo que novos conceitos começavam a enraizar-se na gramática ideológica dos tempos das independências, mas eles não se estenderam sobre o vazio, nem tiveram a capacidade de substituir de modo rápido, completo e mecânico as formas tradicionais de organizar a sociedade, a economia e o poder.

Nesse cenário, os potentados locais encontraram um espaço privilegiado de atuação, uma vez que se colocaram em condição de fornecer os meios pelo qual se viabilizou muito do empreendimento bélico luso-brasileiro, entre 1801 e 1828. A posição em que se encontravam pode ser ilustrada por uma correspondência do Coronel Bento Manoel Ribeiro, já estudada em

¹¹ Entre outros: FRAGOSO, João Luis; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos (a dinâmica imperial portuguesa: sécs. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹² OSÓRIO, Helen. Op. cit, 1990. HAMEISTER, Martha Daisson e GIL, Tiago Luis. "Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)". In: FRAGOSO, João L.R.; ALMEIDA, Carla M.C.; SAMPAIO, Antonio C.J. *Conquistadores e negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

trabalho anterior, mas que considero importante trazer novamente à análise.¹³ Trata-se de uma resposta a uma demanda do Presidente da Província, em 1824. O Presidente interpelara Bento Manoel cobrando explicações pelo fato de ter permitido, quando era Comandante da Fronteira, que povoadores se instalassem em terras que já haviam sido doadas em sesmarias a outra pessoa. A resposta foi escrita do seguinte modo:

Em tempo em que a Fronteira estava ameaçada os suplicantes requereram entrar para esses campos, não me constando haver sesmaria informei por devolutos e até consenti que eles se estabelecessem para assim os influir a defesa do Departamento que se achava ameaçado, e por estas e outras maneiras políticas pude apresentar ao Exmo. Sr. General das Armas no passo do Arapeí seiscentos homens reunidos nesse ponto, em ocasião em que ninguém podia reunir tropa porque as deserções eram inevitáveis. Estes foram os poderosos motivos que me obrigaram a consentir a entrada dos suplicantes nos campos em que se acham.¹⁴

Os termos com que o Coronel justificou suas ações são extremamente elucidativos. Em primeiro lugar, ele trata de isentar-se de culpa, declarando que não sabia que aquelas terras haviam sido doadas em sesmaria. Porém, ao longo de todo o trecho, vai reiterando o fato de que a fronteira estava ameaçada e era preciso conseguir efetivos, o que justificaria ações desse tipo. Quando aponta que permitiu a entrada dos povoadores no campo “para assim os influir a defesa do território”, deixa claro que as tropas imperiais não poderiam ser providas de soldados apenas utilizando formas coativas de recrutamento. Era preciso dar aos homens e às famílias interesses a defender. E era preciso negociar.¹⁵ Porém, essa negociação se dava dentro de quadros hierárquicos e não igualitários. Ela acontecia como parte do complexo de prestações recíprocas que estruturavam não apenas as relações privadas, mas também viabilizavam a existência do Estado naquele tempo e espaço.

Contudo, o Coronel foi além e nos permitiu uma visualização da complexidade daquelas relações. Na continuidade da correspondência, advertiu que foi “por estas e outras maneiras políticas” que conseguira apresentar 600 homens armados ao General das Armas quando “ninguém podia reunir tropa

¹³ FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

¹⁴ “Autoridades Militares, Coronel Bento Manoel Ribeiro, 11.12.1824. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).”

¹⁵ Sobre recrutamento na primeira metade do século XIX, no Rio Grande do Sul, ver: RIBEIRO, José Iran. Op. Cit., 2005.

porque as deserções eram inevitáveis.” De um lado, essa passagem aponta que aquele era o único meio de viabilizar a defesa do território. Mas, além disso, ela também ressalta a importância do próprio Coronel Bento Manoel, potentado capaz de mobilizar centenas de homens quando nenhum comandante o conseguia. Assim, dava a entender que ele era imprescindível para o Império.

A capacidade de negociar para baixo com os subalternos e para os lados, com aliados, tornava os potentados locais importantes para o Império, e dotava-os de mais recursos para negociar para cima. De sua parte, no fluxo inverso, mas dentro do mesmo processo, a capacidade de negociar com o Império podia viabilizar o atendimento de demandas dos subalternos e aliados, reforçando os pactos firmados com estes. Essas relações influenciavam nas possibilidades de conseguir soldados, cavalos e armamentos. Uma parte importante desse cabedal era formado por alianças com líderes além-fronteira, como o General uruguaio Frutuoso Rivera. A relação dos Ribeiro de Almeida com ele teve diferentes fases, oscilando entre a rivalidade e a amizade. É sintomático que tenha sido ele quem emprestou parte do dinheiro necessário para a ampliação das terras de Bento Manoel próximas ao Serro do Jarau.¹⁶

Podemos chamar cabedal militar a esse conjunto de recursos, juntamente com o prestígio que o comandante ia angariando por sua atuação em uma carreira de combates na fronteira. Um sólido cabedal militar possibilitava uma relativa autonomia para os potentados locais posicionarem-se nas diversas guerras do sul.

Essa posição de mediador entre o poder central e os habitantes da fronteira, bem como o papel do cabedal militar no poder dos comandantes locais pode ser verificado através de outra correspondência do Coronel Bento Manoel Ribeiro. Datada de 1826, em meio à guerra que resultaria na perda da Província Cisplatina e consequência independência da República do Uruguai, ela expressa indignação pela ordem de deixar os territórios antigamente ocupados e retroceder ante ao avanço do exército oriental. Afirmava:

...com a maior amargura marchava ontem do meu Acampamento de Quaraím, vendo chefes de corpos, oficiais, soldados, com lágrimas nos olhos, representarem-me por que motivo abandonaríamos as Fronteiras, suas fortunas, suas subsistências e de seus filhos, deixando tudo exposto a ladrões, suas famílias errantes pelas costas dos arroios...¹⁷

¹⁶ FARINATTI, Luís Augusto. Op. cit., 2010.

¹⁷ “Autoridades Militares, Coronel Bento Manoel Ribeiro, 02.04.1826. AHRs.”

A indignação do Coronel com a retirada pode-se explicar por dois motivos. Em primeiro lugar, é provável que ele não considerasse aquele movimento como a melhor opção do ponto de vista da própria tática de guerra. Porém, além disso, parece que Bento Manoel percebia que a retirada podia abalar seu poder. Muitos dos milicianos sob seu comando, sobretudo os oficiais, mas também parte dos soldados, tinham interesses (fortunas, subsistências, famílias) nas terras que estavam sendo abandonadas ao inimigo. Pelo documento analisado anteriormente, sabe-se que conseguir recrutar homens não era fácil. Eles evadiam-se, escondiam-se, desertavam depois de já engajados. Assim, ao lado da coação, era preciso também uma política de estímulos, que pudesse atrair, ao menos, parte deles. Essa política era afiançada pelos comandantes, que podiam usar tais expedientes em proveito da formação de suas próprias redes de clientelas, o que ajudava a reproduzir sua posição e seu poder. O abandono dos interesses de muitos daqueles que lutavam sob seu comando, certamente enfraquecia o prestígio de Bento Manoel. Ele sabia que isso podia diminuir seu comando sobre as tropas naquela mesma guerra. É provável que ele imaginasse, também, que teria mais dificuldades de recrutar gente para próximas contendas. Isso, por sua vez, diminuía o prestígio e o cabedal militar com que ele aparecia para seus superiores.

Porém, é preciso não esquecer que o cabedal militar e o prestígio dos comandantes também dependiam de seu sucesso e eficiência nos campos de batalha. Eles andavam no fio da navalha: de um lado, utilizavam seu posto para angariar clientela, mas isso encontrava limite no fato de que precisavam ganhar as guerras. Os favorecimentos praticados, obviamente, não podiam chegar ao ponto de prejudicar reiteradamente suas ações bélicas e, por consequência, seu bom nome como guerreiros vencedores.

Assim, se rompemos o invólucro desse cabedal e interrogamos do que ele era feito, veremos que se constituía de relações de reciprocidade. Vejamos o tema com um pouco mais de vagar.

Meu compadre, o Senhor Coronel

A construção de redes de relações sociais estruturadas a partir de princípios de reciprocidade vertical e horizontal ajuda, pois, a explicar tanto a produção do poder dos comandantes locais, como a recriação de uma hierarquia social desigual nas áreas recém conquistadas. A reconstrução dessas

redes pode se dar a partir de fontes diversas: correspondências, processos judiciais ou, caso empregado, aqui, os registros paroquiais. Certamente não se pode reduzir o papel do casamento e do compadrio à constituição de alianças sociais. Porém, vários trabalhos têm apontado que essa era uma das faces desses rituais no mundo ibero-americano, tanto no período colonial, quanto no século XIX.¹⁸ Impossível, nas dimensões deste artigo, explorar com profundidade a malha de relações tecida pela família de Bento Manoel Ribeiro. Porém, cabe aqui apontar alguns aspectos significativos.

Em primeiro lugar, é preciso romper com o lugar-comum que identifica imediatamente os grandes estancieiros aos potentados militares da fronteira meridional. Se, de fato, os principais comandantes das milícias ou da Guarda Nacional eram estancieiros, a recíproca não era verdadeira. Estudando 206 inventários post mortem de Alegrete, o principal município da Fronteira, entre 1825 e 1865, verifiquei que 15 dentre os titulares das 16 maiores fortunas eram grandes estancieiros. Porém, apenas 4 dentre eles ocuparam altos cargos no oficialato militar ou da Guarda Nacional.¹⁹ Ou seja, 12 daqueles homens jamais ocuparam altos postos na hierarquia militar da fronteira, dentre eles Manoel José de Carvalho, Antônio José de Oliveira e Joaquim Antônio de Oliveira, que eram os donos das maiores fortunas e dos maiores capitais em terras e gado de toda a amostra estudada.

Porém, tomar esses sujeitos individualmente também é um procedimento anacrônico e equivocados, uma vez que eles agiam dentro de um marco de referência familiar. Ao estudar a elite agrária da região, cruzando suas atuações profissionais com as alianças que estabeleciam via casamento, percebi que a tentativa de classificar seus integrantes por critérios sócio-profissionais podia dar uma falsa imagem daquele grupo social. Naquele contexto, a produção agrária, o comércio e o exercício de altos postos nas milícias, na Guarda Nacional ou, por vezes, mesmo no exército não eram fontes de uma identidade profissional restrita (ainda que ela pudesse existir), mas sim campos de atuação ocupados por diferentes membros de uma determinada organização familiar. Estas tinham relativa plasticidade, podendo incluir os pais e alguns

¹⁸ Entre outros: GUDEMAN, Stephen. *The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person*. In: _____. *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1971. HAMESITER, Martha. *Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2006, (Tese de Doutorado).

¹⁹ FARINATTI, Luís Augusto. Op. cit., 2010.

dos filhos e genros, irmãos e cunhados. Esses grupos, por sua vez, conectavam-se a outros, de diversos estratos sociais, através de alianças seladas por casamentos, créditos, lealdade nas armas e compadrio, formando uma rede de relações de reciprocidade que mediava processos essenciais naquela sociedade. Nesse contexto, mesmo aqueles dentre os grandes estancieiros que nunca ocuparam altos postos de oficiais tinham aliança com eles, seja incorporando-os como genros ou como sogros de seus filhos.

Esse era um padrão comum para a classe dominante da fronteira, e pode ser encontrado no caso da própria família de Bento Manoel Ribeiro. Como é possível deduzir pela correspondência que abriu este artigo, três dos filhos do Coronel Bento Manoel Ribeiro foram estancieiros e também ocuparam comandos na Guarda Nacional. Dois deles se casaram com as filhas de Joaquim Antônio de Oliveira e outro com a filha de Antônio José de Oliveira, dois dos maiores estancieiros que referi como jamais tendo ocupado postos no alto oficialato. Assim, a família de Bento Manoel investia fortemente na atuação militar, fato reforçado pela incorporação de dois genros oficiais do Exército de linha, mas também estabelecia relações com dois estancieiros com um patrimônio agrário bastante mais expressivo que o dos Ribeiro de Almeida.

Se tomarmos, por outro lado, as relações de compadrio que Bento Manoel, sua esposa e seus filhos estabeleceram desde a instalação da Capela de Alegrete (1817) até o final da Revolução Farroupilha, a questão de suas alianças ganha nova e impressionante dimensão. Uma análise de um conjunto de 4.553 registros aponta para um prestígio inequívoco dos comandantes militares naquela paróquia de fronteira.²⁰ Cinco dentre os seis casais que mais compareceram à pia batismal eram formados por altos oficiais e suas esposas, entre eles o Coronel Bento Manoel e sua mulher Dona Maria Mância, e seu filho Capitão Severino Ribeiro de Almeida e sua esposa Eufrásia Maria de Oliveira.²¹ O único casal entre esses seis que não contava com um marido alto Oficial era, na verdade, formado por Dona Ana Dorothea de Almeida, filha de Bento Manoel Ribeiro, e seu marido.

²⁰ Uma análise mais detalhada desses dados está em: FARINATTI, Luis Augusto. "Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na Fronteira Meridional do Brasil (1816-1845)". Anais do X Encontro Estadual de História. Santa Maria: ANPUH-RS, no prelo.

²¹ Considerando as vezes em que ao menos um dos membros do casal foi padrinho/madrinha.

Assim, entre os seis casais “campeões de batismo”, naquele período, três eram formados pela família chefiada pelo Coronel Bento Manoel Ribeiro. Esses três casais somam, juntos, nada menos do que 70 batismos, o que conferia à família uma rede de compadres e afilhados realmente impressionante.²² É possível imaginar o que representava essa massa de aliados e clientes para uma família que dedicava-se a buscar a notabilidade regional e ir além, visando alcançar a partilha do poder provincial e ocupar o papel de mediadores entre a Corte, a província e a paróquia.²³

Mesmo sem sair do universo dos campeões de batismo, podemos perceber um segundo círculo de relações muito próximas estabelecidas pelos Ribeiro de Almeida, estando ligados a outros três núcleos familiares. Ali estão Joaquim Antônio de Oliveira, sogro de seus filhos, e dois compadres seus, o Tenente-coronel João Machado de Bittencourt e o Capitão Felisberto Nunes Coelho (o homem que mais apadrinhou no período estudado), juntamente com suas respectivas esposas. Os núcleos familiares de compadres (casais ou mães solteiras) desses aliados, chegando a cerca de uma centena, certamente não consistiam em clientes naturais dos Ribeiro de Almeida, mas formavam um contingente onde aquele prestigioso grupo parental esperava poder contar com o possível estabelecimento de relações de reciprocidade, de apoios, lealdades e compromissos, ainda que isso se desse através da mediação de seus compadres, mais próximos à família.

Dentre os compadres de Bento Manoel, encontramos um elevado número de oficiais das milícias, da Guarda Nacional e mesmo do exército, ressaltando a importância das solidariedades forjadas nas campanhas militares.²⁴ A maioria afilhados do coronel era de filhos legítimos de casais que o pároco designou expressamente como branco ou silenciou sobre sua cor.

²² Na verdade, a soma dos batizados desses três casais resultaria em 80 registros, mas foi preciso descontar 3 casos em que o Coronel Bento Manoel batiza junto com sua filha Dona Ana Dorotéia, mais 6 casos em que esta e o Capitão Severino apadrinham juntos, bem como um caso em que este apadrinha junto com sua mãe.

²³ Note-se que estou me atendo, aqui, aos membros da família que aparecem como campeões de batismo. Esse número subiria se fossem incluídos os filhos mais jovens do Coronel Bento Manoel (Feliciano, Antônio Mancio e Raquel) que já começavam a apadrinhar no final do período estudado e, muito provavelmente, se tornaram campeões de batismo nos períodos subsequentes. VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

²⁴ O mesmo fenômeno já havia sido percebido para o século XVIII. HAMEISTER, Martha Daissou; GIL, Tiago Luis. Op. cit., 2007.

Significativamente, a única exceção era a filha do Capitão Athanázio Ababos, índio do Povo de Santo Tomé, e de sua esposa Dona Candelária Candi, do Povo de São Luiz. Este foi o único caso em que uma patente de oficial e o apelativo “dona” apareceram vinculados a alguém explicitamente nomeado pelo pároco como índio.²⁵ Ou seja, em um contexto onde a aliança com grupos de guaranis egressos dos povos missionários ou a incorporação de parcialidades deles aos efetivos militares era um recurso disputado por diversas forças em combate nas reiteradas guerras da Fronteira, esse batismo sugere uma aliança entre um dos potentados indígenas e o então Coronel Bento Manoel Ribeiro.

Por sua vez, com os batismos onde sua esposa, Dona Maria Mância, figura como madrinha ao lado de outros padrinhos, e também nos rituais onde os filhos de Bento Manoel aparecem apadrinhando, há, ainda, forte presença da elite local, mas aparecem, ao lado desses, um largo estrato de famílias sem notabilidade, algumas mães solteiras, índios, pardos livres e também alguns escravos.²⁶ Esse cabedal de relações de reciprocidade, consubstanciada pelo compadrio, que ligava a sociedade de alto a baixo, não era exclusividade das famílias de elite da Fronteira meridional. Ela aparece desde há muito em outras regiões da América Portuguesa e parece indicar uma estrutura de relações através das quais ocorriam trocas desiguais de recursos e serviços, ao mesmo tempo que reiterava uma hierarquia fortemente desigual.²⁷

Considerações Finais

Quando decidi juntar-se ao movimento de 20 de setembro de 1835, e cada vez depois disso que mudou de posição, Bento Manoel Ribeiro estava munido de um cabedal de recursos que envolvia prestígio e habilidade em décadas de contendas de fronteira, poder econômico, relações de reciprocidade com superiores, com iguais e com subalternos. Era esse cabedal que lhe

²⁵ Livro de Registro de Batismo da Paróquia de Alegrete, n. 2, f. 70v, data 25.06.1831 (Transcrição feita pelo CEPAL). Arquivo Diocesano de Uruguaiana.

²⁶ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., *no prelo*.

²⁷ Entre outros: HAMEISTER, Martha Daissou. Op. cit., 2006. FRAGOSO, João. “O Capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.009.

garantia a autonomia para fazer sua própria política. Ele não era o único. Foi esse mesmo tipo de conjunto de recursos que permitiu a outros potentados da fronteira servirem ao Império, contrapor-se a ele ou protagonizar ações à sua revelia. Para ficar com um exemplo, lembremos a oportunidade em que General Bento Gonçalves da Silva protegeu as forças do líder uruguaio Lavalleja, no início da década de 1830, em luta contra Frutuoso Rivera, mesmo contra as ordens vindas da Corte.²⁸ Como se deve imaginar, esses aspectos sofreram importantes transformações com o correr do século.

Um olhar geral sobre a organização das forças militares na Fronteira Meridional e sua inserção na sociedade, da década de 1820 até o início da Guerra do Paraguai, em 1865, sugere um movimento de progressiva transformação. Parece partir-se de um contexto onde os particulares tinham grande importância e os chefes locais retinham a maior parte do poder, até chegar a uma situação onde os poderes civis e militares encontravam-se mais separados e o exército encaminhava mais fortemente seu processo de profissionalização. Essa visão é coerente com a idéia de que o Estado Imperial Brasileiro passou por um processo conturbado de consolidação ao longo de seus primeiros 30 anos, mas que, em meados do século, o já se encontrava bem mais sólido e centralizado.²⁹ No que se refere à organização militar e sua imbricação com a sociedade no sul, a direção geral do processo parece ter sido mesmo essa, porém, quando é analisado com mais detalhe, a partir das relações sociais concretas estabelecidas na Fronteira Meridional, percebe-se que ele foi cheio de nuances, nada linear e que os agentes históricos tiveram capacidade de jogar com ele, influenciando sua velocidade e suas características. Os

²⁸ LEITMAN, Spencer. Op. cit. 1979.

²⁹ Para o processo de construção e centralização do Estado no Brasil, durante o período monárquico, em diferentes posições teóricas, ver: FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*, vol. I, 10.^a ed. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000. MATTOS, Ilmar H. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HuCITEC/INL, 1987. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem – Teatro de Sombras*. 4.^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo 2005. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Sobre o mesmo processo, com análises específicas sobre o Rio Grande do Sul: VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit., 2010. RIBEIRO, José Iran. De tão longe para sustentar a honra nacional: Estado e Nação nas trajetórias dos brasileiros na Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ (Tese de Doutorado), 2009.

poderes dos comandantes militares sofreram transformações, mas não desapareceram. Eles seguiram influenciando a economia e a reprodução da hierarquia social.³⁰

Uma das transformações marcantes foi a diminuição da possibilidade de acumulação legítima de recursos materiais via guerra e conquista. As últimas sesmarias foram doadas na primeira metade da década de 1820, as terras para apossamento na fronteira se esgotavam ou estavam mesmo todas formalmente apropriadas e, com a constituição de estâncias na Campanha rio-grandense e no norte do Uruguai, diminuía a possibilidade de arrear gado bravio. A redistribuição do butim de guerra e das terras conquistadas havia sido uma prática de reiteração da hierarquia social e do poder de chefes guerreiros como Rafael Pinto Bandeira, na segunda metade do século XVIII.³¹ Ela seguira atuante nas campanhas desenvolvidas nas três primeiras décadas do Oitocentos. Porém, essas formas não-mercantis de apropriação e circulação de recursos, legitimadas pela conquista, não podiam desempenhar o mesmo papel em meados do século XIX.

Por outro lado, novos poderes civis, consubstanciados nas administrações dos municípios que iam sendo instalados na Fronteira, começavam a disputar espaço com os comandantes militares no que se refere à administração e à resolução de disputas. Naturalmente, esse era um espaço onde as relações de clientela vicejavam e podiam também ser disputados pelas mesmas facções de aliados que protagonizavam os poderes da guerra.

Na verdade, as metamorfoses nos poderes dos potentados militares no Rio Grande do Sul, imersas no novo contexto de construção dos Estados platinos e do Império do Brasil formam todo um tema de estudo próprio.

³⁰ A importância militar dos senhores da guerra sulinos e as possibilidades de mando que angariavam em razão de sua posição nas contendas de fronteira, muito maior do que sugeriria sua posição econômica no Império, foi bem analisado por: GUZZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ – PPGH, 1998, (Tese de Doutorado). Guardadas as devidas proporções e especificidades, é um caso semelhante, mas menos exitoso do que o da elite do Rio de Janeiro no século XVII que, por sua posição estratégica no Atlântico-sul, conseguia negociar em melhores termos com o Reino, as questões envolvendo o açúcar de má qualidade produzido naquela parte da América Portuguesa: FRAGOSO, João. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa.” In *Tempo*. Niterói: UFF, vol. 8, nº 15, jul-dez 2003, pp. 11-36.

³¹ HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luis. Op. cit., 2007.

Aqui, basta sinalizar que o processo não ocorreu a partir de um Estado burocratizado que se impôs “de fora” à elite regional. Ao contrário, dependeu dela e precisou passar por dentro de suas relações sociais para existir. Um entre muitos exemplos disso é o diário do Coronel Manoel Lucas de Oliveira, onde fica patente, já bem entrado o século, a importância do cabedal militar dos chefes rio-grandenses nos esforços de recrutamento no ano inicial da Guerra do Paraguai, em 1865.³² Era o mesmo ano em que os filhos do Marechal Bento Manoel evocavam a memória de seu pai visando angariar vantagens em uma contenda contra um Brigadeiro do Império. Esse prestígio, por sua vez, fora construído através da constituição e zelo de um cabedal militar que compunha patrimônio familiar e seguia sendo mobilizado, em um mundo diferente.

³² MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Introdução. In ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Diário do Coronel Manoel Lucas de Oliveira*. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

José Plínio Guimarães Fachel*

A denominação da guerra enquanto Revolução Farroupilha, tem provocado polêmicas historiográficas, Tristão de Alencar Araripe¹ preferiu usar o próprio termo Guerra Civil do Rio Grande do Sul, documentos imperiais a chamam de Guerra dos Farrapos, porém, Alfredo Varela² intitulou o movimento como a Grande Revolução. Autores mais recentes como Spencer Leitman³ voltaram a usar a expressão Guerra dos Farrapos, outros como Moacyr Flores,⁴ preferiram confirmar o conflito como Revolução Farroupilha.

Ainda que por razões distintas, essas divergências conceituais são compreensíveis. Inicialmente, no período da guerra, por razões políticas, imperiais e farroupilhas divergiam nas denominações, por exemplo: os monarquistas não usavam as expressões República Rio-Grandense e República Catarinense, preferindo reduzi-las às expressões República de Piratini e República Juliana. Próximo ao centenário do movimento, período de forte centralização política, quando o Governo Vargas determinou o fim dos símbolos estaduais, os historiadores novamente se dividiam entre os que achavam a luta como separatista, republicana e vinculada ao federalismo platino, caso de Varela, e os que a entendiam como mais um caso de revolta regencial, provocada pelas divergências pontuais com o governo central.

Na segunda metade do século XX, por influências teóricas weberianas e marxistas, parte da produção historiográfica resolveu abolir o termo revolução. Autores como Leitman entenderam que a guerra se resumia à disputa de interesses econômicos da elite, portanto, seria apenas um conflito intra-oligárquico. Como na constituição da República Rio-Grandense, os farroupilhas gaúchos mantiveram o escravismo, a ideia de revolução estaria

* Doutor em História do Brasil pela PUC-RS. Professor do Departamento de História e Antropologia e do PPGH da UFPEL.

¹ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

² VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: GLOBO, 1933.

³ LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.

⁴ FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. 2ª. Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

descartada. Sem alteração das estruturas das relações de produção, não poderia ter ocorrido uma transformação radical.

Apesar dessas peleias conceituais, a guerra travada entre gaúchos e imperiais, no período de 20 de setembro de 1835 à 1º de março de 1845, demonstrou maior complexidade e radicalidade do que indicam os estudos esquemáticos.

Guerras civis o Rio Grande do Sul vivenciou outras, mas a denominação Revolução Farroupilha tem sido renovada. Novas pesquisas têm demonstrado que a disputa entre as elites favoreceu, durante o conflito, a desorganização do modelo escravocrata.

Outro problema conceitual constante é o termo farroupilha, ainda existem aqueles historiadores que explicam a palavra com base nas más condições do fardamento dos gaúchos ao longo do conflito. Concluem que a denominação resulta das más condições do fardamento dos soldados republicanos. Os imperiais assim os chamavam pejorativamente e, depois, os próprios republicanos assumiriam o termo. Contudo, é necessário recordar que de farroupilhas eram chamados os liberais exaltados de norte ao sul do Brasil, inclusive durante o Primeiro Reinado no Rio de Janeiro. Também no Rio Grande do Sul o partido farroupilha antecedeu à guerra.

Explicitados os conceitos de Revolução Farroupilha, e de farroupilhas, passemos a refletir sobre as motivações do conflito. A conjuntura histórica da primeira metade do século XIX demonstra que a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e o Período Napoleônico influenciaram diretamente nos movimentos republicanos na América do Sul. Os textos dos democratas norte-americanos foram reproduzidos nos jornais dos liberais gaúchos e as articulações dos rebeldes com o cônsul norte-americano provocaram uma crise diplomática. A transcrição da essência do pensamento iluminista (igualdade, liberdade e humanidade) na bandeira da República Rio-Grandense não permite negar a influência das “ideias francesas”. A ocupação napoleônica na península Ibérica favoreceu a emancipação colonial na América Latina. Ocorreu uma epidemia de movimentos republicanos, alguns se mantiveram, com metamorfoses, como as repúblicas platinas (Paraguai, Confederação Argentina e o Uruguai), outros como a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador tiveram efêmera duração.

A subordinação militar da corte portuguesa aos ingleses no Brasil, evidenciada nos tratados de 1808 e 1810 favoreceu o entendimento da

anexação da Província Cisplatina e da recusa da Inglaterra em reconhecer a República Rio-Grandense.

Muitos analistas do movimento entendiam que o discurso farroupilha, dos manifestos republicanos, denunciando as arbitrariedades do presidente da província, Fernandes Braga, ou as altas taxas sobre o charque, resumia as causas diretas da guerra. Contudo, a independência da Província Cisplatina, uma formação socioeconômica muito semelhante à Rio-Grandense, em 1825, demonstrou a possibilidade de autonomia política republicana na região. Os estancieiros rio-grandenses foram duramente prejudicados com a derrota. As ocupações das fazendas uruguaias, o saque do gado, a dinâmica econômica que a ocupação militar promovia, tanto na partilha de cargos, quanto no comércio de gado ao exército, tinham cessado.

Os farroupilhas desejavam uma independência mais efetiva, do que a proclamada no 7 de setembro de 1822, as razões que promoveram o fim do Primeiro Reinado estavam presentes na Revolução Farroupilha. As motivações gerais das revoltas regenciais, como a reação à centralização monárquica, também foram fatores fundamentais do movimento.

Além do ideário iluminista e maçônico, a cobrança de impostos sobre o campo e a organização de estruturas jurídicas, administrativas e militares, promovidas pelo governo central foram decisivas para o início da guerra.

O assassinato de um juiz em Rio Pardo, as acusações de sedição contra Bento Gonçalves e sua detenção, antes do 20 de Setembro, indicam que o movimento foi bastante planejado.

Baseando-se em manifestos iniciais, tanto de Bento Gonçalves, quanto de Domingos José de Almeida, que ao longo do processo foram respectivamente, presidente e ministro da República, onde afirmavam lealdade ao Império, alguns historiadores negam a intenção republicana. Como esses manifestos foram feitos quando estavam presos, seria ingenuidade acreditar neles.

Para compreender os objetivos do movimento, ainda que tenham sido dinâmicos, o historiador deve olhar para o 11 de setembro de 1836, quando Antônio de Souza Neto, nos campos de Seival, proclamou a República. Essa declaração foi feita após a vitória, com apoio uruguaio, sobre as tropas imperiais. A persistência na organização da República Rio-Grandense, com bandeira, hino, ministérios, representações diplomáticas, projetos econômicos

e educacionais, constituição e capital (Piratini, Caçapava e Alegrete), que ia mudando conforme a luta, aclara o propósito republicano.

No manifesto de 29 de agosto de 1838, assinado por Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida há a seguinte afirmação:

Desligado o povo rio-grandense da comunhão brasileira, reassume todos os direitos da primitiva liberdade; usa destes direitos imprescritíveis constituindo-se República Independente; toma na extensa escala dos Estados Soberanos o lugar que lhe compete pela suficiência de seus recursos, civilização e naturais riquezas que lhe assegurem o exercício pleno e inteiro de sua independência, eminente soberania e domínio sem sujeição ou sacrifício da mais pequena parte desta mesma independência ou soberania a outra nação, governo ou potência estranha qualquer (...) o ato da sua separação e desmembramento não foi obra da precipitação irrefletida ou de um caprichoso desacerto, mas uma obrigação indispensável, um dever rigoroso de consultar sua honra, felicidade e existência altamente ameaçadas, de atender por si mesmo a própria natural defesa de subtrair-se a jugo insuportável, cruel e ignominioso, opondo resistência à injúria, repelindo com a força a violência (...) Vimos com ofensa das Leis da humanidade restabelecida a tortura (...).⁵

A evolução militar do conflito é feita de avanços e recuos dos farroupilhas, na forma de guerrilha. Na fase inicial (20/09/1835 à 11/09/1836), após a tomada de Porto Alegre e o deslocamento de Fernandes Braga para Rio Grande, os farroupilhas dominaram a maioria das cidades. Essa vulnerabilidade já era percebida pelos imperiais antes da guerra, por isso fomentaram a colonização alemã em São Leopoldo, que lhe daria apoio estrangeiro, tanto no fornecimento de soldados, quanto, de alimentos. Também o comando da tropa e os soldados na capital, passando à subordinação direta do Rio de Janeiro, antes do 20 de setembro. Apesar dessas providências, as autoridades imperiais foram derrotadas. A fuga do presidente da província é emblemática, não interessava aos farroupilhas executá-lo. Durante o movimento, lideranças derrotadas foram poupadas após as batalhas, indício de que a luta foi essencialmente travada dentro da própria oligarquia. Exceção a esta regra ocorreu quando os imperiais degolaram o Tenente Teixeira Nunes, defensor da abolição da escravatura, após a chacina de Cerro dos Porongos, na Batalha de Arroio Grande, em 26 de novembro de 1844. As cidades importantes como Rio Grande, Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Pelotas foram facilmente dominadas pela armada imperial, com apoio

⁵ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. *Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva 1835-1845*. Porto Alegre, 1985, CGB-420.

inglês. Já em 1836, os revoltosos perceberam que não tinham possibilidades de retomá-las.

A derrota na batalha da Ilha do Fanfa escancarou a fragilidade farroupilha em áreas navegáveis. Ainda que eventualmente, de surpresa, em julho de 1839, tenham ocupado o porto de Laguna com apoio de cavalaria, a marinha dos revoltosos não teve como se confrontar com a imperial.

A “Carta de Corso” foi instituída na República, assegurava ao pirata um percentual do botim e a proteção dos farroupilhas. Perturbou o transporte marítimo e lacustre, mas foi de eficácia muito limitada. Os farroupilhas construíram barcos leves e pequenos e com calado baixo, construídos nas margens do rio Camaquã, que poderiam fugir e se esconder em arroios rasos. No mar essas embarcações tiveram dificuldades na viagem a Laguna.

A Batalha do Rio Jacuí também é conhecida como a Traição do Fanfa. A tropa de Bento Gonçalves deslocava-se das proximidades de Porto Alegre, tentando juntar-se com as milícias de Neto, atravessando o Rio Jacuí na ilha. Contudo, o dissidente farroupilha Bento Manuel Ribeiro, com sua tropa, estava à espreita em Triunfo. Bento Ribeiro avisou Araújo Ribeiro, presidente da Província, que enviou 18 barcos de guerra comandados pelo inglês John Grenfell. No dia 3 de outubro de 1836 ocorreu a batalha, os farroupilhas se entregaram, com a condição de que ficariam livres. Há muitas controvérsias, se foi um acordo ou uma derrota militar.

Certo é que no dia 4 de outubro Araújo Ribeiro determina a prisão de Bento Gonçalves, Tito Lívio Zambeccari, Pedro Boticário, Corte Real, Onofre Pires, dentre outros. Bento Gonçalves é levado para o Rio de Janeiro e depois para a Bahia, para o Forte do Mar, de onde foge (com o apoio dos farroupilhas maçônicos de lá) em 1837. Neste período em que esteve preso Gomes Jardim assumiu a presidência da República e Neto o comando militar.

Em 1837 os farroupilhas conseguem bater a cavalaria imperial em Rio Pardo e Lages, em Santa Catarina. Bento Manuel retorna para o lado farroupilha, mas bem depois retornou com sua tropa para o lado imperial. Bento Gonçalves o considera pior que “todas as pragas do Egito”. Ainda neste ano, uma tropa farroupilha, com cerca de um milhar de soldados, comandada por Neto tomou o arsenal imperial em Caçapava.

Depois da fuga do Forte do Mar, Bento Gonçalves assumiu a presidência da República em dezembro de 1837. Com a organização do jornal

oficial, correios, fisco e seis ministérios funcionando, os farroupilhas tentaram consolidar o novo país.

Em 1838 as tentativas de retomada de Rio Grande e Porto Alegre são infrutíferas, e os republicanos apenas obtêm vitórias em lutas de guerrilhas localizadas.

Em 1839 precisam transferir a capital para Caçapava. A partir deste momento, com ampliação constante das forças imperiais, evitam batalhas diretas. No início do movimento havia um equilíbrio de forças, cerca de seis mil soldados de cada lado, mas no final os imperiais passaram a ter o dobro do contingente republicano. A tomada de Laguna e a proclamação da República Catarinense demonstram a tentativa de expansão, pois a busca de portos era essencial.

A participação do “herói dos dois mundos”, Garibaldi, é controversa. Alguns o consideraram genial no episódio de fuga ao ataque de Grenfell, pela Lagoa dos Patos e rio Capivari, quando usou rodas de carretas e juntas de boi para levar os barcos para o mar, em Tramandaí. Ele seria o arquétipo do revolucionário idealista, romântico e destemido. Para outros causa estranheza a súbita paixão de Anita ao italiano. Também o criticam por ter abandonado a luta, cobrado seus serviços e se transferido para o Uruguai num momento crítico de Guerra.

Entre os republicanos os personagens, os indivíduos, simbolizaram interesses sociais muito diversos. Bento Manuel mudava de lado conforme as circunstâncias financeiras e de cargos. Domingos José de Almeida, foi importante ministro republicano, mas quando houve a possibilidade de abolição da escravidão, encaminhou seus escravos para serem alugados no Uruguai. Também pediu anistia ao Império, tanto no início, quanto na crise, em 1844.

Os farroupilhas gaúchos eram heterogêneos, muito fragmentados politicamente. Entre os republicanos havia os radicais, representados por Teixeira Nunes, Amaral Ferrador e Mariano de Matos, que buscavam a abolição da escravidão e profundas mudanças econômicas. Na assembléia de Alegrete foi apresentado o projeto de extinção do escravismo na República, apesar de ter sido apresentado pelo partido denominado “Maioria” e ter gerado calorosos debates, acabou sendo derrotado. Tal fato anula a análise simplificada, que afirma ser o conflito apenas elitista. A liberdade dada aos

soldados negros, ex-escravos, apenas formalmente confirmada no Acordo de Ponche Verde, indica que o movimento perturbou as relações sociais gaúchas.

A Constituição da República Rio-Grandense não extinguiu a escravidão, pelo contrário, manteve os mesmos princípios da Constituição Imperial nesta questão. Esta foi uma temática muito polêmica, mostrou os limites reformistas dos constituintes.

A divisão maior dos farroupilhas ficou nítida na chamada “masorca do Alegrete”, quando na Assembléia Constituinte existiram formalmente dois partidos: o da Maioria, mais radical, e o da Minoria, mais reformista e conciliatório com o Império. Do primeiro fazia parte Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida, Mariano de Matos, Antonio de Souza Neto e Gomes Jardim. No grupo da Minoria, destacaram-se Antonio Vicente da Fontoura, Francisco Ferreira Jardim Brasão, Martins da Silveira Lemos, Onofre Pires, Paulino da Fontoura, João Antonio de Oliveira e David Canabarro.

Esses grupos propuseram políticas diferenciadas para a nova república, os primeiros, além de discutirem o fim da escravidão, criticavam a monarquia e práticas da Igreja Católica na repressão aos Cabanos no Pará. Conforme pode se ler no jornal O Povo nº 74:

(...) as façanhas praticadas pelos espanhóis a título de propagação da religião católica, e de seus feitos militares na América, onde assolaram povoações inteiras, decapitaram e afogaram alguns milhões de infiéis a quem mui piedosamente pretendem converter a fé. Naqueles tempos bárbaros com a capa da religião, se conseguiu exterminar a casta indígena para substituí-la pela espanhola.⁶

No jornal O Americano, publicado em Alegrete, em 23/11/1842 pela maioria, percebe-se forte crítica ao capitalismo financeiro inglês:

(...) O sistema de empréstimo, aperfeiçoado pelo governo Inglês a coisa de 70 anos, tem sido talvez a invenção mais prejudicial aos povos, visto que subministrando aos homens do poder dinheiro, com abundância, eles podem melhor executar seus projetos liberticidas e como são ordinariamente reembolsáveis a 15, 20, ou 25 anos, é a geração vindoura que tem de pagar. E será justo obrigar nossos filhos a pagar as quantias gastas para restabelecer um

⁶ O POVO. Piratini, 1838. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930, nº 74, pp.2-3.

governo opressor? Eis aí, contudo a herança que reserva a intitulada legalidade à geração futura.⁷

O grupo da Minoria era mais homogêneo, favorável a manutenção do escravismo, do catolicismo oficial e da integração com o Império. Fizeram articulações com alguns deputados da Maioria que estavam de acordo esses princípios.

Outro ponto de discórdia era a perspectiva da Maioria de se confederar aos países platinos e ao Brasil, enquanto que a Minoria não propunha nem confederação, nem federalismo.

Portanto, aquém e além dos interesses pessoais, houve profundas divergências entre os partidos na República.

Estes conflitos políticos enfraqueceram aos revoltosos, que além de terem de manter a luta contra o Império (cada vez mais potente, após liquidar a Sabinada, Balaiada, Cabanagem e demais revoltas liberais), tiveram que enfrentar uma guerra interna. O assassinato do vice-presidente da República Paulino da Fontoura, atribuído à Maioria, aponta para uma insurreição interna dentro da guerra com o Brasil. O duelo entre dois generais, Bento Gonçalves e Onofre Pires, no qual, o segundo saiu ferido mortalmente, é emblemático e não se sustenta apenas nas explicações românticas.

Desde 1840 os republicanos sofriam diversas derrotas, perdendo em Caçapava, Taquari, São Gabriel, São José do Norte e Viamão (onde o italiano Luigi Rosseti, redator do *O Povo*, morreu). Com a nova dissidência de Bento Manuel Ribeiro e suas tropas em 1841, e com a chegada do Barão de Caxias, Luis Alves de Lima e Silva, em 1842, como presidente da Província e chefe militar, a decadência farroupilha ficou evidente. Ainda que tenham tido algumas vitórias, como em Ponche Verde, em 1843, contra Bento Manuel, a derrota militar estava configurada.

Caxias foi espremendo as tropas rebeldes, reprimiu o apoio uruguaio aos rebeldes, seduziu a Minoria com anistias, cargos e indenizações, concentrou metade do exército e da armada brasileira no Rio Grande do Sul, negociou também com membros da Maioria, foi implacável com os lanceiros negros, investiu fortemente na compra de cavalos e mantimentos (agradando aos comerciantes) e alterou a política fiscal. Essa política dos imperiais foi

⁷ O AMERICANO. Alegrete, 1842/3. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930, nº 18, p.3.

muito eficiente, aprofundou a divisão entre os inimigos e cooptou novos parceiros.

No plano externo, após a expulsão do cônsul norte-americano, os EUA não quiseram ampliar o confronto com o Império e não apoiaram aos republicanos gaúchos abertamente. A Inglaterra permaneceu desinteressada em reconhecer a República, preferiu assegurar bons negócios com o Brasil. O Uruguai, por pressão de Caxias, teve que dissimular suas relações com os farroupilhas. Entre-Rios, Corrientes, Santa Fé e o Paraguai, ainda que simpatizantes dos Rio-Grandenses não apoiaram de forma decisiva o novo país.

Liquidada a revolta, o Império, com apoio inglês, iniciou a Grande Guerra, atacando o Uruguai, Argentina e o Paraguai. Com o fim da Revolução Farroupilha as guerras na região não terminaram, apenas foram ampliadas até o final da Guerra do Paraguai.

Sem portos, sem reconhecimento internacional e com muitas lutas internas, cada vez ficou mais difícil a manutenção da República Rio-Grandense.

Para o Império, por razões financeiras e estratégicas, era melhor negociar com os farroupilhas. Financeiramente gastava cerca de metade de toda a arrecadação com a guerra, era um bom negócio “indenizar” ou “comprar” a paz. Estrategicamente não era interessante arriscar perder a estabilidade escravocrata no Rio Grande do Sul, província tão escravista quanto, na média, o resto do Brasil.

Além disso, numa região de fronteira com o Prata, era essencial manter o apoio da elite local, tanto para evitar novas perdas de territórios, (caso da Cisplatina) como para favorecer projetos expansionistas.

Internamente, além do problema fundamental da cisão política já exposta, socialmente outra crise foi ampliada. No início do movimento ocorreu a desorganização do escravismo, nas charqueadas, fazendas e nas vilas, quando os escravos fugiam buscando a liberdade no lado republicano. O processo abolicionista farroupilha foi sustado, apenas mantiveram livres os lanceiros que enquanto serviam ao exército. Isso provocou o enfraquecimento militar, reduzindo as potencialidades de manutenção da infantaria.

A documentação mostra que a escravidão na República não foi mais suave do que no Império. Relatos policiais contêm explicações de escravos

imperiais que tinham fugido, buscando a liberdade entre os farroupilhas, mas que se arrependeram e que por isso estavam retornando.

Um escravo chegando de volta à Porto Alegre explicou: “Sendo ele só para todo o serviço de lavoura e de uma casa, já não podia aturar, razão porque veio embora para casa de seu senhor”.⁸

Outro afirmou que tinha buscado a liberdade com outro escravo, mas não gostou de servir ao Cabo José, índio mestiço e para sua mulher, por que: “(...) aquela vida não estava boa, que ele resolvia vim ter com seu senhor, pensando na asneira que tinha feito”.⁹

Relatos mais genéricos afirmam que a escravatura estava fugindo das hostes republicanas porque “lhes dão pranchadas e os carregam de armas”.¹⁰

Além das mudanças políticas, as mudanças sociais ficaram estagnadas, e isto promoveu a reorganização dos subalternos.

Os quilombos foram favorecidos com o conflito, entre o escravismo republicano e o imperial, houve espaço para os escravos buscarem a liberdade. Isso foi duramente reprimido pelos imperiais e pelos próprios republicanos nas instruções aos chefes de polícia, que mandavam “prender ou atacar a ferro e a fogo os escravos que vagassem sem licença ou estiverem organizados em quilombos.” O mesmo documento, Coleção Varela 5392, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul determinava: “(...) serão presas as pessoas que comprarem ou venderem animais vacuns ou cavaleiros de escravos ou de seus filhos”.¹¹

Os documentos permitem afirmar que dentro do conflito das oligarquias, ocorreram perturbações sociais mais profundas desorganizando a ordem escravocrata.

Em 1844 a situação da República era caótica, o grupo da Minoria, estava no poder com Vicente da Fontoura e David Canabarro. Estes começaram as negociações para um acordo de paz, de forma independente àquelas propostas por Bento Gonçalves. No final do ano, em 14 de novembro, ocorreu a Batalha de Porongos, que foi a derrota militar decisiva. O episódio

⁸ Coleção Varela- 5402. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL.

⁹ Coleção Varela -5406. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL.

¹⁰ Coleção Varela-5411. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL.

¹¹ Coleção Varela-5392. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL.

também é conhecido como a Traição ou o Massacre de Porongos. A historiografia discute se foi uma derrota militar ou um acordo entre Canabarro e os Imperiais, para matar aos soldados negros e terminar logo com a guerra.

Bento Gonçalves e Caldeira denunciaram em vários documentos que foi uma traição:

(...) o General Canabarro entregou ao Caxias os soldados que tinham sido escravos e estavam servindo nas nossas fileiras. (...) mandou retirar o cartuchame dos soldados de infantaria e mandou chegar a cavalaria de reserva para serem pegados, mas não foram pegados. Canabarro depois que teve o aviso de Moringue estar no Candiote, não mudou de campo, ficou no mesmo lugar. Canabarro quando ouviu o toque de alvorada que Chico Pedro mandou tocar na frente de seu acampamento, montou a cavalo com seu Estado-Maior e passou em um passo que havia na retaguarda da sua barraca. Canabarro, de combinação com Chico Pedro, concorreu para a surpresa do Coronel Teixeira (...) Documentos não faltam para confirmar a traição de Canabarro. (...) O Cabo Mariano confirmará a ordem que Moringue deu para não matarem os brancos (...).¹²

(...) O Governo Imperial achou um Canabarro para com ele contratar a paz da Província. Servindo-se Caxias das autorizações do dito Governo, combinou com Canabarro a traição de Porongos! Canabarro serviu-se das condições que Bento Gonçalves tinha mandado apresentar ao Presidente Ivaes Machado em 1840, sacrificando a principal condição à qual Bento Gonçalves não cedeu e que era a seguinte: 'Os homens que tinham sido escravos e se acham servindo em nossas fileiras ficariam livres; cujos soldados Canabarro entregou-os ao cativeiro da Nação Brasileira! (...) os referidos soldados foram empregados nas fazendas da Nação, como escravos!¹³

Na época circulou uma carta, na qual Caxias instruíu o Cel. Francisco Pedro de Abreu, na cidade de Bagé, de 9 de novembro de 1844:

(...) suas marchas devem ser o mais ocultas que possível seja, inclinando-se sempre a sua direita, pois posso afiançar-lhe que Canabarro e Lucas, ajustaram ter suas observações sobre o lado oposto. No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente de gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro... A relação junta é das pessoas a quem deve dar escápula se por causalidade caírem prisioneiros. Não receie da infantaria inimiga pois ele há de receber ordem de um Ministro e de seu General em chefe para entregar o cartuchame sobre o pretexto de desconfiança dela (...).¹⁴

¹² Coleção Varela- 3103. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL.

¹³ Coleção Varela- 397. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL.

¹⁴ Coleção Varela- 3730. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL.

Canabarro negou que tivesse feito o acordo com os imperiais, afirmou que a carta era falsa, um instrumento para dividir mais aos republicanos.

O fato é que massacraram aos lanceiros negros, desarmados por ordem de Canabarro, e que a maioria dos brancos saiu ilesa. Obviamente o próprio General saiu livre do episódio, assim como outros oficiais. O resultado da batalha mostrou incompetência militar e/ou suspeição de traição, provocando a ação de tribunais militares.

A carta poderia ser falsa, o acordo de Porongos uma intriga, mas o massacre aos negros foi real.

A guerra teve seu final com o chamado Acordo de Ponche Verde de 1º de março de 1845, onde:

- O Império assumia as dívidas do Governo da República. Isto significava distribuição de farto numerário aos farroupilhas.

- Os farroupilhas escolheriam o novo presidente. Desta escolha apenas participaram os oficiais que estavam de acordo com o pacto. O escolhido foi, então, Caxias.

- Os oficiais, Rio-Grandenses seriam incorporados ao exército imperial nos mesmos postos, exceto os generais. Desta forma Bento Gonçalves da Silva ficou excluído.

- Todos os processos republicanos continuavam válidos. Desde que não fossem conflituosos com a legislação imperial.

- Todos os ex-escravos que lutaram no exército Rio-Grandense foram declarados livres. As correspondências do Presidente da Província com o Ministro do Império, no Arquivo Nacional, indicam que eles voltaram a ser escravos e remetidos para o Rio de Janeiro.

Além destes itens, houve o acordo que os farroupilhas apoiariam o Império nas lutas contra Rosas, acertado por Vicente da Fontoura no Rio de Janeiro.

A derrota militar dos gaúchos não impede que os ideais republicanos, de “liberdade, igualdade e humanidade” sejam sempre lembrados. Mas também é essencial não esquecer as escravizações e as desigualdades sociais dissimuladas no pampa gaúcho.

“TUDO ISTO É INDIADA CORONILHA (...) NÃO É COMO ESSA CUSCADA LÁ DA CORTE”: O SERVIÇO MILITAR NA CAVALARIA E A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE RIO-GRANDENSE DURANTE A GUERRA DOS FARRAPOS

*Havia um que era barão e comandava um regimento que
era mesmo uma flor; tudo moçada parelha e guapa.
O Imperador gabou muito a força,
e aí no mais o barão já lhe largou esta gauchada:
- Que vossa majestade está pensando?...
Tudo isto é indiada coronilha, criada a apoio, churrasco e mate amargo...
Não é como essa cuscada lá da Corte, que só bebe água.¹*

José Iran Ribeiro*

Esse texto trata da valorização entre os militares rio-grandenses do serviço na arma de cavalaria do Exército Imperial, considerando-se o contexto da Guerra dos Farrapos. As evidências documentais apontam que os homens da província do Rio Grande de São Pedro tinham no andar montado um sinal de status social em relação aos que não dominavam o uso da montaria. No que se refere propriamente aos militares, essa característica serviu como um elemento de distinção identitária entre os habitantes da província e os expedicionários chegados de outras partes do Brasil, para lutar contra os republicanos naqueles dez anos de intensa mobilização militar na província.

Empiricamente é difícil especificar como e se os indivíduos reconheciam sua identidade. Todos são portadores de cultura, mas isso não significa a definição de uma identidade. A cultura se adquire de forma quase inconsciente, enquanto a identidade é uma atitude consciente de vincular-se a algo.² Por exemplo, até os inícios do século XIX, se não fosse necessário, alguém nascido no interior da Bahia poderia não ter claro ou não se preocupar em definir-se baiano ou pernambucano, da mesma forma que o morador das margens do rio Mampituba não perderia tempo tentando se auto-reconhecer

¹ Chasque ao Imperador. In: LOPES NETO, João S. *Obra completa*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 348.

* Doutor em História Social pelo PPGHIS/ UFRJ; professor adjunto do Departamento de Metodologia do Ensino/ CE/ UFSM.

² CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 176-202.

catarinense ou rio-grandense. Não havia necessidade e precisão para definir a pertença de um indivíduo a determinada região, mesmo porque a sociedade brasileira não se distinguia pela fixação. Nas palavras de Fernando Novais, “a intensa mobilidade aparece (...) como a mais geral característica da população no mundo colonial, em relação à relativa estabilidade característica do Velho Mundo”.³ O que também já foi demonstrado por inúmeros outros estudos sobre os primeiros quatro séculos do Brasil.⁴ Não obstante, apesar da mobilidade, desde o período colonial os indivíduos tendiam a se identificar com as coletividades e os territórios mais ou menos definidos e capitaneados pelos principais agrupamentos urbanos.

Esta relativa despreocupação com a origem geográfica também orientava os oficiais do Exército Imperial quando usavam seu poder – no sentido weberiano de “dominação” e “autoridade institucional”⁵ – para designar a identidade de alguém. Com base na superioridade hierárquica, que posiciona diferentemente os indivíduos numa organização militar,⁶ os oficiais e os administradores do Exército tinham a capacidade de caracterizar e o poder de agrupar seus subordinados segundo as semelhanças e dessemelhanças que identificavam ou estabeleciam. Muitas vezes, os agrupados não assentiam com as classificações, ainda que em algumas situações, como a que nos referimos, muitos buscavam ser designados como portadores das habilidades necessárias para o serviço na cavalaria. Entretanto, muitas vezes é difícil para ao pesquisar

³ NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 20

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997; GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁵ Segundo Max Weber, “poder significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. Por isso “o conceito de ‘poder’ é sociologicamente amorfo”. Neste caso, o mais indicado seria o emprego do conceito de “dominação legal”, quer dizer “o exercício contínuo, vinculado a determinadas regras, de funções oficiais, dentro de determinada competência”; também conceituado como “autoridade institucional”. (WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 1, p. 142).

⁶ LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 47.

evidenciar quais eram os critérios utilizados para o estabelecimento dos critérios de classificação identitária.

A tarefa dos oficiais era árdua, ainda que a reorganização no Exército Imperial empreendida pelo governo desde algumas décadas facilitasse o trabalho. Como escreveu Hendrik Kraay, este processo ocorreu a partir do final da década de 1820 e esbarrou em algumas dificuldades, como a construção nacional, portanto, não mais regional, de uma sistemática para a promoção de oficiais. Contudo, uma das novas e exitosas medidas decretadas em 1824 foi o estabelecimento de uma numeração unificadora das unidades militares válida para todo o Brasil.⁷ Conforme o autor, desta medida resultaram consequências importantes. Uma delas foi a incorporação de oficiais e praças não mais em unidades, mas na instituição Exército Imperial, o que facilitava a mobilização dos contingentes para qualquer parte do Brasil. Não menos importante que isso, foi o estreitamento dos vínculos entre os militares e o Exército, assim como o decorrente afastamento destes homens dos contextos regionais.⁸ Desta forma, especialmente depois de 1840, oficiais e praças formavam ou eram designados conforme a necessidade do serviço para quaisquer grupamentos, que deveriam ser homogeneizados pelos costumes e práticas inerentes ao serviço militar. Como observou Sabina Loriga para o Piemonte do século XVIII, a reorganização do Exército e a maior vinculação dos oficiais às unidades do que as realidades provinciais fizeram aumentar o profissionalismo da tropa.⁹ Essa preocupação se tornaria regra no Brasil durante a segunda metade do século XIX.

Portanto, a partir de então, de forma geral e conforme a arma de formação (infantaria ou caçadores, cavalaria, artilharia e engenharia), as designações de oficiais, praças graduadas, soldados e recrutas visavam preencher os claros nas unidades reorganizadas e/ou completadas nos depósitos provinciais, da Corte, nas províncias em que estavam alojados os efetivos. Entretanto, o fato das realocações dos oficiais e praças graduadas serem nominais e muitas vezes individuais, permitia um tráfico de influências

⁷ O autor se refere ao decreto de 1/12/1824, “Da organização dos corpos de 1ª e 2ª linha do Exército...”. (*Coleção de Leis do Império de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886).

⁸ KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-Era Brazil: Bahia, 1790's-1840's*. California: Stanford University Press, 2001.

⁹ LORIGA, Sabina. *Soldats. Un laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIII siècle*. Veneza, Itália: Marsilio Editori S.p.A./ Paris, França: Éditions Menthath, 1991, p. 105-146, 203-218.

na busca de atendimento aos diversos interesses privados e das melhores oportunidades. Isto aumentou mais a dependência dos contatos internos em relação às influências exógenas, anteriormente mais importantes. Os soldados veteranos ainda podiam dispor de alguma possibilidade de escolha e influência em seus destinos. Por exemplo, o soldado José Bento dos Santos Pereira, que havia sido voluntário, foi atendido quando requereu ser transferido para uma unidade no Rio de Janeiro onde residia sua mãe velha e doente.¹⁰ Mas esse foi o único caso encontrado na documentação consultada. A capacidade de influência dos soldados rasos não ia além de seus chefes imediatos e, ainda que contassem com o apoio destes, as decisões sobre transferência eram tomadas em instâncias muito superiores a eles. Realocados em grupo, não tinham muita possibilidade de escolha e influência de seus destinos, fora, é claro, por meio da deserção. Os recrutas nem sequer podiam cogitar algo semelhante.

Entretanto, a preocupação de forjar uma unidade e uma homogeneização dos efetivos tinha limites manifestos nas próprias características dos militares que não podiam ser desconsiderados pelos administradores do Exército. Isto porque algumas características podiam remeter às origens regionais dos militares e às específicas e peculiares capacidades dos habitantes das regiões. A vitória militar dependia em boa medida do melhor aproveitamento dos indivíduos segundo as demonstrações e as avaliações destas capacidades, dando-lhes funções correspondentes conforme as possibilidades. Negligenciar as diferenças significaria, por exemplo, colocar numa mesma condição voluntários e ex-rebelde punidos com o recrutamento, justapor indivíduos com aptidões úteis às operações e não passíveis de serem ensinados pelos instrutores ao lado de outros menos capazes.

Alguns critérios diferenciadores eram a experiência e a confiança atribuídas a alguns. Neste sentido, tratando da promoção de alguns oficiais, um alto mandatário do Exército argumentou que muitos deles “tem falta dos respectivos conhecimentos teóricos da sua arma, contudo, possuem todos os conhecimentos práticos”, assim como eram os “soldados veteranos” capazes de “coadjuvar e causar imolação aos nossos bravos e briosos, porém inexperientes militares”. Experiência e confiança resumiam o insubstituível soldado imperial sugestivamente alcunhado Juca Farroupilha, que “pelo conhecimento que tem da campanha, e pela intrepidez (...) há poucos dias

¹⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Fundo Requerimentos (REQ), Maço (M.) 90, Rio Grande, 17/6/1850, soldado José B. dos S. Pereira.

bombeando o inimigo” internar-se no acampamento republicano, pelo que recebia frequentes pagamentos por “diligências arriscadas”.¹¹

Contudo, experiência e confiança eram atributos conseguidos com serviços prestados em largos períodos. Antes disso, a primeira classificação baseava-se na diferenciação entre os indivíduos do “norte” e do “sul”, já que os designativos regionais atuais, como nordeste, sudeste, centro-oeste, vão passar a ser empregados mais comumente somente a partir da década de 1920.¹² É importante considerar que podem ser utilizados vários referenciais para o estabelecimento dos limites de uma região e não somente a divisão político-administrativa do espaço geográfico. Mas, sejam quais forem os critérios utilizados, eles tendem a ser arbitrários e a não dar conta das diferenças que fragilizam possíveis definições. Este é o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro e Mato Grosso que eram, respectivamente, províncias do sul e do norte, mas que reúnem tanto características das regiões meridionais e setentrionais do Brasil. Não há como aprofundar a discussão sobre estas diversidades. No mesmo sentido, neste período ainda não haviam sido produzidas as construções formuladas pelos regionalistas do século XX, visando o estabelecimento das características que diferenciam as regiões do Brasil, que foram analisadas por Durval Muniz de Albuquerque Júnior¹³ e Ruben George Oliven,¹⁴ respectivamente, para o nordeste e para o Rio Grande do Sul.¹⁵

Esta análise, portanto, baseia-se na lógica que dividia o Brasil em norte e em sul, a partir da perspectiva geográfica vigente no século XIX, porque era a partir dela que os militares designavam a origem das tropas. Na época

¹¹ Respectivamente Arquivo Nacional (AN), Série Guerra (SG), IG¹ 280 e 173, Porto Alegre, 31/3/1842 e 10/7/1838, ambos do conde de Rio Pardo ao ministro da guerra (MnG); AHRS, Fundo Autoridades Militares (AM), M. 141, 136, 143, São Gabriel, respectivamente, 31/12/1844, 1/2/1845, 23/1/1845, comandante da guarnição João F. da C. Ferreira ao presidente da província do Rio Grande do Sul (PP RS).

¹² MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império (1871-1890)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 15.

¹³ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3ª ed. Recife: FJN/ Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

¹⁴ OLIVEN, Ruben G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2ª ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2006.

¹⁵ O designativo “nordeste”, referente à parte ocidental do norte, definida pela ocorrência sistemática das secas, passa a ser usado oficialmente a partir dos esforços governamentais contra a estiagem prolongada que assolava alguns estados, “nordestinos”, no início do século XX (ALBUQUERQUE Jr, op. cit., 2006, p. 68-74).

entendia-se que as províncias do norte eram o Grão-Pará (Pará e Rio Negro ou Amazonas, depois de 1843), Mato Grosso, Goiás, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí; e as províncias do sul eram Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pode-se inferir, obviamente, que a distinção entre uns e outros advinha da origem provincial dos indivíduos. Entretanto, o estabelecimento da origem de alguém só poderia ser feito se o agente classificador soubesse, de alguma forma, que certos indivíduos tinham vindo de determinado lugar. Fora esta possibilidade, cada vez mais difícil na medida em que chegavam ao Rio Grande do Sul milhares de efetivos de todas as partes, o agente classificador também podia estabelecer a origem dos indivíduos, observando suas características e, a partir disso, classificando-os como “nortistas” ou “sulistas”.

No sul, algumas dessas características eram facilmente observáveis, como os acentos da fala, outras podiam se manifestar depois de algum tempo, como a maior ou menor resistência às baixas temperaturas, às dietas da região e a maior sensibilidade a algumas doenças, mas notadamente a habilidade ou a incapacidade de servir na cavalaria nos moldes dos rio-grandenses.¹⁶ É preciso discutir aquela realidade histórica a partir dessas e de outras possíveis características que assinalavam a diversidade dos brasileiros e podiam dificultar a construção de uma identidade comum ou contribuir para a afirmação de diferentes identidades regionais brasileiras. Assim como é preciso tentar provar se houve esforços no sentido de superá-los durante o processo de construção da nação pelo Estado Imperial. Entretanto, nessa ocasião, como já foi dito, vamos fixar o olhar para os significados do serviço na cavalaria Imperial.

“Baianos” e cavalarianos: a alteridade a cavalo.

Comparando a riqueza da culinária brasileira em relação à parcimônia da cozinha rio-grandense, Apolinário Porto Alegre destacou a qualidade e a diversidade dos pratos originários da Bahia. Tendo vivido na segunda metade do século XIX, o autor afirmou que os feitos bélicos e as tradições dos rio-grandenses perdiam importância frente às baianas, “no feitiço de seus

¹⁶ Discuti algumas dessas características que serviam ou podiam servir de elementos diferenciadores entre uns e outros militares em RIBEIRO, José Iran. *“De tão longe para sustentar a honra nacional”*: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, 2009.

requebros dengosos, muxoxos provocadores”, sem, com isto, menosprezar o valor dos baianos como soldados. Observador atento, Porto Alegre diferenciou o rio-grandense do baiano afirmando que este “não bate-se a cavalo, mas bate-se bem de a pé. Quem muito sabe amar, muito sabe odiar; e quem muito bem sabe odiar, sabe bem pelejar”.¹⁷

Neste mesmo sentido, o conde d’Eu, quando esteve no Rio Grande do Sul acompanhando a movimentação para a expulsão das forças paraguaias, registrou que para os habitantes da província:

só há no mundo três denominações, três classes de habitantes: rio-grandenses, ou “filho do país”; castelhano, ou hispano-americano; e baiano. Para o gaúcho rio-grandense, quer um homem tenha nascido à sua porta, na província de Santa Catarina, quer venha da Lapônia, é sempre baiano. E se, para ele, o gaúcho castelhano é rival odiado, ao menos considera-o seu igual, pois sempre é gaúcho; ao passo que o baiano é um ser inferior, porque não maneja bolas nem laço, não se tem por ‘centauro’ e não entende ser desonra andar a pé. Até ouvi um fanfarrão da Guarda Nacional rio-grandense queixar-se de ter o governo admitido na província voluntários do norte, dizendo que isso resfriava o entusiasmo dos habitantes da província, pois lhe fazia crer que o governo não tinha confiança no valor do rio-grandense.¹⁸

Esta transcrição retrata uma situação que não era nova. As lutas pela definição das fronteiras do sul possibilitaram muitas oportunidades de convívio entre indivíduos das diversas partes do Brasil, como também do mundo português. Entretanto, o registro do conde d’Eu serve para lembrar que tais circunstâncias compõem a construção de coletividades e obrigaram seus integrantes a comparar suas semelhanças e suas diferenças, sendo que através desses choques de alteridades puderam forjar uma identidade comum e/ou afirmar suas identidades específicas.

Como já foi discutido anteriormente, aquele era um contexto em que vários esforços foram realizados no sentido de aumentar os vínculos dos integrantes do Exército com a instituição. Medidas que resultaram na impossibilidade dos oficiais continuarem a participar ativamente da política provincial e tornaram a força de 1ª linha mais profissional.¹⁹ A documentação

¹⁷ PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium sul-rio-grandense: estudo de filologia e folclore*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 1980, p.131

¹⁸ EU, Luis F. M. F. G. de Orléans, conde D’. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/ São Paulo: USP, 1981, p. 69.

¹⁹ KRAAY, op. cit., 2001.

apresenta muitos exemplos da eficiente centralização administrativa implantada lenta e continuamente, da circulação dos militares entre uma província e outra, das transferências entre as unidades, do fortalecimento dos vínculos entre os efetivos e a instituição. Contudo, todo modelo explicativo é sujeito às exceções que não se ajustam à regra e o exemplo do Rio Grande do Sul talvez seja o mais flagrante disso.

Desde o século XVII, portanto, nos primórdios do processo de ocupação do Prata, as populações da região sul utilizaram cavalos e os transformaram em recursos fundamentais para o apresamento do gado bovino xucro e disseminado pelas imensidões da campanha, utilizaram-nos como meio de transporte e recursos para a guerra, dentre outros empregos. Nicolau Dreys registrou que os rio-grandenses herdaram dos paulistas o uso dos cavalos e os superaram,²⁰ semelhança também destacada por Sérgio Buarque de Holanda quando tratou da disseminação do hábito de andar montado entre as populações acostumadas a andar a pé.²¹ Se entre os paulistas as mulas foram mais úteis em função do relevo da capitania, no continente de São Pedro era justamente o contrário e rapidamente andar a cavalo ganhou extrema importância.

A lida cotidiana nos campos e o quase permanente estado de guerra contribuíram para transformar os povos da região em exímios cavaleiros. Isso, somado a crescente diferenciação social entre os que andavam montados e os que tinham de caminhar, acabou levando a uma valorização extremada do serviço militar na cavalaria, a ponto de se transformar num dos elementos constituidores da identidade regional, talvez o mais importante deles. As distâncias, a rapidez das movimentações permitida pelo uso dos cavalos, a familiaridade das gentes do pampa com os equinos, a simplicidade dos combates, enfim, tornaram a cavalaria ligeira a principal arma dos exércitos no sul e um tipo peculiar de guerra foi desenvolvido.²² Hélio Moro Mariante chamou esta forma de combate de “guerra à gaúcha”. Em suas palavras, era um “misto de guerra convencional e da guerrilha, com preponderância desta”, que consistia em tentar “manter o inimigo em permanente e inquietante estado

²⁰ DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961, p. 146.

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 125-134.

²² GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

de alerta, o que se traduz por desgaste”.²³ Portanto, era uma tática de movimentos rápidos e de enfrentamentos diretos, que carecia de cavaleiros habilidosos na condução dos animais e, não menos importante, de homens que pudessem subsistir com os recursos disponíveis nas áreas de atuação.²⁴

“Ser monarca da coxilha, foi sempre meu galardão”;²⁵ o serviço na cavalaria e a hierarquia social rio-grandense.

No sul lutar na cavalaria também era sinal de condição social. Algo parecido, mas muito menos rígido e estratificado que o status atribuído aos cavaleiros medievais analisados por Georges Duby.²⁶ O sentido, no entanto, era o mesmo. Regra geral, aqueles melhor situados ou relacionados socialmente e seus protegidos serviam na cavalaria,²⁷ agricultores, pobres sem

²³ MARIANTE, Hélio Moro. *Farrapos: guerra à gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, p. 60-66.

²⁴ Referindo-se às dificuldades de adaptação do “valeroso e experiente” Exército português, que participou da luta contra Artigas, Auguste de Saint-Hilaire registrou: “como poderiam, por exemplo, os soldados europeus sujeitar-se a viver unicamente de carne sem sal, farinha e pão? Como precisassem de considerável bagagem, o que lhes impedia de agir com a indispensável rapidez. Os caçadores, acostumados às guerras de escaramuças, foram, em toda a divisão, a tropa que tirou mais partido; mas a cavalaria, obedecendo a manobras muito exercitadas, não tinha hábito de montar cavalos semi-selvagens, nem de se deslocar continuamente”. (SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997, p. 72).

²⁵ “O gaúcho”. In: LOPES NETO. Op. cit., 2003, p. 189.

²⁶ Cavaleiros e a infantaria diferenciavam-se pelo nascimento, sem que houvesse muitas possibilidades de mobilidade social. Os pobres eram infantes e os cavaleiros tendiam a ser nobres, ainda que a dinâmica da Guerra contribuisse no sentido de subverter a ordem vigente, quando, por exemplo, armas letais permitiam que plebeus atingissem mortalmente a nobreza montada, que não ia à guerra para morrer. DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines*: 27 de julho de 1214. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 36.

²⁷ Nicolau Dreys descreveu em detalhes a riqueza ostentada pelos homens mais influentes da região demonstrada no requinte dos arreios que usavam em seus cavalos. Escreveu “o pobre prepara com suas mãos seu tosco arnés; de um couro despedaçado, uma arte grosseira sabe obter freio, arreios, estribos e todas as mais miudezas da equipagem do cavaleiro. O rico cobre o seu ginete de mantas, de xergas e de cinchas, bordadas com a maior delicadeza com fios de lã de cores brilhantes; espécie de tapeçaria em que excedem algumas senhoras do país. (...) todas as manifestações de riqueza são reservadas para o cavalo: o freio, os estribos, todas as partes metálicas, de que usa nos jaezes, são de prata, e mesmo, muitas vezes, as rédeas, os loros e algumas outras partes de couro que podem admiti-lo, são enfiados em canudos de prata.” (DREYS, op. cit., 1961, p. 137)

vinculação com os oficiais comandantes e escravos serviam na infantaria. Não foi por outro motivo que boa parte da infantaria farroupilha foi composta de ex-cativos e os caçadores imperiais vinham, em sua maioria, de outras províncias, reunidos a alguns rio-grandenses “moços pouco cavaleiros, (...) bem como índios, pardos e pretos libertos adaptados ao serviço” da infantaria.

Como escreveu Frederick Barth, analisando o processo de construção das identidades culturais,

o que os membros de um determinado grupo consideram como dados naturais é meramente um reflexo de seus próprios pressupostos. Essas pessoas, contudo, (...) necessariamente agem e reagem de acordo com sua percepção do mundo, impregnando-o com o resultado de suas próprias construções. A realidade de todas as pessoas é composta de construções culturais, sustentadas de modo eficaz tanto pelo mútuo consentimento quanto por causas materiais inevitáveis.²⁸

Mas ainda que esta habilidade dos rio-grandenses fosse uma auto-construção, tornou-se consenso que os habitantes da província eram os melhores cavaleiros do Brasil. Importantes comandantes militares requeriam nos primeiros anos da Guerra que efetivos “em grande número venham de outras partes do Império, prestando unicamente esta província [o Rio Grande do Sul] cavalaria, tropa para a qual propende o gênio de seus habitantes”. Não obstante, ocorreu algum aproveitamento de infantes vindos de outras partes nos corpos de cavalaria. Como escreveu Mariante,²⁹ as necessidades da guerra obrigaram transferências neste sentido e alguns infantes foram transferidos por reconhecidamente “estar[em] bastante instruído[s]”, como aconteceu ao sargento do 2º batalhão de caçadores João Batista Rodrigues Pereira. Eram transferências emergenciais e criteriosas na medida do possível, pois os “cavaleiros de outras províncias não” eram julgados “aptos para servirem nesta”. Porém, “a necessidade de aumentar aqueles corpos [de cavalaria] de 1ª linha”, obrigava a dar-lhes algum tempo “para se adestrarem (...), a quem se dariam cavalos mansos, podendo com a experiência serem excluídos os que tivessem negação para a cavalaria.” É importante destacar que não foram

²⁸ BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 111.

²⁹ MARIANTE, op. cit., 1985.

poucos os cavalarianos não rio-grandenses que desertaram por indignados com as transferências para a infantaria.³⁰

O serviço na cavalaria podia ser considerado o mais árduo entre as armas do Exército, especialmente no Rio Grande do Sul. Neste sentido, participando de uma discussão sobre quanto o tempo deveriam durar os fardamentos, o brasileiro adotivo e oficial de cavalaria do Exército Imperial, João Frederico Caldwell, informou que “mesmo em tempo de paz se podem aqui [no Rio Grande do Sul] considerar os corpos como em contínua campanha há vista do ativo emprego que se lhes dá máxime nas fronteiras”.³¹ Em função disso, pode parecer curioso que alguns não se contentassem em deixar de servir na cavalaria, antes era o contrário.

Inúmeros militares de infantaria solicitavam transferência para os regimentos montados. No entanto, apesar da carência de homens na cavalaria, mesmo anos depois da Guerra, muitos candidatos eram recusados. Por exemplo, em 1847, o capitão de infantaria André Alves de Oliveira Belo pediu para ser transferido para uma das unidades de cavalaria ligeira, argumentado que já tinha alguma experiência naquele serviço e “feito algumas marchas a cavalo durante o tempo das operações do Exército”. Recebeu a resposta que o conhecimento necessário “desta arma se adquire pelo continuado serviço nela (...) e neste caso não se acha o suplicante por mim conhecido”. Curioso, no entanto, é que alguns eram aceitos e arrepentiam-se. O tenente pernambucano Manoel Francisco Monteiro serviu durante a Guerra num batalhão de infantaria e conseguiu ser transferido para um regimento de cavalaria. Então, por “justamente não ser bom cavaleiro e por esta razão não estar habilitado a servir na cavalaria desta província” do Rio Grande do Sul, requereu a “graça de conceder-lhe passagem para um dos corpos, esquadrões ou companhias de

³⁰ Respectivamente, AHRS, AM, M. 132, Porto Alegre, 20/6/1839, coronel comandante Salustiano Q. dos Reis ao comandante da brigada de infantaria. As reclamações dos comandantes podem ser consultadas em AN, SG, IG¹ 279, Rio Pardo, 5/5/1841, brigadeiro comandante da divisão ligeira Felipe N. de Oliveira ao conde de Rio Pardo; AHRS, AM, M. 136, Rio Grande, 30/3/1841, Gaspar F. M. Barreto ao comandante em chefe do Exército. Sobre a reconhecida habilidade dos rio-grandenses no uso dos cavalos, consultar AN, SG, IG¹ 173, Porto Alegre, 5/3/1838, Antonio E. de M. e Brito ao MnG; consultar também IG¹ 280, Porto Alegre, 31/3/1843, conde de Rio Pardo ao MnG. A respeito do aproveitamento de infantes na cavalaria, consultar AHRS, AM, M. 132, Porto Alegre, 20/11/1839 e M. 134, Porto Alegre, 19/2/1840, ambos do tenente-coronel João F. Caldwell ao PP RS; Cód. 91, Rio de Janeiro, 29/11/1841, José C. Pereira ao PP RS.

³¹ AN, SG, IG¹ 502, Bagé, 11/6/1850, brigadeiro João F. Caldwell ao PP RS.

qualquer das províncias do Império, exceto para os corpos de cavalaria". No mesmo sentido, o requerimento do 2º cadete Antônio Correia Dias de Moura foi saudado por pedir transferência para um batalhão de caçadores, sob o argumento de que "muito lucrará o serviço com esta passagem, porque o suplicante nenhuma inteligência tem para a arma de cavalaria e até se faz pesado neste corpo." Também causou satisfação a petição de transferência do 1º cadete de cavalaria Lourenço Antônio de Oliveira Carmo para o esquadrão de cavalaria de Minas Gerais, sendo atendido porque "sendo, como é, completamente inapto para a arma a que pertence", talvez, naquela província "não tendo este mesmo serviço que os regimentos desta província, acaso se amane a ele o bastante para o desempenhar". É desnecessário apresentar outros exemplos.³²

Não há indício de que servir na infantaria fosse um elemento constituidor de identidades para os militares oriundos de outras províncias do Império, assim como servir na cavalaria constituía uma característica identitária muito importante dos rio-grandenses. Não obstante, os pedidos de transferência informam que muitos brasileiros não rio-grandenses incorporaram o ideal de servir nas unidades de cavalaria. Não há como assegurar que a disposição desses militares em servir na cavalaria significou uma opção dos solicitantes em adotar valores da identidade das gentes nascidas no Rio Grande do Sul. Mas tudo indica nesse sentido. Afinal, fazer parte dos regimentos de cavalaria era uma condição valorizada quase que exclusivamente no Rio Grande do Sul devido ao tipo de guerra que se desenvolvia na região. Neste sentido, as solicitações de transferência parecem indicar a disposição destes solicitantes em permanecer no sul. Já foi evidenciado que muitos

³² Respectivamente, AHRS, AM, M. 146, São Gabriel, 17/10/1947, coronel João P. M. Barreto ao PP RS; ODBC, Porto Alegre, 20/12/1842; AHRS, REQ, M. 90, 1850; AM, M. 130, Rio Grande, 24/9/1838, capitão Francisco F. Anjo ao PP RS; REQ, M. 90, Bagé, 19/11/1850, brigadeiro João F. Caldwell. As relações nominais dos guardas nacionais de Pelotas e de Rio Grande, localidades onde a presença de indivíduos de várias partes do Brasil e do mundo era significativa em função do comércio, informam a manutenção destas especificidades, pois, os rio-grandenses perfaziam menos da metade dos integrantes das companhias de infantaria e de artilharia, mas quase monopolizavam as companhias de cavalaria. AHRS, AM, M. 150, relações nominais das companhias de artilharia, infantaria e cavalaria das Guardas Nacionais de Pelotas e Rio Grande, 1/1849.

militares de outras partes do Brasil que aproveitaram a experiência da Guerra contra os republicanos para constituir famílias com as mulheres sulinas.³³

Conforme Barth, os indivíduos podem incorporar outros valores quando as circunstâncias indicam que as performances adotadas são comparativamente inadequadas em relação ao desempenho e as alternativas disponíveis a outros indivíduos. Em suas palavras, as mudanças de identidade ocorrem quando “a qualidade da performance dos outros com quem se interage e a quem se é comparado, e também as identidades e conjuntos de padrões alternativos disponíveis para um dado indivíduo” são avaliados.³⁴

Aí estão às razões que podem ter motivado militares não rio-grandenses a tentar servir nas unidades montadas da província. Além do status social que o serviço na cavalaria tinha entre os rio-grandenses, tornar-se cavalarião também era vantajoso para a ascensão na carreira. Nas unidades montadas havia maior número de vagas em relação às existentes na infantaria, devido a experiência necessária e ao fato das unidades montadas da Guarda Nacional incorporarem a maioria dos indivíduos qualificados. Para se ter uma idéia dessa situação basta comparar os efetivos da cavalaria do Exército e da Guarda Nacional em 1844, ano em que as forças imperiais alcançaram o ápice numérico. Havia seiscentos e oitenta e três cavalariãos na 1ª linha e três mil seiscentos e vinte e cinco homens integravam os doze corpos da arma na Guarda Nacional.³⁵ Segundo outro documento, em que são listadas por armas

³³ FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 397-476.

³⁴ BARTH, op. cit., 2000, p. 49.

³⁵ FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Almanak Laemmert Ltda, 1939, p. 245; AHRS, AM, M. 146, São Gabriel, 17/10/1947, coronel João P. M. Barreto ao PP RS. Explicando suas dificuldades para completar os dois regimentos de cavalaria do Exército, o conde de Rio Pardo registrou que “os homens mais aptos para esta indispensável arma são, com preferência, os habitantes da campanha, que por ter muitas vezes estado em poder dos rebeldes, fracos recursos tem dado; enquanto que os moradores de outros lugares da província, pela maior parte estão alistados nos muitos corpos de guardas nacionais, que, em outro tempo, a esmo se criaram, os quais de pronto não convém nem reduzir.” (AN, SG, IG¹ 280, Porto Alegre, 31/3/1842, conde de Rio Pardo ao MnG). Sobre a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, consultar RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005 e FERTIG, André Átila. *Clientelismo político em tempos belicosos: A Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2003.

todas as unidades imperiais no Rio Grande do Sul, assim como a origem provincial de seus integrantes, todos os militares que serviam na cavalaria eram originários da província, enquanto as unidades de infantaria e de artilharia eram supridas de homens chegados de várias partes do Brasil.³⁶ Portanto, as unidades de cavalaria não incorporavam recrutas de outras partes, mantendo-se exclusivamente pelas transferências de rio-grandenses que integravam grupamentos fundidos ou extintos.

Havia outra importante consequência deste monopólio rio-grandense das unidades de cavalaria. A recente historiografia militar tem destacado corretamente o quão limitado é usar as trajetórias dos generais para destacar as características gerais do Exército.³⁷ Entretanto, muitas vezes esse é o único recurso possível, porque as biografias dos oficiais gerais baseiam-se em documentos que foram melhor preservados devido a importância dos indivíduos a quem dizem respeito. O que nem sempre ocorre ao restante da documentação. Todavia, pode-se aproveitar essas informações para discutir questões pertinentes. Por exemplo, a obra de Alfredo Pretextato Maciel da Silva serve para se medir a importância da arma de cavalaria entre os generais nascidos ou que viveram grande parte de sua vida profissional no Rio Grande do Sul. Apesar de não haver necessariamente uma relação direta entre a origem do indivíduo e sua opção por esta ou aquela especialidade militar, a análise permite algumas considerações pertinentes a discussão.

³⁶ "Mapa demonstrativo das alterações ocorridas nos corpos do Exército desde janeiro até setembro do corrente ano [de 1847". AHRs, AM, M. 146, Quartel General em São Gabriel, 12/11/1847, Cassemiro J. da C. e Sá, deputado ajudante general.

³⁷ SOUZA, Adriana Barreto de. A serviço de sua majestade. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004; KRAAY, op. cit., 2001.

Quadro 1: Relação entre a origem provincial e a arma dos generais do Exército Imperial brasileiro (1822-1889).

ARMA ORIGEM	Cavalaria	Infantaria	Artilharia	Engenharia	Totais
Portugal	4	7	5	3	19
Rio Grande do Sul	4	1	1	1	7
Rio de Janeiro	2	4	9	3	18
Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco Santa Catarina e São Paulo	2	6	1	2	11
Totais	12	18	16	9	55

Fonte: SILVA, Alfredo Prettextato Maciel da. *Os generais do Exército brasileiro de 1822 a 1889*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940. II volume.

Os números são claros. Comparativamente entre os generais nascidos no Rio Grande do Sul, mais de cinquenta por cento foram militares de cavalaria e este número torna-se ainda maior se incluirmos neste grupo outros três generais de cavalaria que, apesar de terem nascido em outros lugares, construíram suas carreiras e permaneceram a maior parte de suas vidas no Rio Grande do Sul.³⁸ O número de generais de cavalaria naturais ou adotivos da

³⁸ *Bento Manuel Ribeiro* nasceu em 1783 na capitania de São Paulo, migrou com a família para o Rio Grande do Sul onde sentou praça voluntariamente na cavalaria em 1800. De soldado a marechal participou de todas as campanhas do sul até morrer em Porto Alegre, no ano de 1855. *Felipe Néri de Oliveira* nasceu em 1789 e sentou praça voluntariamente na cavalaria de Portugal, onde participou de algumas campanhas. Em 1816, veio para o Brasil e logo foi deslocado para o sul. Permaneceu no Brasil depois da independência e fixou residência em Montevideú depois de 1828 até o início da Guerra dos Farrapos. Morreu no Rio Grande do Sul pouco antes da assinatura do tratado de paz de Ponche Verde, em 1845. *João Frederico Caldwell* era português e assentou praça como cadete de cavalaria no Rio de Janeiro em 1810. Permaneceu no Brasil depois de 1822 e naquela década lutou em Pernambuco e na campanha da Cisplatina. Recolheu-se

província cresce, assim, de sete para dez. Comparativamente, entre os oficiais-generais nascidos entre outras regiões, a maior parte era de infantaria, com exceção dos nascidos na Corte, onde nasceram muitos artilheiros que se tornaram generais. O fato de a Escola Militar ser sediada no Rio de Janeiro certamente influenciou muito nisso.

As trajetórias de todos estes generais foram diversas, assim como os motivos que os levaram a escolher servir em uma ou outra arma. Alguns seguiram linhagens familiares, outros escolheram conforme aptidões pessoais ou decidiram a partir das possibilidades de que dispunham. No entanto, é possível estabelecer alguns padrões que parecem recorrentes. Grande parte destes homens iniciou suas carreias nas lutas finais do período colonial. Um tempo em que os oficiais militares tinham disponibilidade para influir na política de suas províncias. Pode-se inferir, portanto, que tendiam a escolher carreiras que os melhor capacitassem no sentido de ascender na carreira e talvez granjear poder e influência. Neste sentido, por exemplo, em regiões em que as condições físicas eram mais propícias para o uso da infantaria, como o nordeste, tanto haveria um maior número de vagas nas unidades desta arma, como seus integrantes seriam melhor considerados que os militares de cavalaria. No sul a cavalaria era a arma mais importante e a ocorrência de tantos oficiais generais oriundos da província que fizeram carreira nesta arma é forte indicativo do valor simbólico e das oportunidades sociais mais amplas aos que serviam montados. As trajetórias dos três generais rio-grandenses que não eram cavalarianos sancionam as afirmações de Kraay, quando diz que a maior circulação dos militares por todo o Brasil partir do segundo quartel do XIX, pois eles viram-se obrigados a se vincularem mais fortemente a instituição e menos às realidades provinciais. Estes três generais de infantaria foram designados para diferentes empregos em várias províncias do Império, inclusive no Rio Grande do Sul, onde pouquíssimos militares não estiveram naqueles anos.³⁹

com sua unidade no Rio de Janeiro, em 1834 conseguiu ser transferido para o Rio Grande do Sul. Participou de todas as campanhas no sul, até ter sido nomeado ajudante-general do Exército e morrer na função no Rio de Janeiro, em 1870. SILVA, op. cit., 1940.

³⁹ *Alexandre Manoel Albino de Carvalho* nasceu no Rio Grande do Sul em 1812, assentou praça voluntariamente numa unidade de cavalaria montada em 1826, frequentou a Academia Militar e se tornou oficial de engenharia. Serviu algum tempo em Santa Catarina e em sua província natal, em 1839 foi encarregado da organização de um dicionário topográfico junto ao Arquivo Militar na Corte. Voltou ao Rio Grande do Sul,

Entre os cavalarianos, entretanto, foi muito diferente. Os dez oficiais gerais de cavalaria nascidos ou estabelecidos no Rio Grande do Sul ainda no início de suas carreiras não saíram da província até o final de suas vidas, sempre envolvidos nas freqüentes mobilizações militares da região. Esta estabilidade é explicada porque a cavalaria no extremo-sul, e não em qualquer outra parte do Brasil, era a arma de maior importância e não havia porque e como ocupar seus melhores quadros em outros lugares. A instabilidade e a importância da cavalaria na região não permitiram que a imensa maioria dos militares integrantes das unidades de cavalaria fosse transferida para outras partes do Brasil. O que possibilitou que esses homens mantivessem seus estreitos vínculos com a política e os interesses regionais, ao invés de terem sido levados a fortalecer a identificação com o Exército. Portanto, situação e condição diferentes dos demais militares de 1ª linha, distinta, inclusive, dos militares rio-grandenses que não serviam na cavalaria. Os maiores vínculos da elite militar rio-grandense com os interesses da região, que muitas vezes se chocavam com as orientações do governo do Rio de Janeiro, tornou estes homens a causa de parte das preocupações da administração do Império. As “califórniás” do barão de Jacuí foram um exemplo disto.

Nesta acepção, os sul-rio-grandenses formavam os corpos de cavalaria do Exército Imperial, enquanto os militares de outras províncias, mesmo que fossem de cavalaria, eram incorporados nas unidades de infantaria. Desconhecedores tanto da lógica destes combates, como da forma mais adequada de usar as montarias, restava-lhes marchar a pé com suas armas aos ombros. E na perspectiva do Estado brasileiro, as específicas habilidades dos

mas desempenhou várias outras funções no Rio de Janeiro, em Pernambuco e participou da Guerra do Paraguai a partir do Mato Grosso. Faleceu na capital da república em 1894. *Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto* nasceu em Porto Alegre no ano de 1805 e tornou-se cadete de infantaria de uma unidade carioca em 1817. Lutou no Maranhão, participou da campanha contra os republicanos rio-grandenses e das campanhas da década de 1850 no Uruguai. Foi presidente do Rio Grande do Sul e morreu na Corte em 1861. *Henrique Marques de Oliveira Lisboa* nasceu na Porto Alegre de 1799, assentou praça voluntariamente na artilharia da legião de São Paulo, então no sul. Como cadete cursou a Real Academia Militar e em 1816 participou da luta contra Artigas. Foi deputado provincial de Santa Catarina até ser mobilizado para a Guerra contra os farrapos, mas em 1840 foi designado para organizar a 1ª brigada catarinense visando impedir o avanço dos farroupilhas. Foi comandante das armas de Pernambuco, do Pará, da fortaleza de Santa Cruz, das cidades de Santos e de Rio Grande, também presidente e deputado por Alagoas. Morreu no Rio de Janeiro em 1869 (SILVA, op. cit., 1940).

cavalarianos rio-grandenses davam-lhes a função de garantir a presença do Brasil no Prata frente aos exércitos das ex-colônias espanholas, também formados essencialmente por cavalarianos. O maior problema desta realidade, contudo, é que esta especificidade dos rio-grandenses tendia a torná-los pouco confiáveis do ponto de vista do poder central e difíceis de serem facilmente inseridos numa coletividade maior, a nação brasileira.

Encerrando a discussão, acredito que os dados e as considerações apresentadas permitem entender os significados e a importância identitária, social e militar da arma de cavalaria e do servir em suas unidades durante a primeira metade do século XIX no Rio Grande do Sul e para os rio-grandenses. Ser hábil sobre um cavalo e lutar montado servia como característica identificadora entre os habitantes da província e os distinguia dos que não haviam desenvolvido as habilidades necessárias, como também servia para destacar a importância para o restante do Brasil das tropas da província no contexto de guerras e tensões no cenário do Prata.

A GUARDA NACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL NAS GUERRAS DO PRATA: 1850-1873

André Fertig*

A princípio, gostaríamos de salientar que não temos como objetivo realizar uma análise histórica mais abrangente sobre o envolvimento do Brasil nos conflitos no Prata em meados dos oitocentos. Não é nosso intuito produzir uma história da intervenção militar brasileira contra Oribe e Rosas ou da Guerra do Paraguai, mas tão somente investigar e conhecer melhor a participação da Guarda Nacional rio-grandense nestas guerras, buscando compreender sua dimensão e seu significado dentro do contexto histórico em questão. Nosso objetivo é conferir à Guarda Nacional, milícia formada pelos cidadãos do Império do Brasil, sua devida importância nestes eventos bélicos, concebendo esta participação da milícia no contexto mais geral de consolidação e fortalecimentos dos interesses do Império do Brasil na região do Prata.

Em meados dos oitocentos, após a pacificação interna do Império, com as derrotas das revoltas ocorridas na primeira metade do século XIX, era do exterior que poderia vir alguma ameaça à segurança do Estado, principalmente dos países vizinhos do Prata. Neste sentido, entre 1850-1873, houve um exercício constante de formação de tropas da Guarda rio-grandense para cumprir um papel estratégico sob a ótica do governo central. Este empenho pode ser traduzido na participação efetiva da milícia nos conflitos externos em que o Império se envolvia, defendendo a integridade territorial e os interesses políticos e econômicos do Estado imperial frente aos países vizinhos do Prata.

Na década de 1840 o governo imperial temia a política expansionista de Juan Manuel Rosas que, segundo Leon Pomer, desejava incorporar Montevideu e o Paraguai à Confederação Argentina, obtendo com isto o monopólio da navegação do rio Paraná. Além disso, havia o medo do Império de que Rosas pudesse aticar as idéias republicanas no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, Província com a existência de setores políticos férteis a esta ideologia política, algo que o governo central já havia percebido durante a Guerra Farroupilha.¹

* Professor do departamento de história da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

¹ POMER, Leon. *Os conflitos da Bacia do Prata*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 28.

Até por volta de 1850, a questão principal, sob a ótica do Império, era garantir a independência e a manutenção de um Império escravista. Realizada a consolidação interna do Estado centralizado, principalmente após 1848, com a vitória do governo central sobre as revoltas provinciais, as atenções da política imperial se voltaram para o exterior, mais especificamente, para a região do Prata. Ricardo Salles chamou atenção para a importância da política externa do Império como elemento fundamental para a consolidação do Estado nacional centralizado. De uma primeira fase defensiva até 1850, Salles definiu que, após esta data, iniciou-se uma segunda fase da política externa imperial, através da qual o poder central, sustentado pelos cafeicultores escravistas e pela própria expansão econômica oriunda da atividade cafeeira,

(...) buscou estabelecer seu predomínio enquanto nação no subcontinente sul-americano, em particular na região platina. O marco inicial desta política externa afirmativa pode ser buscado na intervenção militar contra Rosas, em 1852, e seu ápice no triunfo final sobre o Paraguai, em 1870.²

Por esta razão, quando, já em 1848, Manuel Oribe, aliado de Rosas no Uruguai, adotou uma série de medidas contrárias aos interesses dos proprietários de terras rio-grandenses residentes no Estado Oriental, como, por exemplo, proibindo a passagem de gado em pé do Uruguai para o Rio Grande do Sul, teve início uma reação da política externa brasileira. Além disso, a política de Oribe também provocou a reação dos rio-grandenses proprietários no Uruguai, que, na defesa de seus interesses econômicos particulares, passaram a requisitar a intervenção do Império. Em favor desta causa, no início de 1850, o senador pelo Rio Grande do Sul, José de Araújo Ribeiro, defendeu a intervenção militar brasileira no Uruguai com o objetivo de derrotar Oribe e Rosas. Para auxiliar esta ação, o Império viu em Justo José de Urquiza, governador da Província Argentina de Entre Rios, um aliado.

Paralelamente, o Brasil, com o objetivo de conter os ímpetus de Rosas, assegurou o apoio do Paraguai, visto que, ao contrário do que ocorreria a partir da década de 1860, existia uma boa relação diplomática entre os dois países. Em 25 de dezembro de 1850, a aliança do Império com o Paraguai foi reforçada por um tratado que prescrevia uma ação conjunta em caso de eventual ataque da Confederação Argentina a um dos dois países.

² SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 72.

Construídas estas relações de apoio do Paraguai e de Urquiza, o Império planejou a ofensiva contra Rosas. Em 29 de maio de 1851, formou-se uma aliança entre Brasil, Montevideu e os governos de Entre Rios e Corrientes com a finalidade de derrotar Oribe e as forças que Rosas tinha enviado para apoiá-lo. Outra medida que contribuiu para os preparativos de guerra foi a nomeação, em julho de 1851, de Caxias como presidente da Província. Contudo, em outubro do mesmo ano Oribe se rendeu sem lutar. Com esta rendição as tropas de Urquiza, compostas também por forças brasileiras, venceram Rosas em 3 de fevereiro de 1852 na Batalha de Caseros, nas proximidades de Buenos Aires.

Para resumir as razões do Brasil no conflito, podemos concluir que, além de defender os interesses dos brasileiros residentes no Uruguai, a intervenção do Império naquele país, segundo o historiador José Pedro Barrán, possuía os seguintes objetivos: barrar a expansão de Rosas, garantir a navegação nos rios da região do Prata, garantir o Uruguai como aliado e, por último, solucionar o problema dos limites entre os dois países.³

Quanto à preparação da Guarda Nacional, já em 1850 houve uma significativa mobilização da milícia rio-grandense com a finalidade de atuar, se necessário, como força militar no Prata. Segundo o presidente da Província José Antonio Pimenta Bueno, a Guarda Nacional era de fundamental importância em caso de deflagração de uma guerra. Suas palavras são ilustrativas a respeito do momento de tensão das relações do Império com seus vizinhos do Prata:

Estou persuadido que teremos de lutar com nossos vizinhos porque conto com a agressão deles: ao menos tudo leva-me a essa crença. Desde então penso que precisamos dos Corpos da Guarda Nacional na totalidade de suas forças.⁴

Além disso, Pimenta Bueno pedia autorização ao ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, para resolver duas questões. Em primeiro lugar, que o ministério oferecesse, à Presidência do Rio Grande do Sul, oficiais hábeis para servirem como instrutores, pois havia esta carência na Província. Em segundo lugar, Pimenta Bueno perguntava se podia distribuir armamento do Arsenal de Guerra aos Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional, já que somente com isto

³ BARRAN, Jose Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1982, p. 42.

⁴ AHRS, A-2.60, Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça, 22/08/1850.

a instrução teria início. Temos informações seguras que, ao final do ano de 1850, o engajamento de guardas para a guerra já era expressivo, como relatou o comandante superior de Rio Pardo, Andrade Neves, em correspondência ao presidente Pedro Ferreira de Oliveira, ao afirmar que 100 praças de seu Comando já estavam destacadas. Andrade Neves também oferecia ao presidente da Província uma chácara de sua propriedade nas imediações de Rio Pardo para servir de local de reunião das tropas mobilizadas para a guerra.⁵

Todavia, não era somente Rio Pardo que se mobilizava em razão do contexto político das Repúblicas vizinhas do Prata. Acontecia o mesmo em outras regiões, inclusive, o que parecia fundamental, nos Comandos Superiores localizados em municípios fronteiriços. O presidente da Província, Pedro Ferreira de Oliveira, autorizou ao comandante superior da Guarda Nacional de Quaraí e Livramento, David Canabarro, em junho de 1851, a tomar as medidas que achasse necessárias para organizar os Corpos sob seu Comando, inclusive a de nomear interinamente comandantes, remetendo posteriormente as propostas ao governo.⁶

Salientamos, entretanto, que a assinatura dos tratados de 12 de outubro de 1851 entre Brasil e Uruguai não solucionou a tensão diplomática entre os dois países. Segundo Henrique de Vasconcellos, que estudou as relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai entre 1851 e 1927, já a partir da segunda metade do ano de 1852 continuaram sendo endereçadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros inúmeras queixas de brasileiros residentes no Uruguai. O teor das reclamações referia-se ao não cumprimento, pelas autoridades orientais, do que havia sido estabelecido nos tratados de 12 de outubro de 1852. Entre as questões citadas por Vasconcellos, que afetavam os interesses particulares dos brasileiros e que motivavam suas queixas, podemos citar, a acusação de que os uruguaios praticavam o abigeato, cobravam impostos pela passagem de gado, prendiam sem justa causa, proibiam a passagem livre de mercadorias pela fronteira e obrigavam muitos brasileiros a fazerem parte do Exército oriental.⁷

⁵ AHRS, CSGN de Rio Pardo e Encruzilhada, 09/12/1850, maço 43.

⁶ AHRS, A-4.66, Correspondência do presidente de Província ao CSGN de Quaraí e Livramento, 10/06/1851.

⁷ VASCONCELLOS, Henrique P. de. *Uruguay-Brasil Comercio e navegação (1851-1927)*. V. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, p. 36. Cabe também observar que esta obra oferece muitos exemplos que ilustram este descontentamento dos proprietários brasileiros residentes no Uruguai com a situação em que se encontravam nos primeiros

Em novembro de 1853, as relações exteriores do Império com o Uruguai permaneciam difíceis. O presidente da Província enviava circular a diversos comandantes superiores, desejando preparar as forças disponíveis para um possível conflito, e requisitava informações sobre a situação em que se encontrava a Guarda Nacional da Província, pois, segundo suas previsões, era necessário organizá-la com vistas a auxiliar as forças de 1ª linha numa eventual intervenção do Brasil no Uruguai que, segundo o próprio presidente, estava respaldada pelo Tratado de 12 de outubro de 1851:

(...) é provável que no estado crítico em que se acham os negócios da República do Uruguai o Governo Imperial tenha de intervir na conformidade das estipulações do Tratado de Aliança de 12 de Outubro de 1851, e sendo certo que nesse caso não deixará ele de exigir da briosa Guarda Nacional desta Província o patriótico sacrifício de auxiliar as operações das forças de 1ª linha; esta Presidência desejosa de acautelar o futuro precisa com antecedência, mas com urgência, ser informada qual o estado dos Corpos do seu Comando quanto a sua força numérica, arreamento e armamento, bem como do tempo que será preciso para apresentá-los na fronteira no caso de necessidade do patriotismo de VS espero que dando a este objeto a maior importância vá dispondo a Guarda Nacional do seu Comando para o que as circunstâncias exigirem, sem contudo fazer grande estrépito.⁸

Cabia à Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul, portanto, além do policiamento dos municípios, também o serviço de policiamento das fronteiras e, se fosse necessário, atuar como força militar ao lado das tropas de 1ª linha. Estas atribuições sobrecarregavam os guardas nacionais pertencentes aos Comandos Superiores situados na região fronteira, como, por exemplo, os Comandos: de São Borja e Itaquí; Quaraí e Livramento; Uruguiana e Alegrete; Rio Grande e São José do Norte; e Bagé e São Gabriel.

Em 1854, concentrou-se na fronteira de Bagé a força de 1ª linha que até então fazia a guarnição da Província, formando a Divisão Imperial Auxiliadora, que no dia 25 de março, por ordem do governo imperial, marchou para fazer a ocupação da cidade de Montevidéu. Compunha esta Divisão um contingente de cerca de 2.000 guardas nacionais, segundo números

anos após a assinatura dos tratados de 12 de outubro de 1852. Sobre estes tratados firmados entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai ver também: ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Porto Alegre: UFRGS, PPG em História, 2002. Dissertação de Mestrado.

⁸ AHRS, CSGN de Rio Pardo e Encruzilhada, 17/11/1853, maço 44.

apresentados pelo presidente Sinimbu em seu relatório.⁹ A tarefa da Divisão Imperial Auxiliadora seria intervir na guerra civil uruguaia entre colorados e blancos, lutando ao lado das tropas coloradas lideradas por Venâncio Flores, que, inclusive, havia pedido auxílio ao Brasil. Naquele contexto, a intromissão do Império não era algo completamente fora de propósito, pois tal medida estava prevista nos tratados assinados em 12 de outubro de 1851 entre Brasil e Uruguai.

De acordo com estimativa de Barrán, entre 1854 e novembro de 1855, um destacamento de cerca de 5.000 homens ocupou o território uruguaio. Segundo este mesmo historiador, o Brasil desejava demonstrar às potências européias a incapacidade do Uruguai em se governar autonomamente, buscando transformá-lo em uma nova Cisplatina.¹⁰

As fronteiras do Rio Grande do Sul, em função da conjuntura política uruguaia, passaram a ser guarnecidas por destacamentos da Guarda Nacional, sendo a de Jaguarão comandada pelo coronel Manoel Pereira de Vargas e a de Bagé pelo tenente-coronel Antonio Lemos de Sampaio. Qualquer movimentação de tropas de inimigos ou mesmo boatos de que o Rio Grande do Sul poderia ser invadido fazia com que houvesse uma mobilização da Guarda Nacional para vigiar as fronteiras. Em meados de 1855, o presidente da Província, João Lins Vieira Cansansão Sinimbu, aguardando o desenlace da invasão que fez o coronel Nicanor Cáceres na Província de Corrientes, colocou em prontidão a Guarda Nacional de Uruguiana.

Além disso, em consequência do instável relacionamento entre Brasil e Paraguai, país que barrava a livre navegação do rio Paraguai, obstaculizando o acesso das embarcações brasileiras ao Mato Grosso, em desacordo com o tratado assinado entre os dois países em 25 de dezembro de 1850, o governo imperial reforçara a fronteira de São Borja, nomeando para comandá-la o coronel Manoel Luis Osório, que reuniu os dois Corpos de guardas nacionais daquela fronteira em um Regimento. E mais, os comandantes superiores de Alegrete e de Quarai receberam ordens para reunir cerca de 2.000 guardas nacionais no caso de alguma ameaça de invasão das fronteiras da Província ou necessidade de reforçar as tropas que se encontravam no Uruguai. Também os comandantes das fronteiras de Missões, Bagé e Jaguarão estavam em estado de alerta.

⁹ AHRSA-7.03, Relatório do presidente da Província João Lins Vieira Cansansão Sinimbu, 1854.

¹⁰ BARRAN, Jose Pedro. Op. cit. p. 53.

Estas medidas, pelo que compreendemos, eram meramente de prevenção e somente seriam efetivadas em caso de ataque à Divisão Imperial que estava no Estado Oriental. Todavia, a preocupação não era exclusivamente com algum possível conflito externo. Algo talvez muito mais importante estava em questão para os interesses do Império e mais particularmente para os senhores guerreiros rio-grandenses. Na opinião do presidente Sinimbu a questão fundamental era a seguinte:

Desde que a Divisão se passou ao Estado Oriental não cessam rumores e boatos de que na campanha da República se tramam conspirações contra a mesma Divisão e contra as propriedades brasileiras situadas na fronteira; ainda não há um mês, que da fronteira de Bagé me participou pessoa respeitável que projetos se urdiam neste sentido, e até me indicou nomes de pessoas convidadas para os executarem. Sem dar crédito a estes boatos, mas também sem desprezá-los, providenciei de modo que estivéssemos preparados para qualquer emergência.¹¹

Na realidade, Sinimbu tentava justificar a intervenção brasileira como medida necessária para garantir a segurança e as propriedades dos brasileiros residentes no Uruguai. Esta era inclusive a tônica da política exterior do Império naquele momento, visto que o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos, listava cinco motivos que definiam a política externa brasileira em relação ao Uruguai. Segundo Paranhos, os interesses do governo imperial eram os seguintes: por fim a guerra civil uruguaia, salvar a independência do Uruguai, libertar a Confederação Argentina da ditadura, contrapor-se ao expansionismo de Rosas, restituir a segurança à vida e à propriedade dos brasileiros residentes naquela República.¹²

Portanto, podemos inferir que as intervenções brasileiras no Uruguai, na primeira metade da década de 1850, combinavam os interesses, situados em um espaço fronteiriço, do governo imperial com os dos chefes locais rio-grandenses, articulando as esferas de poder central e local. Conforme observou Helga Piccolo:

Em 1851 chegava o momento em que os interesses desse poder privado (oligarquias rurais que praticamente viviam independentes do poder central) encontravam “respaldo” nos interesses geopolíticos imperiais. Se para os sul-rio-grandenses era defender suas propriedades, para o governo imperial era garantir

¹¹ AHRS, A-7.04, Relatório do presidente da Província João Lins Vieira Cansansão Sinimbu ao vice-presidente Luis Alves Leite de Oliveira Bello, 30/6/1855.

¹² Sobre a política exterior do Império ver: CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

a livre navegação no Prata ameaçada pela aliança Oribe/Rosas.¹³

Esta união de interesses entre o poder imperial e os senhores rio-grandenses passava também pelo papel fundamental atribuído à Guarda Nacional da Província como força militar que, como concebemos, propiciava, corporificava e instrumentalizava, tanto os desígnios da política externa do Império como os interesses privados da elite rio-grandense, proprietária de terras no espaço fronteiriço entre Brasil e Uruguai. Comprovamos, neste sentido, e o conflito contra Oribe e Rosas exemplifica nosso argumento, que a Guarda Nacional deve ser entendida como uma instituição que articulou os poderes central e local, contribuiu para o fortalecimento do Estado imperial centralizado e, ao mesmo tempo, atuou em favor da elite local da Província. Elite esta que, pelo que conhecemos da história do Rio Grande do Sul até então, era representada por uma significativa parcela extremamente arreada ao projeto imperial bragantino de centralização do Estado.

A participação da milícia rio-grandense como força militar foi tão decisiva e exaustiva a partir de meados do século XIX que os presidentes da Província, em seus relatórios apresentados à Assembléia Provincial, certamente antevendo e se confrontando com a significativa resistência ao recrutamento, salientavam muitas vezes que requisitavam os serviços militares da Guarda Nacional a contragosto. Com tal propósito, todos, em suas falas, desandavam a elogiar a “briosa” Guarda Nacional, a se solidarizar com o “pesado fardo” que recaía sobre ela, a destacar o seu “patriotismo”.

Sem dúvida, as queixas da Província quanto ao seu papel de “estalagem do Império” seguidamente vinham à tona. Por exemplo, a Assembléia Legislativa enviou representação ao Ministério da Justiça, em 26 de novembro de 1855, pedindo providências para aliviar a milícia do serviço de guarnição das fronteiras. Em resposta, em 10 de janeiro de 1856, o ministro José Thomaz Nabuco de Araújo argumentava que a falta de tropa de linha na Província obrigava o governo a chamar a serviço de destacamento a Guarda Nacional. Acrescentava o ministro que a Província não possuía meios de pagar um Corpo Policial numeroso como “requer a extensão das nossas fronteiras e comandos de polícia”.¹⁴ Alegando tal motivo, Nabuco de Araújo sugeria que a melhor alternativa seria a formação de Corpos, na maior parte, compostos por

¹³ PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992. p. 53.

¹⁴ AHRs, B-1.110, Aviso do Ministério da Justiça, 10/01/1856.

voluntários, dando-lhes a garantia de não saírem da Província, nem escaparem do destacamento para se empregarem em outros serviços. Esta alternativa, segundo ele, seria econômica, pois se deixaria de fazer “as maiores despesas que se faz constantemente com a Guarda Nacional quando é chamada a serviço”.¹⁵

A Guarda Nacional somente vai ter uma organização definitiva através do decreto número 2.029, de 18 de novembro de 1857. Segundo o artigo 14o deste decreto, responsável pela organização da Guarda Nacional das Províncias fronteiriças, a milícia poderia ser chamada, por ordem do governo do Império ou do presidente da Província, quando houvesse “perigo ou ameaça de invasão de inimigo externo, e sempre que exigisse a segurança do Estado”.¹⁶ Portanto, através desta legislação, o governo imperial reafirmava a tarefa da Guarda de vigilância do espaço fronteiriço e de participação, como força militar, na defesa contra inimigos externos do Estado.

É interessante relacionarmos que, cerca de um ano antes da aprovação do decreto 2.029, responsável em promover uma melhor organização da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, detectamos o início de um período de desmobilização dos guardas que estavam em destacamento. Em 28 de abril de 1856, ao entregar a Presidência da Província a seu sucessor, Jerônimo Francisco Coelho, Manuel Vieira Tosta, Barão de Muritiba, comentava que havia dispensado em torno de 1.200 guardas nacionais que faziam parte do contingente de homens que guarnecia a fronteira, principalmente na região das Missões, comandada pelo coronel Manoel Luis Osório, em razão da solução amigável dos atritos que vinham ocorrendo entre o Brasil e a República do Paraguai.¹⁷ Todavia, as tropas de linha continuavam sendo auxiliadas por contingentes da Guarda Nacional destacada, pois, acrescentava ele, quase todos as tropas encarregadas da guarnição da fronteira, com exceção de Bagé e Jaguarão, ainda eram constituídas pelos Corpos de Cavalaria da milícia. Observava ainda o Barão de Muritiba que todos os comandantes superiores

¹⁵ Idem.

¹⁶ AHRS, B-1.110, Aviso do Ministério da Justiça, 18/11/1857.

¹⁷ No mesmo mês de abril de 1856 foi assinado um novo tratado entre Brasil e Paraguai que garantia a livre navegação, postergando a negociação dos limites políticos entre os dois países, mantendo-se, portanto, o litígio em relação ao território entre os rios Apa e Branco. Porém, conforme Doratioto, as autoridades paraguaias continuaram a dificultar a passagem de embarcações brasileiras pelo rio Paraguai em direção ao Mato Grosso. Ver DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 33.

das comarcas fronteiriças estavam de sobreaviso caso houvesse necessidade de reunir os Corpos em atenção a qualquer eventualidade e observava que a Guarda Nacional, quando preciso fosse, se prestaria “patrioticamente ao reclamo da autoridade em defesa da honra e do território nacional, como tantas vezes tem acontecido”.¹⁸

No decorrer do ano de 1856, seria dispensada quase toda a força da Guarda Nacional encarregada de fazer a guarnição das fronteiras. Segundo os dados citados pelo presidente da Província, Jerônimo Francisco Coelho, em seu relatório, naquele ano foram dispensados 3.133 guardas nacionais que estavam destacados, alguns, inclusive, há cerca de dois anos, como os guardas da Capital e da cidade de Rio Grande. Ressaltava ainda o presidente da Província que, por esta medida, retornavam a suas ocupações habituais um número considerável de indivíduos que até então “eram outros tantos braços distraídos à indústria e a outros misteres da vida social e privada”.¹⁹ A única força da milícia ainda destacada, supondo que o Corpo Provisório que guarnecia a fronteira de Quaraí já tivesse sido desmobilizado, limitava-se ao número irrisório de 153 praças em diferentes localidades da fronteira.

Entre 1856 e 1862, podemos dizer que, em razão da relativa tranquilidade nas relações exteriores do Brasil com seus vizinhos do Prata, a Guarda Nacional da Província fora realmente aliviada das tarefas militares. Estes foram os anos que menos guardas prestaram auxílio às forças de 1ª linha. Era um número pequeno de guardas destacados em serviço militar, principalmente se considerarmos que em 1860 a milícia rio-grandense já apresentava uma organização bem significativa, o que demonstra o resultado da nova legislação aprovada em 18 de novembro de 1857. Havia 14 Comandos Superiores, com 26.587 cidadãos no serviço ativo da Guarda Nacional e 11.221 na reserva, totalizando o expressivo número de 37.808 homens qualificados.²⁰

¹⁸ AHRS, A-7.05, Relatório do presidente da Província Barão de Muritiba ao Conselheiro e General Jerônimo Francisco Coelho, 28/04/1856.

¹⁹ AHRS, A-7.03, Relatório do presidente da Província Jerônimo Francisco Coelho, 1856.

²⁰ AHRS, A-7.07, Relatório do presidente da Província Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão à Assembléia Legislativa, 1860. Eram os seguintes os Comandos Superiores da Guarda Nacional existentes na Província em 1860: Porto Alegre e São Leopoldo, Cruz Alta e Passo Fundo, Santo Antonio da Patrulha, Rio Grande e São José do Norte, Pelotas, Rio Pardo e Encruzilhada, Cachoeira e Caçapava, Santa Maria da

Para se ter uma estimativa da proporção de guardas nacionais qualificados em relação à população masculina livre, podemos nos referir aos números obtidos ao final do ano de 1858 pelos encarregados da estatística do governo provincial que, através de listas de família, constataram a existência de 105.478 homens livres na Província do Rio Grande do Sul.²¹ Mesmo sem considerarmos estes números como um retrato fiel da população da Província, devido à precariedade da pesquisa estatística da época, mas compreendendo os dados que chegam até nós, historiadores, como uma estimativa aproximada, poderíamos pensar que cerca de um terço dos homens livres da Província fazia parte da Guarda Nacional. Trata-se, sem dúvida, principalmente se considerarmos os requisitos necessários a qualquer homem livre para ser guarda nacional, como os critérios de idade e renda, entre outros, de um número bastante significativo de cidadãos qualificados.

Segundo o desembargador Francisco de Assis Pereira da Rocha, com este número expressivo de cidadãos qualificados, reinava certa tranquilidade sobre a fronteira do Rio Grande do Sul no final da década de 1850 e início da década de 1860. Ele teve oportunidade de explicitar esta opinião em 1º de setembro de 1862, quando se abriu a 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembléia Provincial. Contribuiu para isso, conforme o desembargador, a existência de uma Guarda Nacional na retaguarda, sempre alerta e disponível para uma eventual necessidade de proteção às fronteiras e defesa militar do Estado imperial. Constatava ele que:

A tranquilidade de nossas fronteiras não sofreu alteração, apesar dos recentes ou continuados acontecimentos dos Estados vizinhos, e nem pode sofrer, porque elas estão ao alcance da briosa Guarda Nacional da Província, sempre pronta a reunir-se e a correr em sua defesa, e guarnecidas pela importante parte do Exército brasileiro, confiada ao Tenente General João Frederico Caldwell.²²

Uma participação significativa de guardas nacionais nas forças militares de 1ª linha somente seria retomada em 1863, quando foram chamados, segundo o presidente Espiridião Eloy de Barros Pimentel, 667 praças da

Boca do Monte, São Gabriel e Lavras, Jaguarão, Piratini e Canguçu, Bagé, Quaraí e Livramento, São Borja e Itaqui.

²¹ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 66.

²² AHRs, A-7.07, Relatório do presidente da Província Desembargador Francisco de Assis Pereira da Rocha à Assembléia Provincial, 01/09/1862.

Guarda Nacional, de um total de 38.805 rio-grandenses qualificados tanto no serviço ativo como na reserva. Estes guardas destacados distribuíram-se por diversos municípios da Província da seguinte forma: para Porto Alegre (308), Rio Grande (125), Bagé (70), Jaguarão (62), Pelotas (52), São José do Norte (13). No entanto, observava o presidente que eles tinham sido requisitados porque a força de linha empregada na guarnição da Província ficara muito desfalcada com a retirada do 4o e 12o Batalhões de Infantaria e de um forte contingente do 1o Regimento de Artilharia a cavalo.²³

Entretanto, o motivo para a retomada dos destacamentos de guardas nacionais não era exclusivamente porque o contingente de 1a linha estivesse desfalcado, mas principalmente pela nova situação política que se configurava nos países vizinhos do Prata. Segundo o presidente Barros Pimentel, a informação recebida pelo comandante superior de São Borja de que a Província de Corrientes estaria novamente revoltada provocara algum temor de ataque à vila de Itaqui. Por esta razão, o presidente autorizava, em 3 de janeiro de 1863, que o comandante superior chamasse o número de guardas que fosse indispensável para reforçar a guarnição desta fronteira enquanto continuasse conflituoso o cenário político em Corrientes.²⁴

Neste ano de 1863, os estancieiros rio-grandenses que residiam no Uruguai, nossos conhecidos senhores guerreiros, se aliaram novamente ao colorado Venâncio Flores para combater os blancos que, durante o governo de Bernardo Berro, e depois no de Atanásio Aguirre, tinham implantado uma política contrária aos interesses destes estancieiros, aplicando medidas como, por exemplo, a de elevar a contribuição direta sobre o gado e as terras. Além disso, a política de Aguirre se opunha drasticamente ao governo imperial brasileiro, pois não renovara os tratados acordados em 1851. Estabelecido este ambiente hostil aos seus interesses, os grandes proprietários rio-grandenses passaram a pressionar o Império para que intervisse mais uma vez no Estado Oriental.

Contudo, em meados de 1864, a revolução de Venâncio Flores se tornou um episódio secundário diante da situação conflituosa que se estabelecia entre o Brasil e o Paraguai. Por esta razão, no que se refere à Guarda Nacional, a situação se modificou substancialmente, com o

²³ AHRs, A-7.07, Relatório do presidente da Província Espiridião Eloy de Barros Pimentel à Assembléia Provincial, 01/03/1863.

²⁴ AHRs, A-4.71, Correspondência do presidente da Província ao CSGN de São Borja e Itaqui, 03/01/1863.

ressurgimento de um processo intenso de destacamento de guardas nacionais para atuarem como força militar. Os próprios mapas de qualificação da milícia, relativos a 1863, publicados no relatório do presidente Eloy de Barros Pimentel, em 1864, indicavam uma elevação do número de qualificados para 42.991 (contando-se a ativa e a reserva), contra 38.805 cidadãos qualificados anteriormente. Talvez o dado mais importante seja o fornecido pelo próprio presidente Pimentel, que citava o destacamento, no ano de 1864, de 1.063 guardas nacionais para guarnecerem as fronteiras da Província, indicando novamente uma grande mobilização.

A preocupação daquele momento era justamente com a defesa da fronteira do Rio Grande do Sul frente a uma possível ameaça vinda do Uruguai, já que o contexto político da República vizinha preocupava o Império. As cidades e as áreas fronteiriças foram as que mais receberam os cidadãos destacados, basta chamarmos atenção para o elevado número de guardas destacados nas fronteiras de Quaraí, Bagé e Missões. E, segundo observação do presidente Pimentel, além dessa força havia mais 99 guardas nacionais adidos ao Corpo Policial.²⁵

A pressão dos estancieiros brasileiros residentes no Uruguai para que o Império intervisse para derrubar Aguirre, aliada ao interesse do próprio governo imperial em ter no Uruguai um aliado em que pudesse confiar no caso de um latente conflito contra o Paraguai, fez com que a diplomacia brasileira entrasse em ação. Tendo chegado a Montevideu em 6 de maio de 1864, em missão especial com o intuito de endereçar ao governo oriental “o nosso último apelo amigável”,²⁶ o brasileiro José Antonio Saraiva assinava, a 22 de agosto do mesmo ano, um protocolo com o chanceler de Mitre, Rufino Elizalde, para a intervenção brasileira no Uruguai. Poucos dias depois, em 7 de setembro de 1864, Saraiva, de Buenos Aires, solicitava ao presidente da Província do Rio Grande do Sul, Visconde da Boa Vista, para que iniciasse as hostilidades contra o Uruguai. No intuito de derrotar Aguirre, ainda no mês de setembro, as tropas brasileiras atravessaram a fronteira, unindo-se às forças de Venâncio Flores, já reforçadas pelos estancieiros brasileiros residentes em território uruguaio. Aguirre pediu auxílio ao Paraguai que, iniciando as hostilidades bélicas ao Império, apreendeu, em novembro de 1864, o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que se dirigia, pelo rio Paraguai, ao Mato

²⁵ AHRs, A-7.08, Relatório do presidente da Província Eloy de Barros Pimentel à Assembléia Provincial, 1864.

²⁶ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 495.

Grosso. No mês seguinte, na sequência da ofensiva, Solano López invadia o Mato Grosso.²⁷

Após esta primeira ação militar do Paraguai, os comandantes da Guarda Nacional da fronteira do Rio Grande do Sul começaram a trocar informações acerca da movimentação das tropas paraguaias. Em 27 de dezembro de 1864, o capitão Joaquim Antonio Xavier do Valle comunicava ao comandante superior da Fronteira de Quaraí, David Canabarro, que no dia 16 daquele mês tinham partido de Assunção cinco vapores e alguns navios de vela com destino à Província de Mato Grosso com o objetivo de ocupar algumas povoações da mesma Província. O capitão também informava que continuavam presos e incommunicáveis, além de mal tratados, os passageiros do navio Marquês de Olinda.²⁸

A partir de então, deflagrada a guerra contra o Paraguai, aumentou significativamente o contingente de guardas nacionais mobilizados. Gostaríamos de salientar, mais uma vez, que este contexto histórico coincidiu com a consolidação do poder imperial centralizado que, como afirmou Ricardo Salles, permitiu que o Império realizasse “uma formidável mobilização de recursos materiais (principalmente) e humanos”, já que o poder central “fortaleceu-se ainda mais como elemento capaz de captar, organizar e empregar recursos humanos e materiais necessários à condução da guerra”.²⁹

Esta capacidade do poder imperial em tomar a iniciativa e interferir decisivamente na organização das tropas pode ser percebida pela legislação criada no intuito de mobilizar a população para a guerra. Já nos princípios de 1865, o Império estabeleceu uma nova legislação no intuito de sensibilizar e incentivar os cidadãos para que se apresentassem para lutar. O decreto número 3.374, de 7 de janeiro de 1865, criava os Corpos de Voluntários da Pátria, autorizando os guardas nacionais a compô-los. Conforme o 3o artigo deste decreto, os guardas que se apresentassem seriam alistados na 1a linha com as mesmas vantagens estabelecidas aos voluntários que não pertenciam à Guarda, ou seja, além do soldo dos voluntários do Exército, receberiam mais 300 réis diários e a gratificação de 300\$000 quando dessem baixa, além de uma parcela

²⁷ Excelente análise destas relações exteriores do Império do Brasil com seus vizinhos do Prata encontramos no livro de Leon Pomer. *Os conflitos da bacia do Prata*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

²⁸ AHRS, CSGN - Diversos, 27/12/1864, maço 65.

²⁹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 9-10.

de terra de 22.500 braças. E mais, de acordo com o 8o artigo, os voluntários ficavam isentos do serviço do Exército, Marinha e Guarda Nacional.³⁰

A respeito do contingente que estava destacado na Província, quando se deu a invasão paraguaia, afirmava Souza Gonzaga que, além dos 5.000 guardas autorizados a destacar, tinham sido chamados mais 2.418 homens, formando 6 Corpos Provisórios, um ficou com a função de reforçar a guarnição da fronteira de Missões e os outros, cinco, foram incorporados à divisão de observação. Salientava ainda o presidente Souza Gonzaga que, desde meados de dezembro de 1864, quando chegaram as primeiras informações dos preparativos bélicos do Paraguai, ele havia deliberado a organização de uma divisão sob o comando do “bravo e distinto”³¹ brigadeiro David Canabarro. Tal divisão teria 4.000 homens de cavalaria e toda a infantaria da Guarda Nacional, tanto da ativa como da reserva, que fosse possível reunir nos Comandos Superiores de Quaraí e São Borja, organizada em duas Brigadas. A 1a estava sob o comando do coronel Antonio Fernandes Lima, comandante superior da Guarda Nacional de São Borja, e a 2a chefiada pelo coronel João Antonio da Silveira.

Em março de 1865, o presidente Souza Gonzaga comunicava, ao general comandante interino do Exército em operações no Estado Oriental, que havia ordenado a Francisco Pedro de Abreu, o Barão de Jacuí, que concentrasse tropas na fronteira de Bagé, utilizando toda a força de seu Comando Superior, que era de cerca de 2.000 homens de cavalaria, além de um Corpo na fronteira de Jaguarão e outro na guarnição da fronteira de Bagé. Souza Gonzaga salientava ainda que tinha ordenado que Canabarro se colocasse em ponto estratégico para defender a fronteira e, elevando os números citados em seu relatório, o presidente afirmava que Canabarro tinha a disposição cerca de 7.000 homens, entre os quais 1.700 de infantaria.³²

³⁰ BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Tomo 18, Parte 2ª. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865, p. 4 e 5.

³¹ AHRs, A-7.08, Relatório do presidente da Província João Marcelino de Souza Gonzaga ao Visconde da Boa Vista, 04/08/1865.

³² AHRs, CSGN – Diversos, Correspondência do presidente da Província João Marcelino de Souza Gonzaga ao General comandante interino do Exército, 28/03/1865, maço 65. Francisco Doratioto, todavia, quando aborda o ataque à São Borja, afirma que, para rechazar a invasão paraguaia, teriam sido convocados 2.300 guardas para protegerem o distrito, número que, na prática, não teria ultrapassado 2.000 homens. Ver DORATIOTO, Francisco. Op. cit. p. 171.

Em 21 de maio de 1865, a divisão sob comando do brigadeiro Canabarro marchou em direção à fronteira com o Uruguai, deixando na fronteira de Quaraí um dos Corpos provisórios para exercer a função de policiamento e defesa daquela fronteira. Em São Borja, a 1ª Brigada da 1ª Divisão, sob o comando do coronel Antonio Fernandes Lima possuía cerca de 2.400 praças de cavalaria e infantaria da Guarda Nacional. Além destas duas Brigadas, havia mais dois Batalhões de Voluntários (o 1º e o 5º) e oito bocas de fogo convenientemente guarnecidas, conforme expressão do presidente Souza Gonzaga.

Além disso, Souza Gonzaga autorizou a organização de um Batalhão de Infantaria em Porto Alegre, sob o comando do comandante superior Luis Manoel de Lima e Silva e, sob fiscalização deste comandante superior, aprovou também que se formasse uma companhia de artilharia composta por alemães, que eram antigos artilheiros prussianos e que viviam na Província. A incumbência de reunir e dar instrução a esta companhia caberia ao ex-tenente Fernando Schneider. Por último, aprovou Souza Gonzaga a formação de um Corpo de Voluntários em Bagé, tendo encarregado da tarefa a João da Silva Tavares, Barão de Serro Alegre, que era o comandante superior daquele município. Percebemos, desta maneira, através dos exemplos de Porto Alegre e Bagé, a importância dos comandantes superiores da Guarda Nacional na organização das tropas, visto que, tanto Luis Manoel de Lima e Silva, como também João da Silva Tavares, eram os responsáveis pela organização dos Corpos de seus respectivos municípios.

Mas estas forças não foram suficientes para conter a invasão das tropas paraguaias, que atravessaram o rio Uruguai no dia 10 de junho de 1865, chegando às proximidades de São Borja. Não encontrando muita resistência, visto que guarneciam a cidade cerca de 370 guardas nacionais que, no mesmo dia, foram auxiliados pela tropa do coronel João Manoel Menna Barreto, composta por 850 homens que faziam parte do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria que estavam acampados a 10 km de São Borja.³³

A 1ª Brigada da divisão de Canabarro, comandada pelo coronel Fernandes Lima, que pretendia fazer a defesa de São Borja, postou quinhentos homens na margem brasileira do rio Uruguai, ao sul de São Borja, à espera das tropas paraguaias. Ainda no dia 10 de junho, Fernandes Lima, do Quartel do Comando da 1ª Brigada, tendo obtido informações do Comandante do 22º

³³ Idem, p. 172.

Corpo Provisório sobre o ataque paraguaio, informava o seguinte a Canabarro: "(...) as forças paraguaias se tinham aproximado à barranca em frente ao passo de São Borja e começaram o bombardeio tendo já deitado algumas casas na água. Eu neste momento que são seis horas da tarde marcho para São Borja".³⁴

Entretanto, as tropas paraguaias recuaram estrategicamente até dia 12 de junho, quando tomaram São Borja. Novamente é o coronel Antonio Fernandes Lima quem nos dá informações sobre a invasão paraguaia, dizendo que eram em torno de 8 a 10 mil paraguaios que tinham chegado a São Borja às 10 horas do dia 10. Segundo o coronel, o 3o Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional havia tentado rechaçar os paraguaios, mas acabara retirando-se protegido pelo 22o Corpo. Também o 1o Batalhão de Voluntários dera a 1a descarga e fugira. Acrescentava Fernandes Lima que, naquele momento, estava acampado com o 22o Corpo, observando o inimigo e esperando a reunião do 28o Corpo, concluindo também que o 3o Batalhão da Guarda Nacional, o 9o Batalhão de Reserva e o 1o Batalhão de Voluntários estavam acampados mais adiante, por estarem desarmados e nus.³⁵

Em relação às ações das tropas paraguaias na Província do Rio Grande do Sul, após o ataque a São Borja, é importante registrar ainda que elas conquistariam Itaqui, em julho, e Uruguaiana, no início de agosto de 1865, após a cidade ter sido abandonada pelas forças brasileiras comandadas por Canabarro, que avaliou não existirem forças suficientes para enfrentar os paraguaios. Parece que Canabarro teria subestimado o poderio militar paraguaio ou confiado muito nas forças que estavam reunindo-se na Província, pois em correspondência de 20 de fevereiro de 1865 ele afirmava ao presidente da Província que, apesar de cerca de 10 mil homens do exército de Solano Lopez estarem em marcha para o Rio Grande do Sul, "com a chegada dos Corpos, Batalhões e Artilharia que fez V. Ex. marchar e os existentes temos com que fazer o recebimento a tais hóspedes. Não nos incomodarão muitos dias, (...)".³⁶ Como o próprio Canabarro ficaria sabendo depois, no momento

³⁴ AHRs, CSGN – Diversos, Correspondência do coronel Antonio Fernandes Lima ao comandante superior David Canabarro, 10/06/1865, maço 65.

³⁵ AHRs, CSGN – Diversos, Correspondência do coronel Antonio Fernandes Lima ao general João Frederico Caldwell, 13/06/1865, maço 65.

³⁶ AHRs, CSGN – Diversos, Correspondência de David Canabarro ao presidente da Província João Marcelino de Souza Gonzaga, 20/02/1865, maço 65. Esta atitude de Canabarro provocou inclusive sua suspensão do Comando Superior da Guarda Nacional de Quarai e Livramento. Todavia, o Conselho que deveria investigar se Canabarro teria responsabilidade pela invasão paraguaia não se efetivou. Na concepção

da invasão paraguaia, não foi isto o que aconteceu, mas sim a incapacidade das forças imperiais postadas na fronteira em rechaçar o inimigo.

Desejando contribuir para explicar a posição assumida pelo brigadeiro Canabarro, sem, todavia, julgá-lo culpado ou inocente por não ter combatido as forças paraguaias, gostaríamos de salientar que, principalmente no que diz respeito ao seu papel de Comandante Superior da Guarda Nacional de Quaraí e Livramento, ele não possuía um controle efetivo sobre a milícia. A família Ribeiro, inimiga política de Canabarro, detinha muitos postos importantes. Em alguns ofícios dirigidos ao ministro da Justiça, Francisco José Furtado, em março de 1865, o presidente da Província, João Marcelino de Souza Gonzaga informava ao governo central a incompatibilidade entre alguns chefes da Guarda Nacional de Quaraí e o comandante superior Canabarro. Afirmando que esta animosidade entre o brigadeiro e a família Ribeiro não era recente, pois existiam rugas desde a administração provincial de Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Souza Gonzaga criticava que aqueles que se opunham a Canabarro estavam dificultando as reuniões dos Corpos da Guarda. Segundo o presidente, agiam assim principalmente o tenente-coronel Severino Ribeiro de Almeida, do Corpo nº 35, o major Antonio Mancio Ribeiro, comandante da Secção do Batalhão de Reserva e o tenente-coronel chefe do Estado Maior Feliciano Ribeiro de Almeida, ou seja, os três irmãos Ribeiro de Almeida, filhos do ilustre estancieiro-militar da fronteira Bento Manoel Ribeiro. Em consequência da oposição destes chefes, Souza Gonzaga avisava que em Quaraí alguns oficiais de fora tinham sido nomeados para servir sob as ordens de Canabarro e concluía definindo assim o conflito, confirmando sua posição em favor do comandante superior:

de alguns historiadores, não há como justificar o imobilismo de Canabarro. Segundo Doratioto, o Brigadeiro não foi prudente, mas inerte. Tasso Fragoso qualifica a atitude de frouxa. Para mais informações ver: DORATIOTO, Francisco Op. cit. p. 178 e seguintes. Já Joaquim Nabuco observa que o contexto político atrapalhava a organização da defesa brasileira, visto que em maio de 1865 havia mudado o gabinete, com a substituição dos liberais “históricos” pelos progressistas. Tal situação acarretava a mudança no comando militar no sul, pois este cargo possuía cunho eminentemente político. No Rio Grande do Sul, os partidos políticos tinham os seguintes representantes: os generais Canabarro e Osório representavam os liberais “históricos”, o Conde de Porto Alegre os liberais progressistas e Ângelo Moniz Silva Ferraz e depois Caxias, pertenciam ao campo conservador. Ver: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 529 e seguintes.

Separa-os inimizades pessoais e ciúmes de posição social a que denominam divergência de opiniões políticas; pede, porém, à justiça, que se declare que manifesta-se maior intolerância da parte desses chefes pertencentes a uma só família do que da parte do Brigadeiro Canabarro; este é mais atilado.(...) Nesta colisão eu não poderia hesitar em optar pelo Brigadeiro Canabarro.(...).³⁷

Alguns dias depois, em 30 de março de 1865, o presidente Souza Gonzaga, em mais uma correspondência ao ministro da Justiça, conselheiro Francisco José Furtado, comentava novamente a intensa rivalidade política existente em Alegrete e Uruguaiana, o que, na sua opinião, estava dificultando a organização da Guarda Nacional daquele Comando Superior. Souza Gonzaga se referia, por exemplo, a alguns guardas que teriam sido “seduzidos ou aconselhados pelas influências locais adversas ao Brigadeiro Canabarro”³⁸ a não obedecerem a ordem de formatura e marcha.

Tais conflitos no interior da milícia entre Canabarro e a família Ribeiro de Almeida certamente enfraqueciam a organização das tropas e sua capacidade de reação à invasão paraguaia. Neste sentido, sem ter reagido de imediato à invasão, constatamos que uma das formas encontradas pelo Império para buscar reverter a ofensiva paraguaia foi intensificar a mobilização da Guarda Nacional. A intenção, mais uma vez, era destacar todos os guardas possíveis, tanto da ativa como da reserva. Inclusive, segundo diretriz do próprio Souza Gonzaga, o general comandante das Armas, quando marchou para a fronteira, foi autorizado pela Presidência para chamar a serviço toda a força da Guarda Nacional que ele julgasse necessária. Em razão disto, mobilizou-se um contingente enorme que compreendia 33 Corpos provisórios, 19 permanentes e 2 esquadrões. Destes, 29 Corpos provisórios já estavam em campanha, bem como 10 Corpos permanentes. Até aquele momento, meados de 1865, se confiarmos nos números apresentados no relatório pelo presidente Souza Gonzaga, o número total de guardas nacionais envolvidos na guerra era surpreendente: 14.287 indivíduos, mais 3.521 que se estavam reunindo, o que totalizava a expressiva cifra de 17.808 guardas nacionais. Além destes, estavam em serviço de guarnição e policiamento dos municípios outros 1.500 guardas.

Estes números, apresentados pelo presidente João Marcelino de Souza Gonzaga, foram por ele repetidos quando, em correspondência ao

³⁷ AHRS, A-2.16, Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça, 17/03/1865. Sobre o conflito político no interior do Comando de Quarai e Livramento ver anexo 4.

³⁸ AHRS, A-2.17, Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça, 30/03/1865.

comandante superior da Guarda Nacional de Porto Alegre, apelava para que Luis Manoel de Lima e Silva utilizasse como recurso o sentimento de nacionalidade para sensibilizar os cidadãos rio-grandenses a se alistarem para a guerra. Em 14 de junho de 1865, quatro dias após a invasão de São Borja pelas tropas paraguaias, o presidente Souza Gonzaga fez o seguinte chamamento no sentido de obter ainda mais gente para lutar contra o Paraguai:

Na situação grave em que se acha a Província invadida pelo inimigo que ousou transpor o Uruguai e apoderar-se da vila de S. Borja torna-se urgente reunir forças de infantaria para reforçar as que já temos na fronteira. VS já está encarregado da reunião e organização de um Batalhão de Voluntários e a vista da gravidade das últimas ocorrências recomendo-lhe que faça apelo ao patriotismo do batalhão de Guardas Nacionais da Capital e dos outros Corpos do seu superior Comando para completar-se o Batalhão com a brevidade que as circunstâncias reclamam. Quinze mil guardas nacionais já estão em armas para o serviço de guerra nos Corpos de Cavalaria. (...) não é lícito duvidar que será pronta e satisfatoriamente correspondido o apelo que VS fizer aos Corpos da Guarda Nacional do seu Superior Comando para prontamente organizar-se um Batalhão de Infantaria, quando é preciso desafrontar a honra e os brios Nacionais, e especialmente os da Província do Rio Grande do Sul.³⁹

Não sabemos se este apelo do presidente Souza Gonzaga ao comandante superior de Porto Alegre teve êxito. Todavia, temos informação de que, por exemplo, o Comando Superior de Rio Pardo e Encruzilhada estava fornecendo grande parte de seus cidadãos qualificados para o enfrentamento com o Paraguai.

No ano de 1866 continuavam as mobilizações de forças da Guarda Nacional para irem lutar contra o Paraguai. O vice-presidente da Província, Antonio Augusto Pereira da Cunha, ordenava ao tenente-coronel Severino Ribeiro de Almeida que reunisse os guardas dos municípios de Alegrete, Uruguiana e Santana do Livramento para formar uma brigada que fizesse a guarnição da fronteira de São Borja ou que pudesse ser incorporada ao 2o Corpo do Exército que, em meados de 1866, tendo partido de Missiones, avançava em direção ao território paraguaio. Pereira da Cunha também encarregou ao capitão da Guarda Nacional Cristóvão Baum que reunisse voluntários e desertores da Guarda Nacional existentes no município de São

³⁹ AHRs, A-4.78, Correspondência do presidente da Província ao CSGN de Porto Alegre, 14/06/1865.

Leopoldo. Segundo as informações de Baum, já haviam sido recrutados cerca de 40 praças nesta localidade.⁴⁰

No Brasil, a repercussão da derrota das forças aliadas em Curupaity,⁴¹ em 22 de setembro de 1866, provocou uma intensa mobilização no sentido de reorganizar as forças e de recrutar ainda mais homens para o serviço militar. E os guardas nacionais tiveram um papel decisivo na composição das tropas, visto que, conforme informação do presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, a milícia contribuía com cidadãos para os três Corpos do Exército, principalmente para o 3o Corpo, no qual havia “um contingente muito avultado”,⁴² segundo palavras do próprio Homem de Mello.

Em razão disto, podemos constatar que, entre os meses finais de 1866 e o início de 1867, ocorreu uma forte mobilização de tropas para enfrentar o Paraguai através da organização do 3o Corpo do Exército, comandado por Manuel Luis Osório, que fora nomeado comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul por intermédio de Aviso do Ministério da Guerra de 18 de outubro de 1866 com o intuito de reunir o maior contingente possível de voluntários e guardas nacionais. E, por decreto de 20 de outubro, Osório fora também nomeado comandante em chefe do Exército. Osório e o 3o Corpo do Exército cumpririam um papel decisivo no conflito, sendo fundamentais para a vitória aliada. Para ilustrar, basta lembrarmos que, mesmo tendo sofrido muitas baixas alguns dias antes, o 3o Corpo participara da ocupação aliada de Humaitá em julho de 1868.

Também o Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo foi responsável por enviar aos campos de batalha um contingente significativo de guardas nacionais, sendo, provavelmente, o Comando que mais contribuiu com cidadãos-soldados, pois cerca de 2.400 guardas nacionais do Comando de

⁴⁰ AHRS, A-7.09, Fala do vice-presidente da Província Antonio Augusto Pereira da Cunha na 1ª Sessão da 12ª Legislatura da Assembléia Provincial, 03/11/1866.

⁴¹ A derrota dos aliados em Curupaity provocou a paralisação das forças aliadas. Além disso, no que diz respeito as tropas do Império, contribuiu para algumas alterações importantes, como a nomeação, em 10 de outubro de 1866, do Marquês de Caxias para comandar as forças situadas no Paraguai. Também modificou-se o comando da Esquadra brasileira, assumindo o Visconde de Inhaúma, Joaquim José Ignácio, no lugar até então ocupado por Tamandaré. Outra medida importante foi que, no intuito de obter mais recrutas, um decreto imperial de 6 de novembro de 1866 concedia alforria aos escravos que se integrassem ao Exército brasileiro em guerra.

⁴² AHRS, A-7.09, Fala do presidente da Província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello na 2ª Sessão da 12ª Legislatura da Assembléia Provincial.

Porto Alegre e São Leopoldo marcharam ao Paraguai, todos, se confiarmos nas informações do comandante Luis Manoel, exclusivamente durante o ano de 1865. Também devemos observar o ingresso significativo de guardas nacionais no Corpo de Voluntários nº 33, sugerindo-nos que, provavelmente, o número de milicianos destacados em guerra era ainda maior do que o que foi possível identificar, posto que houve este processo de incorporação dos guardas a diversos Corpos de voluntários. Segundo Ricardo Salles, durante a guerra, apenas os Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul mantiveram a designação de Corpos da Guarda Nacional, sendo que os demais Corpos foram sendo incorporados aos Voluntários da Pátria. Por esta razão, Salles argumentou que, independentemente da denominação dos Corpos, a origem da grande parte dos homens que lutaram no Paraguai era a Guarda Nacional:

A designação de Voluntários da Pátria aos batalhões que combateram no Paraguai (à exceção da cavalaria rio-grandense e dos batalhões do exército de linha) encobriu muitas vezes o fato de o grosso da tropa ser formado a partir da obrigatoriedade de serviço na Guarda Nacional.⁴³

Quanto ao desenrolar do conflito contra o Paraguai, após a ocupação de Humaitá pelas forças aliadas, Caxias compreendeu que o objetivo primordial havia sido alcançado e passou a defender a retirada das tropas. D. Pedro II, ao contrário, não concordou com Caxias, pois considerava que o Paraguai somente seria derrotado com a morte de Solano López. Por não concordar com o Imperador, Caxias, sem prévia autorização, abandonou o Comando em meados de janeiro de 1869, sendo substituído por Luis Felipe Fernando Gastão de Orleans (Conde d'Eu), que somente assumiu o comando das forças brasileiras em 16 de abril de 1869.

Em 1º de janeiro de 1869, as tropas brasileiras ocupavam a capital paraguaia Assunção, dando seguimento aos objetivos de D. Pedro II, e, ao longo de todo este ano, aconteceria uma espécie de caçada a Solano López, com as forças aliadas ocupando os principais e estratégicos pontos do território paraguaio.

A partir de 1870, temos o regresso das tropas que estavam atuando no Paraguai e, com isto, um processo contínuo, porém lento, de desmobilização

⁴³ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 95 e 103.

dos guardas nacionais destacados. A partir de 1872 percebemos uma desmobilização da milícia em ritmo acelerado, pois segundo o presidente Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, apenas existiam forças destacadas nas cidades de Rio Grande e Pelotas e auxiliavam as tropas de 1ª Linha somente 598 guardas nacionais, número bastante inferior se compararmos aos anos anteriores, como fizemos questão de ressaltar ao longo deste texto.⁴⁴

Já em 1873 temos a desmobilização de praticamente toda a Guarda Nacional destacada. De acordo com o presidente João Pedro Carvalho de Moraes, uma das suas primeiras preocupações fora “aliviar esta milícia de tão pesado encargo”,⁴⁵ segundo recomendação do governo imperial. Contudo, segundo alguns informes do comandante superior da Guarda Nacional de Quaraí e Livramento ao presidente da Província, durante o ano de 1873 ainda existiam guardas realizando o serviço de policiamento de municípios e a defesa da fronteira. Não havia como o governo imperial, literalmente por decreto, através da nova lei de setembro de 1873, extinguir na prática tais funções da milícia, visto que o Império não possuía condições de ter uma força de linha em condições de vigiar a fronteira, nem, tão pouco, outra instituição para se encarregar do policiamento dos municípios. Portanto, por algum tempo, a Guarda continuou realizando estas tarefas, mesmo que geralmente numa dimensão bem menor do que anteriormente. Em 30 de outubro de 1873, o comandante superior de Quaraí e Livramento, Severino Ribeiro de Almeida, informava cumprir as ordens do presidente da Província, enviando ao serviço de guarnição do Passo do Batista um efetivo da Guarda Nacional composto por um capitão, 2 subalternos, 3 inferiores, 4 cabos, 1 corneta e 39 guardas, em razão de ser insuficiente a força de linha que guarnecia a fronteira.⁴⁶ Há que observar, todavia, que este número era bastante pequeno em relação ao contingente de guardas que costumavam realizar a mesma tarefa em anos anteriores.

Após a Guerra do Paraguai, mesmo que tivesse demorado um pouco até que os guardas nacionais destacados retornassem a seus lares, o que percebemos através de nossa investigação foi o princípio do fim da utilização da Guarda Nacional enquanto força militar a serviço do Império. Quase todos os relatos de presidentes de Província, de comandantes superiores, de oficiais,

⁴⁴ AHRS, A-7.11 A, Relatório do presidente da Província Jerônimo Martiniano Figueira de Mello a José Fernandes da Costa Pereira Junior, 11/07/1872.

⁴⁵ AHRS, A-7.13, Fala do presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes na 1ª Sessão da 15ª Legislatura da Assembléia Provincial, 01/03/1873.

⁴⁶ AHRS, CSGN de Quaraí e Livramento, 30/10/1873, maço 34.

entre outras pessoas, sugerem que, depois da guerra, com a desmobilização dos guardas destacados, e no decorrer da década de 1870, ocorreu um processo de desorganização da milícia, acarretando a perda de seu papel enquanto instituição que auxiliava ou substituiu o Exército em operações militares.

Além disso, o retorno das tropas da Guarda Nacional da guerra provocou um impasse em relação ao destino que teriam os oficiais comissionados que participaram do conflito. O comandante superior de Rio Pardo, João Luiz Gomes, ao informar ao presidente da Província, Pinto Lima, que os Corpos sob seu Comando Superior estavam em “anarquia”, naquele final de ano de 1870, sem comandantes para os Corpos de cavalaria e companhias, sem registro das qualificações anteriores, chegou a afirmar que a solução, no seu entendimento, para organizar milícia, seria uma espécie de retorno à estaca zero, dissolvendo a Guarda Nacional para posteriormente reorganizá-la:

Entendo há muito tempo que a Guarda Nacional deve ser dissolvida para poder-se principiar melhor organização, e mesmo para aproveitar parte desse grande número de oficiais de comissão que voltaram da guerra. Abandonar esses oficiais parece não ser de justiça; porém empregá-los nos postos em que estão comissionados é isto contrário a lei, visto que muitos marcharam como simples guardas nacionais e retornaram como Capitães e outros até em postos superiores: devendo notar-se que entre eles há alguns que não podem ser empregados na Guarda Nacional, por lhes faltarem rendimentos e outras qualidades necessárias.⁴⁷

No ano de 1873, a desorganização da milícia parecia generalizada, e um dos motivos era a expectativa dos cidadãos em relação à nova legislação para a Guarda, que gerava a impressão de que a milícia iria ser extinta. A desorganização provocava atos frequentes de indisciplina, como o relatado pelo comandante superior Luis Manoel de Lima e Silva ao presidente João Pedro Carvalho de Moraes, afirmando que pela primeira vez em 20 anos em que era o comandante superior, o Batalhão de Porto Alegre praticara um ato de desobediência, deixando de se reunir em parada no dia 7 de setembro em comemoração à Independência do Brasil. Luis Manoel atribuía este comportamento a dois fatores: “ao estado político desta Província e as reformas na mesma Guarda que se vão executar”.⁴⁸

⁴⁷ AHRS, CSGN de Rio Pardo e Encruzilhada, 16/12/1870, maço 46.

⁴⁸ AHRS, CSGN de Porto Alegre e São Leopoldo, 12/09/1873, maço 32. Quanto ao “estado político” a que se refere o comandante superior Luis Manoel acreditamos que

Em anexo a esta correspondência de Luis Manoel ao presidente da Província encontramos a análise do comandante interino do batalhão em questão, Manoel José Sueiro, sobre a situação em que se encontrava a sua tropa, através da qual justificava o não comparecimento na parada do dia 7 de setembro, devido ao “estado decadente” da Guarda Nacional, principalmente, segundo ele, pelo pouco caso que os cidadãos faziam dos Avisos para se reunirem. O comandante do Batalhão concluía demonstrando seu desânimo com a instituição, sentimento que parecia generalizar-se pela Província:

É a primeira vez que se dá este fato, que pesaroso presenciei, no dia em que todo o brasileiro de coração se orgulha por ser o que recorda a época de nossa gloriosa Independência; e, em vista do estado em que se acha o Batalhão, há de reproduzir-se esse fato, por que os guardas com a notícia de que as Câmaras dos Senhores Deputados aprovaram a lei de reforma da Guarda Nacional, julgam-se isentos de qualquer obrigação, propalando que está abolida ou, para melhor dizer – morta esta instituição, que tem sido nesta Província, a melhor auxiliar do Exército nas lutas porque o Brasil tem passado.⁴⁹

Três dias depois deste comentário acerca do 7 de setembro de 1873, foi aprovada a nova legislação para a Guarda Nacional, através da lei número 2.395 de 10 de setembro. Esta lei determinava mudanças substanciais no caráter da milícia, pois, a partir de então, conforme o 1º artigo, ela somente poderia ser chamada para atuar em casos extraordinários, como rebeliões ou guerras externas (1º parágrafo). A nova legislação previa, através de solicitação do comandante superior, apenas uma reunião anual da milícia do serviço ativo para revista e instrução, sendo que somente poderia acontecer tal encontro dois meses antes ou dois meses depois das eleições (5º parágrafo). Além disso, 40 anos passava a ser a idade máxima para a qualificação no serviço ativo, os de idade superior a este limite ficariam na reserva (6º parágrafo). Determinava-se ainda que o uniforme deveria ser simples (9º parágrafo), que não mais se concederiam honras de postos da Guarda (10º parágrafo) e que o Governo possuía autorização para reduzir o quadro de oficiais (11º parágrafo).

Porém, o parágrafo 12º observava que as disposições deste 1º artigo, com exceção das constantes nos parágrafos 6º, 9º e 10º, não se aplicavam às Províncias limítrofes com Estados vizinhos, que deveriam continuar seguindo as diretrizes do decreto número 2.029 de 18 de novembro de 1857. Portanto,

ele estava se referindo ao domínio liberal existente na Província do Rio Grande do Sul desde aquele ano.

⁴⁹ Idem.

precisamos salientar que grande parte desta nova lei não dizia respeito à milícia rio-grandense.⁵⁰

Todavia, o que percebemos através da pesquisa empírica, foi que a modificação da legislação, com uma conotação bastante desmobilizadora da Guarda, restringindo suas funções, contribuiu para a desorganização da milícia na Província, pois a lei de setembro de 1873 foi encarada como uma alteração importante da política do governo imperial em relação à instituição que, a partir daquele momento, passaria a atuar como mero coadjuvante em funções que até então havia desempenhado como protagonista, como, por exemplo, seu papel fundamental na defesa da ordem interna e da integridade territorial do Império.

Em novembro de 1873, o comandante superior Luis Manoel comentava que tanto o Ministério da Justiça quanto a Presidência da Província ordenaram para que ele procedesse à qualificação para o serviço ativo e da reserva, considerando o parágrafo 6o do artigo 1o da lei número 2.395 de 10 de setembro daquele ano, que estabelecia o limite de 40 anos para a qualificação no serviço ativo. Segundo ele, fazia quatro meses que tinham se encerrado os trabalhos dos Conselhos de Revisão e estava muito difícil reunir uma Guarda Nacional em que predominavam os interesses políticos de oficiais que se opunham ao governo imperial:

(...) os oficiais da Guarda Nacional estão por tal forma dominados pelo espírito partidário que, para contrariar seus superiores que sustentam o Governo e as instituições do país, não querem sujeitar-se a sacrifício algum do serviço, saem do distrito sem licenças, e praticam todas as insubordinações, pois os processos de conselhos de disciplina (...) não é mais do que ficar desmoralizado o Superior, vendo os refratários absolvidos.⁵¹

Pelas palavras do comandante superior Luis Manoel entendemos que se configurou uma conjuntura de crise de autoridade no interior da milícia, na qual, os oficiais não se subordinavam mais ao Comando Superior e, provavelmente, os guardas também não respeitavam a autoridade dos oficiais. Enfim, chegamos ao tempo da desorganização e desmobilização da Guarda Nacional enquanto um dos fortes pilares de sustentação do Estado imperial. Compreendemos que esta situação precária em que se encontrava a milícia, nos

⁵⁰ BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1873*. Tomo 32. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873, p. 329-331.

⁵¹ AHRs, CSGN de Porto Alegre e São Leopoldo, 20/11/1873, maio 32.

primeiros anos da década de 1870, contribuiu decisivamente para o início da crise do Império.

Este fenômeno era acompanhado ainda pela gradual perda do caráter militar da instituição que, em consequência, adquiria cada vez mais sua condição de milícia honorífica, acentuando ainda com maior intensidade sua conotação política. Este processo assumiu uma expressiva importância no Rio Grande do Sul logo após a Guerra do Paraguai e foi fortalecendo-se ao longo dos primeiros anos da década de 1870, culminando com a lei de 1873 que, como vimos, retirou as funções militares e policiais em que usualmente a Guarda Nacional se envolvia.

Sendo assim, concluímos que entre os anos 1850-1873, sempre que houve necessidade, a Guarda Nacional rio-grandense atuou como força militar juntamente com o Exército imperial. Sua importância foi fundamental para a defesa da integridade territorial do Império do Brasil e de sua política exterior ao longo destas duas décadas e pouco. Para termos uma noção em número, basta citarmos os dados referidos pelo general Paulo de Queiroz Duarte, que confirmam que a Província do Rio Grande do Sul contribuiu com o maior número de guardas nacionais e voluntários para a Guerra do Paraguai, com cerca de 33.803 homens, mais do que o dobro de homens enviados pela segunda província com mais pessoas no conflito, a Bahia, que teve 15.197 recrutados.⁵²

Portanto, sem a participação da milícia rio-grandense, a história dos conflitos do Brasil com os países da Região do Prata seria bem outra e, sem sombra de dúvida, os resultados, do ponto de vista dos interesses do Império do Brasil, não teriam sido alcançados na mesma proporção, principalmente em razão da quantidade de cidadãos rio-grandenses que, tanto na Guarda Nacional como também nos Corpos de Voluntários, lutaram pelo Império.

⁵² DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 218 citado por DORATIOTO, Francisco. Op. cit. p. 460.

A GUARDA NACIONAL SUL-RIO-GRANDENSE E A APLICAÇÃO DA LEI DE TERRAS: EXPRESSÃO DE UMA POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO.

Cristiano Luís Christillino*

A investigação da aplicação da Lei de Terras de 1850 na Província do Rio Grande do Sul, e o seu impacto político na relação estabelecida entre a elite local e a Coroa, contribui aos estudos sobre os milicianos nas terras meridionais. A implementação da Lei esteve relacionada ao contexto platino, quando a cooptação da Guarda Nacional sul-rio-grandense era fundamental à afirmação da hegemonia do Império na região.¹ Estas milícias tiveram uma importante participação nas guerras a Oribe e Rosas e também no Paraguai, e as ameaças de um novo conflito na década de 1870 exigiam a sua permanência nas estruturas de poder do Governo Central. Ao mesmo tempo, foi no Rio Grande do Sul que se aprovou o maior número de processos de legitimações de terras. Entre as décadas de 1860 e 1880 foram produzidos mais de dois mil autos na Província meridional. O maior número de processos foi aprovado na década de 1870, momento em que os chefes milicianos sul-rio-grandenses dispunham de grande prestígio, pela sua participação na Guerra do Paraguai. Aplicação da Lei de Terras, no período de 1860 a 1880, permitiu uma maior aproximação das elites locais com a Coroa.² Para entendermos os rumos da aplicação desta legislação na Província do Rio Grande do Sul, primeiro discutiremos a conjuntura da Guerra do Paraguai.

* Doutor em História-UFF e membro do Núcleo de Referência Agrária da mesma Instituição.

¹ A importância das milícias da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul nas campanhas externas do Império, assim como na manutenção da segurança interna, já foi discutido por FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

² CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2010.

A Tríplice Aliança foi firmada em maio de 1865, e ainda em junho, foi travada a batalha naval do Riachuelo. A esquadra brasileira destruiu o poderio da marinha de guerra do Paraguai, o que impediu a permanência das tropas de Solano Lopez em território argentino e no Rio Grande do Sul. As forças de cavalaria do Império, no Sul, expulsaram o exército invasor da fronteira com a Argentina. O conflito teve seus rumos mudados, e o Paraguai passou a lutar na defensiva. Sua derrota estava conflagrada, apesar das dificuldades do exército brasileiro em recrutar voluntários.³

Em dezembro de 1867, foram impostas várias derrotas ao exército paraguaio. Caxias acreditou que a guerra tinha acabado e se retirou do comando das forças brasileiras. Entre 1869 e 1870, o Conde d'Eu assumiu a chefia das tropas, com o objetivo de impor uma derrota total às forças de Solano Lopez e de fortalecer o Império.⁴ O chefe paraguaio se retirou ao interior do país, onde reuniu um novo exército, formado principalmente por velhos e crianças. Eram 12 mil homens inexperientes que teriam que lutar contra 21 mil soldados comandados pelo Conde d'Eu. Solano Lopez estabeleceu seu exército em Cerro Corá. A região era montanhosa e coberta com mata densa, o que o permitiu resistir durante um ano, até ser morto, em primeiro de março de 1870.⁵

Nesse contexto, os milicianos sul-rio-grandenses foram fundamentais ao sucesso das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. Grande parte desses homens iniciou suas práticas guerreiras na Farroupilha. Logo após o término da guerra civil que envolveu o Rio Grande do Sul por uma década, seus efetivos marcharam contra Oribe e Rosas. Essas campanhas, somadas à prática da violência no cotidiano social e na atividade pecuária, quando era comum a luta contra o abigeato (ou então a sua prática), treinavam os gaúchos e os "homens de família" para a guerra. Certamente, esse grupo teve um desempenho mais expressivo que a grande maioria dos voluntários da pátria, que aprendiam a atirar e a manejar a espada no intervalo dos conflitos.⁶ Na região Platina, os combates eram geralmente decididos pela cavalaria, que permitiam ataques mais rápidos e precisos, diferentemente das demais regiões

³ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

⁴ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

⁵ DORATIOTO, 2002, op. Cit.

⁶ DORATIOTO, 2002, op. Cit.

do Império. O exército priorizava a utilização de sólidos quadros de infantaria e artilharia pesada, o que não permitia a mobilidade necessária às tropas nas planícies platinas.⁷

A adesão das milícias do Rio Grande do Sul às forças brasileiras em combate no Paraguai ocorreu tanto pela ação enérgica dos comandantes militares na Província, especialmente aquelas articuladas em torno da figura do General Osório, quanto pelo engajamento de lideranças dos pontos mais diversos da estremadura meridional do Império. As lideranças que tiveram uma participação decisiva no conflito foram os comandantes da Guarda Nacional, cujo poder de recrutamento permitiu a convocação de milhares de soldados dispersos pelas diversas localidades da Província e não apenas na fronteira. Entre eles, estão os coronéis da Guarda Nacional, barões de Ibirapuitã, de Inhanduí, de Camaquã, de Itaqui, e outros tantos que não receberam títulos de nobreza, e o Barão do Ibicuí. Esses chefes milicianos foram muito mais importantes no recrutamento do que nos campos de batalha. Sua influência no alistamento de milicianos certamente não se restringiu à Fronteira sul-rio-grandense, uma vez que muitos fazendeiros desta Província eram proprietários de estâncias no Uruguai.⁸ No entanto, vários outros chefes locais que não participaram do conflito tiveram sua contribuição, através de doações em dinheiro e de cavalhadas, como foi o caso do Conde de Piratini.⁹

Numericamente, a participação dos milicianos sul-rio-grandenses na Guerra do Paraguai também foi expressiva. A província contava com uma população masculina de 198.433 pessoas, sendo a sétima mais populosa do Império. Ainda assim, o Rio Grande do Sul enviou 33.803 combatentes ao conflito, o que corresponde a 27,45% do efetivo brasileiro envolvido no conflito. Minas Gerais, que era a Província mais densamente habitada do Império, contribuiu com pouco mais de 4 mil homens, o que representa menos de meio ponto percentual da totalidade da sua população masculina. Até mesmo o Rio de Janeiro, a província mais articulada com o centro do

⁷ GUAZZELLI, César Augusto. *O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados nações e regiões provinciais no Rio da Prata*. In: GRIJO, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 91-120.

⁸ FERTIG, 2010, op. Cit.

⁹ PINTO, Genivaldo Gonçalves. *O Império da Força: as relações do Império do Brasil com a República do Paraguai na primeira fase do pós-guerra da Tríplice Aliança*. Dissertação de Mestrado em História. Santa Maria: MILA/ UFSM, 2005.

poder imperial, teve uma participação pouco expressiva em relação à totalidade de sua população, enviando menos de 8 mil homens, quando sua população masculina ultrapassava 350 mil.

As províncias do Nordeste e do Sudeste concentravam os maiores plantéis escravistas do Império. Dessa forma, a mobilização da própria Guarda Nacional colocaria em risco a estrutura produtiva sobre a qual estava assentada grande parte da economia dessas regiões. Pernambuco, cuja milícia contava 64.721 homens¹⁰ e possuía, assim, o maior número de soldados, enviou pouco mais de 10% desse efetivo ao Paraguai. O mesmo ocorreu com Minas Gerais, que dispunha de um efetivo de 44.880 homens e encaminhou apenas 4 mil soldados ao conflito. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que esta Província concentrava 24,5% da população cativa do Brasil.¹¹ Logo, os efetivos da Guarda Nacional dessas regiões estavam voltados à manutenção da ordem interna e à repressão das rebeliões escravas, uma ameaça constante.

¹⁰ ANDRADA, Martin Francisco Ribeiro. *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado da Justiça Martin Francisco Ribeiro Andrada*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1867, p. 19.

¹¹ Segundo dados de 1872. Conforme: FRAGOSO, João Luís. *A economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista exportadora*. In LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 156.

Composição das forças em combate por província.¹²

Posição na oferta de combatentes	Províncias imperiais	Efetivo de voluntários	População masculina	Posição quanto ao censo populacional	Participação da população masculina
1°	Rio Grande do Sul	33.803	198.433	7°	17,03%
2°	Bahia	15.197	705.635	2°	2,15%
3°	Corte	11.461	143.418	11°	8,00%
4°	Rio de Janeiro	7.851	352.718	6°	2,23%
5°	Pernambuco	7.136	418.766	4°	1,7%
6°	São Paulo	6.504	426.234	3°	3,60%
7°	Ceará	5.648	364.709	5°	4,85%
8°	Mato Grosso	5.511	30.386	20°	18,13%
9°	Maranhão	4.536	175.347	9°	2,58%
10°	Minas Gerais	4.090	1.015.576	1°	0,40%

Apud: PINTO, Genivaldo Gonçalves. *A Província na Guerra do Paraguai*. In: PICCOLO, Helga. PADOIM, Maria Medianeira (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Volume 2*, Império. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 113.

¹² Os dados referentes ao percentual de participação da população masculina da Província na guerra do Paraguai foram tabulados por nós. Também é importante ressaltar que, no caso da Província do Mato Grosso, o seu governo havia convocado batalhões da Guarda Nacional de outras províncias, os quais permaneceram em serviço no seu território e foram registrados no seu efetivo. Conforme: PINTO, 2006, op. Cit. pp. 97-124.

O Rio Grande do Sul era uma província de fronteira cuja elite tinha na guerra um meio de afirmação e ascensão social. Logo, a estremadura meridional se destacaria nos conflitos externos enfrentados pelo Império, os quais também estavam relacionados aos seus interesses imediatos de propriedade no Uruguai. No entanto, a maciça e decisiva participação dos milicianos do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai merece destaque, uma vez que esta Província apresentava uma situação política singular em relação às demais. Fora esta a única em que houve um movimento secessionista e que levou a cabo a emancipação de uma república independente. Em questão de duas décadas, porém, as mesmas lideranças rebeldes apoiaram, nos campos de batalha, o projeto do Estado contra o qual lutaram durante 10 anos. A aproximação do Governo Imperial com a elite sul-rio-grandense permitiu a integração definitiva da Província ao Império. Essa relação foi estabelecida, principalmente, através do clientelismo, base do proselitismo da Coroa.¹³ Várias medidas relacionadas à questão da propriedade da terra reforçaram os vínculos políticos dos chefes milicianos com a Coroa.

As ameaças externas não cessaram com a capitulação paraguaia no início de 1870. Logo, a negociação política junto aos milicianos sul-rio-grandenses deveria prosseguir. Após o término da guerra, houve um impasse entre o Império e a Argentina em torno da formulação de um acordo de paz, em função da recusa do Governo de Buenos Aires em reconhecer a independência do Paraguai, e por suas pretensões sobre a região conhecida como o Grande Chaco. O Brasil assinou um acordo com o governo de Assunção em 1872, pelo qual obtinha o direito à livre navegação pelo rio Paraguai e à incorporação do território entre os rios Branco e Apa, região rica em erva-mate e que havia sido reivindicada pelo Império no início do conflito. No interregno, entre 1870-1872, o clima de animosidade entre o Brasil e a Argentina chamou a atenção do Governo do Rio de Janeiro à possibilidade do ressurgimento das disputas entre os dois países na região do Prata.¹⁴ Os relatórios do Ministério das Relações Exteriores mostram o clima de tensão entre os brasileiros e argentinos ao longo da década de 1870.

¹³ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

¹⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Triplice Aliança*. Brasília: Editora da UnB e Editora Revan, 1985.

Ainda em 1872, o Marechal Victorino Carneiro Monteiro, Barão de São Borja, enviou correspondência ao General Osório, pedindo-lhe para “afiar a espada” diante da possibilidade de um conflito contra Buenos Aires.¹⁵ O Barão que, nesse momento, era o comandante de armas do Rio Grande do Sul alegou que os argentinos estariam se preparando para entrar em guerra contra o Brasil. Um confronto direto contra a Argentina, num contexto de desgaste político enfrentado pela Coroa após o conflito do Paraguai, bem como o enfraquecimento da máquina de guerra do Brasil, teria consequências desastrosas para o Império.

O reconhecimento da independência do Paraguai pela Argentina foi acordado entre o Império e o Governo de Buenos Aires no início do conflito, mas somente foi consolidado, em 1876, após um longo percurso diplomático.¹⁶ No entanto, o antigo projeto de expansão territorial da Confederação poderia ganhar força novamente. Ciente disso, o Governo Imperial deu continuidade a sua política de aproximação com elite sul-rio-grandense. Um processo que trouxe resultados importantes na Guerra do Paraguai e que seria fundamental no caso de um conflito com a Argentina. A possibilidade de um confronto entre os dois países deixou os comandantes militares da Fronteira do Rio Grande em alerta. Entretanto, uma nova missão seria difícil naquele momento, na medida em que os liberais da região dessa Fronteira estavam insatisfeitos com os gabinetes conservadores do Visconde do Rio Branco, entre 1871 e 1875, e do Duque de Caxias no período de 1875 e 1878. As correspondências privadas do Marechal Luís Osório, o Marquês do Herval,¹⁷ mostram o contexto de tensão política pelo qual passava o Rio Grande do Sul no período.

Osório foi um dos principais comandantes das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai.¹⁸ Ele era principal líder do Partido Liberal na Província na década de 1870 e foi eleito senador nesse período. As correspondências trocadas com seu filho, Fernando Luís Osório, além de revelarem as estratégias de afirmação política, através de alianças e do alargamento das suas redes de

¹⁵ Coleção Marechal Osório. Lata 442, documento. 10. IHGB.

¹⁶ SEITENFUS, Ricardo & RODRIGUES, José Honório. *Uma História Diplomática do Brasil: 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

¹⁷ Coleção Marechal Osório- IHGB.

¹⁸ O Marechal Osório teria sido o principal comandante brasileiro no conflito. Foi na década de 1920 que o Clube Militar resgatou o Duque de Caxias como o herói da Guerra do Paraguai. Conforme: CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

relações sociais, mostram o clima de instabilidade política na Província de São Pedro. A queda do gabinete liberal de Zacarias Góes, em 1868, acirrou as disputas entre liberais e conservadores no plano local. O Cerco de Uruguaiana, quando os políticos conservadores tomaram a Câmara Municipal, prenderam e, inclusive, assassinaram lideranças liberais, marcou o auge dessas disputas.¹⁹

Nesse contexto, os liberais sul-rio-grandenses estavam engajados no plano para a deposição do gabinete conservador, chefiado pelo Duque de Caxias através das armas. Em correspondência do Deputado Fernando Luís Osório, em julho de 1876, ao seu pai, o General Osório, que se encontrava em recuperação de uma enfermidade na sua fazenda, em Santana do Livramento, ele informava que:

Está sabido que o governo actual não cahirá senão pela força, e durará, enquanto n'este paiz o povo estiver de joelhos. A revolução na corte não se fará, porque a Corte, em regra, é dos cortezãos, sahio, se para a corte forem enviados das províncias, segundo a poucos dias opiniões estabelecidas. Julgo que as cousas estão em tal estado, que qualquer província que se levantasse protestando, seria acompanhada por todas, em quase todas, principalmente se a frente dos protestantes estivesse meo pae... Se os liberaes do Rio Grande do Sul perderem a eleição, prepare-se o senhor para a luta, e por isso vá tendo cautela com sua saúde.²⁰

A carta de Fernando Luís Osório descortina o clima de tensão política na Província de São Pedro. Os mandatos prolongados dos presidentes João Pedro Carvalho de Moraes, 1873-1875, e José Antonio de Azevedo Castro, 1875-1876, mostram a atenção do Governo Imperial com o Rio Grande do Sul naquele momento, à medida que o rodízio tradicional de presidentes na Província não permitiria um maior controle à crise que estava em curso. A historiografia ainda não revelou a dispersão desse movimento, mas cartas trocadas entre Osório e o Senador Nabuco de Araújo mostram o peso e o uso do clientelismo na relação do Governo com o líder liberal do Rio Grande do Sul e seus correligionários. Era, portanto, necessário aos gabinetes conservadores do período, por intermédio dos presidentes de Província, a busca de uma aproximação aos chefes locais, os quais eram fundamentais à afirmação das fronteiras no Prata e à manutenção da ordem política na Província e também no Império. Isso quando as suas lideranças estavam

¹⁹ Conforme as correspondências trocadas pelo General Osório. Coleção General Osório- IHGB.

²⁰ Coleção General Osório- DL 227.22- IHGB.

prestes a aderir a um movimento armado para a deposição do gabinete conservador comandado por Caxias. A negociação era constante.

O período conhecido como a derrocada do Império, 1870 a 1889, foi marcado pelas concessões realizadas aos grandes proprietários. José Murilo de Carvalho mostrou que, no decorrer desse período, a Coroa aumentou consideravelmente os créditos concedidos ao grupo, especialmente em função do processo da abolição do trabalho escravo.²¹ Várias outorgas foram realizadas com o objetivo de aliviar as insatisfações dos fazendeiros com o poder monárquico. As legitimações de terras também acompanham este processo. O maior número de grilagens que analisamos ocorreu justamente ao longo da década de 1860 e 1870. Ainda em 1874, o Ministro da Agricultura, José Fernandes da Costa Pereira Junior, afirmava que: "...interesses de ordem publica não aconselham a applicação rigorosa da lei aos posseiros, sesmeiros e concessionários que ainda não fizeram legitimar ou revalidar suas terras..."²² A Coroa contava com vastas extensões de terras públicas para medir e demarcar. O que lhe faltava na Província de São Pedro, o Calcanhar de Aquiles do Império, era apoio político e militar. Nesse aspecto, os processos de legitimações de terras acrescentaram um poderoso elemento de cooptação política à Coroa, na medida em que eles eram geralmente utilizados para a resolução de litígios.

Na região da Fronteira, onde a maioria das terras foi doada no início do século XIX, sob forma de sesmarias, os litígios eram encaminhados ao juizado municipal. Já no Planalto, nas Missões e na Serra, nas quais existiam fronteiras de ocupação em aberto, diante de contestações e litígios, os "proprietários" recorriam aos processos de legitimação previstos na Lei de terras, com o objetivo de obter um título de propriedade. Era o principal meio de conferir legitimidade pública sobre as terras apropriadas. Os processos de legitimação estavam previstos no Regulamento de 1854, e eram julgados pelos presidentes provinciais. Num primeiro momento, os posseiros e concessionários deveriam declarar suas terras nos registros paroquiais da sua freguesia. Após o encerramento das declarações, os livros dos registros foram encaminhados à Repartição Especial de Terras Públicas, órgão submetido diretamente ao

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

²² PEREIRA JR., José Fernandes da Costa. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Quinta Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874, p. 36.

presidente provincial. Em seguida, os presidentes nomearam os juizes comissários, que foram responsáveis pelos processos de revalidação e de legitimação de terras em cada município. Como era raro o encaminhamento de processos pelos sesmeiros e outros concessionários que poderiam assegurar o domínio sobre as terras por meio dos seus documentos de outorga, houve um número muito pequeno de processos de revalidação. Os processos de legitimação eram a alternativa principal à afirmação de propriedade sobre as áreas não tituladas. Este foi o caso dos irmãos Rodrigues Fonseca.

Os irmãos Rodrigues Fonseca eram paulistas e teriam se instalado na região das Missões em meados da década de 1830, quando João Rodrigues da Fonseca trabalhou como capataz na fazenda Monte Alvão, de propriedade do Barão de Ibicuí.²³ João e seus irmãos, provavelmente, mudaram para o Rio Grande do Sul por meio do trabalho nas tropas organizadas pelo Barão do Ibicuí, o guarda-mor Francisco Paula e Silva e do barão de Antonina, o ten.-cel. João da Silva Machado. Em 1835, quando os irmãos Rodrigues teriam chegado ao Sul, eles ainda eram jovens. João tinha 21 anos, Antonio, 20 anos e Luciano tinha apenas 14 anos. Além deles, a documentação analisada ainda faz referência a mais três irmãos: Ângelo, Francisco e José Rodrigues da Fonseca. Num primeiro momento, eles trabalharam na fazenda do Barão do Ibicuí e, em seguida, apossaram-se de terras nas bordas dos campos do capitão-mor. As áreas de matas e alguns campos do Planalto e das Missões foram os últimos espaços a serem ocupados na Província do Rio Grande do Sul, em função da resistência das tribos caingangues e guaranis à ocupação dos seus territórios, o que retardou a sua ocupação definitiva.²⁴ Os processos de legitimação e os registros paroquiais de terras apontam que a ocupação dos campos, localizados próximos à Serra do Ijuí, no Distrito de Santo Ângelo, iniciou na década de 1830. As áreas florestais da região, ricas em erva-mate, foram apossadas posteriormente. O mate constituía uma fonte importante de riqueza na região, chegando, em alguns casos, a propiciar um volume de lucros aos fazendeiros maior do que aquele obtido com a pecuária em mesma extensão ocupada.²⁵ A valorização da erva-mate foi um incentivo à ocupação das áreas florestais do Planalto e das Missões.

²³ Auto de medição nº 198. AHRs.

²⁴ GOLIN, Luiz Carlos. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

²⁵ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Ed. da Unijui, 2002. CHRISTILLINO, 2010, op. Cit.

A trajetória dos irmãos Fonseca mostra que muitos milicianos, ao ingressarem nas tropas ou nas redes de relações sociais de alguns chefes da Guarda Nacional, puderam obter vantagens na apropriação de terras. João Rodrigues da Fonseca e Antonio Rodrigues da Fonseca obtiveram a patente de tenentes no regimento comandado pelo Barão do Ibicuí. Luciano e José Rodrigues da Fonseca não aparecem nos processos, enquanto ocupantes de postos na milícia. Ainda assim, a participação nas tropas comandadas pelo Barão, no momento da ocupação dos campos do Distrito de Santo Ângelo, lhes garantiu o acesso a terra na região.

Seis integrantes da família Rodrigues Fonseca possuíam terras no Distrito de Santo Ângelo,²⁶ mas somente três deles legitimaram as suas posses: João, José e Luciano Rodrigues da Fonseca. Esse fato mostra que os fazendeiros somente encaminharam processos de legitimação, quando a sua posse estava sendo contestada por outros posseiros ou ervateiros. Já as áreas de “posses mansas e pacíficas” dos outros integrantes da família Fonseca, não foram legitimadas. João, José e Luciano Rodrigues da Fonseca legitimaram 24.644 hectares de terras no Distrito de Santo Ângelo, na Serra do Ijuí.

João Rodrigues da Fonseca encaminhou dois processos de legitimação de terras. O estancieiro primeiro efetuou uma ação sobre uma área de matos, para depois então solicitar a legitimação sobre o restante das suas terras. Esta era uma estratégia de encaminhar as áreas, nas quais os posseiros enfrentavam maior contestação de propriedade, em processo separado daquelas terras cujo domínio era reconhecido ou então constituíam posses mais “firmes”, para evitar que uma parte da posse pusesse em risco toda a extensão requerida. A própria extensão legitimada por João Rodrigues da Fonseca mostra que seus processos se restringiram à parte das terras das quais ele se dizia proprietário. João declarou uma posse de três léguas de campos e matos na Serra do Ijuí, nos registros paroquiais da Freguesia de Cruz Alta.²⁷ Essas terras somariam 13 mil hectares, mas João Rodrigues da Fonseca legitimou apenas 9.400 hectares. Seu nome não aparece nos registros de transmissão, enquanto vendedor de

²⁶ Francisco Rodrigues da Fonseca declarou duas áreas de terras que somavam mais de 7.600 hectares. Ângelo Rodrigues da Fonseca registrou meia légua de campo no Distrito da Vila de Cruz Alta e aparece como confrontante de uma área de matos na Serra do Ijuí. Esse era o mesmo local em que Porfírio Rodrigues da Fonseca aparece como vizinho de uma posse em terras de matas. Esses três posseiros não efetuaram processos de legitimação de suas terras. Conforme os registros paroquiais de terras da Freguesia de Cruz Alta nº 44; 56; 57; 252; 262; 278. APERS.

²⁷ Registro paroquial de terras da Freguesia de Cruz Alta nº 57. APERS.

áreas naquela região. Ele preferiu legitimar duas, das três léguas declaradas nos registros paroquiais, para não comprometer o restante das suas terras, que poderiam ser perdidas numa eventual anulação do processo pelo presidente da província e ele teria de abandonar as suas pretensões sobre o restante da área.

O primeiro processo de legitimação de João Rodrigues da Fonseca, no início da década de 1870, era de uma posse “de matos” de 317 hectares em São João do Bom Sucesso, Distrito de Santo Ângelo.²⁸ Essa área confrontava com seu irmão Luciano Rodrigues da Fonseca e com as terras do Barão do Ibicuí. Simples observações podem revelar as fraudes constantes no processo de legitimação de João Rodrigues da Fonseca. O legitimante alegou que sua ocupação “mansa e pacífica” teria iniciado em 1833. Esta área se localizava nas bordas da fazenda do Barão do Ibicuí, do qual João foi capataz em 1835, ano em que o chefe miliciano iniciou a ocupação da sua Fazenda Monte Alvão.²⁹ Portanto, se a apropriação da área principal, uma fazenda de campos, teve início em 1835, por que então a posse sobre uma área marginal (de matos) teria iniciado dois anos antes? João também utilizou as benfeitorias e nove escravos da sua fazenda de criação como comprovação de cultura efetiva e morada habitual de uma posse em área florestal, que é exatamente a mesma estrutura utilizada na legitimação da sua fazenda de campo. Se eram áreas separadas, encaminhadas em autos diferentes, a comprovação de cultura efetiva e morada habitual deveria ser realizada apenas no erval em legitimação. As benfeitorias deveriam estar na área requerida e não fora dela. Era, portanto, um artifício para camuflar a apropriação irregular sobre uma área de erval público. Terras de matas para a agricultura, o tenente tinha várias no interior de sua fazenda de criação. A única justificativa plausível para apropriação dessa área, com uma extensão pequena em relação a sua estância, e separada dela, era a erva-mate.

Duas testemunhas, das três apresentadas por João Rodrigues da Fonseca, tinham idade inferior ao tempo de duração da posse que pretendiam comprovar. A declaração dessas testemunhas foi realizada em 1864. Os depoentes afirmaram que a posse do legitimante teria iniciado em 1833. Dessa forma, a área estaria sendo ocupada por um espaço de 31 anos. Para comprovar a “antiguidade” da posse, João Rodrigues da Fonseca apresentou como testemunhas, além de um negociante de 46 anos, o carpinteiro João Baptista de Medeiros, que tinha 30 anos e o lavrador João da Rocha de 28 anos. Ou seja, as duas testemunhas eram mais jovens do que a posse em

²⁸ Auto de medição n° 431. AHRs.

²⁹ Auto de medição n° 194. AHRs.

legitimação e, ainda assim, comprovaram o seu início em 1833. Esses são alguns dos indícios que mostram as irregularidades sobre o processo de legitimação de João Rodrigues da Fonseca, aprovado em 12 de dezembro de 1874, pelo Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes. O segundo processo do tenente da Guarda Nacional também revela a prática da grilagem e, sobretudo, a ameaça a sua afirmação de propriedade.

A segunda legitimação encaminhada por João Rodrigues da Fonseca era de uma área de 9.183 hectares no Rincão do Bom Sucesso, no Distrito de Santo Ângelo.³⁰ Essas terras confrontavam com as propriedades do barão do Ibicuí, do ten. Feliciano José da Silva, de Antonio José Antunes e dos seus irmãos, Luciano e José Rodrigues da Fonseca. A verificação de cultura efetiva e morada habitual aponta indícios de fraude, na medida em que a recorrência às redes de relações sociais, nas quais estavam inseridos os requerentes de terras, geralmente, ocorria quando os meios legais não eram suficientes para a afirmação de propriedade. Os peritos nomeados para a verificação foram Joaquim Loureiro de Melo e Bernardo Pereira do Couto. Este último foi nomeado perito da verificação de cultura efetiva e morada habitual, um ato de fiscalização sobre o estágio de ocupação da posse que deveria ser “isento”, mas, ao mesmo tempo, ele foi indicado por João Rodrigues da Fonseca como sua testemunha para a comprovação da antiguidade da ocupação da área. Bernardo Pereira do Couto ainda foi testemunha e perito de José Rodrigues da Fonseca, bem como testemunha no processo de legitimação de Luciano Rodrigues da Fonseca. Ou seja, a própria testemunha para comprovar a posse, foi escolhida para fiscalizá-la. Sua posição não seria outra senão a verificação de uma “posse firme e valiosa”. A escolha de Joaquim Loureiro de Melo também não deve ter sido aleatória. A apresentação das testemunhas para a comprovação da posse também aponta possíveis ameaças à área em legitimação por João Rodrigues da Fonseca.

Em seu primeiro processo, João Rodrigues Fonseca apresentou três testemunhas pouco influentes no plano político local. Um carpinteiro, um lavrador e um negociante.³¹ Em sua segunda ação, porém, o fazendeiro apresentou três depoentes que gozavam de um considerável prestígio em Cruz Alta. O negociante Bernardo Pereira do Couto, o fazendeiro tenente Bento Ribeiro de Moura e o capitão Manoel Lucas Annes, fazendeiro e genro do barão do Ibicuí. As testemunhas constituíam um elemento fundamental na construção da versão apresentada pelo legitimante em relação à área requerida

³⁰ Auto de medição n° 436. AHRS.

³¹ Auto de medição n° 431. AHRS.

e sua posição social atestava a veracidade argumentativa dos autores das ações ou litigantes. Dessa forma, a escolha de testemunhas “mais influentes” pelo tenente João Rodrigues da Fonseca mostra a sua necessidade em explorar o prestígio de suas redes de relações sociais, diante de uma possível “aplicação rigorosa da Lei”. Isso porque a fazenda, com campos em legitimação, englobava uma grande extensão de ervais.

Os ervais constituíam uma importante fonte de lucros para os fazendeiros do Planalto e das Missões, em alguns casos, proporcionando lucros não alcançados na pecuária. Essas áreas também interessavam às câmaras de vereadores, que arrecadavam impostos com a comercialização da erva-mate e também com a arrematação da sua exploração. E também porque os ervais, enquanto uma atividade extrativa, não poderiam ser legitimados pelos fazendeiros. Neles habitavam um grande número de homens e mulheres, envolvidos na sua extração e também nas pequenas lavouras de alimentos. Os ervais interessavam à Câmara de Cruz Alta, que tinha, nessa atividade, a sua maior fonte de arrecadação e também ao universo social dos ervateiros, que dependiam deles e das suas áreas de uso comum para sua sobrevivência.³² Assim, os fazendeiros locais logo encontraram problemas para a apropriação dessas terras, e os processos de legitimações encaminhados expressam tal conjuntura. Logo que iniciaram os trabalhos de medição do tenente João Rodrigues da Fonseca, em maio de 1870, os ervateiros estabelecidos no local encaminharam à Câmara um pedido de licença para a extração de erva-mate nesse mesmo lugar, denunciando a apropriação irregular das matas da Serra do Ijuí pelo miliciano.³³ O ofício dos ervateiros do Ijuí Grande foi assinado por 22 homens. É presumível que o número de ervateiros fosse maior, pois um erval com capacidade de extração de cerca de 30 mil arrobas de mate exigiria um número de mão-de-obra bem maior. Provavelmente, os que não tomaram parte nesse ofício, tiveram receio de represálias do tenente da Guarda Nacional. A petição dos ervateiros do Distrito de Santo Ângelo, somada aos prejuízos dessa apropriação aos cofres municipais, levaram a Câmara a interceder junto à presidência da província em setembro de 1870.³⁴ A arrematação da exploração dos ervais em Cruz Alta assegurou a sua preservação enquanto terras públicas. O apossamento de pequenas extensões no interior dessas áreas florestais não criaria grandes problemas, fossem eles

³² CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Gritos no silêncio: a resistência dos ervateiros sul-rio-grandenses em defesa de suas posses*. Cadernos do CEOM (UNOESC), v. 01, 2008, p. 43-69.

³³ Auto de medição nº 436. Documento anexo. AHRs.

³⁴ Auto de medição nº 436. Documento anexo. AHRs.

judiciais, fossem políticos. No entanto, a apropriação de imensos ervais explorados como área pública, por algumas décadas, obrigaria a Câmara a atender às reivindicações dos seus moradores e também à defesa dos interesses mais diretos dos cofres municipais. Apenas as medições dos irmãos Rodrigues Fonseca ultrapassavam 20 mil hectares, e boa parte dessa área era constituída de ervais. Mesmo que o tenente João Rodrigues da Fonseca fosse bem relacionado politicamente, no plano local, suas apropriações, em sua grande maioria grilagens, eram contrárias aos interesses municipais como um todo. A oposição da Câmara Municipal às apropriações e as tensões sociais em torno dos ervais explicam a “ânsia pelo título” dos Rodrigues da Fonseca.

Em 1872, o fiscal da Repartição Especial de Terras Públicas observou a conveniência de uma verificação da área em legitimação por um comissário, em função do pedido de anulação da medição encaminhado pela Câmara de Cruz Alta. O delegado-geral José Fontoura Palmeira ratificou a posição do fiscal. Entre 1872 e 1877, o processo permaneceu “parado” na Diretoria de Terras Públicas e Colonização.³⁵ A petição dos ervateiros e a intervenção da Câmara atrasaram 5 anos o encaminhamento do processo de legitimação do tenente João Rodrigues da Fonseca. Em 12 de abril de 1877, o Presidente da Província, João Dias Castro, mandou que os autos voltassem ao “Doutor procurador-fiscal”. Um mês depois, em 9 de maio, o mesmo presidente deu sentença favorável ao processo. Foi uma “estranha” decisão. Os problemas enfrentados pelo tenente João levaram os outros fazendeiros, também interessados na apropriação de ervais, a encaminharem os seus processos de legitimação de terras no início da década de 1870. Entre eles, mais dois irmãos Rodrigues Fonseca.

Luciano Rodrigues da Fonseca também encaminhou dois processos de legitimação a Diretoria de Terras Públicas e Colonização. Luciano seguiu praticamente os mesmos mecanismos de seu irmão para a legalização das suas apropriações de terras. Ele também conduziu a legitimação dos ervais em um processo separado das terras de campo, com o claro objetivo de isolar a área mais contestada, pois as irregularidades no acesso aos ervais e a pressão dos ervateiros sobre a Câmara de Cruz Alta, para a anulação dos processos, poderiam comprometer a afirmação de propriedade sobre toda a extensão requerida. O primeiro processo era de uma “posse de matos” de 1.257 hectares, no lugar denominado Galpões, na serra do Ijuí, adjacente a sua fazenda de criação e fazia limite com as terras que seriam dos seus outros

³⁵ A Repartição Especial de Terras Públicas foi transformada na Diretoria de Terras Públicas e Colonização em 1872.

irmãos.³⁶ O segundo processo encaminhado era da área de campo citada, de 5.629 hectares, situada no Capão Bonito.³⁷ A comprovação de cultura efetiva e morada habitual na “posse de matos” tomou como base as benfeitorias existentes na fazenda de criação de Luciano Rodrigues Fonseca, mesmo que a área de erval fosse encaminhada em processo separado. Esse fazendeiro utilizou as mesmas testemunhas que comprovaram a posse do seu irmão, o tenente João Rodrigues da Fonseca e também foi nomeado um dos peritos que realizaram a verificação de cultura efetiva e morada habitual para testemunhar a seu favor. A recorrência à mesma rede de relações sociais do seu irmão mais velho mostra que Luciano Rodrigues da Fonseca também se valeu de fatores extralegais para o sucesso da sua legitimação. A referência ao registro paroquial é o indício que melhor aponta as fraudes constantes nos processos de legitimação de Luciano Rodrigues da Fonseca.

O requerente anexou uma cópia do registro paroquial das áreas que pretendia legitimar. A apresentação desse documento era uma etapa meramente formal do processo, sua ausência não impediria a tramitação dos autos, mas nesse caso, o proprietário deveria pagar uma multa de 200\$000rs pela não-declaração das suas terras. Luciano Rodrigues da Fonseca anexou um registro, no qual ele e seu irmão João Rodrigues da Fonseca eram possuidores de uma posse de matos que media, aproximadamente, 3,7 léguas de extensão (16.100 hectares) na serra do Ijuí, da qual teriam obtido “o despacho” do juiz municipal em 1844. Essa declaração não consta entre os registros paroquiais da Freguesia de Cruz Alta. João Rodrigues da Fonseca declarou apenas uma sesmaria de terras de campos e matos no Distrito de Santo Ângelo, mas não citou o seu irmão Luciano como sócio, e nem mesmo como confrontante.³⁸ Luciano Rodrigues da Fonseca também não foi reconhecido como posseiro por nenhum declarante de terras dos registros paroquiais de Cruz Alta. Ele apenas aparece na documentação, enquanto procurador de José Nunes Cavalheiro, que se dizia posseiro na serra do Ijuí, mas esta área, pela sua localização, não correspondia às terras que Luciano legitimou.³⁹ Se ele declarou terras para um terceiro, fato comum nos registros paroquiais, por que então

³⁶ Auto de medição nº 432. AHRS.

³⁷ Auto de medição nº 433. AHRS.

³⁸ Registro paroquial de terras da Freguesia de Cruz Alta nº 56. APERS.

³⁹ Registro paroquial de terras da Freguesia de Cruz Alta nº 249. APERS. No inventário *post-mortem* de José Nunes Cavalheiro, consta a área declarada entre seus bens no seu falecimento, em 1868. Conforme Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Cruz Alta nº 69, maço 03, de 1867. APERS.

não fez o mesmo com as “suas terras”? Esse fato mostra que Luciano Rodrigues Fonseca ainda não havia apropriado, em 1856, as terras que estava legitimando na década de 1870. Nem ele, nem seu irmão José Rodrigues da Fonseca.

Os processos de legitimação de Luciano Rodrigues da Fonseca foram aprovados em 1875, junto à Presidência da Província do Rio Grande do Sul. O primeiro dizia respeito a uma “posse de matos” e foi aprovado em 27 de janeiro pelo presidente João Pedro Carvalho de Moraes. O segundo, referente à área de campos, recebeu sentença favorável em 26 de outubro pelo Presidente Jose Antonio de Azevedo Castro. O título de propriedade obtido na Diretoria de Terras Públicas e Colonização oferecia segurança diante das contestações dos ervateiros e da Câmara Municipal. Nesse sentido, José Rodrigues da Fonseca também encaminhou dois processos de legitimação.

José também encaminhou a legitimação da sua área em dois autos separados. Um deles se referia a uma posse de campo de 4.610 hectares⁴⁰ e o outro era de uma ocupação em área de matos de 3.648 hectares.⁴¹ A extensão desta última apropriação era 10 vezes maior do que a área que um agricultor, que contasse com a mão-de-obra de mais de 10 homens, poderia ocupar plenamente numa década. Eram mais de 3.600 hectares de terras florestais, ricas em erva-mate e trabalhadas por dezenas ou centenas de famílias de ervateiros. José Rodrigues da Fonseca seguiu as mesmas estratégias dos seus outros irmãos. Utilizou as mesmas testemunhas e também atribuiu o início da posse ao ano de 1833, nas bordas dos campos do Barão do Ibicuí, antes do que o próprio Barão tivesse se estabelecido no local. José não declarou suas terras nos registros paroquiais de Cruz Alta, não foi nem sequer citado pelo seu irmão, tenente João Rodrigues da Fonseca. Ainda assim, não pagou a multa de 200 mil réis e nem foi questionado. Os dois processos de legitimação foram aprovados em 12 de dezembro de 1874 pelo Presidente João Pedro Carvalho de Moraes.

Os processos de legitimação dos irmãos Rodrigues Fonseca em Cruz Alta são representativos dos autos encaminhados nas regiões do Planalto e Missões. Só no Município de Cruz Alta foram efetivados 86 processos de legitimação. Eles geralmente se originaram diante da contestação à afirmação de propriedade àqueles que reclamavam a posse sobre as terras florestais devolutas. Apesar das denúncias das câmaras sobre a grilagem em áreas

⁴⁰ Auto de medição nº 435. AHRS.

⁴¹ Auto de medição nº 434. AHRS.

florestais, especialmente aquelas dos ervais e da comprovação das fraudes nos pedidos de embargos encaminhados pelos confrontantes, a maioria das legitimações foram aprovadas junto à presidência da província. “Estranhas legitimações”, mas que serão compreendidas, uma vez relacionadas à conjuntura e às práticas políticas do período.

Conclusão

A implementação da Lei de Terras provocou um impacto importante na relação política estabelecida entre as lideranças sul-rio-grandenses e a Coroa. Os processos de legitimação e revalidação de terras não seguiram os cursos processuais das demais ações que tramitavam nos juizados municipais, porque eles foram encaminhados a uma instância própria, submetida esta ao presidente provincial. Era ele quem julgava os processos e da sua sentença caberia recurso somente ao ministro da Agricultura. Foi criada uma instância administrativa com funções judiciárias no interior da estrutura burocrática do Governo Imperial, a qual colocava, nas mãos do executivo provincial, o poder de arbitragem sobre os litígios de terras. A investigação dos processos de legitimação encaminhados à Repartição Especial de Terras Públicas, no Rio Grande do Sul, comprova o uso dessas ações como forma de barganha política da Coroa junto às elites locais. As disputas eram intensas e, em muitos casos, uma única ação refletia a confrontação entre duas famílias influentes. A aprovação desses processos exigiu uma maior aproximação dos terratenentes ao presidente de província, que era o principal representante local do Governo Imperial. As mais de duas mil ações geradas no Rio Grande do Sul contribuíram, significativamente, à cooptação dos milicianos radicados nas terras meridionais, o grupo da Guarda Nacional que mais participou dos conflitos externos enfrentados pelo Império.

VOLUNTÁRIOS NEGROS DA PÁTRIA: O RECRUTAMENTO DE ESCRAVOS E LIBERTOS NA GUERRA DO PARAGUAI

Paulo Roberto Staudt Moreira*

Em 25 de março de 1874, foi assassinado em uma venda na Rua dos Voluntários da Pátria, no centro de Porto Alegre, o soldado do 12º Batalhão de Infantaria Antônio da Costa e Oliveira. O soldado já havia passado por outras vendas dando mostrando de embriaguês e dizendo que queria “matar algum paraguaio” e, na venda em questão, contava em voz alta suas “proezas no Paraguai”. Alguns ingleses presentes reclamaram ao dono do estabelecimento do barulho, e este mandou que o soldado saísse. Segundo testemunhas, Antônio declarou que o dono da venda: “era um brasileiro falso, visto que pugnava mais pelos interesses dos ingleses do que pelos dele, soldado, que tinha ido ao Paraguai em defesa da Pátria, que já havia praticado muitas mortes e aqui podia matar mais um”. Após receber o primeiro tiro do caixeiro da venda, o soldado ainda disse “que não se assustava de um tiro porque tinha visto muita pólvora no Paraguai” (APERS - Processo 1270/A, maio 45).

Às 11 horas da manhã de 6 de novembro do mesmo ano de 1874, na Rua Voluntários da Pátria, foi agredido gravemente Antônio José Martins pelo sargento reformado Manoel Florêncio da Conceição (39 anos, casado). Ambos trabalhavam nas obras do aterro, e o ofendido por duas vezes mandou o réu cavar um buraco, o qual “lhe perguntou em que caráter lhe ordenava, se era mandão ou capataz, e se sabia com quem falava. Então José Martins disse que falava com um negro”. O réu, após descarregar uma forte bordoadada no ofendido com uma pá de ferro, continuou seu trabalho e quando interpelado pela polícia prontamente confessou o crime, demonstrando que julgava ter sido guiado por um motivo justo. Segundo Manoel, “é verdade que deu uma pancada em Antônio José Martins, por ter lhe dirigido uma injúria que não pôde suportar na qualidade de militar que defendeu seu país na guerra contra o

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Pesquisador CNPq.

Paraguai e que o fez para que o ofendido não tornasse mais a injuriá-lo" (APERS - Processo 1293, maço 46).

Pode parecer estranho começar um artigo sobre um conflito armado, viajando quatro anos após o seu término. Mas um evento desta envergadura não se esgota em si mesmo, estrapola suas dimensões temporais, marca no corpo e na alma os que se envolveram em suas mobilizações, marchas, contra-marchas, experiências diversas de recrutamento, luta e desmobilização. O negro Manoel Florêncio da Conceição sentiu isso naquela quente manhã de 1874 quando reagiu a provocação do imprevidente Antônio José Martins, que com sua mania de se comportar como mandão ou capataz o injuriou. A proposta deste artigo é analisar a participação de indivíduos como o negro Manoel Florêncio no conflito com o Paraguai (1865/1870), ou seja, procurar entender como escravos, libertos e negros livres se inseriram (ou foram inseridos) neste conflito armado.¹

Segundo Fábio Faria Mendes a expressão Tributo de Sangue era usada para descrever as leva do recrutamento militar durante o século XIX. Expressão que no imaginário medieval tinha um sentido positivo, relativo no papel dos guerreiros na manutenção da ordem do mundo, no Brasil oitocentista foi ressignificada para dar conta da violência do recrutamento compulsório. Apesar disso, o próprio autor complexifica a questão do recrutamento dizendo que ele estava envolvido em "uma complexa trama de negociações, resistências e compromissos". Daí a disputa que os bandos da elite entretinham pelos postos encarregados de alimentar as casernas com novos integrantes: do recrutamento deveriam ser vítimas os pertencentes a grupos rivais, com isso se esvaziava as clientelas e se enfraquecia as alianças alheias.² Tudo isso era redimensionado e potencializado em momentos de grandes conflitos internacionais.

Evidentemente que muitos populares viram, como veremos a seguir, o recrutamento como uma estratégia de melhoria de vida, de fuga do cativeiro. A

¹ As alforrias mencionadas neste artigo foram pesquisadas nos livros de cartório custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, doravante citado como APERS. Os documentos administrativos foram encontrados junto ao acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, sempre referenciado como AHRs.

² MENDES, Fábio Faria. *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997, p. 112 e 125.

caserna não trazia apenas situações de degradação (baixos soldos, desenraizamento), mas cimentava solidariedades, compunha alianças e redes.

A Guerra do Paraguai

Foi no conflito ocorrido entre 1864 e 1870, que as fronteiras do extremo sul do país são finalmente delimitadas, ficando estabelecidos os territórios de cada Estado Nacional limítrofe, finalizando uma série de conflitos de longa data.³ De Monte Caseros à Guerra do Paraguai, o Brasil exerceu considerável influência na política interna uruguaia, salvaguardando os interesses dos brasileiros ali instalados e com o banco do Visconde de Mauá procurando transformar “a antiga Província Cisplatina em um satélite econômico”.⁴ As lutas internas daquele país, entretanto, novamente colocaram em risco os interesses brasileiros ali instalados e fizeram com que em 12 de maio de 1864, fosse enviado ao Uruguai em missão especial, o Conselheiro José Antonio Saraiva, que dirigiu um apelo amigável ao governo local.⁵

Em 4 agosto de 1864, o Brasil apresentou ao governo presidido pelo Gen. Atanásio Cruz Aguirre, um ultimatum e, após, invadiu o Uruguai para expulsar de sua posição o partido blanco, hostil ao Brasil, em apoio aos colorados que eram liderados pelo Gen. Venâncio Flores. Ameaçados, os blancos solicitaram apoio ao presidente paraguaio, que prontamente atendeu-os. Na verdade, já há algum tempo o Paraguai procurava participar na política do Rio da Prata, processo aprofundado com a posse de Francisco Solano Lopes em 1862, que possuía projetos mais ambiciosos para seu país.

Lopes aprisionou sem aviso prévio, em 11 de novembro de 1864, o vapor brasileiro Marquês de Olinda próximo a Assunção, a bordo do qual

³ SOUZA Júnior, Antônio de. A Guerra do Paraguai. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. 4º Volume. O Brasil Monárquico. São Paulo: DIFEL, 1974, p. 298.

⁴ SCHULTZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. 4º Volume. 2ª edição, São Paulo: DIFEL, 1974, p. 249.

⁵ Dizia o apelo: “para tomar na consideração que mereciam e atender devidamente as nossas justas reclamações contra as graves ofensas feitas aos súditos brasileiros ali residentes e cuja propriedade, honra e vida não encontravam proteção, que aliás lhes era afiançada pela Constituição da mesma República, mediante a qual haviam o Brasil e a Confederação Argentina consentido na sua existência política”. AHRs Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1865 - B.3.56.

estava o novo presidente do Mato Grosso e a canhoneira fluvial Anhambai, em território brasileiro. Em dezembro de 1864, invadiu a Província do Mato Grosso, em Janeiro de 1865 cortou relações com o Brasil e em março invadiu o território argentino, ocupando a cidade de Corrientes. Lopes contava com apoios internos em cada um dos países invadidos, que não chegaram a ocorrer ou ocorreram de uma forma numericamente insatisfatória. Sua estratégia consistia em três grandes ofensivas, sendo a primeira contra a Província do Mato Grosso:

A segunda, contra a província argentina de Corrientes, a fim de forçar a adesão dos partidários do General Justo José Urquiza, e, posteriormente, revigorar, no tempo e no espaço, os impulsos da terceira ofensiva. Esta, por último, contra a província do Rio Grande do Sul, com propósitos sobremaneira ambiciosos: libertar os escravos, transpor a fronteira uruguaia, para receber o apoio dos "blancos" de Aguirre e alcançar um porto no Atlântico, visando a remotas negociações.⁶

Em 1º de Maio de 1865, firmava-se a Tríplice Aliança.

No início, o Governo pensava em satisfazer as necessidades da guerra através dos métodos tradicionais - o abastecimento das tropas de gêneros através dos saques e de homens pelo recrutamento compulsório -, mas logo percebeu que as dimensões do conflito eram maiores do que se pensava, exigindo uma reestruturação do aparato militar.⁷ Isso não quer dizer - em absoluto - que os métodos tradicionais fossem abandonados, pois persistiram as prisões e remessa de recrutas. No afã de obter novos contingentes para o exército, os recrutadores contrariavam as regras existentes quanto aos casos de isenção do serviço militar e recolhiam compulsoriamente novos candidatos para a campanha. As autoridades imperiais relembavam que aos recrutadores

⁶ SOUZA Júnior, Antônio de. Op. Cit.: p. 302/303.

⁷ O Ministro da Guerra Ferraz, em seu relatório de 1866, reconheceu que a dura experiência da guerra demonstrou a necessidade de um Exército "se não muito numeroso, ao menos instruído e bem disciplinado". Os corpos que existiam antes do conflito com o Paraguai - com exceção de alguns da Corte e do Rio Grande do Sul -, eram "fracionados e distribuídos em destacamentos por diversas localidades, mal fardados e armados, sem a verdadeira disciplina, faltando-lhes a instrução necessária e aplicados a serviço de polícia e em outros inteiramente estranhos à sua instituição". AHRS - Relatório do Ministro da Guerra - 1866, B.3.232.

é que cabia a responsabilidade por este comportamento indevido e que eles seriam punidos pelos abusos cometidos.⁸

A Guerra do Paraguai foi um conflito impopular, com o governo e os órgãos de imprensa tendo de inventar um “clima de guerra” que favorecesse as mobilizações em favor dos esforços de mobilização e, principalmente, do recrutamento maciço necessário. Este clima foi montado sobre o binômio Civilização versus Barbárie, com o Brasil (e a Tríplice Aliança em geral) aparecendo como o agente da modernização contra a retrógrada ditadura paraguaia.⁹ A família Imperial participou desta campanha, colocando em jogo o seu carisma junto à população.

A circulação do Monarca e de elementos de sua família pelo Império foi uma das maneiras usadas no sentido de unificar as distantes Províncias - evitando a fragmentação territorial -, aproximando o soberano e o simbolismo de seu cargo dos habitantes do país - “em suas viagens o monarca tomava posse e unificava a representação”.¹⁰ Tal estratégia era de utilização ainda mais premente em caso de cicatrização de feridas causadas por guerras civis provinciais e de mobilização do país em conflitos internacionais.

O conflito com o Paraguai obrigou o Estado Imperial à maior mobilização de tropas da história brasileira até aquele momento. A necessidade de elementos para as forças armadas superou as estratégias usadas

⁸ Segundo o Decreto 2171 de 01.05.1858 (que estabelecia regras sobre o recrutamento e modo prático de distribuição dos recrutas pela Corte e Província) os recrutadores eram escolhidos por freguesias e nomeados pelos Presidentes das Províncias entre as autoridades civis e judiciárias, oficiais da Guarda Nacional, Honorários, Oficiais de Linha reformados e também em serviço, “quando o encargo do recrutamento for compatível com esse serviço”. Eles recebiam gratificação de 10\$000 réis por cada recruta e 20\$000 por voluntário. Críticas contra o recrutamento forçado, inclusive de crianças com 12/13 anos, foram feitas ainda no início de 1867, dirigidas ao Brigadeiro José Gomes Portinho, em Cruz Alta. Ver: AHRS - Documentação dos Governantes - Avisos do Ministério da Guerra, B.1.071 (1868/1869), Circular do Ministério da Guerra de 15 de Outubro de 1869; Autoridades Militares, Lata 200, maço 2 - ofícios de 06.01 e 13.03.

⁹ ALAMBERT, Francisco. Civilização e Barbárie, História e Cultura. Representações literárias e projeções da Guerra do Paraguai nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República. In: MARQUES, Maria. *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 86/87.

¹⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, Um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 357.

tradicionalmente e obrigou ao empreendimento de um real esforço de cooptação para a obtenção das tropas necessárias. Ser soldado do Exército deveria deixar “de ser uma humilhação e um castigo para ser um ato de patriotismo”. Assim, “os que até então eram expatriados, foram alçados, mesmo que simbolicamente, à categoria de Voluntários da Pátria, em idêntica condição a do primeiro voluntário da nação, o Imperador”.¹¹

Dom Pedro II, um dos afixionados por fotografia na segunda metade do século XIX, aderindo ao modismo dos carte-de-visite¹² e para incentivar o clima patriótico necessário, fez-se retratar pelo fotógrafo Luiz Terragno no ano de 1865 em Porto Alegre - com “uniforme de gala e traje de campanha” -, representando o “primeiro Voluntário da Pátria”.¹³ Montado a cavalo e usando expressões locais, Dom Pedro II passeou pela campanha sulina visitando cidades e acampamentos de Corpos de Voluntários da Pátria, procurando motivar com a sua presença os populares que agora fardados deveriam

¹¹ “As condições vantajosas oferecidas aos Voluntários demonstravam a gravidade da carência de soldados no Brasil, onde os cidadãos, no geral, relutavam em ir para o Exército. Na verdade, enquanto a elite, representada pela Guarda Nacional, resistia a ir para a guerra, no setor popular houve entusiasmo patriótico para preencher os corpos de Voluntários da Pátria” (DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Nova História da Guerra do Paraguai. 2ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2002: p. 115/116). Ver também: SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d’África, o Príncipe do Povo*. Viva, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo, Cia. das Letras, 1997; SALLES, Ricardo. Negros Guerreiros. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 2, nº 13, Nov. 2004, p. 28-32; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*. Escravidão e Cidadania na Formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997; IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009; RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas-Nacionais no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: ED. da UFSM, 2005; SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹² Retratos em pequenas dimensões que eram distribuídos a amigos e parentes, principalmente entre 1850 e 1870.

¹³ “O imperador brasileiro tentava se identificar com o cotidiano de soldados e oficiais, ao menos nos seus sinais exteriores, como vestir uniforme e tirar fotografias”. TORAL, André Amaral de. Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. *Revista Brasileira de História - Dossiê Identidades / Alteridades*. São Paulo: ANPUH / Humanitas Publicações, Vol. 19, nº 38, 1999.

defender a honra do país que lhes negava o foro de cidadãos quando paisanos.¹⁴ O genro do Imperador - o Conde d'Eu - nas notas de seu Diário sobre a viagem ao Rio Grande do Sul, em 1865, dá-nos algumas pistas sobre a constituição étnica destes Corpos, ao comentar seu contentamento (ou estranhamento) ao observar o 31º Batalhão de Voluntários da Pátria, formado do "Corpo Policial da Corte": "Para ser justo, deve acrescentar-se que, ao inverso de todos os outros batalhões de voluntários, é, na sua maioria, formado de brancos e contém mesmo forte proporção de europeus (principalmente súditos de S. M. F.)".¹⁵

A grande presença de negros entre os recrutados e voluntários, não desmerecia a presença da Comitativa Imperial, já que a figura da realeza - que possuía fortes precedentes na cultura africana -, tinha considerável força entre os escravos, como podemos perceber na tentativa insurrecional de 1863 em Gravataí, quando um dos envolvidos - o escravo Feliciano, declarou que "os seus companheiros lhe diziam que a Rainha em meados de setembro vinha a Porto Alegre e havia gritar liberdade e a vista disso não dessem que então iam brigar".¹⁶ Segundo Flávio Gomes, os escravos percebiam nas discussões sobre a emancipação ocorridas na década de 1860 e que culminaram com a lei de 1871, vestígios de uma cisão entre o poder público (o Rei) e o privado (os senhores): "'o Imperador libertara todos os escravos, e que só por despotismo dos senhores é que ainda se conservavam'. Aliás, os cativos condenados a galés perpétuas se consideravam pertencentes ao rei".¹⁷ Como escreve o antropólogo Clifford Geertz, o carisma do soberano tem conteúdo sagrado e seus deslocamentos pelo país - ao mesmo tempo que satisfazem curiosidades e instauram nos corações e mentes dos súditos a figura antropomórfica do poder

¹⁴ No Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira, podemos encontrar dados sobre a visita da Comitativa Imperial em 26.10.1865 a um Corpo de Voluntários da Pátria que estava sendo organizado. AHRs. *Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira - 1864/1865*. Porto Alegre: EST, 1997, p. 92.

¹⁵ EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Cond d'. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 69.

¹⁶ APERS - Sumário Júri, maço 35, processo 1060.

¹⁷ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 332.

monárquico -, inventam sentimentos de pertencimento a um mesmo grupo (nacional, no caso em análise) mesmo que não sejam duradouros.¹⁸

A liberdade fardada

Entre os documentos que nos dão informações sobre a participação de indivíduos negros egressos do cativeiro nas forças imperiais, estão, certamente, as cartas de alforria. Muitos foram os escravos libertados condicionalmente, com o encargo de servirem nas forças armadas. No levantamento que realizamos junto às alforrias registradas nos cartórios de Porto Alegre, entre 1748 e 1888, chegamos ao número total de 10.055 documentos.¹⁹ Destas, 3.547 cartas de alforria foram concedidas mediante algum tipo de condição, que totalizam 35,28% do total. Como podemos observar na tabela abaixo a porcentagem das alforrias condicionais mantém-se constante, com exceção do período entre 1869/1878:

Tabela nº 1 - Alforrias Condicionais registradas nos cartórios de Porto Alegre

Data	Nº total de Alforrias	Nº de alforrias condicionais	% das alforrias condicionais
1748/1788	522	168	32,18
1789/1808	1.262	390	30,90
1809/1828	902	304	33,70
1829/1838	562	249	44,30
1839/1848	679	227	33,43
1849/1858	909	313	34,44
1859/1868	1.376	516	37,50
1869/1878	1.866	409	21,92
1879/1888	1.977	971	49,11

Fonte: MOREIRA; TASSONI, 2007.

¹⁸ GEERTZ, Clifford, Centros, Reis e Carisma. In: *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 188.

¹⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta*. As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748 / 1888). Porto Alegre : EST, 2007.

A militarização da sociedade gaúcha, característica fundada na necessidade da Coroa Portuguesa e depois do governo imperial em assegurar o controle dos territórios meridionais e influenciar dentro do possível a região platina, incentivou o tradicional recrutamento compulsório, o qual ao mesmo tempo que injetava novos elementos às forças armadas, funcionava como mecanismo de disciplinarização ou simples punição dos indivíduos revoltosos e indesejáveis. Se em tempo de paz a situação nos quartéis já era terrível - com as péssimas instalações, soldos atrasados por meses, castigos físicos, deslocamento dos recrutados para províncias distantes, longe de suas famílias e amigos -, o risco de guerra estava sempre presente. Entre as cartas de alforria que fichamos, temos 149 casos de escravos enviados para as forças armadas - liberdades fardadas -, sendo que destas apenas 5 extrapolavam o limite cronológico da Guerra do Paraguai.

A punição e a disciplinarização eram apenas duas das faces significativas do recrutamento para escravos e populares em geral, sendo certo que tivemos também uma tradição mais ou menos generalizada, dos cativos procurarem nos corpos militares um esconderijo eficiente para as suas fugas, demonstrando a capacidade dos mesmos no aproveitamento dos espaços mais incriveis na sua ânsia de liberdade. Foi o caso do preto Pedro, cujos senhores receberam 2 contos de réis do Governo Imperial em 03 de dezembro de 1860, pois ele encontrava-se como praça do 3º Batalhão de Infantaria onde havia se alistado voluntariamente há mais de 8 anos - em 1º de Agosto de 1852. Seus senhores conseguiram comprovar judicialmente o "direito de propriedade" sobre o soldado Pedro Soares e o Ministério da Guerra ordenou ao Presidente da Província que providenciasse a avaliação do cativo e pagamento, com o gasto sendo contabilizado na verba "Recrutamento e Engajamento".²⁰ Como podemos perceber nos oito anos de fuga bem sucedida do escravo (ou

²⁰ Eram senhores de Pedro: Rita de Cássia e Oliveira e José Rodrigues de Oliveira (APERS, LTPA – livro nº 16, 17.12.1860, folha 163). As ordens do Ministério da Guerra referem-se a uma certa conduta padronizada criada por um caso idêntico já tratado em Aviso de 11.05.1855, sobre a liberdade do Clarim-Mor Feliciano dos Santos (AHRS - Avisos do Ministério da Guerra - B.1.63, 11.09.1860). O Padre Antônio de Azevedo e Souza libertou seu escravo crioulo Ildefonso, com a condição de servir a Antônio Rodrigues Pereira por 15 anos. Um ano após a morte do Padre, Ildefonso resolveu descumprir o acordo e fugiu sentando praça no Exército, onde foi encontrado algum tempo depois. Em plena cadeia da Capital, o filho de Pereira (que já havia falecido) alforriou o escravo - que percebia não poder controlar - com a condição de que continuasse no serviço de caserna (APERS – LTPA livro nº 16, folha 145v., 25/07/60).

soldado) Pedro Soares, a farda poderia representar um ótimo disfarce para os cativos em fuga, que ainda podiam contar com a provável solidariedade de seus companheiros de caserna. Em face do reduzido número de pessoas dispostas ao alistamento voluntário, não era difícil para os escravos apresentarem-se com nomes falsos, principalmente em períodos de grande mobilização - como veremos a seguir na Guerra do Paraguai -.

144 cartas de “liberdade fardada” referem-se ao período da Guerra do Paraguai, sendo:

16 pagas pelo Governo Imperial;

32 oferecidas por indivíduos ou comissões ao esforço de guerra;

26 foram escravos enviados como substitutos de seus senhores ou familiares;

70 foram escravos enviados como substitutos de terceiros.

Em 100 casos, temos a origem dos recrutados, sendo 99 crioulos e apenas 1 africano. Passados já muitos anos do fim do tráfico internacional de escravos e considerando que eram exigidos escravos jovens para a guerra, não causa estranheza apenas um africano alistado num grande universo de crioulos. O preto Mina Antônio era justamente o mais velho dentre os enviados para o Exército, tendo sido libertado pelo Governo Imperial já com 45 anos de idade.²¹ Destas 144 cartas passadas no período da Guerra do Paraguai, 95 constam a idade (entre 17 e 45 anos), sendo 90,5 % destas tratando de escravos entre 17 e 30 anos. Segundo o artigo 1º do Decreto 3371 de 7 de Janeiro de 1865, que criou Corpos para o serviço de guerra com a denominação de - Voluntários da Pátria -, os cidadãos que se alistassem voluntariamente deveriam ter mais de 18 e menos de 50 anos.

As Comissões de Notáveis e as libertações por conta do Governo Imperial

Com o recrudescimento do conflito e com as limitações encontradas para o fornecimento de soldados, o Governo Imperial percebeu que não conseguiria suprir o esforço de guerra apenas com o recrutamento

²¹ APERS – LTPA livro nº 19, folha 1v. (15/07/67) / AHRS - Polícia – Secretaria de Polícia, maço 10, ofício Reservado de 22.10.1867.

compulsório e os recrutadores, tendo de recorrer aos notáveis locais possuidores de recursos econômicos e redes de relacionamentos que os possibilitasse apelar a parentes e clientes para suprir o Exército dos braços necessários.

Segundo o Aviso do Ministério da Guerra de 18.10.1866, o Marechal de Campo Barão do Erval foi nomeado interinamente como Comandante das Armas da Província, a fim de que tivesse “autoridade e força” para reunir e organizar “o maior número de voluntários e Guardas Nacionais” e formar um exército para ser mandado à fronteira, sendo empossado dois dias após como Comandante em Chefe do 3º Exército. O Presidente da Província Homem de Melo, que tomou posse em 22 de janeiro de 1867, dizia em seu relatório à Assembleia Legislativa Provincial, que logo que assumiu o posto tratou de convocar a diversos cidadãos, “invocando o seu patriotismo” para a formação deste contingente (AHRs - A.7.08).

Tais fatos coincidem com aquela que é chamada de “segunda fase” da Guerra do Paraguai, quando os inimigos foram empurrados para o seu próprio território com as tropas aliadas permanecendo longo tempo imobilizadas em uma região pantanosa e o Brasil assumindo cada vez mais responsabilidades no conflito a partir do recuo das tropas argentinas do cenário da guerra, devido às revoltas provinciais de Corrientes e La Rioja.²²

Temos notícias da criação de duas Comissões que funcionaram em Porto Alegre, uma representando o 1º e outra o 2º distrito da Capital. Em 1866 funcionava a do 1º distrito, encarregada pelo General Barão do Erval de agenciar substitutos ou voluntários para engrossar as fileiras do 3º Corpo do Exército, composta de nomes ilustres como Francisco Ferreira Porto, José Pinto da Fonseca Guimarães, Lopo Gonçalves Bastos, Manuel Soares Lisboa. Não encontramos qualquer alforria registrada com o nome desta Comissão do 1º Distrito e nem prestação de contas apresentada ao Governo Imperial, como veremos adiante para a do 2º distrito, mas os seus membros foram responsáveis por alguns Voluntários e substitutos apresentados, que não sabemos se foram contabilizados como esforços individuais ou da comissão como um todo.

²² IZECKSOHN, Vítor. *O Cerne da Discórdia*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992, p. 5, 16. [Dissertação de mestrado]

Francisco Ferreira Porto: - pagou pela liberdade do pardo Francisco Antônio e do crioulo Manuel, 900 mil réis por cada, os quais foram “oferecidos como praças ao exercito”.

Manuel Soares Lisboa: - os crioulos Jacinto (20 anos) e Domingos (26 anos) - ambos de Rio Pardo -, libertados o primeiro por 1 conto de réis e o segundo por 800 mil réis, em 28.11.1866, para sentarem praça no Exército “como donativo que o mesmo senhor faz ao estado”.

Lopo Gonçalves Bastos: - o pardo ou cabra Pedro, nascido nesta Província, libertado por um conto de réis e “oferecido para o serviço do Estado no Exercito”.²³

Em 15.04.1867, o Barão do Herval remeteu ao Presidente da Província Homem de Melo officio da Comissão do 2º distrito, “encarregada de obter donativos para o alistamento de voluntários para este Exército, acompanhado da relação dos Cidadãos que voluntariamente subscreveram quantias destinadas ao engajamento de voluntários, e bem assim o mapa de todos os individuos que a mesma Comissão levou ao Quartel General, e assentaram praça”. O remetente pedia que a autoridade provincial levasse tais fatos ao conhecimento do Governo Imperial, louvando os atos de patriotismo destes dignos cidadãos “que por certo serão devidamente apreciados, e considerados como merecem”.²⁴ Neste officio, a comissão relatava as suas atividades tendo recebido como donativos 3:348\$000 réis dos quais gastou 3:300\$000 réis “com aquisição de engajados que sentaram praça no Exército e restando-lhe 48\$000 réis, distribuiu este saldo por três famílias pobres dos ditos engajados”. O termo aquisição de engajados aproxima os escravos libertados como substitutos e os individuos pobres que aceitavam dinheiro em troca de um engajamento de alto risco. A Comissão lamenta não conseguir maior número de engajados, “e não dará a razão desta exiguidade, porque é V. Exa. um dos filhos mais distintos desta heróica Província, e sabe como Rio-grandense, e como General devidamente avaliar quanto tem ela contribuído para desafronta do Império nos memoráveis e profiados combates contra o detestável Governo Paraguay”. São listados 38 nomes, dos quais 24 eram escravos

²³ Francisco era de Patricio Vieira Rodrigues (carta de 10.01.67) e Manuel de Inocencia Laura Costa (carta de 20.12.1866); Jacinto era de Leopoldina Soares Lisboa e Domingos de Maria Jose da Silva (26.12.1866); Pedro era propriedade de Inácio Cândido da Silva (21.12.1866). APERS – Livro do 1º Tabelionato de Porto Alegre – Registros Diversos nº 18, folhas 210v e 196, folhas 199 e 199v., folha 146v.

²⁴ AHRS - Autoridades Militares, Lata 201, maço 1.

libertados para servir no Exército e 14 Voluntários livres. A lista apresentada visava apenas atrair a atenção do Governo Imperial para aqueles que haviam contribuído com voluntários e substitutos para a guerra, sem que os nomes dos cativos libertados aparecessem, porém cruzando a lista com o banco de dados das alforrias podemos verificar que muitos dos notáveis que pediam as graças do Imperador pela contribuição que deram, na verdade haviam libertado indivíduos em substituição de pessoas de suas famílias, deles próprios ou de empregados de confiança. Além disso, na dúvida do que poderia ocorrer durante um conflito de grandes proporções, muitos dos notáveis apresentaram substitutos para seus filhos que antecipadamente haviam sido enviados em viagem para a Europa.

Três ilustres cidadãos de Porto Alegre assinaram o ofício da Comissão do 2º distrito: Antônio Joaquim da Silva Mariante, Luiz Afonso Azambuja e Felisberto Antônio de Barcelos. Azambuja era comerciante (foi membro da direção da Associação Comercial e secretário da Praça do Comércio), vereador (sendo sua primeira legislatura em 1857) e ocupou cargos na polícia (foi suplente de Delegado de Polícia entre 1859/1862 e efetivo entre 1863/1867), sendo agraciado pelo Império como Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa.²⁵ Mariante também foi negociante e proprietário de terras, tendo com seu nome marcado a área da Independência de Porto Alegre e atuou como vereador entre 1849 e 1852.²⁶ O último signatário - Barcelos - pertencia ao mesmo grupo sócio-cultural dos demais, atuando como grande proprietário e figura de relevo na capital da Província.²⁷

Como percebemos acima, além do capital econômico (principalmente advindo de atividades ligadas ao comércio e a posse de propriedades - terras e

²⁵ Azambuja era de cor branca e em 1867 tinha 42 anos. Teve durante anos uma farmácia de homeopatia e ainda vivo recebeu como homenagem o batizado de uma rua com o seu nome (1884), chegando já idoso a participar da Junta Municipal de Porto Alegre em 21.11.1891. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1988, p. 51.

²⁶ Na lista dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia do Rosário, de Porto Alegre em 1880, Mariante aparece listado como Proprietário, 75 anos, casado, morador na rua da Independência e renda conhecida de 3 contos de réis. Mariante era Coronel reformado da Guarda Nacional, faleceu em 22.01.1881, filho de Joaquim Manuel da Silva Mariante, nascido nesta Província, casado com Martiana Lopes Mariante. APERS - Cartório da Provedoria, maço 70, nº 2063. AHRs - LGV, EL-01; FRANCO, Op. Cit.: 260.

²⁷ Na lista dos votantes de 1880, consta com 67 anos, casado, morador no Menino Deus e renda conhecida de 6 contos de réis. AHRs - Eleições-01.

imóveis), o prestígio dos indivíduos era também reforçado pela designação (ou eleição) para cargos ligados ao seu grupo profissional, mandatos legislativos e nomeações para funções-chaves da estrutura estatal (como da área da segurança pública). Além disso, estes indivíduos não hesitavam em participar de tarefas - como esta incumbência imperial do recrutamento -, pois apreciação e consideração imperiais nunca eram consideradas demais, afinal, “os agentes recorrem a estratégias práticas ou simbólicas tendo em mira maximizar o ganho simbólico da nomeação”.²⁸

Em fins de 1869, o Brigadeiro Francisco de Paula de Macedo Rangel enviou ofício Reservado do Quartel General do Comando da Guarnição e Fronteira da Cidade do Rio Grande ao Presidente da Província, prestando informações sobre os cidadãos que haviam prestado serviços na guerra atual a fim de que o Governo Imperial fosse comunicado. Junto a correspondência Rangel enviou uma relação de indivíduos e os respectivos serviços executados - donativos, envio de recrutas e substitutos - “cujos serviços patrióticos ainda não obtiveram remuneração” -, pedindo que o Presidente João Sertório a encaminhasse ao Imperador, “acompanhado do valiosíssimo nome de V. Exa., a fim que, assim patrocinada, mais facilmente produza o fim a que se destina, assegurando a V. Exa., que todos os nela mencionados, por seu desprendimento e dedicação a causa pública tem reconhecido jus a tão grande honra e favor”.²⁹

A reincidência da palavra remuneração evidencia a pretendida troca destes serviços patrióticos por favores imperiais, que se materializavam em recompensas e prêmios diversos, culminando em títulos e condecorações que os indivíduos investiriam nas batalhas diárias de diferenciação. O Imperador acenava com estas vantagens, que aparentemente restringiam-se ao simbólico,

²⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. DIFEL, Lisboa: Bertrand Brasil, São Paulo, 1990: p. 148.

²⁹ Para melhor apreciação desta lista, citemos apenas três exemplos de seu conteúdo: 1º) Comendador Domingos Faustino Correia, “libertou e ofereceu para o serviço do Exército como donativo, o pardo Manuel Antônio Luiz Monteiro. O doador é um abastado estancieiro, residente nesta cidade. Por este serviço não teve remuneração alguma”; 2º) - Comendador Antônio José de Oliveira Castro, “supriu o dinheiro para libertar o pardo Silvestre de Castro, a quem ofereceu para o 3º Corpo do Exército, com o qual marchou. O oferente é respeitável capitalista na cidade de Pelotas”; 3º) - João Vinhas, “libertou e ofereceu para o serviço do Exército, o indivíduo Antônio Reverbel. O oferente é respeitável capitalista na cidade de Pelotas”. AHRS - Autoridades Militares, lata 202 maço 1, ofício de 25.11.1869.

mas que garantiam vantagens econômicas diversas, como o acesso a cargos e empregos públicos.³⁰ Aliás, merece destaque, que o capital simbólico gerado pelo auxílio ao grande esforço de guerra nacional contra o bárbaro ditador paraguaio, espalhava-se dos notáveis encarregados das comissões e engajamentos, para aqueles que apresentavam substitutos com a finalidade de isentar seus parentes - ou eles próprios - do perigoso serviço militar.

Apesar da espontaneidade dos Cidadãos de Bem, as Comissões não conseguiram suprir as forças armadas brasileiras dos homens de que careciam, tendo o Governo Imperial de gastar recursos próprios para agenciar reforços. Através de Aviso Reservadíssimo do Ministro da Fazenda de 28.02.1867, a Corte informou ao governo provincial que colocava a sua disposição uma verba de 200 contos de réis para ser usada na indenização às pessoas que libertassem escravos para servir no Exército, “mediante um prêmio entregue em apólices da dívida pública”.³¹ O “processo de aquisição de tais libertos” seria controlado pela secretaria de polícia provincial que enviaria os candidatos para serem examinados por autoridades militares e, considerados aptos, exigiria dos senhores a carta de liberdade que ficaria arquivada naquela repartição, sendo então oficiado à Tesouraria da Fazenda que faria entrega das Apólices, cujo preço não deveria exceder 1:500\$000 réis.³² No final daquele mesmo ano - através do Aviso Circular de 30 de setembro - o Ministro da Guerra pedia com urgência a lista dos libertos por conta do Governo Imperial, obtendo resposta em outubro.³³

Temos em nossos registros 16 alforrias pagas pelo Governo Imperial com a condição que o liberto fosse servir no Exército, porém sem que esta cláusula constasse da carta registrada em cartório. Se na maioria dos casos não eram reveladas as condições pelas quais a liberdade estava sendo dada ou a

³⁰ Azambuja já era e Francisco Ferreira Porto - por sua digna atuação durante a Guerra do Paraguai - foi agraciado em 14.09.1870, com o título de Barão do Caí. FRANCO, Op. Cit.: p. 328.

³¹ AHRs - A.551, Ofício do Presidente da Província ao Chefe de Polícia, 15.03.67.

³² AHRs - A.552- 01.09.69.

³³ São 15 nomes, dos quais apenas 4 não conseguimos localizar nos registros de cartório, possivelmente por serem escravos e senhores residentes fora de Porto Alegre: Antônio Jacques (do Sr. Barcelos), Benito (de Antônio Paiva de Andrade), Francisco (de Cândido José Ferreira) e Maurício (de Aguida Maria). Os demais estão listados na tabela a seguir. AHRs - A.551, ofício de 19.10.67 do Presidente da Província ao Chefe de Polícia; AHRs - Polícia - Secretaria de Polícia, maço 10, ofício Reservado de 22.10.1867.

origem da quantia entregue aos senhores, em muitas delas a dissimulação é evidente constando “sem ônus ou condição”. Na verdade, somente cruzando dados das correspondências trocadas entre os Governos Imperial e Provincial é que conseguimos verificar tal fato, já que aparentemente as autoridades públicas não estavam interessadas em divulgar a possibilidade de pagamento aos senhores, talvez procurando impedir uma fuga maciça dos escravos para o serviço militar ou a entrega pelos senhores de cativos incapazes para o trabalho, visando a indenização governamental.

Ao longo da Guerra do Paraguai, o governo Imperial teve de indenizar a alguns proprietários, que tiveram prejuízos com a fuga e alistamento de suas propriedades. Em 08.04.1867, o Presidente da Província ordenava o pagamento de um conto de réis para o proprietário do escravo Quinto, que com o nome de Luz dos Santos, alistou-se no Exército, sendo enviado para o 3º Corpo de Exército. Quinto já havia tentado o alistamento várias vezes, sendo sempre entregue de volta a seu senhor, finalmente obtendo êxito em 4 de Fevereiro de 1867.³⁴

A cidade esconderijo, para onde os escravos fugiam procurando misturar-se à massa de libertos e trabalhadores livres pobres, era também a cidade da desconfiança, com o cativo em fuga correndo o risco de ser recrutado como qualquer vadio. Em 1867 a viúva Luiza Maria da Silva reclamava que o seu crioulo Ricardo fora recrutado indevidamente, pois ainda lhe devia 1:160\$000 réis pela liberdade, ao que a Presidência da Província respondeu que o contrato existente entre as partes não representava isenção do serviço militar.³⁵ No mês de janeiro de 1869, foi identificado a bordo do vapor de guerra Apa, o pardo Eugênio, que fugira há uns 8 meses do iate de seu senhor e fora recrutado pela polícia da capital. Tais casos não eram raros, pois segundo o ofício da autoridade, “verificada a condição do indivíduo em semelhantes casos, tem-se mandado entregar a seus senhores os escravos indevidamente recrutados”.³⁶

³⁴ APERS - LTPA nº 18, folha 264, 22.04.1867 / AHRS – Documentação dos Governantes, maço 109, ofício de 08.04.67.

³⁵ AHRS – Documentação dos Governantes, maço 109, ofício de 14.02.67.

³⁶ AHRS - Polícia, Secretaria de Polícia, maço 13. Em março de 1875, Firmino Prates - morador em Viamão -, reclamava do Chefe de Polícia a devolução de seu escravo pardo Serafim, que fora recrutado quando vagava pelas ruas de Porto Alegre. AHRS - Polícia, Códice nº 251, ofício de 10.03.1875.

O ressarcimento pago ao senhor do escravo Quinto - 1:000\$000 réis -, foi o menor registrado, oscilando os demais entre 1:400\$000 e 1:500\$000 réis, conforme era ordenado pela Corte. Se em muitos casos os senhores aceitavam receber preço inferior ao mercado, já que ao contribuir para o esforço de guerra acumulavam capital simbólico em detrimento do econômico, quando o cativo optava por conta própria pelo alistamento seu proprietário era obrigado a aceitar o que o Governo Imperial lhe dava, pois corria o risco de perder completamente o seu investimento. Talvez por isso Cândido José Gomes aceitou as apólices do Governo no valor de 1:400\$000 réis por seu escravo pardo Francisco - "menor valor por que o podia vender" - que já estava no Quartel pronto para o alistamento.³⁷

Os Substitutos

Como já vimos no item anterior, muitos senhores apresentaram substitutos para si ou algum parente e ao mesmo tempo procuraram ganhar a simpatia das autoridades Imperiais através do envio destes libertos por Comissões especialmente organizadas para angariar braços para o Exército. Entretanto, a grande maioria não precisou do incentivo governamental, agindo desta forma para salvar pessoas próximas ou a própria pele. Das 144 cartas de alforria relacionadas ao período do conflito com o Paraguai, temos:

26 escravos substitutos de seus senhores ou familiares;

70 escravos substitutos de terceiros.

Neste último caso, o texto das cartas fazia menção ao preço pago aos senhores e o nome de quem forneceu a quantia, com a condição do cativo servir como substituto no Exército de algum parente ou do próprio indivíduo que despendeu a quantia de sua alforria.³⁸ À medida que o conflito exigia mais soldados, crescia o desespero de pessoas que viam seus familiares marchando para o Front e aqueles que tinham condições tratavam de gastar suas economias remetendo um escravo ou algum popular que aceitasse dinheiro por esta arriscada aventura. O alemão Carlos Schuler no mesmo dia – 18.08.1866 -,

³⁷ APERS - LTPA nº 19, fls. 13v., 27/07/67 / AHRS - Polícia - Secretaria, maço 9, ofício Reservado de 27.07.67.

³⁸ Encontramos apenas uma alforria deste período concedida para que o cativo servisse na Esquadra Imperial, todos os demais foram para o Exército: o pardo escuro Luiz, solteiro, de pais incógnitos, de Taquari/RS, foi libertado para substituir o filho de seu senhor, José Mendes da Silva. APERS - LTPA nº 18, folha 197v. (21/12/66).

libertou os escravos pardos Manuel e José, pagando aos seus senhores 1:150\$000 réis por cada um deles, para apresentá-los como substitutos de seus dois filhos que estavam no Batalhão de Voluntários Pedro II, André e Frederico.³⁹ O pardo Liberato, de 24 anos, foi alforriado depois do pagamento de 1 conto de réis a seu senhor, para que fosse substituto de José Pereira Nunes, que havia sido recrutado e estava preso na cadeia civil de Porto Alegre.⁴⁰

A incorporação dos efetivos da Guarda Nacional ao esforço de guerra e a sua marcha para um combate no exterior - pela primeira vez até aquele momento -, fez com que crescessem as concessões de alforrias para substitutos de indivíduos alistados naquela força (34 do total). Os Guardas Nacionais, ao mesmo tempo que demonstravam receio em se verem misturados com a rale que servia no Exército, percebiam com irritação as vantagens concedidas aos Voluntários da Pátria através do Decreto 3371 (07.01.1865).⁴¹ Aqueles que podiam pagar o preço de um cativo para exonerar-se de suas obrigações com a Pátria poderiam justificar-se ao explicar que eram realmente necessários na retaguarda, mantendo a economia em funcionamento, ainda mais considerando que o conflito com o Paraguai fez multiplicar as oportunidades comerciais. Longe do conflito, com suas vias de acesso sem o menor sinal de interrupção e, ao contrário, funcionando como importante centro abastecedor das tropas, a capital da Província favoreceu-se durante este período. Quem nela permaneceu pôde usufruir do crescimento e, ao apresentar substitutos, garantir para si parte do capital simbólico gerado mesmo sem apresentar qualquer cicatriz.

O processo de envio de substitutos para o exército - principalmente em um período de conflito internacional - não era tão fácil como pode nos parecer à distância. Em primeiro lugar, começava com uma negociação entre as principais partes envolvidas, o proprietário do escravo (que deveria indicar o preço a ser pago), o próprio escravo (que deveria aceitar a liberdade em troca do envio para a guerra) e o indivíduo a ser substituído (que poderia ser

³⁹ APERS - LTPA nº 18, folha 150 (20.08.1866) e folha 149 (20.08.1866). No mesmo dia, Henrique Konrath libertou o escravo Alexandre, por 1 conto de réis, para servir de substituto no Exército de um seu filho (Jacob), que estava no mesmo batalhão de voluntários. APERS - LTPA nº 18, folha 147v. (20/08/66).

⁴⁰ APERS - LTPA nº 18, folha 161 (04/03/67).

⁴¹ Através do Decreto 3505 de 04.08.1865, foram equiparados os Corpos voluntários da Guarda Nacional aos Corpos de Voluntários da Pátria. AHRS - CL 110.

representado por algum familiar, patrão, etc.).⁴² Resolvida esta primeira etapa, processava-se quase que uma troca de prisioneiros, com o indivíduo alforriado sendo enviado para o batalhão do “substituído”.

Acompanhando com atenção alguns documentos - e a trajetória dos mesmos assinalada nos despachos anotados nas margens - podemos acompanhar os percalços e demoras, que às vezes terminavam mal, com o substituto chegando tarde demais ao destino, o que ocasionava o falecimento em combate do indivíduo a ser substituído. Em janeiro de 1868, o governo provincial pediu autorização para providenciar a troca do 1º Sargento da Guarda Nacional Joaquim da Silva Lourega, em serviço no 2º Corpo de Cavalaria em Montevidéu, pelo crioulo Fernando, de 32 anos. A resposta positiva do Ministério da Guerra só chegou no início do mês seguinte, sendo expedida ordem para que fosse “dispensado do serviço militar o mencionado 1º sargento, logo que ali se apresente o dito substituto”.⁴³ Como garantia de que o escravo não fugiria ao combinado antes de livrar o Sargento Lourega do recrutamento, a carta de alforria que foi passada em 16.03.1868, só foi registrada em Cartório quando tudo estava resolvido, em 7 de dezembro daquele mesmo ano.⁴⁴

O Governo Imperial, dedicado a obter a vitória sobre o inimigo paraguaio, não poderia tornar-se cúmplice - não que em muitos casos não fosse - aceitando indivíduos sem condições físicas para a guerra. Muitos senhores tentaram enviar como substitutos cativos cuja diminuta força de trabalho não lhes fazia falta. Em agosto de 1868, respondendo a uma reclamação do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, o Ministro dos Negócios da Guerra alerta que concordava com a atitude do Comandante das Forças em Operações contra o Governo da República do Paraguai, que devolvera dez libertos remetidos como substitutos, “porquanto tais indivíduos, não possuindo as qualidades precisas para o soldado em tempo de guerra, não podem preencher a falta que deixam nas fileiras aqueles a quem são destinados a substituir, e bem assim que, achando-se os corpos em campanha fora da jurisdição das presidências de Províncias, a estas não compete, mas sim ao

⁴² Isso no caso de não ser o próprio senhor ou algum familiar do mesmo a ser dispensado do serviço militar, o que simplificava a negociação.

⁴³ AHRs - Documentação dos Governantes - Avisos do Ministério da Guerra, B.1.071 (1868/1869), ofício de 05.02.1868.

⁴⁴ Fernando pertencia a José Inácio Xavier, o qual recebeu 950\$000 réis. APERS - LTPA, Livro nº 18, folha 194.

Governo Imperial resolver sobre as substituições de praças que ali se acharem”.⁴⁵ Apesar dos protestos, os libertos foram devolvidos.

Quando libertados com a condição de sentarem praça e não eram aceitos nas forças armadas por motivos diversos, mas provavelmente por sua precária condição física, restava ao alforriado renegociar sua liberdade, contratando seus serviços em retribuição a quantia recebida. Este foi o caso abaixo, de 13 de fevereiro de 1867:

Eu abaixo assinado, o preto liberto Thomas Furtado, pelo presente me obrigo a servir ao senhor Alexandre José da Silveira Filho, pelo tempo de dez anos, a contar de hoje, tempo que perfaz a quantia de novecentos mil réis, que o mesmo senhor me adiantou para minha liberdade, com o fim de eu assentar praça em um dos corpos do Exército Imperial, como substituto do mesmo senhor, o que se não verificou, e não tendo eu meios para satisfazer ao mesmo senhor a referida quantia, senão o meu trabalho, por isso me obrigo como acima digo a servir pelo tempo declarado não podendo eu distrair-me do serviço do mesmo senhor sem consentimento deste, ficando este obrigado a socorrer-me de todo o necessário para meu sustento e vestuário, assim como tratar-me nas minhas enfermidades.⁴⁶

O texto das cartas especificava que deixariam de ter valor se os alforriados não fossem aceitos no Exército ou se desertassem um ano após o recrutamento, já que neste período ainda eram responsabilidade daqueles a quem deviam substituir. O pardo Martiniano, de 26 anos, foi libertado para substituir seu senhor Felisberto Soares de Barcelos, mas sua carta de alforria alertava que “caso deserte em um ano esta perdera a validade”.⁴⁷

Com a finalidade de abastecer as forças armadas e ao mesmo tempo garantir que os “homens de bem” ou seus filhos conseguissem isenção do

⁴⁵ AHRS – Documentação dos Governantes - Avisos do Ministério da Guerra, B.1.071 (1868/1869), ofício de 24 de Agosto de 1868.

⁴⁶ APERS - LTPA nº 18, folha 136 (26.11.1866) e LTPA 19, folha 55.

⁴⁷ APERS - LTPA nº 18, folha 144v. A polícia provincial acompanhava e relatava ao governo sucessivos casos de libertos que desertavam logo depois de sentar praça, como o do soldado Elias Júlio de Santana recolhido ao Quartel General do Comando das Armas em julho de 1868. AHRS - Polícia - Secretaria, 16.07.1868. Existem “Relações Nominais de Praças que Desertaram” - muitas das quais provavelmente libertos -, anexas ao ofício do Brigadeiro José Gomes Portinho: AHRS - Autoridades Militares, lata 202, maço 1.

serviço militar,⁴⁸ as autoridades aceitaram (e até mesmo incentivaram) a apresentação de escravos como voluntários. Estes ex-cativos tornados Voluntários da Pátria eram indivíduos que podemos associar aos libertos por condição de serviço, pois deveriam permanecer nas armas por, no mínimo, 9 anos, substituindo seus senhores ou outros indivíduos em troca da liberdade, caso sobrevivessem à guerra.

O Decreto 3371, de 7.01.1865, que criou Corpos para o serviço de guerra com a denominação de - Voluntários da Pátria - em face das “graves e extraordinárias circunstâncias em que se acha o país”-, estabeleceu as condições e fixou as vantagens que estes Voluntários teriam. Este mesmo Decreto estipulou vantagens relacionadas a gratificações, lotes de terras em colônias militares ou agrícolas quando dessem baixa, acesso a empregos públicos e pensões em caso de falecimento ou inutilização em combate. Além de recompensas materiais, o Decreto prometia status de cidadãos aos que se arriscassem pela Pátria, independente dos papéis sociais desempenhados antes do conflito. A carga simbólica seria incorporada pelos Voluntários que a manifestariam através de pequenos mas salientes detalhes de indumentária: “Artigo 11º - Todos os Voluntários de que trata este Decreto trarão no braço esquerdo uma chapa de metal amarelo com a Coroa Imperial, tendo por baixo as seguintes palavras - Voluntários da Pátria -, da qual poderão usar mesmo depois da baixa”.

Uma das justificativas para a própria existência dos substitutos, além de ser uma instituição que também existia na Europa, era a vantagem que apresentava deslocando do cenário da guerra os cidadãos que eram portadores de capacidades profissionais imprescindíveis. Como dizia o Decreto 3513 de 12.09.1865, que isentava do “recrutamento e do serviço da Guarda Nacional ao Guarda Nacional que der por si para servir no Exército uma pessoa idônea”:

Atendendo que a substituição no serviço, que todos são obrigados a prestar em defesa da Pátria, sem prejudicar o mesmo serviço, favorece às outras profissões, as quais por bem do estado devem ser igualmente preenchidas; que o princípio da substituição, admitido em quase todos os países da Europa, também consagrados pela nossa legislação que o aplica ao recrutamento do Exército e à designação dos Corpos destacados da Guarda Nacional, deve ser aplicado no interesse atual da guerra ao serviço ordinário da Guarda Nacional.

⁴⁸A lei 1220 de 20 de julho de 1864, no artigo 3º, parágrafo 3º determinava que voluntários e recrutados poderiam eximir-se do serviço por substituição ou pagamento de 600\$000 (seiscentos mil) réis.

O Conselho de Ministros. Visto o artigo segundo do Decreto número três mil quatrocentos noventa e um do corrente ano. Ouvidas as Seções de Justiça, Marinha e Guerra, provisoriamente Decreta

Art. 1º - O cidadão Guarda Nacional, que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exército por tempo de nove anos, com a idoneidade regulada pelas Leis Militares, ficará isento da Guarda Nacional.

Se o apresentado já tiver servido, o prazo será de seis anos. O substituto é responsável pelo que o substituir, no caso de deserção, por espaço de um ano, contado do dia em que jurar bandeiras.

Art. 2º- os apresentados nos termos do artigo antecedente, terão o mesmo prêmio e vencimentos concedidos aos voluntários do Exército pela Lei de vinte de julho de mil oitocentos sessenta e quatro.

Paço em 12 de setembro de mil oitocentos sessenta e cinco, quadragésimo quarto da Independência e do Império.

Como nenhum escravo havia servido anteriormente ao Exército, é provável que além do tempo que faltava à praça substituída, teriam que servir mais alguns anos por si. Pelo menos é o que declarava o artigo 26, § 4º do Decreto 2171 de 01.05.1858 - "Se o substituto não tiver isenção, será obrigado, além do tempo complementar da praça substituída, a servir por si por um tempo igual ao marcado para os voluntários, sendo considerado como tal", dispositivo confirmado pelo Decreto 2.478 de 28.09.1859 que regulava "a maneira de se verificarem as substituições e isenções das praças de pret do Exército" (artigo 4º).

Os substitutos quando alistados recebiam do Exército o fardamento composto de uma blusa de brim, uma calça do mesmo tecido, uma camisa, um chapéu, uma gravata, uma manta de lã, um capote e um par de sapatos. Se estes itens eram fornecidos como acessórios imprescindíveis para o serviço militar, ao último deles - o par de sapatos - somava-se o simbolismo de demarcação do ingresso ao mundo dos livres. Calçados e portando um sobrenome - na maioria dos casos oriundos das pessoas que os libertaram -, eles tinham ainda que sobreviver à guerra para conseguirem a liberdade completa.⁴⁹

⁴⁹ O alemão Hörmeyer, descrevendo Porto Alegre nos primeiros anos da década de 1850, escreveu que "o sinal de distinção, consagrado pelo uso, entre o moreno livre e o

Em toda a província o final da Guerra do Paraguai foi acompanhado por uma forte repressão aos desertores e Voluntários da Pátria desmobilizados, identificados como vadios. Recrutados para servir à pátria, soldados voltavam à sua antiga condição de populares:

Constando-me que para esse termo te afluído grande número de indivíduos que serviram nos corpos de Voluntários da Pátria, os quais, armados, percorrem as estradas roubando e matando gado das respectivas estâncias, recomendo a V. S.^a que por todos os meios a seu alcance os fará procurar ocupações, não consentindo que andem com armas proibidas pelas Posturas Municipais, procedendo contra os ladrões de gado na forma de meu ofício circular de 20 de outubro findo (AHRs – Polícia, código nº 241, Circular do Chefe de Polícia aos delegados – 3 de novembro de 1870).

Mas retornemos àquela sexta-feira, 6 de novembro, do ano de 1874, quando o negro Manoel Florêncio da Conceição defendeu a sua honra e partiu a cabeça de seu algoz com uma pá de ferro. Esta atitude se encaixa na expressão lavar a honra com sangue e configura uma espécie de duelo, sem a formalização ritualística que se requer normalmente, mas com vários dos mesmos elementos em jogo. Com honra e masculinidade não se brinca e, principalmente no espaço público das ruas, uma ofensa daquelas não podia ficar impune: na falta de espadas, a ferramenta de trabalho foi o instrumento da desafronta.

Os que investigam grupos subalternos sabem das dificuldades em visualizá-los nas fontes primárias. Geralmente, os documentos que os retratam são justamente os produzidos pelos órgãos encarregados de reprimi-los, decorrendo daí distorções que, mesmo que não invalidem o seu uso, exigem certos cuidados. Acessar documentos judiciais já possui uma tradição entre os historiadores: interpretar as ações e as justificativas destes comportamentos delituosos pode nos ajudar a interpretar a sensibilidade popular sobre eventos particulares. Por isso lemos o que nos deixou Manoel Florêncio como a expressão de um sentimento que deveria compartilhar com outros veteranos dos campos de batalha, outros negros como ele, que entretiveram relações diretas ou indiretas com o cativo. O conflito com o Paraguai já havia encerrado quatro anos atrás, mas repercutia no uso das experiências das casernas pelos indivíduos nos embates cotidianos de diferenciação. Valorizando suas experiências vividas, os ex-soldados não podiam aceitar uma

escravo, consiste em que o último não pode usar calçado.” HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*. Porto Alegre: D. C. Luzzatto; EDUNI-SUL, 1986, p. 78/79.

injúria que significasse uma desconsideração por seu passado belicoso. Os dois exemplos com os quais iniciamos este artigo aconteceram coincidentemente na Rua Voluntários da Pátria, artéria da capital demarcada simbolicamente pela vitória da Tríplice Aliança! Manoel Florêncio foi absolvido, pois os jurados decidiram por unanimidade que existiam duas circunstâncias atenuantes: os parágrafos 4º e 8º do artigo 18 do Código Criminal, ou seja, ter sido o réu provocado pelo ofendido e ter praticado o crime em afronta de uma grave injúria.⁵⁰

⁵⁰ Injúria: “Dito ou ação pela qual se ofende alguém, não guardando os foros ao seu decoro, honra, bens vida”. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacérdina, 1813: p. 162. Sobre a honra e os populares, ver: GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires: Hombres, Honor y Cafés (1862-1910)*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 1995. Sobre duelo, ver: REMEDI, José Martinho Rodrigues. Um lance cavalheiresco: duelo e representação da honra na literatura. *Delaware Review of Latin American Studies*, v. 10, p. 3, 2009; REMEDI, José Martinho Rodrigues. Discussões acerca do estudo sobre Duelos de Honra no Rio Grande do Sul. *ArtCultura* (UFU), Uberlândia - MG, v. 5, n. 6, p. 115-122, 2003.

A GUERRA CONTRA O PARAGUAI. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: DA INSTAURAÇÃO À RESTAURAÇÃO HISTORIOGRÁFICA [1871-2002]

Mário Maestri*

I. A instauração historiográfica: a historiografia de trincheira

A guerra contra o Paraguai foi acontecimento central da história do Brasil da segunda metade do século 19. Em sentido lato, as ações militares iniciaram-se em 16 de outubro de 1864, com a intervenção do Império no Uruguai, em conluio com a Argentina mitrista, para reprimir a luta pela autonomia nacional do partido blanco. A intervenção era exigida pelos criadores rio-grandenses instalados no norte daquele país e pela política imperial no Prata. Os conflitos concluíram-se em 1º de março de 1870, com a morte de Solano López, com o Paraguai sob ocupação militar.

Dos 150 mil brasileiros que teriam participado na guerra, talvez até cinquenta mil morreram. Uns 0,5% dos dez milhões de habitantes do Império em 1872. Os gastos com o esforço militar comprometeram por mais de uma década as finanças do Brasil, ainda que o país recebeu indenização até a II Guerra Mundial, abocanhou importantes territórios do Paraguai e estabeleceu relação hegemônica sobre o país. Com talvez 400 mil habitantes, a nação guarani teve sua população masculina dizimada. O país foi ocupado; amargou perdas territoriais; endividou-se para pagar as pesadas indenizações de guerra. Sobre tudo, teve as terras públicas privatizadas e seu amplo campesinato independente foi destruído, impondo-se ordenamento liberal.

A guerra mostrou o enorme anacronismo do Brasil escravista para enfrentar esforço militar moderno. Durante o confronto, a luta abolicionista, o grande movimento nacional em gestação, foi imobilizada, retardando

* Doutor em História pela UCL, Bélgica. Professor do PPGH da UPF, RS.

possivelmente a abolição da escravidão de alguns anos.¹ Diversamente do que ocorreu no Uruguai e Argentina, no Brasil, os partidos liberal e conservador apoiaram uma luta rejeitada pelas classes populares e subalternizadas, sem que qualquer força institucional significativa se opusesse a ela.² As forças armadas imperiais conheceram salto qualitativo e quantitativo transitório. Até então, o exército imperial participara apenas de combates internos e em operações no Prata. A guerra ensejou forte espírito de corpo entre a oficialidade e a gênese da idéia do Exército como encarnação da honra e destinos do país.

As primeiras obras brasileiras sobre a Guerra, em geral de forte cunho memorialista, foram realizadas durante e imediatamente após o conflito.³ Trataram-se, sobretudo, de narrativas sobre o heroísmo e abnegação das forças armadas – identificadas essencialmente à oficialidade – em defesa do Brasil e da “civilização”, agredidos por “barbárie” corporificada pelo ditador paraguaio. Comumente produto de ex-combatentes, essa produção registrou leitura apologética dos fatos desde a trincheira imperial, centrada sobretudo nos combates e despreocupada com as razões profundas do conflito.⁴

A narrativa memorialista sobre a guerra contra o Paraguai foi produzida em geral por oficiais e profissionais liberais que participaram da Guerra, sem grandes informações e, em geral, desinteressados sobre as razões do conflito e sobre o Paraguai. Uma oficialidade não raro com visão restrita sobre o próprio Império. Nos marcos do Estado imperial da época, a mobilização geral contribuiu para fortalecer ainda que relativamente o sentimento nacional-brasileiro sobretudo entre a oficialidade.

¹ Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

² Cf. LEMOS, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Casa de Benjamin Constant, 1999.

³ Cf. entre outros: DIAS, Satyro de Oliveira. *Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai*. Salvador: Diários, 1870; MADUREIRA, Cel. Antônio de Sena [1841-1889] *Guerra do Paraguai: resposta ao sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay”* e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada. Brasília: EdUNB, 1982.

⁴ Cf. SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996. p. 19-23.

Historiografia Republicana

O golpe republicano de 1889 expressou os interesses dos grandes latifundiários provinciais, com destaque para os paulistas, desobrigados com a sustentação do centralismo monárquico, devido à superação da escravatura, em 1888, superestrutura político-administrativa que nascera e se consolidara defendendo aquela instituição.⁵ O movimento republicano deu-se sob a ação direta da alta oficialidade, interessada na consolidação e radicalização das propostas ideológicas das forças armadas como representantes essenciais dos interesses da nação.⁶ A proposta de uma identidade nacional republicana [elitista e autoritária], com as forças armadas como guardiãs dos interesses da nação, apoiou-se nas narrativas nacional-patrióticas sobre a guerra contra o Paraguai, fortalecendo a historiografia nacional-patriótica. Os oficiais monárquicos maiores que intervieram no conflito foram elevados ao status de figuras luminares da nação republicana e das forças armadas.⁷

A historiografia republicana consolidou a instauração, consolidação e ampliação de narrativa nacional-patriótica construída através da seleção-organização das apologias do Estado e das classes dominantes imperiais, quando da guerra. Essa produção despreocupou-se com as razões e os cenários sociais e nacionais da Guerra, privilegiando a apresentação cronológica do confronto, definido sempre como choque entre a civilização [o Império] e a barbárie [o Paraguai], promovido pela agressão de López, apostrofado de “tirano”, “ditador”, etc.⁸ A tese da luta entre civilização e barbárie fora engendrada sobretudo pela propaganda liberal portenha, desde antes do confronto.

⁵ Cf. MAESTRI, Mário. A Escravidão e a gênese do Estado Nacional Brasileiro. In: Seminário Internacional Além do apenas moderno, 2001, Recife. Além do apenas moderno. Brasil séculos XIX e XX. Recife : Massangana, 2001. v. 1. pp. 49-77.

⁶ Cf. SOUSA, Jorge Luiz Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996. pp. 19-33.

⁷ Cf. LEMOS, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Ob.cit.; Rebouças, André. *Diário da guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiro, 1973.

⁸ Cf. entre outros: CERQUEIRA, Gal. Dionísio. [1847-1910] *Reminiscência da Campanha do Paraguai*. [1865-1870]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. [1ª ed. 1910.]; DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981; FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai [...]*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 5 vol.

Para corroborar a visão de embate querido pelo ditador paraguaio, essa historiografia consolidou como ponto zero do confronto o aprisionamento do vapor mercante brasileiro Marquês de Olinda, em novembro de 1864, em águas paraguaias. Em geral, pouco destaque foi dado à invasão pelo Império, um mês antes, ação anunciado pelo governo paraguaio como *casus belli*, pois condicionava a saída ao mar do Paraguai à vontade do Império e da Argentina mitrista. Essa historiografia ignorou o fato de que o Império preparava-se para guerra, havia mais de uma década.⁹

A historiografia republicana brasileira propôs que a guerra fosse apenas contra López, retomando a retórica justificadora do Tratado da Tríplice Aliança, que pactuou, no início – ou talvez mesmo antes – do conflito, apropriação de parcelas dos territórios paraguaios; pesadas reparações de guerra; desarmamento e ocupação do país; internacionalização da navegação interna; transformação da ordem social e econômica do país, etc. Lançou a responsabilidade pela dizimação da população sobre o ditador e sobre o próprio povo, ao segui-lo. Após em geral minucioso e faccioso relato das grandes batalhas, essa literatura encerra-se tradicionalmente com a morte de López, olvidando a aplicação impiedosa das condições do Tratado, que apontavam para as razões estruturais do conflito e para o programa de refundação liberal e dependente do país.

Essa narrativa registrou comumente, quase perplexa, a resistência paraguaia, paradoxo que jamais conseguiu superar, devido à impossibilidade de explicar o imenso esforço material e humano bélico e as enormes baixas do Império para vergar uma nação de menor importância. Realidade em geral apresentada como produto da preparação militar prévia e do fanatismo dos paraguaios. A marcialidade guarani seguiu como enigma sem resolução. Ela contribuiu para que a guerra não galvanizasse o imaginário popular brasileiro, que se manteve em geral infenso à retórica nacional-patriótica. A guerra continua sendo cultuada sobretudo pelo Estado brasileiro, com destaque para a oficialidade das forças armadas.

No Brasil, as interpretações nacional-patrióticas de inspiração estatal prosseguiram hegemônicas até a década de 1970, sem questionamentos por parte de historiografia acadêmica ou extra-acadêmica, de 1964 a 1985, sob o peso-controle da ditadura. Ao contrário da Argentina, Uruguai e Paraguai,

⁹ Cf. SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: ADESA, 1996. pp. 69-73.

jamais emergiu no Brasil historiografia crítica à reconstrução nacional-patriótica daqueles sucessos.

II. O revisionismo historiográfico: por uma história dos povos

Em um sentido lato, o revisionismo historiográfico, interpretação contraditória às explicações justificadoras do Império e da Argentina mitrista, é anterior e contemporâneo à própria guerra, expressando-se sobretudo através de intelectuais federalistas argentinos, que denunciaram o confronto como agressão do Império e do Unitarismo liberal portenho contra os direitos provinciais argentinos, a autonomia uruguaia e a independência paraguaia. Essa narrativa dissidente pouca repercussão teve no Brasil.¹⁰ Apoiado na leitura federalista argentina do conflito, o revisionismo historiográfico tomou pé no Paraguai. A reorganização liberal do país sob ocupação militar promoveu a apropriação, extensão e adaptação das interpretações aliancistas pelas primeiras narrativas paraguaias, com ênfase na responsabilidade pelo conflito de López. Essas teses foram abraçadas pelas classes dominantes paraguaias que colaboraram na reorganização liberal do país.

Desde fim do século XIX, impôs-se crescentemente revisionismo histórico impulsionado inicialmente por intelectuais com Cecílio Baez (1862-1941); Manuel Domínguez (1868-1935); Blas Garay (1873-1899) e Juan E. Leary (1879-1969), o fundador do lopismo. Essa historiografia empreendeu resgate daqueles sucessos desde ótica nacional paraguaia, que se esforçou para analisar as razões profundas do conflito e, sobretudo, destacou o heroísmo do soldado guarani e de Solano López. O lopismo alcançou enorme repercussão, ao interpretar contradições sobretudo dos segmentos populares vencidos militar e socialmente com as narrativas oficiais. Porém, apesar de suas fundamentais contribuições, o revisionismo paraguaio jamais alcançou a explicar essencialmente as razões profundas do conflito e da resistência nacional. É violência analítica apresentar esse rico movimento historiográfico

¹⁰ Cf. ANDRADA E SILVA, Raul de. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. 267 pp. [Tese de doutoramento, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.]

como produto de mega-operação imobiliária de herdeiros López ou deslegitimá-lo devido à sua utilização pelo Partido Colorado.¹¹

Desde os anos 1950, no contexto de fenômenos como o movimento de libertação nacional na Ásia e África; a revoluções argelina, vietnamita e cubana; o fim da hegemonia stalinista sobre o marxismo; as jornadas mundiais de 1968, etc., novas leituras revisionistas empreenderam esforço de superação das narrativas patrióticas, a partir da ótica das classes subalternizadas, na construção de uma história unitária dos povos americanos. Nesses anos, entre outros, destacaram-se os estudos argentinos direta e indiretamente abordando a Guerra Grande, como os ensaios de Enrique Rivera e de Milciades Peña, de corte marxista, e os artigos de inspiração americanistas e antiimperialistas de José María Rosa. Mais tarde, em 1968, o historiador León Pomer abordaria em sentido igualmente revisionista aquele conflito.

Essa produção historiográfica revisionista argentina passou também quase despercebida no Brasil, devido aos frágeis laços culturais entre as nações e ao golpe militar de 1964. O livro do engenheiro britânico George Thompson, que servira no exército paraguaio, foi traduzido ao português, no ano de sua edição, com escassa circulação.¹² A obra foi conhecida no Brasil sobretudo através das edições argentinas,¹³ que valeram indignada resposta do coronel Antônio de Sena Madureira.¹⁴ Escrito em Londres, em 1869, no final da guerra, apesar da importante informação, o livro é prejudicado pelo esforço do autor em dissociar-se do seu ex-protetor.

O livro *Il Napoleone del Plata*, do jornalista Manlio Cancogni e do historiador Ivan Boris, foi publicado, em 1970, na Itália, e traduzido, em 1975, pela Civilização Brasileira. Esse trabalho de divulgação histórica foi o primeiro estudo de viés revisionista de larga divulgação no Brasil. Ainda que em forma

¹¹ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 79-86.

¹² THOMPSON, Jorge. *A guerra do Paraguai*: com uma resenha histórica do paiz e seus habitantes. Trad. Aguiar, Augusto da Costa. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1869.

¹³ Cf. THOMPSON, George. *La guerra del Paraguay*: acompañada de un bosquejo histórico del país y con notas sobre la ingeniería militar. Buenos Aires: Americana, 1869.

¹⁴ Cf. MADUREIRA, Cel. Antônio de Sena [1841-1889] *Guerra do Paraguai*: resposta ao sr. Jorge Thompson, autor da "Guerra del Paraguay" e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada. Brasília: EdUNB, 1982

limitada, ele integrou à explicação do confronto o estudo da história do Paraguai, destacando a orientação autonomista, autárquica e anti-oligárquica do Dr. Francia, política que teria favorecido os camponeses proprietários e arrendatários.¹⁵ Uma orientação autonomista inicial em processo de superação tendencial no longo governo do presidente Carlos Antonio López, que abriu relativamente o país ao exterior e ao capital mercantil, sem romper os laços sociais com o campesinato paraguaio.

Esse estudo assinala o desenvolvimento conhecido pelo Paraguai, a partir da propriedade pública de grande parte das terras do país, arrendadas aos camponeses ou exploradas diretamente, e do monopólio do comércio exterior. O que ensejou acumulação de capitais pelo Estado empregado por Carlos Antonio López, na modernização relativa da nação, apesar da sua relativa pobreza, em padrão de desenvolvimento singular nas Américas. O livro apresenta leituras inovadoras ao público brasileiro: narrativa cronológica dos combates desde ótica simpática aos paraguaios; sugestão do país como Estado-nação em consolidação, de sólidas raízes camponesas; esboço de análise desde as estruturas sociais paraguaias; perfil mais equilibrado de López, etc.

Essa publicação teve limitada repercussão no Brasil. Na orelha do livro, Enio Silveira, proprietário da Civilização Brasileira, tradicional editora de esquerda do Brasil, sob forte pressão da ditadura militar, apresentou arbitrariamente López como “condutor de povos, chefe militar de grande brilho e coragem incomum”, “patriota paraguaio”, “político em busca de efetiva independência nacional e contrário às oligarquias postas a serviço do imperialismo britânico então dominante”.

Revisionismo no Brasil

Em 1978, Raul de Andrada e Silva, professor aposentado de história da América da USP, publicou sua tese de doutoramento – Ensaio sobre a ditadura do Paraguai [1814-1840]. Apoiado em rica bibliografia platina e paraguaia, sobretudo editada, apresenta complexa análise do processo que ensejou a gênese e a consolidação da ditadura autárquica e estatal-monopolista do Dr. Francia, como expressão de movimento autonomista paraguaio anti-espanhol e anti-portenho, apoiado nos pequenos criadores, plantadores e no largo e amplo campesinato de origem guarani, segmentos sociais interpretados pelo

¹⁵ CANCOGNI, Manlio e BORIS, Ivan. *Solano López: O Napoleão do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 260 pp.

regime francista.¹⁶ É sintomático que esse trabalho – de singular equilíbrio, erudição e densidade – sobre a fundação do Paraguai independente, processo histórico que determinou profundamente os regimes de López pai e filho, e a própria guerra, tenha sido e seja desconhecido por quase todos os trabalhos posteriores sobre o grande confronto.

Em 1968, León Pomer lançou na Argentina, *La guerra del Paraguay: gran negocio!*, publicado no Brasil sob o título *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*, em 1980, quando o tema explodiu no Brasil, como veremos a seguir.¹⁷ O livro despreocupa-se dos confrontos bélicos, empreendendo análise das razões políticas, diplomáticas e econômicas da Guerra, destacando as contradições entre o caráter autárquico e autônomo do Paraguai e as necessidades de penetração do imperialismo no Prata, através das ações dos governos da Argentina unitarista e do Império. O estudo propõe que a Inglaterra fora a “grande beneficiária da guerra”.¹⁸

Em março de 1979, com *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, o jornalista Júlio José Chiavenato, retomando algumas das teses revisionistas, superava as apresentações factuais nacional-patrióticas com ampla discussão das razões do confronto, apresentado como agressão do Império contra a nação e o povo paraguaio, e não produto da vontade de líder desvairado.¹⁹ Lançado dias após a posse do último general-ditador, quando da abertura lenta, gradual e segura, o estudo conheceu enorme consagração, sem divulgação institucional – 39 edições; tradução ao espanhol; edições piratas no México e no Paraguai [em guarani].²⁰ O livro tornou-se referência da historiografia brasileira: influenciou a formação acadêmica; pautou o ensino escolar daqueles sucessos; determinou a orientação dos futuros estudos. A redação para o grande público, sem notas, em linguagem jornalística, facilitou o enorme acolhimento, determinado pelo momento da publicação, que condicionou a própria feitura do trabalho.

¹⁶ ANDRADA E SILVA, Raul de. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. 267 pp. [Série Ensaio, 3]

¹⁷ POMER, Leon. *La guerra del Paraguay: Gran negocio!* Buenos Aires: Cáldeo, 1968.

¹⁸ Cf. Id. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2 ed. São Paulo: Global, 1980. p. 75.

¹⁹ CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁰ Cf. informação por e-mail de J.J. Chiavenato, em 7 de outubro de 2008.

No momento de sua publicação, as seqüelas da crise mundial de meados de 1970 embalavam a retomada das mobilizações sindicais e democráticas, trincando a hegemonia construída pela ditadura militar brasileira. Chiavenato desconstruía a grande narrativa militar-patriótica da história do Brasil, em 1979, ano em que a retomada das lutas sindicais alcançou o apogeu, colocando o mundo do trabalho como referência por mais de uma década no país. A nova realidade político-social exigia representações do passado interpretando as necessidades dos trabalhadores e criava condições para a sua recepção/legitimação.

Apenas muito recentemente se esboçam as primeiras análises sistemáticas de Genocídio americano.²¹ Trabalho que o autor apresentou como “reportagem, escrita com paixão” e não como obra historiográfica, produto de historiador de profissão, em registro da incompreensão, na época de sua feitura, da repercussão, também historiográfica, que o trabalho assumiria. Inicialmente, o livro foi duramente combatido pelos aparatos institucionais do Estado ditatorial, com impugnações públicas de Jarbas Passarinho, do Conselho Federal de Cultura, etc. Foram fortes as pressões para a censura do livro e a campanha contra ele prosseguiria pela grande imprensa e, muito logo, pela historiografia conservadora.²²

Quase constrange assinalar a deslegitimação e liquidação a que o estudo e o autor terminaram sendo objeto, a partir de crítica sumária das insuficiências do trabalho, no contexto da ignorância prepotente e ideológica do sentido geral de obra quase parida por necessidade histórica que transformou o jornalista em historiador autodidata. Os críticos extremados jamais se perguntaram por que a historiografia acadêmica não pariu leitura semelhante; por que do enorme silêncio que se fez sobre trabalho como o de Raul de Andrada e Silva; sobre as razões da necessidade de quase 25 anos para a tentativa de produção de questionamento essencial daquele ensaio.

²¹ QUEIROZ, Silvana. “Revisando a Revisão: *Genocídio americano*: a guerra do Paraguai, de J.J. Chiavenato. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo. Dissertação de Mestrado em fase de conclusão.

²² CHIAVENATO. *Genocídio americano*. Ob.cit. P. 13-14; QUEIRÓZ, Silvana. “Revisando a Revisão” ob.cit.

As Razões da Guerra

O fato de ter nascido fora de Academia então emasculada pelas derrotas sociais de 1964 e 1969-1970 e por quinze anos de ditadura ajuda a compreender as grandes qualidades obra da obra e suas não poucas limitações. Limitações produzidas sobretudo pela absolutização-simplificação de tendências que se materializam através de complexas mediações e pela ênfase desmedida de fenômenos históricos objetivos. As mais célebres expressões da primeira tendência são a tese do enorme desenvolvimento do Paraguai e da guerra como imposta pelo imperialismo. Essa última proposta, em oposição à interpretação marxista argentina dos anos 1950, transformava os governos do Império do Brasil e da Argentina liberal mitrista em meras marionetes inglesas.²³ Comumente, essas absolutizações e simplificações dos processos e fenômenos históricos retomam visões e interpretações coevas ou tradicionais nascidas da dificuldade de explicação essencial de fenômenos objetivos, como no caso clássico da proposta do Paraguai como país sem analfabetos.²⁴

Em igual situação encontra-se proposta da guerra como iniciativa essencial do imperialismo inglês, indiscutivelmente jamais neutro nesse confronto. A vontade e os interesses das classes hegemônicas do Império e da oligarquia portenha, essencial na gênese do conflito, foram potenciados, ao confluir com o interesse inglês de imposição do liberalismo na região. Em *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*, o diplomata britânico sir Richard F. Burton registrou a visão britânica da guerra: “Minhas simpatias vão para o Brasil, pelo menos enquanto sua ‘missão’ for desferrolhar [...] o grande Mississipi do Sul”.²⁵ A crítica da radicalização de Chiavenato da guerra como exigência dos interesses ingleses serviu para que o imperialismo e os interesses livre-cambistas fossem em forma ainda mais arbitrária absolvidos de qualquer responsabilidade no confronto. Nesse processo, ensaiou-se a própria proposta da inexistência de um imperialismo inglês nas Américas!

Em Genocídio americano, são recorrentes as radicalizações-absolutizações enfáticas de fenômenos em geral objetivos e documentados: autarquia inicial absoluta do Paraguai; país moderno, de população totalmente

²³ Id.ib. p. 67

²⁴ MAESTRI, M. *No Paraguai do século 19 todos sabiam ler*. Jornal O Nacional, Passo Fundo, 12/04/2010

²⁵ BURTON, Richard F. *Cartas dos campos de Batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997. p. 21

alfabetizada e avançada siderurgia, ferrovias, telégrafos, etc.²⁶ São também comuns extrapolações de fenômenos: “arianização” do Brasil com o arrolamento de afro-descendentes; um branco para cada 45 soldados negros; soldados paraguaios sobretudo euro-descendentes [“cinco brancos para um mestiço ou negro”].²⁷ Utilizam-se igualmente categorias contemporâneas na descrição do passado – “nacionalismo”, “consciência nacional”, “parque industrial”, etc. –, para facilitar a compreensão e promover reflexão conscientizadora da realidade da época. Esses anacronismos reforçaram a tendência à extrapolação das realidades analisadas.²⁸ Tais pecadilhos não anulam as importantes superações tendenciais sugeridas-avançadas por trabalho germinal: razões materiais da guerra; importância da intervenção no Uruguai; discussão da formação social paraguaia; dificuldades estruturais do Império escravista de livrar guerra nacional; derrota objetiva dos povos; privatização das terras públicas e satelitização do Paraguai, etc.

Genocídio americano foi o primeiro trabalho historiográfico brasileiro a realizar crítica geral desde a ótica das populações envolvidas no confronto, desorganizando as representações hegemônicas. Por além dos lapsos e insuficiências, conformou o imaginário histórico nacional porque galvanizou a difusa memória popular do rosário de horrores que fora aquela guerra e desvelou determinações essenciais do conflito, semi-soterrados pelo discurso nacional-patriótico. A obra exigia superação [hegeliana], através de afirmação de suas conquistas e crítica sistemática de suas limitações, a ser realizada, esta última, em parte, através da simples recuperação de produção existente, processo que jamais ocorreu, devido sobretudo à dissolução das condições históricas que potencializaram o movimento revisionista.

III. De Volta às Trincheiras: Historiográfica Restauração

O impulso do mundo do trabalho dos anos 1960 refluíu nos anos 1970 e foi batido em fins de 1980 pela maré contra-revolucionária que consagrou a hegemonia do capitalismo, hoje em crise estrutural. Esse movimento promoveu fortíssimo recuo das representações ideológico-culturais que procuravam interpretar o passado desde a ótica do mundo do trabalho e,

²⁶ Cf. CHIAVENATO. *Genocídio americano*. Ob.cit. pp. 17, 21,

²⁷ Cf. Id. ib. pp. 118, 111.

²⁸ Cf. Id. ib. pp. 33, 48, 81

portanto, em direção de uma história dos povos. No campo historiográfico, decretou-se a impossibilidade de interpretação essencial do passado e, portanto, o fim da história como ciência, compreendida agora como mera narrativa de fatos passados – da “vida privada”, do “imaginário”, do “exótico”, etc.

A rejeição das “narrativas totalizantes” valorizou as novas histórias política e cultural, em restauração das velhas interpretações idealistas, com ênfase na narrativa política factual. A história voltou a ser lida como produto da ação errática de protagonistas excelentes e os fenômenos sociais, quando muito, como produto de determinações ideológico-culturais. Um processo de restauro geral à historiografia. Quanto à guerra contra o Paraguai, a historiografia restauradora – impulsionada pelas forças sociais triunfantes, mídia, editoras, academia, órgãos estatais financiadores, etc. – empreendeu desqualificação geral e sumária da historiografia revisionista anterior como produto de ideologia “autoritária”, “populista”, “socialista”, etc. Ela centrou suas impugnações nos lapsos factuais e interpretativos, sobretudo da obra de Chiavenato, potenciados ao absurdo, ignorando os avanços obtidos por esse trabalho e toda produção que não se enquadrava ao restauracionismo.

Dois anos após a “Queda do Muro”, Ricardo Salles publicou *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*, trabalho de inspiração marxista, de sentido transicional, que, apoiado em avanços-temas revisionistas, desembocou na recuperação da tese do caráter progressista do exército surgido no confronto.²⁹ Esse estudo, que avançou apenas sugestões sobre a sociedade paraguaia, que Andrade e Silva analisara substancialmente, definiu o caráter escravista do Brasil, apoiado nos avanços das ciências sociais marxistas. Salles critica a ignorância dos interesses singulares do “Estado imperial brasileiro”, representante dos escravistas que confrontaram o ataque britânico ao tráfico, e assinala a vontade inglesa de obstaculizar qualquer “potência regional hegemônica” no Prata.³⁰ Retoma, no geral, a tese de León Pomer da determinação do confronto pela “expansão do capitalismo da época, especialmente do capitalismo britânico na região platina”.

Salles impugna a definição do Paraguai como “nação independente do imperialismo” e igualitária, ressaltando apenas, no geral, sua diversidade em relação aos “vizinhos, em especial do Brasil escravista”. Assinala a

²⁹ SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

³⁰ Id.ib. pp. 3, 32 -36

incapacidade da elite crioula paraguaia de se impor quando da Independência e o dinamismo da “comunidade guarani”, que propõe em dissolução tendencial durante os governos dos presidentes perpétuos, outra importante constatação que não aprofunda. No geral, aponta – no momento em que elide – o necessário estudo da sociedade paraguaia para a compreensão dos sucessos, visão proposta, nos anos anteriores, pelo revisionismo. A grande contribuição desse trabalho é a ênfase do caráter escravista do Estado brasileiro que, em momento de estabilidade, na luta pela hegemonia no Prata, necessária à sua afirmação no Brasil e na América, não deixou espaço ao Paraguai que a solução militar, empreendida por López, em parte devido, segundo ao autor, à super-estimação das contradições internas da Argentina, do apoio do governo blanco e da fragilidade interna do Império escravista.³¹

A essas expectativas juntaríamos que o governo uruguaio e paraguaio contavam também com a sublevação dos cativos. Expectativa não fantasiosa, como comprovam a movimentação das escravarias do meridão sulino, quando da invasão de Jaguarão, em janeiro de 1865, e a conspiração servil de Porto Alegre, em junho de 1868, com envolvimento de prisioneiros paraguaios.³² Eram mais sólidas as expectativas blancas-paraguaias do apoio dos federalistas argentinos, como sugerem a deserção maciça da cavalaria entrerriana; as sublevações provinciais e as montoneras que convulsionaram o interior argentino, etc. “Durante los cinco años que duró la guerra hubo” em Argentina “85 ‘revoluciones’, 27 sublevaciones de tropas y 47 sublevaciones de cuerpos militares por falta de pago”!³³ Motes que obrigaram a retirada de tropas mitrista da frente paraguaia.

Fragilidade estrutural

Salles ressalta corretamente a fragilidade estrutural do Exército e da Guarda Nacional, milícia dos escravistas, capazes de enfrentar ameaças internas e confrontos do Prata com países sem “estrutura bélica centralizada”. Porém, a indefinição da sociedade paraguaia leva o autor a explicar a marcialidade guarani como devida à precoce e ampla militarização e à “centralização do poder”.³⁴ A insuficiência dessas explicações fica registrada na

³¹ Id.ib. pp. 39-54

³² Cf. MAESTRI, M. *O escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, resistência e sociedade*. 3 ed. rev. e ampliada. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

³³ POMER, León. *La guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Levitán, 2008. p. 91.

³⁴ SALLES. *A Guerra do Paraguai*. Ob.cit. p. 58.

impossibilidade de explicar a adesão popular à guerra, mesmo após o literal esfacelamento do Estado paraguaio. Retomando propostas da historiografia nacional-patriótica, defende que a necessidade de construir “Exército profissional”, apoiado na “Guarda Nacional”, nos “corpos de polícia das provinciais” e na convocação dos “Voluntários da Pátria” levaria o governo imperial a empreender “esforço de recrutamento de dimensões nacionais”. Movimento que teria fortalecido oficialidade imbuída de missão nacional moralizadora e civilizadora, expressão dos “anseios e aspirações de grupos sociais emergentes”.³⁵

Abraçando as visões da conquista-cooptação dos dominados pelo consenso, propõe que o arrolamento popular-patriótico não foi “simples mentira para escamotear a coerção do recrutamento”, obtendo “sucesso e um grau satisfatório de aceitação”.³⁶ Proposta em contradição com a resistência ao arrolamento, no Brasil, e a fraca belicosidade, no Paraguai. Na defesa da formação de Exército nacional semi-consensual, em sociedade escravista pré-nacional, minimiza o arrolamento dos libertos, questão que permanece ainda em aberto.³⁷ Com frágeis dados empíricos, escorando-se em reflexão lógica, propõe que a “mobilização” geral para criar a “nova instituição nacional” não poderia se apoiar no “uso maciço da população escrava”, pois “abalaria a própria essência do poder escravista”, motivando revolta servil e inviabilizando a “ideologia do Voluntário da Pátria”.³⁸

A coesão da ideologia do Voluntariado é tese a ser comprovada e são comuns na história escravistas servindo-se de ex-cativos na defesa de seus interesses – Guerra Anti-Holandesa; Farroupilha; defesa de Montevideu, etc. Apesar da fragilidade das fontes, as múltiplas formas de arrolamento e as diversas origens dos soldados [“recruta, voluntário, substituto ou liberto”; homens livres; cativos crioulos e africanos; libertos; aborígenes; caboclos; estrangeiros, etc.] registram o caráter não-cidadão e não-nacional das tropas. O Império recorreu aos cativos por não poder mobilizar homens livres suficientes, apoiado na retórica patriótica, na convocação coercitiva, na emulação material. Salles reconhece que o eventual “ardor patriótico” decresceu logo, certamente quando se compreendeu o caráter violento de

³⁵ Id.ib. p.56-9; 61-62.

³⁶ Id.ib. p. 61.

³⁷ Id.ib. p. 66; Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

³⁸ Id.ib. p. 67

guerra que não terminaria – como se cria – em meses, levando a que “o grosso da tropa” fosse “organizado coercitivamente”.³⁹

Salles conclui, apesar de assinalar o estranhamento entre os oficiais combatentes e a tropa: “A guerra mostrou a esses oficiais o lado podre da laranja; colocou-os em contato e proximidade com o soldado enquanto expressão do povo [sic]”.⁴⁰ Defende a constituição de “exército nacional profissional”, reformista, descontente com a “classe dominante” e as “elites dirigentes do Império”, de oficialidade portadora de “sementes de inquietação e questionamento social”.⁴¹ Um novo exército que – formado com “conceito mais amplo de cidadania”, identificado com os “interesses gerais da nação”, devido à “ligação constitutiva com os setores médios” – desempenharia “papel de peso no início do processo de transição para uma economia capitalista”, como porta-voz das “camadas médias” “de populares e escravos e mesmo fazendeiros não escravistas”, de “setores dissidentes das oligarquias”.⁴²

Propostas em oposição com a idéia de inexistência de povo na escravidão, na acepção moderna do termo, e em contradição com oficialidade que se regeram no Paraguai, no geral, segundo os princípios e práticas elitistas, classistas e racistas tradicionais, que determinariam, mais tarde, a orientação elitista, autoritário e anti-popular do golpe republicano de 1889, encetado pela alta oficialidade do exército. Fenômeno que ensejou a quase absoluta ausência de descrições sobre as tropas nas narrativas memorialistas de oficiais combatentes. Em sua correspondência familiar, nos raros casos em que se refere aos soldados, Benjamin Constant indigna-se por convocarem “criminosos”, “facínoras condenados às galés”, “escravos”, “estúpidos e miseráveis cativos” para defender a “honra e os brios da nação brasileira”.⁴³

Em rápida abordagem do desempenho real das forças armadas imperiais, Salles desconstrói a sua própria proposta de exército como expressão de vontade nacional, devido à forte concorrência da classe média ao oficialato, ao descrever soldados mal transportadas, alojados e vestidos, habituados a roubar oficiais imperiais e a saquearem militares e civis

³⁹ SALLES. *A Guerra do Paraguai*. Ob.cit. p. 102.

⁴⁰ Id.ib. p. 110.

⁴¹ Id.ib. p. 15,108

⁴² Id.ib. p. 110

⁴³ Cf. LEMOS, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Ob.cit. pp. 118, 143

inimigos, comumente para poderem alimentar-se.⁴⁴ Tropas tratadas duramente pela oficialidade e mantidas na disciplina por constantes e cruéis castigos físicos. Caráter não-nacional e não-cidadão dos exércitos imperiais expressado na recomendação de Caxias de manter os soldados dos oficiais em dia, para que cobrissem suas necessidades, e os dos soldados, atrasados três meses, para que não desertassem [pois com as algibeiras cheias] e para economizar os salários dos mortos!⁴⁵ Tropas imperiais que, segundo Caxias, não sofrendo a “influência moral” dos oficiais, deveriam ser tratadas duramente, sobretudo durante os combates, quando sua “indisciplina” e “tibieza” causariam perdas de “oficiais prestimosos, cheios de inteligência e de coragem”.⁴⁶ Caráter não-nacional e elitista que se materializava na oposição social, mesmo violenta, entre inferiores a superiores, como registram os três atentados a oficiais, em apenas oito dias, no acampamento de Tuiuti.⁴⁷

Restauração historiográfica

Em fins de 1990, com a consolidação do movimento geral de restauração historiográfica, criavam-se as condições ideais para a concretização desse processo quanto à Guerra do Paraguai, de singular importância, devido ao seu caráter central para a ideologia de Estado e ao sucesso anterior de J. J. Chiavenato. Em 1991 e em 1996, o historiador Francisco Doratioto publicou dois breves ensaios: *A guerra do Paraguai: 2ª visão* e *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*.⁴⁸ Os cruciais cinco anos que separaram a publicação do primeiro e do segundo trabalho certamente influenciaram a importante evolução na leitura dos fatos.

Na “Introdução” de *A guerra do Paraguai*, o autor promete superar as limitações da “historiografia tradicional” que “personalizara” a história, ao “apontar as ambições do ditador Solano López como causadoras da guerra” e a “teoria ‘imperialista’”, então “dominante”, que responsabilizara a Inglaterra pelo confronto. O conflito seria essencialmente produto da “formação e

⁴⁴ Cf. TAUNAY, Alfredo *Recordações de Guerra e de Viagem*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2008. p. 83-84.

⁴⁵ SALLES. *A Guerra do Paraguai*. Ob.cit. p. 142

⁴⁶ Id.ib. p. 136

⁴⁷ Id.ib. p. 147.

⁴⁸ DORATIOTO, F.. *A guerra do Paraguai: 2ª Visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991. [Tudo é história, 138.]; *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

definição do caráter dos Estados nacionais, em que setores da classe dominante seriam hegemônicos na organização estatal e, portanto, mais beneficiados por ela, na região do Rio da Prata”.⁴⁹ O autor ressaltava o papel das classes dominantes hegemônicas no conflito e dispunha-se a superar a historiografia nacional-patriótica e os lapsos das leituras revisionistas brasileiras.

Em análise sobretudo político-nacional, Doratioto apresentou sinteticamente a conjuntura do Prata quanto aos países envolvidos nos acontecimentos, com destaque para a crise do regime colonial hispânico, enfatizando a tentativa da burguesia mercantil portenha de impor sua hegemonia regional, grande razão da independência e do isolamento paraguaios.⁵⁰ Assinalou que a vontade de domínio hegemônico do Prata levou o Império a obstaculizar a reconstituição nacional do Vice-Reinado do Prata. Analisa o relacionamento entre o Império e o Paraguai, determinado pela vontade do último de demarcar as fronteiras a partir da situação quando do fim do regime colonial. Ao contrário, o Império, interessado na livre navegação dos rios paraguaios, defendia delimitação segundo o *uti possidetis de facto*, que lhe permitiria o reconhecimento do avanço sobre terras paraguaias. Doratioto ressalta que o Império e a Argentina mobilizavam-se para que o Paraguai não se tornasse potência regional.

Em 1852, a queda de Rosas e a consolidação da oligarquia liberal-mercantil portenha criaram nova situação. Na década seguinte, a luta pela autonomia nacional do governo uruguaio blanco levou a que o Império se aproximasse da Argentina liberal-mitrista. Esta última promoveu-concordou com intervenção imperial no Uruguai, apoiada nos colorados, que garantisse hegemonia compartilhada sobre aquela nação e o Paraguai. Os blancos contavam com o apoio e a simpatia das províncias de Entre Rios e Corrientes, dos federalistas argentinos e do Paraguai.⁵¹ A aquiescência mitrista à intervenção imperial selaria a sorte do Paraguai. “[...] no final dos anos 1850 e inícios da década seguinte, a hegemonia do Império só não era completa no Prata devido à resistência do governo de Assunção.”⁵² O controle do porto de Montevidéu, pelo Império ou Argentina, hipotecava a livre saída ao mar do Paraguai e assentava golpe terrível ao federalismo argentino. O que ensejou que o governo paraguaio determinasse aquela intervenção como *casus belli*.

⁴⁹ Id. *A guerra do Paraguai: 2ª Visão*. Ob.cit. p. 14

⁵⁰ Id.ib.p. 16

⁵¹ Id.ib. 34

⁵² Id.ib. p. 41

Em 1864, a intervenção Imperial no Uruguai, apoiada nos colorados e pelo unitarismo argentino, ensejou o envio de tropas paraguaias para ocupar terras em litígio, no Mato Grosso, e pedido à Argentina, do direito de passagem de tropas por Corrientes, negado por Mitre, apesar da recomendação em contrário de Urquiza. Fato que motivou declaração de guerra à Argentina, o que o enfraqueceu fortemente o Paraguai.⁵³ Apesar da ênfase político-diplomática, o ensaio esforça-se em definir sociologicamente os grandes protagonistas, em real superação da leitura tradicional político-descritiva. Com pertinência geral, Rosas é proposto como “líder dos produtores de charque para exportação”, apoiado pelos “comerciantes e financistas portenhos, monopolizadores do comércio exterior”.⁵⁴ Os colorados uruguaios representariam sobretudo os “comerciantes” e as “potências européias” vinculados às “idéias liberais”, enquanto os blancos, os “proprietários rurais” “que se opunham à intervenção européias no país”.⁵⁵ Os unitários argentinos expressariam “basicamente” “comerciantes de Buenos Aires”, que “defendiam um modelo centralizado”, enquanto os federalistas, os grandes estancieiros, “pequenos manufatureiros e comerciantes vinculados ao mercado regional”, pró-descentralização.⁵⁶ Doratioto afirma que “apenas a burocracia imperial” era capaz de sustentar a escravidão, ao dispor “de meios diplomáticos e políticos capazes de se oporem às pressões britânicas” anti-tráfico. Apenas ela seria capaz de defender as “prerrogativas dos grandes proprietários rurais” e de “manter a ordem” e seus “privilégios”.⁵⁷ Portanto, define corretamente o cenário de conflito que envolvia os interesses das principais classes sociais da região, mais do que a populações das nações. Uma apresentação geral do quadro do conflito que registra forte influência revisionista.

Dois caminhos

Sobretudo nas páginas finais, o ensaio empreende orientação diversa, justificando sistematicamente a ação do Império. Defesa, porém, sempre acompanhada da ênfase da busca de hegemonia regional empreendida pelas “classes dominantes” do Brasil e da Argentina que desembocou no terrível drama. É clara no ensaio a tendência à leitura relativista da ação das nações,

⁵³ Id.ib. p. 40

⁵⁴ Id.ib. p.21

⁵⁵ Id.ib. p. 19

⁵⁶ Id.ib. p. 20

⁵⁷ Id.ib. p. 23

apresentada como jogo normal de defesa de interesses particulares, estranho a qualquer valoração ética.⁵⁸ Visão em contradição analítica com a apresentação anterior das fortes pugnas internas à Argentina e ao Uruguai, que registravam a inexistência de interesses nacionais gerais, imperando os impostos pelas facções sociais dominantes.

O ensaio supera as apresentações maniqueísta da historiografia nacional-patriótica do Dr. José Gaspar de Francia, de López pai e, sobretudo, de López filho, apresentados como voltados à promoção de suas nações. Não apresenta as tradicionais demonizações das tropas ou do último chefe de Estado, comuns na literatura mitrista e aliancista e na historiografia nacional-patriótica. Em oposição a esta última, o autor procura circunscrever as razões objetivas da derrota paraguaia, que apresenta como devidas “basicamente” ao não cumprimento por Urquiza de seus “compromissos” e à frágil resistência blanca.⁵⁹

Doratioto conclui retomando a crítica à tese “imperialista”, vista como “resultado de bandeiras das lutas políticas dos anos 60 e 70 – como o antiamericanismo e terceiro-mundismo –, projetadas na análise do passado, em busca de fundamento histórico”. Proposta não de todo incorreta, apesar de redutora e parcial, da tese inglesa esposada por parte do revisionismo, em geral de corte popular-americanista, e não marxista. Crítica que não impede o reconhecimento da importância do revisionismo: “Cabe, porém, [...] o mérito de demonstrar a fragilidade da historiografia tradicional sobre o tema e questionar a utilização dessa guerra na construção de mitos. [...] fez ressurgir o interesse pela guerra [...], a qual, no Brasil, até então era quase exclusivamente motivo para comemorações, nas datas das grandes batalhas, e de referência ao se buscar as origens da construção do Exército que derrubaria a Monarquia em 1889.”

Na sua brevidade, *A guerra do Paraguai: 2ª Visão*, de Francisco Doratioto, de 1991, constituiu uma importante contribuição ao conhecimento histórico daqueles acontecimentos. O estudo apontava para as duas grandes possibilidades de desdobramento das investigações: a radicalização e superação crítica da leitura revisionista, a partir de suas enormes contribuições, processo empreendido em forma parcial no ensaio, ou a recaída na defesa apologética das ações do Estado imperial, também esboçada no estudo. Arriscamos a assinalar que o impasse foi resolvido pela consolidação da maré neoliberal, que

⁵⁸ Id.ib. p. 71

⁵⁹ Id.ib. p. 66

determinou a hegemonia de restauracionismo de corte liberal e irracionalista nas ciências sociais.

Uma Nova Leitura

Em *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*, de 1996, Doratioto avança a análise, abordando o conflito propriamente dito. O ensaio caracteriza-se pela inflexão do esforço de interpretação sociológica e estrutural dos sucessos e pela ênfase da defesa nacional-patriótica da ação do Estado imperial.⁶⁰ O trabalho inicia com a paradoxal afirmação, em oposição com os fatos objetivos, de que o Império demonstrou no Paraguai “sua capacidade de travar uma guerra com características inéditas que o obrigaram a mobilizar recursos humanos e materiais em larga escala”.⁶¹

No ensaio, retoma a proposta de Salles da modernidade das forças armadas paridas no confronto e as consequências do conflito para o fim da monarquia: “Foi o Exército, que o Estado imperial estruturara durante a guerra do Paraguai em padrões modernos de organização [sic] e armamento, o instrumento que pôs fim a Monarquia [...]”.⁶² No segundo capítulo, empreende apresentação das disputas da Prata anteriores ao confronto, sem o destaque ao papel desempenhado pela oligarquia portenha na guerra, do primeiro ensaio, no contexto de já permanente absolvição-relativização das responsabilidades do Império.

A abordagem telegráfica da sociedade paraguaia e a semi-ignorância do caráter das sociedades brasileira, uruguaia e argentina sinalizam a retomada de análise político-factual, de “trincheira”, da historiografia nacional-patriótica, desde a ótica das classes dominantes imperiais. A própria decisão de Pedro II de prosseguir a hecatombe, ainda não suficientemente elucidada, é fortemente elogiada: “Foi a persistência [sic] do imperador [...], em favor do prosseguimento da luta [sic] que abortou qualquer discussão sobre seu fim que não fosse pela vitória militar.”⁶³

⁶⁰ DORATIOTO, F.. *A guerra do Paraguai: 2ª Visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991. [Tudo é história, 138.]; *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

⁶¹ Id.ib. 7

⁶² Id.ib. 8

⁶³ Id.ib.52

Ainda que matizada, o ensaio retoma igualmente a diabolização tradicional do inimigo: “[...] o navio de guerra paraguaio Iporá, [...] tinha ‘à vista do público, uma corda contendo grande quantidade de orelhas humanas [...]’”⁶⁴ Sobre o combate de 3 de novembro de 1867: “A soldadesca [sic] paraguaia, em lugar de continuar a combater, entregou-se ao saque [...]”⁶⁵ Embrenhado nas contradições nacional-patrióticas, para explicar a tibieza das tropas imperiais, que reconhece numerosas e bem armadas, retoma os argumentos da falta de preparo inicial dos exércitos; de conflitos políticos internos; das “peculiaridades do conflito”, etc.

Pequeno e mal-armado

Propõe sobre a invasão do Rio Grande: “[...] o Exército brasileiro [em senso estrito] era pequeno e mal armado, contando com no máximo dezoito mil soldados com moral baixo [...]” “Durante a guerra do Paraguai não houve trégua na encarniçada luta política” entre liberais históricos, liberais progressistas e conservadores. “Compreende-se [...] a facilidade com que as forças paraguaias avançaram em território brasileiro”. O autor esquece e não registra que, na época do confronto, apenas o Rio Grande tinha população maior do que a assinalada por ele ao Paraguai, superando os 430 mil habitantes [1872].

Segundo Doratioto, a geralmente reconhecida enorme inoperância da Armada imperial devia-se ao fato dos navios terem “dificuldades para manobrar em vias fluviais” e às “desconfianças de Tamandaré para com o aliado argentino”.⁶⁶ A passividade do almirante nasceria de sua “idade avançada”, apesar de não ter ainda 57 anos ao assumir o comando no Prata, enquanto que, ao entrar em Assunção, Caxias cumpriria os 66 anos!

As justificativas do vexame militar imperial são acompanhadas por elogios áulicos aos oficiais brasileiros maiores. Sobre Osório, lemos: “Seu retorno ao Paraguai teve efeito psicológico positivo sobre o Exército imperial, pois esse general gozava de grande prestígio perante os soldados graças à sua capacidade tática [sic], a coragem e frieza em combate e pela camaradagem com os subalternos.” Sua apologia não registra as duras críticas sofridas pelo

⁶⁴ Id.ib.20

⁶⁵ Id.ib.47

⁶⁶ DORATIOTO, F. F. M.. *O conflito com o Paraguai*. Ob.cit. p. 30

general, como as realizadas pelo oficial-engenheiro André Rebouças.⁶⁷ Em narrativa indiscutivelmente apoloética, retomando tema tradicional da historiografia nacional-patriótica, Doratioto escreve sobre Caxias, na batalha da ponte de Itororó, em 6 de dezembro de 1868: “[...] acompanhava a luta de uma colina, desembainhou a espada e aos gritos de ‘Vivas ao Imperador e ao Brasil!’, lançou-se sobre a ponte, gritando para a tropa que o seguisse, sendo alvejado [sic] pelas balas dos defensores [...]”.⁶⁸

São igualmente retomadas as explicações da combatividade paraguaia como produto da repressão; do atraso nacional; da galvanização carismática. “Durante a guerra o governo paraguaio estendia a punição daqueles acusados de falta grave. [...] todo soldado paraguaio era responsável pelo seu companheiro [...]”. Fatos que transforma a “combatividade” e a “fidelidade e sacrifícios que caracterizaram os combatentes paraguaios” em fenômenos sem explicação.⁶⁹ Em 1979, Raul de Andrada e Silva assinalara a singularidade do exército paraguaio, “um dos setores públicos que mereceu preferencialmente os cuidados do governo”, com os “soldos” “superiores aos de qualquer categoria burocrática”. Tropas formadas através do “recrutamento” seletivo dos “jovens mais fortes e bem apessoados”, através de pais essencialmente camponês. Jovens que ingressavam como soldados e podiam ascender ao oficialato. Um exército de perfil plebeu e nacional, estranho às tropas imperiais de um Estado escravista.⁷⁰

Em conferência pronunciada no Instituto Paraguai, em Assunção, em 29 de janeiro de 1903, sobre “Causas del heroísmo paraguayo”, Manuel Domínguez regeitou as explicações tradicionais liberal-aliancistas para a bravura do soldado paraguaio, apresentando razões no mínimo *sui generis* ao fenômeno – o paraguaio “era superior al enemigo”, na inteligência, estatura, decisão, etc. Era “raza superior” surgida de melhor estirpe, solo, clima, educação, militar e escolar. O Paraguai fora um semi-paraiso, com “el pueblo más feliz de la tierra”, onde o “colono [...] casi sin trabajar, tenía un alimento sano y nutritivo”, sem “alocados”, “suicidas”; “clases opresoras” e “oprimidas”; “miséria” etc.

⁶⁷ Id.ib. p. 53 *et passim*.

⁶⁸ Id.ib.p. 68

⁶⁹ Id.ib. p. 61

⁷⁰ ANDRADA E SILVA, Raul. *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai. 1814-1840*. Ob.cit. 185.

Além dessas explicações chauvinistas e racistas, assinalava – exacerbando – o fato de que no Paraguai cada “familia tenía sua casa o choza en terreno propio”. E, desta realidade, deduz, não sem razão, que “el hogar dá cuerpo, forma concreta, sensible, a la idea poco vaga, un poco etérea, de la patria.” Que, o “propietário más ignorante comprende que conviene defender el suyo”. Assinala que “Michelet lembrara “que un pueblo se hace patriota con multiplicar el número de pequeños propietarios.” Portanto, propõe, sem aprofundar, que a tenacidade militar paraguaia nasceria fortemente da resistência a invasor que “tenía toda la traza del conquistador.” ⁷¹

A incompreensão do baixo desempenho dos soldados e dos oficiais imperiais diante da paradoxal resistência paraguaia, sobretudo quando os soldados guaranis defendiam os territórios nacionais, e através deles, seus interesses essenciais, deve-se à ignorância das determinações tendenciais dos exércitos e de seus comandantes pelas estruturas sociais profundas e por suas vinculações com as mesmas. Ao tentar de dirigir, organizar e armar modernamente seus exércitos, o Império conheceu sempre a forte determinação das suas raízes escravistas. Realidade registrada na visão aristocrática da oficialidade brasileira da bravura como valor intrínseco, que valorizava ataques frontais e exposição ao perigo, resultado de mortandades desnecessárias sobretudo de soldados.⁷² Realidade explicitada na ojeriza de Caxias à tropa formada por negros livres, libertos, alforriados, etc., não adaptados a um exército nacional moderno, devido ao caráter não-cidadão e não-nacional da sociedade imperial – e não à má qualidade racial dos soldados, como ele propunha. Em 13 de dezembro de 1868, ele Caxias lembrava: “[...] todas as vitórias alcançadas [...] têm sido em grande parte devidas ao cuidado com que nunca consenti que forças nossas [...] se batessem com as do inimigo sem se acharem muito superiores em número”.⁷³ Ou seja, um soldado guarani, mal armado, valeria, no mínimo, dois imperiais, bem apetrechados!

130 Anos Depois

Em 23 de novembro de 1994, a Biblioteca Nacional promoveu seminário sobre a Guerra do Paraguai, sob a coordenação do historiador Carlos Guilherme Motta, com a participação do historiador inglês Leslie Bethell, que escreveu a introdução ao livro *Guerra do Paraguai: 130 anos*

⁷¹ DOMINGUEZ, Manuel. *El alma de la Raza*. Buenos Aires: Ayacucho, 1946.

⁷² TAUNAY. *Recordações [...]*. Ob.cit. p. 52.

⁷³ DORATIOTO, F. F. M.. *O conflito com o Paraguai*. Ob.cit. p. 70

depois, patrocinado pelo Banco Real e Fundação Roberto Marinho. Na publicação, que reuniu as breves intervenções de destacados intelectuais, não raro sem pesquisas específicas sobre o tema, destacou-se a crítica do inglês à tese da influência do imperialismo britânico no conflito.⁷⁴ Na introdução “A guerra do Paraguai: história e historiografia”, profundamente simpática à “Tríplice Aliança”, Bethell apresenta a guerra como decisão exclusiva de López – “erro que traria consequências trágicas para o povo paraguaio” –, motivada por razões entre as quais destaca o eventual impulso de “personalidade megalomaniaca” que procura realizar o “sonho de construir um império”.⁷⁵ Também nesse particular abraça as teses aliancistas.

No texto “O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai”, Bethell questiona a tese da responsabilidade direta e indireta do imperialismo britânico, que lembra ser perfilhada, no geral ou no particular, por autores como Hobsbawm, Gunder Frank etc.⁷⁶ Registra enorme admiração pela hegemonia mundial do capitalismo britânico no século 19; questiona a determinação mesmo “informal” da política sul-americana pelo último; sugere as vantagens advindas do relacionamento da América Latina com o capital inglês. Ou seja, realiza apologia da ação do capital inglês na região. Quanto à questão em análise, destaca a importância do Brasil e da Argentina para os interesses do capitalismo britânico e a pouca relevância do Paraguai. Não propõe que essa menor importância devia-se, em parte, à especificidade daquela nação – política estatal de controle público das terras e do comércio exterior, de sentido anti-liberal e anti-livre-cambista. Assinala o interesse britânico na “unidade política” da Argentina – apoio à oligarquia portenha – e à “manutenção da livre navegação nos principais rios da região”, ou seja, a necessidade de “desaferrolhar” o Paraguai!

Progresso & civilização

Bethell reconhece a posição “acentuada e abertamente antiparaguaia” de sir Eduard Thornton (1817–1906), que acompanhou as confabulações contra o governo uruguaio “blanco” e defendeu diante da representação paraguaia o direito de interferência do Império no Uruguai, participando,

⁷⁴ CASTRO, M.E. & Marques, M. [Org.] *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁷⁵ Id.ib. p. 11-24..

⁷⁶ Id.ib. pp. 133-150; www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a14.pdf

assim, da organização da agressão ao Paraguai. Reconhece que “a maioria das autoridades britânicas apoiavam os Aliados”, pois viam “de modo crítico o regime de López”, considerando, “em última análise”, a Guerra como incentivadora do “progresso e [da] civilização contra retrocesso e barbárie”. Ou seja, viam no conflito meio de imposição do liberalismo econômico e comercial, que dominava no Império e na Província de Buenos Aires. Destaca também os importantes empréstimos concedidos à Argentina mitrista e ao Brasil imperial para financiarem a guerra. Justifica estranhamente essa ação unilateral com a paradoxal tese de que o capital não se preocuparia com a política! Como se esta última não fosse caminho para a objetivação dos interesses econômicos.

O historiador inglês aceita que a “Grã-Bretanha não fez tentativa de mediação” para finalizar o conflito, sem explicar as razões desse comportamento. Seus dados e reflexões corroboram a tese de que, mesmo não sendo política incentivada diretamente pelo governo inglês, a guerra contou com a simpatia e o apoio britânicos, para, por um lado, libertar a região de ordem antiliberal que dificultava o “livre comércio” e, por outro, devido aos negócios que assegurou ao capital britânico, também grande vitorioso no conflito. Leslie Bethell conclui sua vigorosa defesa do imperialismo em afirmação que fusiona simploriamente governos e populações nas suas respectivas nações – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, apresentando-as como os únicos responsáveis pela hecatombe: “A Grã-Bretanha – e as suas supostas [sic] ambições imperialista – não podem mais ser utilizada como bode expiatório para a Guerra do Paraguai. A responsabilidade primordial dessa guerra cabe à Argentina, ao Brasil e, em escala menor, ao Uruguai e, naturalmente, ao próprio Paraguai.”

Em 1995, o historiador Jorge Luiz Prata de Sousa defendeu na UNAM, no México, dissertação de mestrado sobre o “mito brasileiro sobre os voluntários da pátria”, publicada em 1996. Sua reflexão – *Escravidão ou morte*: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai – constitui trabalho revisionista extemporâneo, de alto nível acadêmico.⁷⁷ Após argutas páginas de crítica da historiografia nacional-patriótica posterior à guerra e à proclamação da República, destaca a importância das apologias sobre o “voluntariado” na construção das narrativas sobre o Exército como expressão da nacionalidade, que obscureceram o caráter coercitivo do recrutamento. Lembra que foi a resistência dos homens livres em se alistarem, apesar das vantagens oferecidas,

⁷⁷ Cf. SOUSA, Jorge Luiz Prata de. *Escravidão ou morte*: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996.

que levou à decisão imperial de comprar-incorporar cativos ao Exército e à Armada. Apoiando-se no estudo das cartas de alforria concedidas no Rio de Janeiro, explicita as contradições que dificultaram o arrolamento: a luta dos proprietários pelo controle do braço servil; as duras condições de existência e o racismo nas forças armadas; o elitismo da Guarda Nacional; o uso político do recrutamento; o alto preço dos cativos vendidos ao Estado; a deserção; o caráter pré-nacional do Estado escravista, etc.⁷⁸ Demonstra a pouca confiabilidade dos dados gerais administrativos sobre o recrutamento de cativos, sugerindo estudos através do levantamento nacional das cartas de alforrias, para a elucidação geral da questão. Seu trabalho foi semi-ignorado pela historiografia restauracionista.

Em 9 de novembro de 1997, o caderno Mais, da Folha de São Paulo, ressaltava a necessidade do restauracionismo historiográfico sobre aquela guerra em artigos coordenados por R. Bonalume Neto – “Novas lições do Paraguai”. A operação escancarava o viés ideológico em sua chamada: “Historiadores revêem a tese de que o país de Solano López teria sido uma Cuba [Sic] do século 19 derrotada pela aliança militar do Brasil com a Argentina e o Uruguai [sic].” A matéria afirmava paradoxalmente que o Brasil conhecera “rolo compressor ideológico [sic] nos últimos anos do regime [sic] de 64, principalmente graças a dois best sellers desse nacional-populismo revisionista, As veias abertas da América Latina, do uruguaio Eduardo Galeano [...] e Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai, de J.J. Chiavenato”.⁷⁹ A Folha de São Paulo destacara-se pelo seu ativo apoio à ditadura militar.

Em 1997, os principais trabalhos acadêmicos restauradores eram o livro de Salles, parcialmente, e sobretudo o segundo ensaio de Doratioto, de pouco alcance de público. Em 2000, sob o patrocínio do Instituto Histórico Geográfico do Mato Grosso do Sul, o engenheiro-agrônomo Acyr Vaz Guimarães, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, publicou A guerra do Paraguai: verdades e mentiras, trabalho pára-historiográfico, no qual, “em 214 pontos”, propõe-se a desmentir Chiavenato, a besta negra da historiografia revisionista. O livro potencia as propostas da historiografia

⁷⁸ Cf. também: MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 13 n. 38, São Paulo, Oct. 1998.

⁷⁹ Folha de São Paulo, caderno Mais!, domingo, 9 de novembro de 1997, pag 5; ver, também, em Cf. Ricardo Bonalume Neto. “Novas lições do Paraguai”. /www1.folha.uol.com.br/fol/ brasil500 /histpar_1.htm

nacional-patriótica e registra a visão da oficialidade do Exército da luta contra o revisionismo historiográfico como parte do combate ao “comunismo”.⁸⁰ Visão defendida por intelectuais ligados à ditadura quando da publicação do livro.

Vinte e Cinco Anos Mais Tarde

Em 2002 e 2004, foram publicados dois trabalhos restauradores. Em 2004, o coronel do Exército Maya Pedrosa, que vivera no Paraguai, lançou *A catástrofe dos erros: razões e emoções na Guerra contra o Paraguai*, também resposta às “apreciações pessimistas e iconoclastas” marxistas “sobre o passado nacional [...] seus estadistas, diplomatas, soldados e do povo brasileiro que foi lutar na guerra”.⁸¹ Na “Introdução”, registra a admiração por Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai, de Francisco Doratioto, lançado dois anos antes, propondo que, após aquele trabalho, “continuar em frente [com seu livro] talvez” fosse “temerário”.⁸² Comporta-se na historiografia como coronel que se agasalha à sombra de seu general, no campo de combate. Maldita guerra segue a mesma trilha geral do ensaio de Maya Pedrosa, porém em elevado nível de erudição.⁸³ Nesse trabalho de quase quinhentas páginas de texto, publicado ricamente pela prestigiosa Companhia das Letras, como nos anteriores, o autor critica o revisionismo paraguaio, brasileiro e latino-americano, prometendo realizar nova e mais equilibrada leitura. Uma intimidade nascida de mais de década de pesquisa explicita-se na valiosa revisão bibliográfica e documental. Porém, o autor não utiliza trabalhos referencias da produção marxista e americanista revisionista argentina e o importante estudo de Raul de Andrada e Silva.

Uma das singularidades do conflito fora antepor nações de formações sociais diversas, realidade assinalada e intuída por analistas coevos, como Alberdi, e abordada, no que se refere ao Paraguai, por Andrada e Silva.⁸⁴ O

⁸⁰ GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: verdades e mentiras*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000. pp. cit. 80-82.

⁸¹ PEDROSA, J. F. Maya. *A catástrofe dos erros: razões e emoções na Guerra contra o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. p. 16.

⁸² Id.ib. p. 24.

⁸³ DORATIOTO, F.. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 615 pp.

⁸⁴ Cf. FIX, Theodoro. *História da Guerra do Paraguay*. Trad. do francês por A.J. F. dos Reis. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. p. 2. [1ª ed. em francês 1873]; ANDRADA E SILVA, Raul de. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. Ob.cit.

reversionismo avançara o conhecimento histórico ao propor a necessidade da elucidação do caráter das sociedades em luta, em geral, e do Paraguai, em especial. Nos anos 1860, tencionada pelas contradições entre a oligarquia bonaerense e as províncias, a Argentina conhecia relações de trabalho livre diversas e importantes formas de relações de produção pré-capitalistas. Nos anos seguintes à guerra, empreenderia a chamada "Guerra do Deserto" [1878-79], expansão da fronteira mercantil, em detrimento às comunidades nativas do pampa. No Brasil, vigiam a produção escravista e outras relações sociais de produção subordinadas. Ambos países apoiavam sua organização sócio-econômica na propriedade privada dos meios de produção e em práticas liberais e livre-cambistas.

Na sua longa análise política, diplomática e militar, Doratioto não contextualiza minimamente as sociedades em questão, sobretudo quanto às raízes escravistas do Império e à singularidade do Paraguai, como proposto, respectivamente, por Salles e Andrada e Silva. Apesar de, seguindo os autores revisionistas, propor que o "Estado guarani" era "dono" [sic] "de quase 90% do território nacional", controlando uns "80% do comércio interno e externo".⁸⁵ Singularidade econômico-social que permitiu acumulação original de capitais pelo Estado e, sobretudo, acesso tendencial dos camponeses à terra, como proprietários ou arrendatários.

Apesar de utilizar "país" e "nação" "guaranis" como sinônimos de Paraguai, o autor não aborda as eventuais decorrências da coesão étnico-cultural de população camponesa de origem guarani, com raízes históricas que desbordavam as fronteiras nacionais. A clara homogeneização das nações em luta resulta também no uso anacrônico de categorias como "povo", "cidadão", "opinião pública" para a sociedade escravista do Brasil, na qual grande parte da população encontrava-se objetiva e subjetivamente à margem da cidadania, fenômeno determinante à própria conformação-coesão do exército imperial.

Fanatismo & Repressão

A abordagem sobretudo política impossibilita explicação essencial da belicosidade paraguaia e da letargia imperial. Sem superar essa contradição, o autor radicaliza a explicação ideológica da tenacidade guarani, apresentada em 1996, como produto da fanatização e de controle policial, em outra restauração

⁸⁵ DORATIOTO, F.. *Maldita Guerra*. Ob.cit. pp. 44.

das teses nacional-patrióticas.⁸⁶ Explicação que contradita com nação com Estado, exército e meios de comunicação relativamente simples e, portanto, propícios à deserção de soldados eventualmente tiranizados. Tese que não explica a rearticulação da resistência, após as derrotas da Dezenbrada. Ao contrário, foram os exércitos aliancistas que conheceram deserções ininterruptas e relevantes.

O autor deduz a origem e a evolução do conflito da personalidade de López, sobre quem lança a responsabilidade da guerra, em um outro resgate da historiografia de Estado. Ao acusar López pelo confronto, abraça nos fatos visão lopista sobre a guerra. Entretanto, apresenta-a como tendencialmente inevitável, devido à procura do Paraguai de autonomia e a negativa dos governos imperial e argentino de concedê-la. Empreende personalização da história que resulta no elogio apologético de Pedro II, Mitre, Caxias, Osório, etc. e na tradicional diabolização de López.

López é apostrofado como “ditador quase caricato”, “ambicioso”, “tirânico”, “desequilibrado” e sua companheira Elise Lynch é igualmente desqualificada pessoalmente.⁸⁷ Em singular modernização, identifica López a Adolfo Hitler, este último ingênua e tradicional personificação moderna – na história – da violência ensejada pela sociedade de classes. Propõe como “identidade entre os dois ditadores” usarem jovens e velhos em desesperada resistência final. A aproximação anacrônica esquece que foram os objetivos e as práticas que desqualificaram o nazismo, e não a resistência com jovens e velhos, utilizada licitamente pela resistência soviética e no gueto de Varsóvia.⁸⁸ A retórica desabonadora estende-se às classes dominantes, aos oficiais e aos soldados paraguaios, apresentados massacrando, estuprando e roubando, ainda que, em certos momentos, soldados aliados procederam igualmente, claro em grau e número menor. O autor sugere que o conflito foi o choque entre o Brasil, nação monárquica, constitucional e liberal – liberalismo considerado como qualidade –, e o Paraguai, Estado despótico, autocrático e atrasado, outra tese apologética aliancista, durante e após a guerra.⁸⁹

Doratioto não registra que o Paraguai era país de homens livres, com enorme segmento de camponeses pequenos proprietários, arrendatários ou com acesso a terra, onde as comunidades nativas tinham as propriedades

⁸⁶ Id.ib. p. 289.

⁸⁷ Id.ib. pp. 18-9; 29, 89.

⁸⁸ Id.ib. pp. 409, 454.

⁸⁹ Id.ib. p. 42

comunitárias respeitadas, enquanto o Brasil era nação latifundiária, sob a hegemonia de relações de dominação escravistas. Oposição entre o trabalho livre independente e o trabalho escravizado que transformava o Paraguai em nação socialmente mais avançada, mesmo que fosse menos rica e menos poderosa do que o Brasil. Doratioto não discute a possibilidade da longa duração dos combates dever-se ao confronto desigual entre Estado escravista e nação de homens livres, ameaçada na sua independência. Um desequilíbrio em favor do Paraguai superado pela abismal desproporção de recursos do Império. Determinação dos combates pela essência escravista do Império percebida – mas talvez jamais compreendida – por Caxias, que, ao se referir à qualidade militar dos libertos, propôs: "[...] homens que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, que se consideram ainda escravos [...]".⁹⁰ Apreciação compartilhada pelo coronel sulino Corrêa da Câmara, que explicou fracasso de assalto à posição paraguaia por "nossos soldados de infantaria" serem "os negros mais infames deste mundo, que chegam a ter medo até do inimigo que foge".⁹¹

Retorno às Trincheiras

Despreocupado com as questões estruturais ao conflito, Doratioto retoma o tom e o conteúdo nacional-patriótico ao propor que os verdadeiros "heróis" aliancistas seriam "os [combatentes] que viveram" nas duras condições de Tuiuti, "durante dois anos, sem desertar ou preterir doença".⁹² Desqualificação inaceitável da deserção, ato socialmente positivo, praticada por milhares de soldados aliancistas que se escafederam de guerra das classes dominantes, lutada contra seus interesses. Nesse conflito teria se generalizado o provérbio dos subalternizados de que, se "Deus é Grande, o Mato é Maior"! Restringido a descrição a indiscutivelmente rica narrativa política, diplomática e militar, explicando as suas origens e dinâmicas a partir da ação de protagonistas ilustres, Doratioto jamais se debruça sobre os grandes sujeitos dos acontecimentos, realizando em enorme hipérbole, ampla restauração da velha historiografia nacional-patriótica.

Maldita guerra constitui narrativa dos sucessos no Prata de 1864-70 desde o ponto de vista do Estado nacional brasileiro, ou seja, dos interesses

⁹⁰ Id.ib. p. 274.

⁹¹ Id.ib. p. 275.

⁹² Id.ib. p. 216.

gerais de suas classes dominantes, com respeito apenas diplomático ao antagonista do Império. Estado imperial que tem seus atos e razões justificados ou apresentados sob a melhor luz, usando-se para tal fortemente os recursos da narrativa justificativa.⁹³ Perpassa a interpretação do conflito visão relativista da história das nações, onde todos os interesses nacionais são pertinentes. Interpretação na qual todos os conflitos-interesses nacionais resolvem-se à margem de qualquer moralidade, por serem [pretensamente] nacionais. “Aqui não há ‘bandidos’ ou ‘mocinhos’, como quer o revisionismo infantil [sic], mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideu [...]; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino [...]; para os blancos [...] viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra [...] não era esperada [sic], nem desejada [sic], mas iniciada, pensou-se que a vitória [...] seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço [...] e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López”.⁹⁴ Ou seja, nesse drama histórico, não haveria culpados e inocentes, mas apenas contraposição de interesses, resolvida pela vitória dos mais fortes.

O tribunal da história julga a partir dos direitos dos povos, que não se encerram nos limites das barreiras nacionais. Há, sim, o certo e o errado, o justo e o injusto. Naquele então, como nação e como povo, o Paraguai tinha o direito de ter acesso livre ao mar, de resolver as questões de fronteira por arbitragem, de ter respeitado seu governo, questão interna ao seu povo. O Uruguai possuía o direito inarredável de ter sua autonomia nacional intocada pelos poderosos vizinhos e de que os criadores sulinos respeitassem as leis do país. Ao desobedecerem esses direitos nacionais, o Império e a Argentina mitrista se comportaram como Estados bandidos, segundo a categoria usada pelo autor.

⁹³ Cf. MAESTRI, M. & CARBONI, Florence. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

⁹⁴ DORATIOTO, F.. *Maldita Guerra*. Ob.cit p. 96

TEATRALMENTE *HERÓICOS*

A PARTICIPAÇÃO DOS GAÚCHOS NA GUERRA DE CANUDOS

Jacqueline Ahlert*

*O gaúcho, o pealador valente, é, certo, inimitável, numa carga guerreira; precipitando-se, ao ressoar estrídulo dos clarins vibrantes, pelos pampas, com o conto da lança enristada, firme no estribo; atufando-se loucamente nos entreveros; desaparecendo, com um grito triunfal, na voragem do combate, onde espadanam cintilações de espadas;
O jagunço é menos teatralmente heróico.
Os Sertões*

Euclides da Cunha, 1902.

No dia 6 de outubro de 1897, o general Artur Oscar anunciou na Ordem do Dia nº 145: “Viva a República dos Estados Unidos do Brasil! Está terminada a Campanha de Canudos.” Sobre as ruínas da cidadela, os batalhões das forças expedicionárias passeavam, “com a consciência de bem haverem cumprido o seu dever!”

O conflito, que durou 11 meses, havia mobilizado cerca de 12 mil soldados (mais da metade de todo o efetivo nacional), oriundos de 17 estados brasileiros e distribuídos em quatro expedições militares. As unidades militares sul-rio-grandenses foram recrutadas para a quarta e última expedição.

Estima-se que mais de 25 mil pessoas, entre soldados (contabilizados em cinco mil), mulheres e crianças morreram em consequência da ação bélica.

A Guerra de Canudos esteve inserida no contexto do conturbado período que sucedeu a queda da monarquia e a primeira década de instalação do regime republicano. Ocorrida no interior da Bahia, entre novembro de 1896 e outubro de 1897, contrapôs as unidades do Exército da República e os sertanejos moradores do arraial de Canudos, seguidores de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro.

* Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade de Passo Fundo, pesquisadora-responsável pelo acervo da Estatuária Missioneira, do Núcleo de Documentação Histórica do Mestrado em História - PPGH-UPF, professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Religião e política estiveram imbricadas nas motivações e justificativas do ataque a Canudos. Depois de três derrotas sucessivas dos militares brasileiros, a importância do conflito agigantou-se e subjugar o arraial dos “jaguços incultos” passou a ser um fator de fundo honroso para o governo federal. A quarta expedição, de caráter retaliatório, teve os militares gaúchos entre os principais agentes da concretização das palavras pronunciadas pelo presidente Prudente de Moraes: “De Canudos não ficará pedra sobre pedra, para que não mais possa se reproduzir aquela cidadela maldita”.

A presença de militares gaúchos¹ foi expressiva nos registros fotográficos da guerra realizados por Flávio de Barros. Relacionados intertextualmente com outros indícios históricos e, por meio da decodificação signíca de elementos neles presentes, é possível verificar códigos culturais de pertencimento e comportamento e de representação social e identitária dos gaúchos na Campanha de Canudos.

O estopim

A aglomeração de fiéis seguidores de Antônio Conselheiro perturbava a Igreja Católica, ameaçando sua primazia religiosa, e aos coronéis latifundiários, preocupados com a perda de mão-de-obra e com o aumento da autonomia do arraial que era, então, a segunda maior cidade da Bahia.² Intelectuais e jornalistas, por sua parte, condenavam os habitantes da comunidade (bandos de “fanáticos” e “degenerados”), sob a acusação de quererem restabelecer o regime monárquico.

Naquela conjuntura, a guerra foi deflagrada por razões subjetivas e particulares. A causa inicial estava circunscrita a uma compra de madeira por Conselheiro no comércio de Juazeiro, cujo prazo de entrega não foi honrado

¹ A identificação de gaúchos é utilizada no sentido de um pilchamento, indumentária típica, a exemplo da bombacha, que foi usada como parte do uniforme do exército nacional pelas tropas do Rio Grande do Sul empregadas na campanha contra os conselheiristas. Não se usa o termo no sentido histórico e sociológico de um grupo social ou, ainda, referindo-se exclusivamente a indivíduos que nasceram no Rio Grande do Sul.

² Os dados demográficos existentes são fundamentados nos registros fornecidos por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, e indicam uma ascendência demográfica notável no arraial. A versão euclidiana acabou se transformando em fonte irrefutável. Segundo o autor, já em 1893, a fazenda reunia cerca de 1.250 sertanejos, número que subiu para 5.000, em 1895, e chegou aos 25.000, em 1897.

pelo vendedor. Em consequência, o desentendimento entre Antônio Conselheiro e o coronel João Evangelista Pereira de Melo, de Juazeiro, serviu de pretexto para o primeiro ataque contra Canudos. Em sua origem, Conselheiro havia pagado antecipadamente a madeira para a conclusão da igreja nova. Como o coronel não entregou, o Conselheiro lhe advertiu por escrito que buscaria a madeira, acompanhado de pessoal para o seu transporte.

A notificação espalhou-se com o rumor de uma invasão dos conselheiristas em Juazeiro. Produziu-se uma histeria coletiva em consonância com as acusações de que os responsáveis pelos pequenos furtos nas redondezas eram os seguidores do beato. Especulou-se, em um ambiente de temor, por um saque geral ao comércio.³ Nesse corolário, o presidente (governador) da Bahia, Luiz Viana, impressionado com o alarde do juiz Arlindo Leone, solicitou a Frederico León que enviasse cem praças para ajudar na defesa da cidade. De acordo com Euclides da Cunha, “não se pode imaginar motivos mais pequenos para acontecimentos tão grandes”.

A invasão dos conselheiristas, por óbvio, não ocorreu. Contudo, a construção de um cenário de maldição e terror adstrito ao espectro dos “jagunços”, materializou-se num plano de defesa, baseado num paradigma de suposição. Nessa imanência, com o ensejo de “evitar” a invasão, decidiu-se que a melhor defesa seria o ataque, ou seja, ir até Canudos. Desse modo, comandada pelo tenente Pires Ferreira, constitui-se a primeira expedição, prontamente rechaçada pelos sertanejos de Canudos.

A derrota repercutiu largamente pelo sertão baiano, alcançando somente alguns ecos no resto do País. A represália aproximou-se mais de questões ligadas a reputação dos militares do que a necessidades reais de controle do arraial. Em 12 de janeiro de 1897, a segunda expedição, comandada pelo major Febrônio de Brito, marchou para Canudos. Foi composta por tropas do exército e da polícia da Bahia, o equivalente a seiscentos soldados, armados com dois canhões Krupp 7,5 e algumas metralhadoras.⁴ A hostilidade do sertão, a falta de logística dos dirigentes e a subestimação do inimigo denotaram a segunda derrota das tropas baianas.

As duas primeiras expedições militares contra Canudos haviam sido comandadas pelo governo da Bahia. Diante do fracasso de ambas, foi convocado o coronel Moreira César, conhecido pelo epíteto de Corta-Cabeças,

³ MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, p. 98.

⁴ MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Editora Parma, 1981, p. 55.

para estar à frente da próxima expedição, composta por 1.200 homens, seis canhões Krupp, cinco médicos, dois engenheiros militares, ambulâncias e um comboio cargueiro com munições de guerra e víveres.

O paulista Antônio Moreira César (1850-1897) era uma das figuras centrais do florianismo. Fora ele quem, na Revolta Federalista centralizada em Santa Catarina, determinou prisões e fuzilamentos sumários de civis e militares em resposta à rebeldia federalista. “Em sua alma a extrema dedicação esvaía-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavaleiresca na barbaridade revoltante.”⁵

As tropas da terceira expedição invadiram o arraial em 3 de março de 1897. A investida foi mais uma derrota dos militares e decorreu na morte do coronel, considerado um “herói” do exército brasileiro. As falhas de Moreira César teriam sido o desconhecimento do terreno e da posição e capacidade dos adversários, o emprego da artilharia num bombardeio contraproducente e o uso da infantaria num ataque a baioneta no centro entreverado da cidade de Canudos.⁶

Diante dos fracassos, a quarta expedição passou a ser competência do governo federal. Prudente de Moraes estava afastado por enfermidades e Manuel Vitorino o substituiu. Ao tomar posse foi nomeado Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, florianista ardoroso, que compôs uma ofensiva comandada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães, simpático aos seus ideais.

Foram mobilizados cerca de vinte batalhões de diversos estados brasileiros. Estrategicamente, Artur Oscar dividiu-os em duas colunas, lideradas pelos generais-de-brigada Cláudio de Amaral Savaget e João da Silva Barbosa.

⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índice Leopoldo M. Bernucci. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 424.

⁶ Ver: BENTO, Cláudio Moreira. *História da 3ª Região Militar: 1809-1889 e Antecedentes*. Porto Alegre: Qualidade – Impressão Gráfica, 1994, vol. I.; e MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Editora Parma, 1981.

As representações

Neste patamar dos acontecimentos, as notícias que chegavam ao centro do país sobre o levante sertanejo de Canudos eram confusas e admitiam a hipótese de uma conjuntura monarquista agindo nos sertões da Bahia. Houve retaliação a imprensa sob a acusação de sensacionalismo alarmista frente aos fatos.⁷ Nesta conjunção, Euclides da Cunha partiu como emissário encarregado de “esclarecer” o problema. Os telegramas e relatórios enviados pelo escritor tornaram-se posteriormente a obra póstuma *Os Sertões*, publicada em 1902, lido ainda hoje como “o livro de Canudos”.⁸

A guerra esteve entre os primeiros acontecimentos especificamente nacionais a ter uma cobertura jornalística regular. Os principais jornais brasileiros enviaram correspondentes ao sertão baiano. Dentre eles, o *Jornal do Comércio* enviou o jornalista e tenente reformado Manoel Benício; e o *Estado de São Paulo*, o seu redator, o capitão honorário do exército, Euclides da Cunha. Os periódicos, com esta iniciativa, inovaram em termos de publicações jornalísticas de guerra, inspirando-se nas reportagens da *Guerra Civil Norte-Americana* (1861-1864) e no trabalho do escritor britânico Rudyard Kipling, correspondente do *The Friend* da Grã-bretanha.

Numa oportuna complementaridade cronológica, Manoel Benício esteve em Canudos de 24 de junho até o início de setembro de 1897, e, Euclides da Cunha, a partir da segunda quinzena de setembro, permanecendo até o final da guerra.

Manoel Benício fora convidado pelo general Artur Oscar a retirar-se do campo de batalha devido às suas “reportagens alarmantes”, em que delatava a inabilidade dos altos comandantes na luta, a desorganização, a penúria, a fome, e as brutalidades cometidas pelo Exército contra os habitantes de Canudos. Além disso, o jornalista foi acusado de denunciar o falso motivo do mito monarquista, exaltado pela mídia da época, utilizado como legitimador do avanço das tropas.

⁷ Informações mais detalhadas sobre a censura de notícias especulativas referentes a Guerra de Canudos em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, em: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 269.

⁸ A historiografia marxista propõe uma “releitura”, de certo modo, um rompimento, com a tradição euclidiana através da introdução de outros paradigmas de análise para os movimentos camponeses do passado – movimentos pré-políticos, luta de classes, revoluções socialistas ou utópicas.

Na fase final da Campanha de Canudos somaram-se as narrativas de Euclides as fotografias de Flávio de Barros. O fotógrafo, de biografia parca, possuía um estúdio em Salvador e chegou a Canudos em 26 de setembro de 1897, acompanhando a Divisão de Artilharia Canet. As fotografias originais de Flávio de Barros encontram-se em três coleções: a do Museu da República, em dois tomos, e com um total de 69 imagens (uma repetida); a do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Salvador), composta de 68 fotos; e a da Casa de Cultura Euclides da Cunha, de São José do Rio Pardo (SP), com 23 imagens. O número de fotografias distintas totaliza 70 imagens.⁹

É importante destacar que os registros obtidos partem de um fotógrafo expedicionário, enviado pelo Exército num momento em que a censura imposta aos repórteres era imperativa. O fotógrafo tinha a importante tarefa de registrar a “epopeia” do Exército Brasileiro, evidenciando o caráter de organização e de harmonia da tropa.

Em 1897, no Brasil, a fotografia instantânea não existia e, por isso, Barros valorizou muito os aspectos de encenação, produzindo inúmeros retratos posados dos chefes militares. Não aparece estampada em suas fotos a precariedade dos exércitos, ou os homens desmazelados, os milhares de mortos, a adversidade das privações, ou as atrocidades contra os contendores. Seu foco é balizado pelo discurso imagético autoritário positivista das autoridades militares e políticas.

Entre suas fotografias mais reproduzidas pela historiografia estão o ataque final da artilharia, a destruição da Igreja Nova, a prisão de combatentes e a imagem do corpo exumado de Antônio Conselheiro.

As representações - no sentido do termo empregado por Roger Chartier¹⁰ -, fotográficas constituem fonte documental indiciária. São registros

⁹ O fotógrafo espanhol Juan Gutierrez, radicado no Rio de Janeiro, trabalhando à frente da Companhia *Photographica Brasileira*, também esteve em Canudos. Após documentar a Revolta da Armada (1893-4), em abril de 1897 seguiu para o sertão baiano com a intenção de registrar os combates entre conselheiristas e forças federais. Todavia, recebeu um ferimento na guerra e faleceu em 28 de junho do mesmo ano. Não deixou nenhum registro fotográfico.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados (SP): 11 (5), 1991, p.17. Representações, segundo o autor, são “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.

precisos do aparente e das aparências.¹¹ Na abrangência do inventário de informações acerca do contexto que representam, da série de 70 fotos feitas em Canudos, em cerca de 30 imagens os soldados gaúchos aparecem em primeiro e/ou segundo plano. Em uma parcela considerável das fotografias de soldados, os rio-grandenses figuram ostentando poses e códigos simbólicos de pertencimento que os diferenciam largamente dos demais combatentes.

Não existem fotos de combate, talvez pelo perigo que este registro envolvia ou pelas limitações técnicas de captar imagens em movimento. Confirmando esta hipótese, a única foto de um grupo em ação, empunhando armas, é, na verdade, uma simulação. As fotos de prisioneiros somam apenas duas. São as imagens posadas da prisão de um jagunço, rodeado por quatro soldados vestindo o uniforme oficial, e a imagem, em plano aberto, de quatrocentos prisioneiros de guerra. Ilustram o “triunfo do civilizado sobre o inculto” através da composição que estabelece diferenciação de planos e atitudes entre soldados e prisioneiros.

Vista como veículo indiscutível de uma verdade empírica no século XIX, a fotografia, pela sua capacidade mimética de reprodução do mundo, fortaleceu o discurso de uma guerra organizada e necessária, num sertão atrasado, contra sertanejos “bárbaros” e “fanáticos”. O Exército é representado como força capaz de garantir a ordem, a soberania do Estado republicano e o progresso nacional.

Entretanto, quando aproximados de outros relatos históricos, estes fragmentos que dariam tangibilidade ao passado, mostram-se contraditórios em seus testemunhos. A higiene das instalações, o aparelhamento, a assistência médica, a disponibilidade de mantimentos, a disposição e o vigor dos soldados, contrastando com a precariedade e “fereza” dos conselheiristas, pretendeu dar legitimidade ao massacre. Incluídas neste discurso estão as representações dos “teatralmente heróicos”, nas palavras de Euclides da Cunha.

Os militares gauchados em Canudos

A presença militar do Rio Grande do Sul na guerra contra Canudos foi formada pelo 11º Regimento de Cavalaria, de Bagé; 31º Batalhão de Infantaria, de Bagé; 4º Batalhão de Infantaria, de São Gabriel; 12º Batalhão de Infantaria,

¹¹ KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Ed., 2001.

de Rio Grande; 28º Batalhão de Infantaria, de Rio Pardo; 29º Batalhão de Infantaria, de Pelotas e 30º Batalhão de Infantaria, de Porto Alegre.

Também foram recrutadas unidades militares transferidas para o Rio Grande do Sul durante a Guerra Civil de 1893-95. Foram elas: 24º Batalhão de Infantaria, de São Paulo; 31º Batalhão de Infantaria, de São João del Rey; 32º Batalhão de Infantaria, de Vitória, sediado em São Gabriel; 35º Batalhão de Infantaria, de Teresina, estacionado em Rio Grande e 2º Batalhão de Engenharia.¹²

A quarta expedição foi composta com mais de quatro mil soldados divididos em duas colunas, subdivididas, por sua vez, em seis brigadas.¹³ Contudo, a vitória ainda tardaria. Manuel Benício foi categórico em suas críticas a Artur Oscar. Apesar do seu “ímpeto de bravura pessoal”, era “mau comandante”, seus soldados estavam “sequiosos, esguridos, maltrapilhos”, havia escassez de água, medicamentos, comida.¹⁴

O comandante, em vias de sofrer um esmagamento definitivo, telegrafou ao recém nomeado Ministro da Guerra, Carlos Machado Bitencourt, solicitando um reforço de cinco mil soldados. Em resposta, a brigada sob responsabilidade de Miguel Girard chegou a Salvador em 18 de julho.

O marechal Bitencourt, conhecedor e confiante na capacidade bélica dos sul-rio-grandenses, chamou para guerra mais “cinco batalhões da guarnição do Rio Grande do Sul”.¹⁵

Equipados com todo o tipo de artilharia, os soldados cercaram por três meses o arraial de Canudos, que, depois de sofrer forte bombardeio, foi invadido. No decorrer da luta, o próprio ministro da Guerra seguiu para o sertão baiano e se instalou em Monte Santo, base das operações.

¹² GOLIN, Tau. *A memória silenciosa dos canuchos: a participação dos gaúchos na Guerra de Canudos*. In: GOLIN, Tau. *Visualidades do Sul: história & livros*. Passo Fundo: Edipuf, 1998.

¹³ Comandadas pelos coronéis Joaquim Manuel de Medeiros, Inácio Henrique Gouveia, Antônio Olímpio da Silveira, Carlos Maria da Silva Teles, Julião da Serra Martins e Donaciano Poanjo.

¹⁴ BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 168-176.

¹⁵ BENÍCIO, *ibid.*, p. 198.

Em sua História sobre a 3ª Região Militar, o historiador militar Claudio Moreira Bento faz uma reverência aos 341 militares gaúchos que tombaram na luta, entre eles, 33 oficiais.¹⁶ Além disso, traça um breve histórico da participação gaúcha na Campanha de Canudos, destacando na obra euclidiana, os feitos heróicos relacionados à decisiva atuação da 3ª RM, a exemplo da iniciativa do oficial Carlos Teles em recrutar, dentro do 31º Batalhão da Infantaria, 60 homens para compor um esquadrão de lanceiros, que, em Canudos, teriam desempenhado importante função tática e logística.¹⁷

Foi então que o General Carlos Teles, herói da resistência ao sítio federalista de Bagé, selecionou de seu 31º Batalhão de Infantaria um grupo de militares que dominava o uso do cavalo e formou com eles uma tropa montada de reconhecimento de posições dos revoltosos para prevenir emboscadas. Além disso, cumpria missões de recolhimento, no sertão, de suprimentos de toda a ordem. Com estas medidas as emboscadas tornaram-se infrutíferas e melhorou a alimentação de sua tropa isolada.¹⁸

A primeira discrepância que salta à vista ao se examinar as fotografias da Guerra de Canudos são os gaúchos e sua indumentária exclusiva. Recrutados para pelear no sertão, não abdicaram da vestimenta que os diferenciava dos demais combatentes que usavam o uniforme oficial do Exército brasileiro.

A observação mais apurada das imagens expõe outros códigos convencionados culturalmente. Na imagem do general Silva Barbosa e seu estado-maior, figuram, em primeiro plano, sete oficiais pilchados com bota, bombacha e chapéu de aba larga. Um deles, de branco, à direita, usa um lenço no pescoço. O conjunto, de aparência limpa e elegante contrasta com o cenário miserável, formado pela construção de taipa e pela vegetação seca. Esta oposição percebe-se também na sua relação com os outros combatentes.

Atrás deles estão outros soldados que, seguramente, não se encontram ali por acaso. Não há fotos espontâneas da guerra contra Canudos. As fotografias foram racionalmente compostas, os personagens sustentavam poses imóveis até a captação da imagem. Conforme Mauad, entre o objeto e a

¹⁶ Os historiadores militares, via de regra, produziram versões da guerra favoráveis à ação do exército. Exaltam a coragem dos combatentes e legitimam suas ações numa concepção de “guerra justa”.

¹⁷ SÁ, Antônio Fernando Araujo de. *Filigranas da memória: História e memória nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997)*. Tese de doutorado. PPGH - Universidade de Brasília, 2006.

¹⁸ BENTO, Cláudio Moreira. *História da 3ª Região Militar: 1889-1953 e Antecedentes*. Vol. II. Porto Alegre: [s. ed.], 1995, p. 145.

sua representação fotográfica interpõe-se uma série de ações convencionalizadas, tanto cultural como historicamente.¹⁹



General Silva Barbosa e seu Estado-Maior.
Cópias do acervo do Núcleo de Documentação
Histórica do PPGH – UPF.



38º Batalhão de Infantaria e seu acampamento
Cópias do acervo do Núcleo de Documentação
Histórica do PPGH – UPF.

A representação de gaúchos a frente de outros soldados é recorrente, evidente também na imagem do 38º Batalhão de Infantaria.

Nada há em comum entre o grupo que se destaca e os homens ao fundo. Não somente por tratar-se de um general e seu estado-maior e de soldados. A pose “altiva” é conduta marcante na maneira como os gaúchos portavam-se ante a câmera. A mão na cintura e uma das pernas flexionada sempre a frente são índices da segurança de saberem o que representavam e do orgulho de pertencerem àquela confraria.

A mesma aura é percebida em imagens do 4º Batalhão de Infantaria, sediado em São Gabriel, RS, e do 29º Batalhão de Infantaria, de Pelotas. O lenço branco castilhistas adverte o percurso realizado pelos combatentes, ilustra a inter-relação entre condutas militares e sociais.

No espaço dos objetos, presentes na composição das fotografias, constituintes do discurso operado pelos personagens, destacam-se: a pilcha gaúcha (bombacha, guaiaca, bota, lenço e chapéu de abas largas); a jaqueta militar, por vezes; a espada; com menor frequência, o revólver à cintura e as lanças de madeira utilizadas pelos lanceiros. Vieira Pacheco, “o gaúcho

¹⁹ MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. An. mus. paul., vol.13, n° 1. São Paulo, Jan./June, 2005, p. 136.

intrépido que chefiava o esquadrão de lanceiros”, é lembrado por Manuel Benício e Euclides da Cunha. Conforme ambos relataram, a ação do grupo foi efetiva nos momentos finais da batalha. Dispersavam os adversários “a pontacos de lança e a patas de cavalos, numa carga violenta”. Apesar de improvisados, “tinham a prática das corridas pulando sobre as “covas de touro” das campinas do Sul”.²⁰

Em seu extenso estudo sobre a história da guerra, John Keegan, observou que os regimentos definem-se, sobretudo, por sua individualidade.²¹ A bombacha,²² símbolo destacado das tropas sulinas, começou a ser usada na Guerra do Paraguai por indivíduos que não pertenciam às tropas regulares. Foi utilizada também na Revolução Federalista. Contudo, na paisagem baiana, no outro extremo brasileiro, em um cenário de clima quente, adquiriram aspecto ainda mais exótico sobre seus companheiros de batalha. Euclides da Cunha assim destacou a indumentária gauchesca:

As suas vestes são um traje de festa, ante a vestimenta rústica do vaqueiro. As amplas bombachas, adrede talhadas para a movimentação fácil sobre os baguais, no galope fechado ou no corcovear raivoso.²³

Estes “pealadores”, como destacou Euclides, tinham “intuição guerreira”, incomparáveis no “se despenhar em súbitos lances temerários”.²⁴ O escritor, em seu estilo “rebuscado”, descreve também a intimidade dos gaúchos com a faca e a espada, “nos encontros à arma branca aqueles centauros apeados arremetem com os contrários, como se copiassem a carreira

²⁰ CUNHA, op. cit., p. 555-560.

²¹ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 15.

²² A bombacha é uma peça de origem turca introduzida na Bacia do Prata por comerciantes ingleses que visavam escoar o excedente dessas calças confeccionadas para os soldados turcos durante a Guerra da Criméia (GOLIN, 1998).

²³ CUNHA, op. cit., p. 211.

²⁴ Dante de Melo expõe um rol de “erros euclidianos”. Seu objetivo era resguardar a imagem da instituição militar diante das críticas aos equívocos das sucessivas expedições militares contra Canudos. É interessante destacar que o autor faz uma exaltação a participação gaúcha na resolução do conflito, quando afirma que sem os batalhões do general Savaget e sem os incomparáveis oficiais gaúchos Carlos Teles, Tupi Caldas, Thompson Flores, Sampaio e tantos outros, a primeira coluna da 4ª expedição teria destino pior que o da expedição anterior. MELO, Dante de. *A verdade sobre Os Sertões*: análise reivindicatória da Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

dos ginetes ensofregados das pampas”.²⁵ Mas chega ao final do relato, compreendendo o resultado da especialidade dos gaúchos no manejo da “arma branca”.

A palavra “charqueada” é utilizada duas vezes por Euclides. A primeira, referindo-se a uma “diversão tumultuosa” dos rio-grandenses: “quando nos rodeios marcam o gado, curam-lhe as feridas, apartam os que se destinam às charqueadas, separam os novilhos tambeiros ou escolhem os baguais condenados às chilenas do domador”.²⁶ A segunda, denunciando uma campanha militar que acabou como uma charqueada.

A quarta expedição estava imbuída de demonstrar definitivamente o poder republicano no país. Era também uma expedição vingadora, que deveria apagar a vergonha das derrotas impostas ao Estado, mas que acima de tudo mostrasse àquele grupo de “fanáticos” sertanistas a superioridade da “civilização”. O general Artur Oscar, comandante-em-chefe da quarta expedição, era carioca, mas havia combatido em defesa de Júlio de Castilhos na Guerra Civil de 1893-95. Índice de sua escolha política é o lenço branco do castilhismo que exibia atado ao pescoço.

Conforme Manoel Benício, a degolação ocorria “sem diferença a sexo e a idade!”.²⁷ O repórter, assim como Alvim Horcados,²⁸ delatou o militar Artur como o responsável pela prática em Canudos. Ele e seus soldados traziam a experiência adquirida na Revolução Federalista, homens que tiveram o conceito militar aumentado na repressão aos insurretos. Perpetraram a bárbara prática da degola dos prisioneiros:

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima uma viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do

²⁵ CUNHA, op. cit., p. 563.

²⁶ CUNHA, *ibid.*, p. 217. É importante destacar que o gaúcho, tipo alegórico, descrito por Euclides da Cunha, não condiz historicamente com a população do RS no início do século XIX e inícios do XX. O autor usa a representação da literatura romântica, especialmente inspirada na obra *O gaúcho*, de José de Alencar, adaptador do mito do centauro para o gaúcho, além da convivência com oficiais positivistas preocupados em catalogar o trabalho campeiro, a exemplo de Cezimbra Jacques.

²⁷ BENÍCIO, op. cit., p. 216.

²⁸ HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma Viagem a Canudos*. Salvador, 1899. Reeditado em 1996.

assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na prestes a facão. Um golpe único, entretanto pelo baixo-ventre. Um destripamento rápido...²⁹

Em outro momento de seu texto, o autor acrescenta que “preso o jagunço válido e capaz de agüentar o peso da espingarda, não havia malbaratar-se um segundo em consulta inútil. Degolava-se; estripava-se”. De modo que a prática era,

Enlear ao pescoço da vítima uma tira de couro, num cabresto ou numa ponta de chiquerador; impeli-la por diante; atravessar entre as barracas, sem que ninguém se surpreendesse; e sem temer que se escapasse a presa porque ao mínimo sinal de resistência ou fuga um puxão para trás faria que o laço se antecipasse à faca e o estrangulamento à degola.³⁰

Keegan associou o trabalho dos pastoreadores à prática em matar e selecionar para matar, “o programa de matança exigia a capacidade de liquidar um animal vivo (...). Dar um golpe letal, curto e rápido constituía a principal atividade pastoril, realçada, sem dúvida, pelo conhecimento anatômico adquirido na matança periódica”.³¹

Para Golin, os sul-rio-grandeses constituíram-se culturalmete no movimento sobre o outro transfronteiriço, na transgressão territorial e “encontraram a sua coesão formativa na relação ocupacional e opositiva ao outro regional/nacional”. E que também se distinguiu do restante do país no parâmetro belicista da guerra, “onde a cavalaria - para o fronteiro arma militar e método de trabalho, simbolizada como paradigma cultural - afirmou praticamente a imagem sulista”.³²

O porto-alegrense Carlos Machado Bitencourt,³³ ministro de Guerra, era personagem alusivo aos demais gaúchos que pelearam em Canudos. Agia

²⁹ CUNHA, op. cit., p. 726.

³⁰ CUNHA, *ibid.*, p. 730.

³¹ KEEGAN, op. cit., p. 177. O autor justifica a vantagem dos pastoreadores nos conflitos contra os agricultores sedentários pela especialização no abate e na carniçaria. Estes são notáveis na persistência de hábitos “primitivos” de combate no reino do Nilo.

³² GOLIN, Tau. *A fronteira*. Vol. II. Porto Alegre: L&PM, 2004-2006, p. 62.

³³ Na representação de Euclides da Cunha, o ministro “era um homem frio, eivado de um ceticismo tranqüilo e inofensivo. Na sua simplicidade perfeitamente plebéia se amorteciam todas as expansões generosas. Militar às direitas, seria capaz — e demonstrou-o mais tarde ultimando tragicamente a vida — de se abalançar aos maiores riscos. Mas friamente, equilibradamente, encarrilhado nas linhas inextensíveis do dever. Não era um bravo e não era um pusilânime” (CUNHA, op. cit., p. 657).

com frieza e naturalidade frente à morte. Conforme relatou o escritor César Zama, em 1899, Bitencourt mandou dizer ao general Artur Oscar "que ele bem sabia que ele não tinha onde guardar prisioneiro".³⁴ Sabe-se que o general Artur Oscar compreendeu bem a ordem do seu superior hierárquico. Todos os homens presos, a partir dali, eram degolados.

A degolação era, por isto, infinitamente mais prática, dizia-se nuamente. Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança.³⁵

O tenente-coronel e historiador militar Orvacio Marreca, testemunha ocular da guerra, em livro sobre a atuação da milícia paraense na guerra de canudos, aponta a barbaridade envolta na prática da degola. Segundo o autor, fazia-se uma relação dos jagunços que seriam entrincheirados para degola e seus corpos, depois de mortos, eram "empilhados uns após os outros, deitando-se em cima kerosene e ateando-se-lhes fogo!".³⁶

A violência da degola retiniu na memória de inúmeros combatentes gaúchos. Anos após a Campanha, convidados a falar sobre a guerra, muitos militares da região de São Gabriel evitavam tocar no assunto. Familiares afirmaram que a lembrança da barbárie, em alguns casos, reverteu-se em quadro depressivo.³⁷

As imagens captadas por Flávio de Barros não remetem - a não ser pela presença de objetos como a faca ou a espada -, à prática da degola. As roupas usadas pelos soldados gaúchos não possuem manchas de sangue ou mesmo sujidade em excesso. As fotografias com imagens do coronel Joaquim Manuel de Medeiros e seus ajudantes, e do general Carlos Eugênio e seu estado-maior, demonstram a relativa, visto estarem numa guerra, mas intrigante limpeza de suas fardas. As bombachas da primeira imagem reluzem brancas contra o fundo sertanejo.

³⁴ ZAMA, César. *Libello Republicano Acompanhado de Comentários sobre a Campanha de Canudos por Wolsey*. Bahia, Typ e encardenação do "Diário da Bahia", 1899. In: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia.nº 139, 1989, p.29.

³⁵ CUNHA, op. cit., p. 734.

³⁶ MARRECA, Orvacio. *A Milícia Paraense e sua heróica actuação na Guerra de Canudos em 1897*. Belém: Guajarina, 1937, p. 40.

³⁷ Entrevista concedida verbalmente por Osório Santana Figueiredo ao historiador Tau Golin. Acervo Tau Golin.



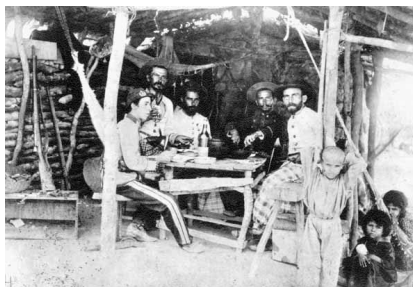
Coronel Joaquim Manuel de Medeiros e seus ajudantes – 1ª Brigada. Cópias do acervo do Núcleo de Documentação Histórica do PPGH – UPF.



General Carlos Eugênio e seu estado-maior, em Monte Santo. Cópias do acervo do Núcleo de Documentação Histórica do PPGH – UPF.

As poses do general Carlos Eugênio e seus soldados, encostados num edifício que corta obliquamente a fotografia, conferindo perspectiva a composição, são especialmente expressivas. A figura central - e o próprio general - olha para a câmera do fotógrafo com superioridade, tem a fronte altiva e, assim como o combatente que está ao seu lado, tem os pés resolutamente plantados no chão, como se estivesse convicto do lugar que ocupava na guerra e decidido a não ceder um palmo de terreno. Ao mesmo tempo, o general, emoldurado pela janela, se distingue de seu estado-maior, de fraque e gravata-borboleta.

Joaquim Manuel de Medeiros e seus ajudantes também sustentam a postura desafiadora frente a câmera. Olham-na de frente, como se olhassem o espectador nos olhos. A concentração dos rostos, a crueza da paisagem, o excesso de luz não deixa quase nada para se imaginar ali. Suas intenções estão às claras, indicadas pelas armas em punho e na cintura. O inimigo é espreitado, pelo que sugere a presença do binóculo na mão do personagem em frente à barraca do acampamento. Em atitude tensa, de provocadora determinação, tudo parece estar sob controle para a hoste que já havia sofrido três derrotas.



Refeição na Bateria do Perigo, pertencente ao 5º Regimento de Artilharia. Cópias do acervo do Núcleo de Documentação Histórica do PPGH – UPF.



29º Batalhão de Infantaria, de Pelotas, RS. O coronel João César Sampaio servindo um churrasco aos soldados. Cópias do acervo do Núcleo de Documentação Histórica do PPGH – UPF.

A foto Refeição na bateria do perigo retrata cinco militares. Dois deles são “gaúchos” vestindo bombacha e os outros três uniformizados, sentados à mesa fazendo uma refeição. Sobre a mesa improvisada (com troncos e tábuas), uma garrafa, talheres, pratos e copos, como em qualquer mesa tradicional. O gesto do oficial que corta algo em seu prato parece indicar que na refeição há algo mais sólido que arroz com farinha. As botas, os dólmans abotoados até o pescoço, apesar do calor sertanejo e as calças limpas sugerem que o perigo está longe da bateria. Apenas duas armas, colocadas ao lado do grupo, mencionam que o cenário pertence a um acampamento de guerra.

No canto inferior direito da cena aparecem três crianças, presença talvez imprevista na montagem da cena, mas que confere certa espontaneidade. Elas não participam da refeição e os soldados estão indiferentes à presença delas. Estão à margem da foto como estavam à margem dos cuidados ou olhares das tropas. Eram apenas “jaguncinhos” que postavam uma carga genética inferior.³⁸

³⁸ MONTEIRO, Vanessa Santini. *Órfãos do ódio: o triste fim das crianças sobreviventes de Canudos*. In: *Guerras e Batalhas Brasileiras*. Org. Luciano Figueiredo. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

A cabeça raspada do menino, que está de pé, é indício confirmativo do que outras fontes apontam: a infestação de piolhos, bichos de pé, pulgas, entre outras mazelas que assolavam a região, como a varíola.

Apesar dos esforços de proteção do Comitê Patriótico da Bahia, muitas crianças, órfãos da guerra, foram dadas pelos soldados no caminho dos seus regressos, outras ainda, ficaram na companhia desses combatentes e figuraram como “troféus de guerra”, além de muitas escravizadas.³⁹

O esforço para representar um exército bem nutrido através da presença “natural” de mantimentos é, também, observado na foto do coronel João César Sampaio servindo um churrasco aos soldados do 29º Batalhão de Infantaria, de Pelotas, RS. Os objetos que compõem a cena são similares aos da fotografia anterior. Nesta, porém, os soldados estão de pé. Os dois a esquerda seguram canecas, sendo que o que está em primeiro plano posta-se como quem se espreguiça ou está muito a vontade e satisfeito. O fato de a refeição retratada ser um churrasco é significativo. Sugere que os gaúchos estariam tão bem servidos na guerra quanto em suas casas. Uma cena inteiramente ao revés do testemunhado por Manoel Benício, salientando que “todo acampamento teme a fome e a sede!”. Esse aspecto dramático da guerra também foi descrito por Euclides da Cunha:

Os soldados principiaram a realizar, isolados ou em pequenos grupos, excursões perigosas pelas cercanias talando as raras roças de milho ou mandioca, que existiam; caçando cabritos quase selvagens por ali desgarrados, em abandono desde o começo da guerra; e arrebanhando o gado. Não havia evitá-las ou proibi-las. Eram o último recurso. A partir de 2 de junho só houve gêneros — farinha e sal, nada mais — para os doentes (...). O soldado faminto, cevada a cartucheira de balas, perdia-se nas chapadas, presumindo-se de resguardos como se fosse à caça de leões.⁴⁰

O cenário exposto por Euclides era desolador. Os soldados, tal qual “retirantes infelizes”, apelavam para a flora providencial, “cavavam os umbuzeiros em roda, arrancando-lhes os tubérculos túmidos; catavam cocos dos ouricuris, ou talhavam os caules moles dos mandacarus”. Estas alternativas, por algum tempo, lhes enganavam a fome e a sede. Afora isso, “alguns morreram envenenados pela mandioca brava e outras raízes, que não conheciam”.⁴¹

³⁹ MONTEIRO, *ibid.*, p. 51.

⁴⁰ CUNHA, *op. cit.*, p. 581.

⁴¹ CUNHA, *ibid.*, p. 584.

Apesar do anacronismo, as fotografias de Flávio de Barros foram inseridas na primeira edição de **Os Sertões**, em 1902. Estas imagens estabeleceram o primeiro modelo imagético do discurso oficial e autoritário sobre Canudos. Foram produzidas sob as premissas de apresentar uma versão da guerra, que objetivou consolidar a imagem positiva dos militares e minimizar a responsabilidade do Estado brasileiro frente ao episódio de extermínio.

Eticamente a Guerra de Canudos ficou longe de dois princípios: a consideração aos direitos da população civil – no caso de Canudos, as mulheres, crianças e idosos que não foram para o front, bem como, dos combatentes rendidos -, e a adequação dos meios bélicos.

O general Artur Oscar relata em ofício ao marechal Bitencourt, como foi o assalto decisivo a canudos:

Também, como era natural, a raiva tocava a seu auge, e tanto o inimigo como os nossos, esqueciam-se da misericórdia. Fuzilavam-se a dois passos de distância ou matavam-se a baioneta, a machado, a faca, por todas as formas, enquanto que as casas conquistadas, verdadeiros redutos, eram devastadas pelo incêndio.⁴²

Simulacros da Guerra

A fotografia no final do século XIX, compreendida como uma invenção capaz de “retratar a realidade tal e qual ela se mostrava”, construiu um simulacro da Guerra. Representações amplamente divulgadas pela imprensa e exposta ao público, as fotografias permitiram ligar estreitamente as posições e relações sociais com o modo como os indivíduos e grupos se concebiam e se davam a ver.

As representações coletivas e simbólicas encontram na existência de representantes, individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias da sua estabilidade e da sua continuidade. Chartier ressalta a validade desta contestação para as criações estéticas, “sempre inscritas nas heranças e nas

⁴² Instituto Moreira Salles. Encarte da edição especial dos CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, números 13 e 14 (dez. 2002), que tem por tema Euclides da Cunha. Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

referências que as tornam concebíveis, comunicáveis e compreensíveis”, e para todas as práticas vulgares, disseminadas, silenciosas, que invadem o cotidiano.⁴³

As fotografias dos gaúchos em Canudos ilustram a idéia da guerra como ato cultural, além de suas implicações políticas e econômicas. Representam indivíduos que se consideravam membros de uma espécie de guilda, em cujos regulamentos, leis e condutas era atribuída ao espírito da guerra uma posição elevada.

⁴³ CHARTIER, Roger. *A Nova História Cultural existe?* In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (organizadores). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 39.



Editora e Gráfica Universitária
PREC - UFPel